



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

MICHEL BALTAZAR DE OLIVEIRA FILHO

**A IDEOLOGIA CONSERVADORA NO PARLAMENTO: O
DISCURSO DA DIREITA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-
2019).**

Campinas
2023

MICHEL BALTAZAR DE OLIVEIRA FILHO

**A IDEOLOGIA CONSERVADORA NO PARLAMENTO: O
DISCURSO DA DIREITA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2011-
2019).**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: André Kaysel Velasco e Cruz.

ESTE TRABALHO CORRESPONDE
À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELO ALUNO
MICHEL BALTAZAR DE OLIVEIRA
FILHO, E ORIENTADA PELO PROF.
DR. ANDRÉ KAYSEL VELASCO E
CRUZ.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

OL4i Oliveira, Michel Baltazar de, 1994-
A ideologia conservadora no parlamento : o discurso da direita na Câmara dos Deputados (2011-2019) / Michel Baltazar de Oliveira Filho. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: André Kaysel Velasco e Cruz.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Análise do discurso. 2. Direita e esquerda (Ciência política). 3. Câmaras legislativas. 4. Brasil - Política e governo. I. Kaysel, André, 1984-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Titulo em outro idioma: The conservative ideology in parliament : the speech by the House of Deputy (2011-2019)

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis

Right and left (Political science)

Legislative chambers

Brazil - Politics and government

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

André Kaysel Velasco e Cruz [Orientador]

Flávia Millena Biroli Tokarski

Ronaldo Romulo Machado de Almeida

Álvaro Gabriel Bianchi Mendez

Camila Rocha de Oliveira

Data de defesa: 10-03-2023

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-4087-3549>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/50669395277891689>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) a seguir descritos, em sessão pública realizada em 10 de março, considerou o candidato Michel Baltazar de Oliveira Filho aprovado(a).

Prof. André Kaysel Velasco e Cruz

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Flávia Millena Biroli Tokarski

Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas

Dra. Camila Rocha de Oliveira

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Nos anos que estive inserido neste estudo, felizmente recebi vários apoios. Agradeço primeiro a CAPES (nº do processo: 88887.334653/2019-00) por fornecer a bolsa de pesquisa e honrar os pagamentos, o que me permitiu a dedicação exclusiva para a criação deste trabalho. Além disso, quero agradecer a todos aqueles que me ajudaram dando ideias, sugerindo textos, tirando dúvidas, resolvendo problemas, me chamando para um café, ou até quem simplesmente me desejou força. Não posso deixar de reconhecer o auxílio imensurável do meu orientador professor André Kaysel; os membros da banca de qualificação Alvaro Bianchi e Ronaldo Almeida; os demais integrantes do grupo de pesquisa de Pensamento Político; e a secretaria do IFCH. Acredito que sem isso, esta pesquisa teria sido insuficiente e caótica. Por último, quero agradecer a Maria do Carmo, minha mãe, pelo imenso apoio.

RESUMO

A luz dos estudos nacionais que evidenciam a emergência de um movimento conservador na política brasileira na última década, este trabalho estabelece uma análise qualitativa dos discursos das bancadas ruralista, religiosa e securitária, grupos suprapartidários conservadores convertidos em atores centrais na crise política do governo Dilma Rousseff. Com esse objetivo, o recorte analisa as falas de 23 parlamentares chaves das três bancadas em plenário e comissões da Câmara dos Deputados nas 54^a e 55^a legislaturas, isto é, de 2011, quando se inicia o governo Dilma até a ascensão de Jair Bolsonaro, em 2018. Incorporada nos estudos de teoria e pensamento político, a pesquisa explora indícios discursivos de uma cosmovisão conservadora destes setores da direita no parlamento articulada em três eixos. De conformação contingente, sustenta-se a hipótese de que o conservadorismo – uma ideologia que age conscientemente na defesa de instituições específicas – se situou na conexão de três pontos de articulação: a criminalização da esquerda, a moralização da política e a desconstrução dos ideais democráticos. Para alcançar esta definição, a análise foi executada com o auxílio do software Atlas TI 8, por intermédio da codificação dos vocábulos e das citações que sugeriram um conjunto de ideias compartilhadas, através do mapeamento de palavras-chave e na produção de redes entre as bancadas.

ABSTRACT

In the light of national studies that show the emergence of a conservative movement in Brazilian politics in the last decade, this work establishes a qualitative analysis of the discourses of the ruralist, religious and security benches, conservative supra-party groups converted into central actors in the political crisis of the Dilma Rousseff government. With this objective in mind, the clipping analyzes the speeches of 23 key parliamentarians from the three benches in plenary and commissions of the Chamber of Deputies in the 54th and 55th legislatures, that is, from 2011, when the Dilma government began until the rise of Jair Bolsonaro, in 2018. Incorporated in studies of theory and political thought, the research explores discursive evidence of a conservative cosmovision of these sectors of the right in parliament articulated in three axes. Of contingent conformation, the hypothesis is supported that conservatism – an ideology that consciously acts in defense of specific institutions – was in the connection of three points of articulation: the criminalization of the left, the moralization of politics and the deconstruction of democratic ideals. To reach this definition, the analysis was carried out with the help of the Atlas TI 8 software, through the coding of words and quotations that suggested a set of shared ideas, through the mapping of keywords and the production of networks between the benches.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Critérios de seleção da pesquisa

Ilustração 2 – *Printscreen* da página de busca da Câmara

Ilustração 3 – Coluna de documentos dos discursos

Ilustração 4 – *Printscreen* das citações dos códigos para pessoas históricas

Ilustração 5 – *Printscreen* da lista de códigos do ATLAS TI 8

Ilustração 6 – Rede anticomunista e suas associações

Ilustração 7 – Rede de códigos simples da palavra #ideologia

Ilustração 8 – Rede de associações da #FD moralidade pública e do #P absolutismo moral.

Ilustração 9 – Rede de ocorrência do código #aborto entre congressistas e formações discursivas

Ilustração 10 – Rede entre a #FD Autoritária em junção com a #FD Desregulamentação entre seis princípios conservadores

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista dos deputados selecionados

Tabela 2 – Parlamentares por bancada codificados na hipótese da criminalização da esquerda

Tabela 3 – Frequência dos códigos de interesse por bancada conservadora

Tabela 4 – Frequência de códigos complexos #AD por legislatura analisada

Tabela 5 – Frequência de códigos complexos #TN por legislatura analisada

Tabela 6 – Concorrência entre a #FD Anticomunista e #FD Moralidade e #P Absolutismo

Tabela 7 – Parlamentares por bancada codificados na hipótese da moralização da política

Tabela 8 – Concorrência entre a #FD Moralidade junto ao #P Absolutismo por bancada informal

Tabela 9 – Concorrência entre a #FD Moralidade junto ao #P Absolutismo por legislatura.

Tabela 10 – Concorrência entre princípios conservadores e duas formações discursivas (autoritária e desregulamentação)

Tabela 11 – Número de ocorrência de seis códigos simples pela #FD Desregulamentação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	25
BASES CONCEITUAIS E EMPÍRICAS DO CONSERVADORISMO	25
INTRODUÇÃO	25
OS SENTIDOS EM DISPUTA DO CONSERVADORISMO	33
ELEMENTOS DO PENSAMENTO POLÍTICO CONSERVADOR NO BRASIL	48
A IDEOLOGIA POLÍTICA CONSERVADORA	59
CAPÍTULO 2	70
APRESENTAÇÃO DO METÓDO E DAS FONTES	70
INTRODUÇÃO	70
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS	71
EXPLORAÇÃO DOS DISCURSOS	79
SOFTWARE ATLAS TI 8	82
CODIFICAÇÃO E DEMAIS FERRAMENTAS DO ATLAS TI 8	85
CÓDIGOS COMPLEXOS	90
CAPÍTULO 3	98
CRIMINALIZAÇÃO DA ESQUERDA	98
CRIMINALIZAÇÃO DA ESQUERDA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?	99
DEBATES DA 54 ^a LEGISLATURA	106
DEBATES DA 55 ^a LEGISLATURA	136
CONCLUSÃO	153

CAPÍTULO 4.....	156
MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	156
MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA: A DESMORALIZAÇÃO É O OBJETIVO?	157
LINGUAGEM MORAL NAS PAUTAS IGUALITÁRIAS E DE GÊNERO: “KIT- GAY”, PLC 122 E ABORTO.....	166
A MORALIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	180
CONCLUSÃO	189
CAPÍTULO 5.....	191
DESCONSTRUÇÃO DE IDEAIS DEMOCRÁTICOS	191
INTRODUÇÃO	191
A FORMAÇÃO AUTORITÁRIA.....	198
DISCURSO DESREGULAMENTADOR.....	221
CONCLUSÃO	235
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245

INTRODUÇÃO

O período das últimas duas legislaturas na Câmara dos Deputados, anterior à vitória da candidatura à presidência da república do primeiro político brasileiro explicitamente de extrema-direita, foi marcado por uma forte turbulência política. Até a eleição de 2018 muitos observaram no cenário do debate público a crescente polarização das identificações ideológicas na sociedade com reverberação na política partidária. Temas como uma nova onda conservadora na política vieram à tona e construíram parte da nova linguagem da discussão societal.

Os antecedentes da emergência de um movimento político-social claramente conservador são poucos. Conservadorismo, reacionarismo e “nova direita” entraram no vocabulário dos estudos políticos sem que houvesse um conjunto de estudos ao menos descritivos da produção discursiva dos atores políticos centrais para essa mudança ideológica no período específico da crise política do governo petista até a eleição de Jair Bolsonaro, passando pelo governo Temer.

Em adição a isso, no período da crise política, diversos projetos de leis que estão associados a grupos suprapartidários – bancadas informais – de direita. Estes disputaram poder com os partidos políticos no interior do parlamento, no qual estudos legislativos há tempos apontam para a força e a presença de grupos parlamentares mobilizando agendas distintas com interesses pouco homogêneos. Mesmo levando em consideração a força dessas comunidades, em especial dentro da Câmara, no qual exibem coordenação para fazer valer interesses setoriais, formando espaços de opinião mobilizada (CORADINI, 2010), temos grupos que não agem em conjunto e possuem poderes limitados (ARAÚJO; SILVA, 2016).

No Brasil, a nova presença da direita na esfera pública nos últimos anos constituiu um processo social de tamanho considerável e fez com que o meio acadêmico voltasse

parte da sua atenção para o exame da sua força política. Os meios de comunicação ofereceram uma janela privilegiada para o estudo de suas manifestações na arena política, desde a divulgação da atuação de grupos nas mídias sociais até seus protestos nas ruas e no parlamento (TATAGIBA et al., 2015; BARON, 2018). Em síntese, temos estudos recentes da nova direita (CODATO et al., 2015; CHALOUB; PERLLATO, 2015; ORTELLADO; SOLANO, 2016; MESSENBURG, 2017; ROCHA, 2018), dos discursos da frente religiosa (ALMEIDA, 2017; GONÇALVES, 2016) e de grupos civis de direita (BARON, 2018).

Investigações anteriores estavam inseridas dentro da perspectiva institucional, isto é, nos métodos de identificação de grupos de direita através da análise das posições ideológicas dos partidos variados (FERNANDES, 1995; MAINWARING et al., 2000; RODRIGUES, 2002; POWER, 2000). Via de regra, a extensa literatura de base se configurou como pesquisas de grande porte que instrumentalizam o reconhecimento ideológico dos partidos utilizando o eixo esquerda e direita, incorporando, na linguagem científica, o eixo progressista e conservador, tornando-os intercambiáveis devido a relativa controvérsia da discussão¹ (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Em geral, a nova experiência da direita política no comando do Executivo e Legislativo nacional surgiu após um momento de crise e ruptura política, no qual políticos e grupos de poder afiliados há tempos vinham moldando a construção da política nacional dentro do congresso brasileiro. Afinal, diferentemente dos momentos passados, o país passou por uma mudança na cosmovisão da política a partir dos temas recentes de corrupção entre partidos e empresas, acompanhou um processo de golpe parlamentar, como afirmou Singer (2018), pelo qual o acúmulo e exercício

¹ Na nova disputa política, os conceitos se perderam e tornaram as disputas complexas em análises pouco atrativas para o momento político. Além disso, pouca importância foi conferida em esforços para compreender os discursos e hegemonias construídas dentro do parlamento; no plenário e nas inúmeras comissões parlamentares.

legítimo das decisões executivas passaram de um governo de centro-esquerda, liderado pela ex-presidenta Dilma, para as mãos de um político de extrema direita, assumidamente conservador “nos costumes” e com pautas econômicas neoliberais, que conseguiu carregar nas costas a mudança das proporções de bancadas, aumentando os assentos do partido PSL em 2018 e mudando fortemente a dinâmica de poder².

Neste sentido, o que notamos na política brasileira dos últimos anos, na verdade, é um crescimento exponencial de discursos que disputam estes consensos democráticos acerca da desigualdade social no bojo da sociedade. A abundante coleção de pesquisas demonstra esse acontecimento, desde estudos clássicos da Sociologia como o texto de Pierucci (1987), que versa de forma perspicaz acerca do caráter internacional da “nova direita” que primava por enraizar a crença de que vivemos numa crise cultural, até análises de partidos como a obra de Mainwaring et al (2000) e estudos mais recentes, como a importante contribuição da coletânea “Direita Volver” de Cruz et al (2015), ambas do campo da Ciência Política. Ao lermos o conjunto destes estudos acerca da direita no Brasil pós-regime militar entendemos que ocorre uma ascensão (ou *revival*) destes discursos na esfera pública, que se tornam importantes a partir do momento que ganham força na arena política.

Antes de uma definição da literatura acerca do conservadorismo olhamos para a concepção que ronda o significado de direita política, e conseqüentemente o conceito de esquerda. O espectro político de esquerda-direita é um sistema de classificação de posições políticas que funciona fornecendo uma descrição resumida de eventos históricos complexos. Orientações, ideologias e partidos são classificados da igualdade

² O resultado eleitoral em que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) ganhou o poder executivo adveio de um processo de instabilidade política, de realinhamento partidário, que retirou o PSDB do segundo turno das eleições e diminuiu o número e a força das bancadas tradicionais dos dois espectros (ABRANCHES, 2019).

da esquerda para a hierarquia social à direita (BOBBIO, 1995). Quem se apressa em afirmar que são conceitos ultrapassados, falha em perceber que as metáforas espaciais versáteis como as duas assinalam a grande dicotomia do século XX (LUKES, 2003).

São termos “antitéticos”, “reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos”, que não indicam ideologias, mas “programas contrapostos” que devem ser solucionados pela ação política (BOBBIO, 1995, pp. 31- 3). O argumento do autor é simples: enquanto a esquerda é mais igualitária, a direita é mais inigualitária (BOBBIO, 1995, p. 103); isto é, o elemento capaz de caracterizar preceitos de esquerda é o igualitarismo (retirado seu traço utópico e reforçado como tendência) que, internalizado em qualquer política, visa “tornar mais iguais os desiguais” (BOBBIO, 1995, p. 110).

Por mais analítica que seja esta separação espacial, a sua versatilidade, durabilidade e capacidade de penetração contrastam com a sua criação acidental na história, como observou Lukes (2003). Se observarmos o evento do Iluminismo na produção de uma tradição, devemos reforçar o argumento de que o espectro da esquerda contém um questionamento crítico do que a “igualdade significa e implica” que, por consequência, produz um projeto de “rejeição da hierarquia simbólica” e a inevitabilidade das desigualdades que ela santifica (LUKES, 2003, p. 611, tradução nossa).

Os estudos sobre a direita brasileira, por exemplo, se concentram na problemática da confluência das categorias, que, inicialmente, eram consideradas metáforas espaciais – por isso relacionais – e se tornaram rótulos fixos. O conceito de direita/esquerda é relativo e sua introdução na linguagem expressa necessariamente seu caráter histórico condicionado às posições políticas e visões específicas (BOBBIO, 1995). Testemunhamos, entretanto, uma instrumentalização conceitual que simplifica disputas políticas pluridimensionais.

A presença da direita radicalizada e o crescimento de discursos conservadores na política andam juntos, portanto, estão no centro do problema. Para entendermos este fenômeno de melhor maneira precisamos saber, em primeiro lugar, o significado de conservadorismo. Isto é, é necessário compreender por que chamamos de conservadores os agentes ou os grupos políticos que emergem; isto é, qual o núcleo ideológico da sua ação política? O texto, dessa forma, clama por uma classificação da ideologia conservadora, mas, ao mesmo tempo, o sentido do conceito de ideologia. Além desse fato, é essencial explicar a definição de direita, assim como de quais grupos produzem ações políticas conservadoras.

Mas o que é conservadorismo? Em busca do vínculo entre valores políticos e as eventualidades dos grupos sociais, Mannheim entendia o conservadorismo menos como um impulso ou comportamento e mais como uma *Weltanschauung* de um contra movimento, consciente e historicamente reflexivo (BOURKE, 2018). Nessa linha, Edmund Burke teria provido a visão de mundo anti-iluminista – o estímulo intelectual, como aponta Bourke (2018). O conservadorismo seria, então, uma “estrutura mental objetiva, em oposição à ‘subjetividade’ do indivíduo isolado”, dinâmica e historicamente desenvolvida que depende do “conjunto concreto de circunstâncias” (BOURKE, 2018, p. 102-3). Essa estrutura representaria uma aglomeração peculiar de elementos espirituais e intelectuais dependente dos indivíduos que as portam.

Com isso, o conservadorismo, uma função de uma situação histórica e sociológica particular, seria o tradicionalismo³ tornado consciente, tendo como característica o apego ao concreto, o antirrevolucionário e o antiabstrato. Logo, a questão principal que caracterizava esse pensamento era a oposição ao pensamento do direito natural,

³ Para Mannheim (1986), há dois tipos de conservadorismos: o tradicionalismo e o conservadorismo moderno. O tradicionalismo é a tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida, uma reação original a tendências de reforma; uma característica psicológica formal de toda mente individual (MANNHEIM, 1986).

ao qual conservadores, como Burke, cultivaram princípios contrapostos, como a irracionalidade da realidade, o problema da individualidade e o conceito de organismo social⁴ (MANNHEIM, 1986). Essa seria a definição do conceito heurísticamente valiosa para o estudo sociológico.

Porém, duas grandes lacunas persistem na análise. Primeiro, pouca atenção foi dada ao momento e ao ambiente político do congresso, local em que o discurso político é capaz de repercutir visões de mundo para a sociedade. Além disso, por mais que seja expressivo o estudo do fenômeno das bancadas conservadoras, faltam pesquisas que demonstrem a existência da estrutura e a forma pela qual estes significados são construídos e como se reproduzem dentro dos grupos no parlamento brasileiro. Mesmo assim, esse fenômeno por vezes é associado à “onda conservadora” que avança na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2017). É essencial destacar essa tendência na literatura que abrange diversos estudos sobre conservadorismo e direitas (ALMEIDA, 2017; CHALOUB; PERLATTO, 2015; MESSENBURG, 2017; CEPÊDA, 2018; QUADROS, 2015; CODATO et al., 2015), no qual, na percepção dos autores, as categorias confluem.

O conceito, no século XX, percorreu uma extensa e rica literatura, mas possui altos e baixos. Entre cientistas políticos, sociólogos, historiadores e filósofos que mergulharam na investigação rigorosa do conceito, o conservadorismo é um denominador comum, mas com características conceituais difíceis de definir. Há uma diferenciação conceitual importante uma vez que eles não são iguais, mas costumam ser operacionalizados como intercambiáveis.

⁴ Alexander (2013) interpreta o argumento do pensador alemão, de que o conservadorismo é sempre consciente, propondo que os ideais conservadores são sempre sombras dos princípios das outras ideologias, portanto negativos. Essa ideia é útil se a nossa intenção é reunir princípios mínimos que compõe o conservadorismo. A desigualdade, nesse sentido, seria um princípio defendido por conservadores. Mannheim apontaria, do mesmo modo, que conservadores, com o objetivo de combater a ideologia liberal, constroem uma ideia qualitativa de liberdade “para distinguir do conceito igualitário revolucionário”, no qual os indivíduos seriam “essencialmente desiguais” (MANNHEIM, 1986, p. 116).

Podemos notar que, além de representar os princípios do Partido Conservador britânico, o conservadorismo disputa algumas definições a depender dos “autores referências”: pode ser compreendido como uma doutrina política do valor das práticas e instituições tradicionais; uma filosofia política e social que promove estas normas da tradição; um ponto de vista à direita que ocupa o espectro político entre o liberalismo e o fascismo; uma atitude social de medo da mudança (temperamental) (ROSSITER, 1968); a manutenção da ordem social e política (status quo); uma ideologia do amor pela autoridade e tradição (MICHELS, 1935); uma disposição natural (OAKESHOTT, 1962); e uma ação de oposição a mudança da ordem social, econômica, legal, religiosa, política e cultural (ROSSITER, 1968; HUNTINGTON, 1957).

Tendo como pressuposto que a ideologia conservadora é a defesa consciente da manutenção de instituições específicas de setores privilegiados da sociedade, descarta-se a concepção da ideologia como ilusão ou distorção. A ideologia conservadora dá sentido à realidade, portanto, é parte essencial dela. Isso não significa que ela é simplesmente um sistema de ideias, mas antes um conteúdo particular que possui uma dimensão no horizonte do possível (LACLAU, 1997). Ideologia é aquilo que expressa a relação entre o enunciado e as condições materiais que a tornam possível, que estão subjacentes às disputas de poder dentro da sociedade (EAGLETON, 1991). Seu conceito significa a matriz generativa que determina a relação e a mudança entre o visível e invisível, o imaginável e o não imaginável (ZIZEK, 1994).

Nesse raciocínio, a ideologia é capaz de orientar sujeitos concedendo um conjunto de crenças que são internalizadas ao mesmo tempo em que legitima poderes políticos dominantes. A ideologia, por articular elementos discursivamente, se torna capaz de interpelar sujeitos naturalizando as condições para a sua reprodução porque ela dá acesso para a internalização destes interesses. O ato de naturalizar, como Althusser (1980) aponta no processo de assimilação, serve para entendermos a ação consciente

de grupos dominantes em criar o ambiente para que determinadas noções sejam aceitas como óbvias, naturais. Com isso, os interesses dos dominantes permanecem inacessíveis à maioria.

Analisando as falas de 23 parlamentares de direita na Câmara dos Deputados nas legislaturas entre 2011 e 2019 – os mais influentes políticos que integram as três bancadas conservadoras do congresso –, o objetivo primário é investigar as características da homogeneidade discursiva, ou seja, um fundo ideológico comum entre estes indivíduos para além dos interesses específicos de cada grupo político, produzindo uma análise capaz de afirmar que as características distinguíveis representariam uma cosmovisão conservadora dos atores da direita política no Brasil recente⁵.

Dentro de teorias que estudam o discurso, temos aqui algo que não se encaixa na tradição naturalística, mas antes no pressuposto hermenêutico, no qual a preocupação está em entender e interpretar sentidos socialmente produzidos (HOWARTH, 1998). Nesse sentido, para validar essa atribuição discursiva é necessário conectar os interesses desses grupos sociais com o método e o conteúdo destas ideias que eles objetivam disseminar na sociedade.

A exploração da orientação do trabalho político, em situações de contradições sociais e instabilidade de legitimidade política (tendo como exemplo o processo de

⁵ O interesse pela 54^a e pela 55^a legislaturas não é arbitrário, tampouco é a escolha pelas bancadas. Não é somente porque o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), importante órgão que estuda o Congresso Nacional, sugeriu que a 54^a e 55^a seriam as legislaturas mais conservadoras desde 1964 (CARAM, 2014), mas optamos por analisá-las pelo teor qualitativo e interpretativo dos discursos em um momento fundamental: de crise política brasileira e a mudança na conjuntura recente. Já a concepção de bancada representa um agrupamento de interesses individuais determinados em acordo. E mesmo tendo um caráter informal reforçado por jornalistas e acadêmicos, as agendas pertencem mais claramente ao espectro da direita. Por esse motivo, a estratégia escolhida é analisar os discursos dos políticos-chave das principais bancadas rotuladas como sendo de direita, pois se aceita dentro e fora do campo político a rotulação de deputados específicos que, nas vezes que importam, constituem um grupo que produz e vota conjuntamente em temas específicos.

impeachment de Dilma Rousseff) implica na capacidade da pesquisa em demonstrar as características de um discurso que organiza e justifica as decisões concretas e conjuntas de diferentes grupos políticos dentro da Câmara. Por essa razão, a pesquisa tem como pressuposto que a análise sistemática e crítica do discurso parlamentar poderá evidenciar que deputados federais, em um momento de crise política, reproduzem opiniões e argumentos em defesa de diferentes interesses associados por um discurso ideológico comum.

A ideologia política conservadora age conscientemente na defesa de instituições específicas, mobilizando temas históricos do pensamento conservador, articulando-os com interesses setoriais de grupos e classes sociais dominantes na sociedade brasileira. Nesse caminho, três características propostas descrevem as possíveis ações que grupos com interesses distintos, mas que, atuando na arena decisória, produzem e reproduzem representações semelhantes articulados pela ideologia para fazer valer a legitimidade de um imaginário; uma operação de alteração ou conservação conectada aos seus respectivos interesses de classe, como proposto por Mannheim (1986) e Schumann (1978).

Chama-se de ação porque conjectura-se, a partir dos dados preliminares, relações entre ideias que constituem o que se entende como o empreendimento de vários setores da direita no Brasil. Isso é o contrário de afirmar que essa empreitada seja hegemônica na política atual, mas aponta a sua capacidade hegemônica. É clara a presença de personagens políticos de direita e conservadores, mas explora-se a suposição de um acontecimento inédito inserido na crise em andamento nas duas legislaturas estudadas.

O primeiro elemento discursivo desses grupos: a criminalização da esquerda. Este cenário, na sua configuração baseado em elementos ideológicos nos atos discursivos dos parlamentares, assinala uma tentativa criativa de determinados grupos em

concatenar uma imagem da esquerda política, de construir antagonismo fictício, com objetivo de deslegitimar uma gama de projetos políticos em pauta ou futuros. Explora-se a ideia de “criminalização” porque identifica-se um escopo estratégico de destruição do terreno da disputa política e o esforço de pautar determinados grupos adversários como inimigos, criminosos, traidores e fraudadores, com precisão da etimologia da palavra “crime”, que remete ao campo jurídico. Sustenta-se que um dos elementos ideológicos centrais articulado nesse cenário é o discurso anticomunista, presente em certos períodos da história brasileira, e o discurso antipetista (MOTTA, 2019).

O segundo elemento busca entender o que definimos como a moralização da política. São elementos discursivos identificados nas orações legislativas que qualificam a disputa política unicamente pela incompatibilidade moral, de valores principalmente religiosos. Ser moralmente antagônico se torna uma forma de estratégia política na disputa pela produção e reprodução da realidade legítima dentro do parlamento, espaço hierarquizado pelos profissionais que reitera comportamentos e papéis sociais encontrados na sociedade brasileira. A construção da política nunca ser concebida como amoral, o que se tenta demonstrar é a inflexibilidade do discurso que sempre concebe ações políticas ao campo moral religioso e atravessa várias temáticas sociais importantes.

A terceira e última face da ideologia procura explorar a ação que chamamos de desconstrução de ideais democráticos. Por desconstruir, indica-se o esforço em reconfigurar o horizonte filosófico das questões políticas do país. Por excelência uma operação ideológica do conservadorismo político emergente, este movimento representa o desmantelamento do consenso democrático mínimo da Constituinte de 1988. A articulação histórica de preceitos para reger o período pós-autoritário reconhecia a promoção dos direitos humanos, o problema político das desigualdades socioeconômicas e tinha como horizonte a erradicação das injustiças sociais. No Brasil, isso envolve questões históricas que vão desde o direito à terra, passando pelo combate

à miséria, a extirpação do estado repressivo, até a proteção de direitos das minorias sociais, que estão evidentemente conectados com os respectivos interesses das bancadas de direita analisadas.

Ao presumir a presença de uma ideologia conservadora, aponta-se que ocorrem instrumentalizações – conscientes e estruturadas pelas condições históricas e ferramentas simbólicas dos atores – de princípios “clássicos” (elementos ideológicos) do conservadorismo histórico com o objetivo de legitimar e/ou resguardar interesses políticos, econômicos e sociais. Essas articulações discursivas, que alicerçam o que podemos chamar de conservadorismo político, são diferentes ações conectadas pela oportunidade política e histórica que o momento analisado apresentou.

Por conseguinte, o objetivo geral da pesquisa é verificar os elementos que constituem a cosmovisão conservadora que une as bancadas do boi, da bíblia e da bala, na Câmara dos Deputados nas 54^a e 55^a legislaturas. Para tal, o estudo utiliza a ferramenta virtual de dados chamado Atlas TI 8, um software que maneja documentos contendo os discursos parlamentares. O programa auxiliou na análise qualitativa dos dados. A linha de implementação do método foram: (1) a construção de um banco de dados com as falas de 23 deputados federais entre 2011 e 2019; (2) a realização da análise dos discursos com o auxílio do software ATLAS TI 8; (3) a caracterização dos códigos do discurso parlamentar e agrupamentos posteriores; (4) a produção de redes de ideias a partir dos códigos, demonstrando a existência de grupos de rede; e, por último, (5) a investigação dos sentidos dos resultados dos dados.

Este trabalho foi criado ao longo de quatro anos e tem a intenção de reunir uma grande quantidade de material de pesquisa original junto com uma leitura aprofundada do material teórico secundário. É preciso atestar para a natureza provisória deste estudo e atentar para o conjunto de novas perguntas que serão geradas. É necessário dizer também que esta tese não possuiu a intenção de detalhar exhaustivamente todas as faces

e padrões do conservadorismo como filosofia ou estrutura do discurso ideológico. Na sua essência, como diz o título e subtítulo, temos aqui uma discussão das forças organizadas dentro da política em junção com uma visão parcial das disputas de poder na arena política brasileira.

Na tentativa de sintetizar as mudanças e caminhos desta pesquisa, a tese, em grande parte uma ação cronológica, tentou evitar uma estrutura de narrativa simples. Em suma, a pesquisa gira em torno de duas questões amplas: o que existe de conservadorismo na política atual brasileira e como ela se estrutura na disputa política. Na busca da resolução destas questões o autor está ciente de que outros domínios de interesse do tema foram ignorados e problemáticas possivelmente frutíferas foram deixadas de lado para outro momento. A justificativa do autor se resume em afirmar que o estudo tem objetivos modestos, porém relevantes, que seriam a tentativa de delinear as bases do discurso conservador parlamentar na política brasileira em meio à crise econômica e política pela qual o país ainda passa.

No capítulo um deste trabalho investigamos brevemente acerca das bases conceituais e empíricas do conservadorismo. Introduzimos a questão apontando para os sentidos em disputa do conceito na literatura estrangeira. Em seguida tratamos de expor os elementos do pensamento político conservador em solo nacional. E por fim tentamos assumir uma postura heurísticamente valiosa da ideologia conservadora para uma eficiente análise dos discursos.

No capítulo dois ocorre a apresentação do método e das fontes selecionadas para este estudo. Inicia-se com a disposição dos critérios de seleção dos deputados federais que integram a pesquisa. Em seguida descrevemos a forma de exploração dos discursos destes atores, explicamos o funcionamento do software de auxílio – Atlas Ti 8 – e como se desenvolveu o processo essencial de codificação das orações parlamentares.

No terceiro capítulo aproveitamos para ir direto ao assunto das estratégias discursivas, sendo a primeira delas a criminalização da esquerda. Através da análise dos discursos buscou-se entender o cenário histórico da política nacional e ativar uma exposição cronológica das legislaturas da crise política do governo Dilma dando muita atenção para as formações discursivas do anticomunismo reproduzida pelas bancadas.

O quarto capítulo é uma continuação das estratégias do discurso conservador, entretanto, o estudo buscou dar atenção ao aspecto de moralização da disputa política expondo a estrutura da linguagem moral e sua ação tanto dentro das políticas de identidade e de gênero na Câmara dos Deputados como no problema da corrupção do governo.

No capítulo cinco tratamos da terceira e última face estratégica do discurso conservador no momento de crise política do executivo petista – a desconstrução dos ideais democráticos acordados minimamente na transição da ditadura para a constituinte de 1988. O estudo expressa uma análise que une o discurso autoritário e desregulador econômico como os eixos centrais para explicar esse fenômeno discursivo.

Nas considerações finais, partindo dos elementos discursos identificados, fazemos uma reavaliação sintetizando os achados, recapitulando e sintetizando o que foi feito até o fim da pesquisa. Junto a isso, temos um aprofundamento dos desdobramentos potenciais deste estudo.

CAPÍTULO 1
BASES CONCEITUAIS E EMPÍRICAS DO CONSERVADORISMO
INTRODUÇÃO

O questionamento sobre formas de ampliar o estudo do discurso político de grupos socialmente privilegiados naturalmente produziu questões acerca da historicidade de visões de mundo, mais especificamente do conservadorismo, presentes no imaginário social atual, que dificilmente são discutidas em sua complexidade na literatura nacional dentro das ciências sociais. No entendimento do autor, isso se dá pelo tratamento superficial da história por trás das tradições que se supõem conservadoras, os pensamentos, os eventos históricos e seus pensadores.

Nas discussões anteriores, em situações envolvendo o que se fala e o teor político daquela oração, seja em livros, nos meios de comunicação ou no próprio discurso parlamentar, sempre se ouviu acerca da diferenciação de um argumento conservador de um progressista. Raciocina-se com os instrumentos de análise forjados na pesquisa, portanto, a distinção inicialmente fazia sentido.

Debatendo acerca dos grandes jornais, afirma-se, por exemplo, que o jornal Estado de S. Paulo seria o periódico mais conservador entre a Folha de S. Paulo, o Valor Econômico e o Globo. Tratava-se de uma afirmação subjetiva, porém o que interessa aqui é a afirmação de que o modo de produzir notícias possuía um viés conservador. Ao ler um colunista de jornal ou um político falar que o governo gasta demais, se aponta ali uma mentalidade neoliberal do argumento. Se alguém afirmasse que o país enfrentava uma crescente degradação da moral e dos valores da família, apontaríamos o núcleo conservador daquela opinião.

Em geral, é nesse raciocínio que determinados grupos políticos acabam sendo rotulados, em especial o grupo maior da bancada “bbb”, como conservadores, e essa

“marca” é assumida como um dado. Contudo, o que há em comum entre as opiniões mobilizadas por diferentes grupos políticos que as tornam “conservadoras”?

Qualquer pesquisa que ambicione responder esta pergunta deve, necessariamente, propor uma investigação acerca da qualidade e da estrutura das ideias em circulação no Parlamento. Desse modo, foi intrincado identificar o aspecto central nas pesquisas atuais acerca do conservadorismo na política: a ausência da compreensão de como, dentro da história das ideias, os conceitos ou ideias do passado retirados dos seus contextos políticos e ideológicos originais podem servir para responder ou elucidar problemáticas da contemporaneidade.

O mais curioso seria pensar mais adiante que toda análise que inicia na origem histórica do pensamento conservador implicitamente pressupõe que os modos de pensar próprios a essa “tradição” se manteriam relativamente inalterados emergindo no atual debate público; e a partir daí, são ligados a interesses corporativos divergentes partindo de um fundo ideológico comum.

Com isso, considerando as consequências da administração de um governo de esquerda por doze anos, se notou, no debate público nacional, a inflação de discursos mais para a direita. Isso gerou um interesse maior de pesquisadores na busca de teorias e pensamentos que fossem capazes de analisar o momento político brasileiro de crise institucional, no qual muitas agendas acompanhadas de discursos em diversos espaços da sociedade ganhariam voz.

Entretanto, por mais que o tema vigente, nos estudos recentes de ideologias da direita ou do conservadorismo, esteja conectado à mudança política atual do governo ou aos novos rumos arriscados que a política tenha tomado, os interesses centrais das pesquisas negligenciaram apreender a relação entre ideologias conservadoras e a história por trás dessas ideias. Uma legislação, para os olhos de muitos, pode significar

um determinado resultado no futuro, assim como um comportamento social, do passado, pode interferir na produção do nosso momento atual; isto é, uma declaração de porta-vozes de direita pode interpelar diferentemente cada sujeito.

A partir disso se percebe como as ideologias, presentes em várias esferas da sociedade, afetam e produzem as nossas representações da realidade. O mundo social é complexo e as ideologias funcionam no sentido de simplificá-lo, uma ação que na maioria das vezes oculta outras dimensões daquele fato, em especial, o seu fundo histórico. E mesmo que todo processo social esteja sujeito a uma pluralidade de leituras e intervenções discursivas, a ideologia permanece como esquema interpretativo que oferece uma realidade específica constituída de um passado, uma tradição ou pensamento.

O conceito de ideologia utilizado neste estudo é fruto da contribuição de Ernesto Laclau na sua primeira fase, antes da sua guinada teórica pós-marxista. Ela tem influência tanto das leituras de Althusser e Gramsci quanto da psicanálise de Lacan, que por outro lado baseou a análise de Hall (1988) da situação política do Thatcherismo na década de 80.

É certo dizer que nem ideias políticas seriam um mero reflexo passivo dos interesses pessoais dos indivíduos, nem emergiriam no vácuo – mas contém a potencialidade de guiar a ação política, moldar a vida social e são produzidas por circunstâncias históricas em que servem às ambições políticas (HEYWOOD, 2017). Isso deve ser dito em oposição àqueles que creem que a política representaria a luta crua pelo poder, fazendo das ideias e ideologias pura decoração (HEYWOOD, 2017).

À vista disso, o pensamento e a prática política estão inseparavelmente ligados, de modo que qualquer explicação da política de qualquer tempo só pode ser corretamente explorada com o pressuposto da interligação evidente entre ideias e ideologias e forças

sociais e históricas (HEYWOOD, 2017). As ideologias, logo, influenciam a vida política quando estruturam o entendimento político, formam a natureza destes sistemas e agem como cimento social (HEYWOOD, 2017).

Entretanto, o conceito de ideologia é deficitário quando significa a clássica oposição ontológica entre o real e o ilusório, o que constitui o cerne da problemática “representacionista” do termo (ZIZEK, 1994). Para além desta questão, temos aquilo que Laclau (1997) classificou como imprecisão analítica da ideologia, que se deu pela indefinida expansão conceitual que passou, desde a sua origem, a englobar diversos sentidos, o que gerou, na sua concepção, uma inflação seguida de uma crise. A controvérsia que estaria por trás do conceito de ideologia seria a sua defesa como conceito contraditório, com um teor alto de promiscuidade semântica (GERRING, 1997):

[...] Um é atingido não apenas pelo número cumulativo de diferentes atributos que os escritores encontram essencial, mas por suas contradições mais do que ocasionais. Para alguns, ideologia é dogmática, enquanto para outros carrega conotações de sofisticação política; para alguns, refere-se aos modos dominantes de pensamento, e para outros, refere-se principalmente a aqueles mais alienados pelo status quo (por exemplo, movimentos revolucionários). Para alguns, é baseado nos interesses concretos de uma classe social, enquanto para outros é caracterizada por uma ausência de interesse econômico próprio. Pode-se continuar, mas a questão já está aparente: não é só a ideologia *farflung*, também abrange uma boa quantidade de traços de definição que estão diretamente em conflito um com o outro [...] (GERRING, 1997, p. 957, tradução nossa).

Contudo, quando se sustenta que o conservadorismo permanece no terreno ideológico, seu valor analítico se mantém. Por que isso ocorre? Em adição, compartilha-se uma percepção, na literatura de conservadores estrangeiros, no mínimo ingênua, da não existência de uma ideologia conservadora que, como observa Coutinho (1999), evitam o uso do termo por entenderem que ele estaria geralmente assumido como, advindo da tradição marxista, um conceito que pretende interpretar e transformar o mundo. Conservadores tradicionalmente assumiriam que a ideologia se trataria da manifestação da arrogância do racionalismo, por serem sistemas elaborados de pensamento abstratos e perigosos que levariam a fins da repressão política (HEYWOOD, 2017, p. 35). Em outra linha, a problemática conceitual prossegue; em resumo, Connolly salientaria que

[...] Aqui reside o problema da ideologia: um sistema de crenças políticas aceitas, muitas vezes necessárias para orientar a atividade política em situações problemáticas, que também tende para ser organizada de forma a proteger os compromissos superiores de seus apoiadores. Em situações de limitação do seu controle empírico, muitas vezes se torna extremamente difícil para verificar se a ideologia aceita está efetivamente descrevendo e explicando o ambiente político ou se seu poder explicativo está severamente prejudicado por sua tendência de obscurecer relevantes, mas potencialmente desconcertantes aspectos do ambiente da consciência de seus apoiadores [...] (CONNOLLY, 1967, p. 3, tradução nossa).

Mesmo que a intenção aqui não seja discutir teoricamente a definição da ideologia desde a obra inacabada de Marx e Engels (*A Ideologia Alemã, 1845*), nem contrastar a

ampla literatura de várias áreas para produzir um conceito imaculado⁶, é relevante apontar o quão necessário é a palavra que orienta a concepção geral imprescindível para compreender o fenômeno do conservadorismo. Dito isso, assumindo a importância do estudo das ideologias, alguns pontos merecem reconhecimento.

O primeiro e mais básico argumento apresentado é que estudar ideologias é analisar arranjos do pensar da política atual, que envolve um outro conceito – o de poder – de justificar decisões políticas e influenciar indivíduos (FREEDEN, 1996). Além disso, as ideologias, que estão associadas a grupos, ao invés de classes, são direcionadas e produzidas pelos mesmos e funcionam performando ações para legitimar, ordenar e simplificar a ordem social, fazendo funcionar corretamente as sociedades, sendo formas onipresentes de pensamento nas mesmas, criando o mundo que existe e o do possível, fechando ou abrindo os horizontes sociais (FREEDEN, 1996).

É dessa forma que através do uso conceitual da ideologia é possível adquirir conhecimento social, e por isso, são formas do pensamento político que proveem um acesso direto na compreensão da formação e a natureza da teoria política em sua complexidade (FREEDEN, 1996). Sem ele se torna obscuro a investigação do conteúdo do projeto conservador no Brasil, já que a palavra representa, antes de tudo, um conceito político. A reflexão aqui é expor que o abandono do termo é jogar fora um importante aparato conceitual; e, de fato, poucos o abandonam.

A escolha deste estudo é adotar uma concepção discursiva da ideologia que, assim como a linguagem, é abordada na relação da articulação de elementos distintos, uma conceitualização de persuasão marxista (LACLAU, 1977; HALL, 1988). Nisso, importa assinalar que, nas ideologias dos grupos sociais, não somente aborda-se o conteúdo do

⁶ A discussão se dividiria, como observa Heywood (2017), entre visões marxistas e não marxistas da ideologia.

discurso daquele pensamento, mas também os princípios articuladores do conservadorismo (por exemplo) como projeto político.

Comumente se observou a análise da ideologia por três perspectivas: a de origem histórica e sua evolução; a sua função como um conjunto de visões políticas; e a semântica, que questiona as implicações e o conhecimento que ela gera (FREEDEN, 1996). Para Freedden (1996), nesta definição, a ideologia se manteria como uma configuração distinta de conceitos políticos, que criam padrões conceituais específicos de muitas combinações, em que adquirem sentido não somente na acumulação das tradições de um discurso ou por contextos culturais, mas também por meio da sua posição estrutural particular dentro de uma configuração de outras acepções. Logo, as ideologias seriam

[...] a consequência macroscópica inevitável de atribuir tais significados a uma gama de conceitos políticos inter-relacionados. Estruturas específicas do pensamento político não existem antes do significado, mas são elas próprias formadas por códigos e normas permissíveis e legitimadas na disposição de uma determinada sociedade, ou por desafios àqueles códigos e normas prevaletentes [...] (FREEDEN, 1996, p. 4, tradução nossa).

Ou seja, abandonar o conceito de ideologia no estudo do discurso político baseado na tese da sua “promiscuidade semântica” seria como jogar o bebê fora com a água suja, um erro. A conceituação mais interessante que dispomos da ideologia advém de Althusser e do primeiro momento de Laclau. Os dois autores se mostraram como grande referência na área de Ciência Política e Sociologia ao abordar uma compreensão específica do termo. A discussão teórica de Laclau, influenciado por uma leitura de Althusser, confere uma contribuição adequada para este estudo.

Entretanto, não é o intuito aqui versar acerca da história que conforma a teoria dos dois autores, já que discutem temas bastante abrangentes e fora do escopo desta pesquisa⁷. Nesta abordagem, Althusser via a ideologia como o imaginário das relações com o mundo social, já que ela exprime as transformações atuais da situação histórica (MOTTA, SERRA, 2014).

[...] diferentemente de uma ciência, uma ideologia é ao mesmo tempo teoricamente fechada e politicamente maleável e adaptável. Ela se curva às necessidades da época, mas sem movimento aparente, contentando-se com o refletir por alguma modificação imperceptível de suas próprias relações internas, as transformações históricas que ela tem por missão assimilar e dominar [...] (MOTTA, SERRA, 2014, p. 128).

Com isso em mente, nada mais ideológico do que a suposição de autores conservadores ou optantes por vertentes de pesquisa quantitativa do discurso eliminar ou esvaziar a concepção de ideologia para compreender as transformações políticas. E nesse ponto temos a intervenção valiosa de Laclau (1977), mais especificamente na sua primeira fase, no qual escreveu “Política e Ideologia na Teoria Marxista” com forte influência althusseriana e da psicanálise Lacaniana.

Ideologia, portanto, seria uma prática que “tem como efeito materializar a representação da relação imaginária dos sujeitos individuais com suas condições reais de existência” (LACLAU, 1977, p. 145). Atribuída a adição de Laclau quando entende o princípio articulatório das interpelações, o termo é essencial para a compreensão

⁷ Para uma revisão mais precisa e atual acerca da questão Motta e Serra (2014) oferecem uma excelente explicação histórica.

atual das relações de poder e mudanças políticas, seu momento mais crítico e criativo em termos de teoria marxista.

Observando a crítica de Laclau ao teórico Nicos Poulantzas, que tentou atribuir determinados elementos ideológicos a um pertencimento de classe, Laclau atenta para uma inversão pertinente: isolados, elementos ideológicos não possuem conotação de classe; a conotação somente ocorre como o resultado da articulação desses elementos dentro de um discurso ideológico concreto (LACLAU, 1977, p. 99). Por não ser adscrito pela classe, a ideia de ponto de articulação condensa os elementos discursivos e as interpelações heterogêneas entre si. É sobre este pressuposto que Hall (1988) desenvolve seu argumento acerca da capacidade hegemônica do thatcherismo quando articula o apelo ao liberalismo econômico com pautas conservadoras como família, nacionalismo e racismo.

OS SENTIDOS EM DISPUTA DO CONSERVADORISMO

O adjetivo conservador desliza na política por setores sociais que o empregam em diferentes variações no tempo, o que torna difícil, como observa Bourke (2018), uma definição central do conceito.

[...] Não conseguimos fixar o que denota uma atitude ou modo de vida específico, ou uma teoria única, ou um conjunto de axiomas, ou uma série de políticas, ou uma parte determinada cuja identidade tem sido constante ao longo do tempo. Figuras públicas e acadêmicos têm procurado consertar o que significa, mas nenhum desses lances garantiu uma ampla definição. Lutas variadas para isolar o “espírito” do conservadorismo - como com a ambição de reivindicar o “coração” do liberalismo, ou a “essência” do socialismo - são melhor vistos como intervenções

projetadas para definir uma agenda ideológica (BOURKE, 2018, p. 457, tradução nossa).

Da extensa gama de textos acerca do conservadorismo, Rossiter, ao primeiro olhar, pareceria oferecer a argumentação mais conscienciosa e crítica da natureza de um conhecimento político presente a alguns séculos. Se ser conservador, pelo menos para os “articuladores” desta ideologia, significaria proteger ou alterar as instituições em que seus privilégios estão embutidos, a tarefa do pesquisador da política se tornaria bem mais inteligível.

E sendo o poder a principal *commoditie* a ser disputada no campo decisório, a linguagem conservadora seria, portanto, aquela do egoísmo e do preconceito, preocupada em manter em vigência as diversas representações ideológicas do poder como a autoridade, a ordem, a tradição, a propriedade, a religião e a desigualdade, que garantiriam configurações sociais singulares. Essa identificação é central no estudo da política, não por configurar uma análise da personalidade ou da “mentalidade” conservadora, mas porque ela torna mais clara algo que a grande parte dos autores autodenominados conservadores – referências da literatura internacional – negam. A saber, que o conservadorismo político é o agir consciente na defesa de instituições que sustentam determinados privilégios sociais, percepção compartilhada por este estudo. Nas palavras de Rossiter:

[...] O conservadorismo é egoísta. O conservador, dificilmente por coincidência, é bem servido por este modo de vida. Embora afirmasse defender uma sociedade inteira, ele realmente defende sua própria posição nela. O conservadorismo é inerentemente uma atitude de posse - seja posse de propriedade, status, reputação, ou poder - e teme mudar principalmente porque isso significa expropriação. Todas as filosofias, pode-se argumentar,

são racionalizações do interesse próprio, mas os interesses do conservadorismo são especialmente egocêntricos, pois eles são investidos em vez de perseguidos⁸ [...] (ROSSITER, 1982, p. 60, tradução nossa).

Contudo, os usos do termo, na linguagem social, são altamente polissêmicos. Primeiro, porque caracterizariam um conjunto de ideias políticas, princípios que formam um todo ou descreveriam uma tradição na história do pensamento político, no caso, o moderno. Também representariam uma atividade política singular de um grupo social ou partido, como o Partido Conservador do período imperial brasileiro. Muitas vezes já foi compreendido como uma coleção de atitudes ou disposições psicológicas específica.

Entretanto, cada uma das opções acima é uma definição ardentemente contestada por autores conservadores e seus críticos. Isso se dá porque o conservadorismo é um dos conceitos de crescente inflação em uso no século XXI, por isso se tornou, assim como “fascismo”, “capitalismo”, “colonialismo” e “marxismo”, uma arma no campo de batalha linguístico contemporâneo (SCHUMANN, 1978). Hoje o termo possui um uso pejorativo, é quase um insulto, mesmo tendo Mannheim (1986) buscado mostrar as profundas raízes sociais dessa estrutura intelectual complexa. Nesta seção, ao expor algumas visões da palavra, tento apresentar porque se deu a relativa indeterminação dos usos do termo e as subseqüentes disputas por seu significado na literatura internacional.

⁸ É necessário levar em consideração a objeção de que o caráter iminentemente egoísta nos interesses investidos pode vir a ser abraçado por sujeitos subalternos ou desprivilegiados. Nesse caso é possível dizer que Rossiter também sugere que o privilégio social assume múltiplas formas, não se restringindo à propriedade (pense-se no privilégio masculino).

Uma forma de oscilação percorre o conceito e quais juízos ele encapsula. A liberdade de expressão, por exemplo, seria um princípio essencial para o florescimento de sociedades mais democráticas. Mas seria correto afirmar que o desejo de preservação desta ideia tão fundamental constituiria os sujeitos como conservadores? Por outro ângulo, o conservadorismo político teria como estandarte a defesa da liberdade de expressão? Pode ser dito que isso depende do contexto histórico em que estas particularidades ocorrem.

Liberalismo, socialismo e conservadorismo, três importantes ideologias do último século, em análise, tendem a assumir diversas faces a depender do que estamos falando ou de quem as utiliza e são dissociadas de elementos ideológicos *a priori*. Porém, o terceiro é muitas vezes compreendido como um contrapeso, uma força oposta que compensa as duas primeiras visões (VIERHAUS, 1973). Enquanto uma parcela supõe que seja uma vacina da moderação contra a aceleração do social, a outra acusa a ideia anterior de compor o pensamento do atraso, o querer se manter no passado.

Michels (1935), por exemplo, sugere que o conservadorismo seria a incapacidade de questionar as ações, o fracasso preguiçoso de subverter as concepções tradicionais, o preconceito generalizado contra o pensar, a justificação seletiva dos hábitos. Mesmo sem saber, indivíduos costumam ser seletivos nos modos, nos gostos e julgamentos destes na vida social; isso representaria uma conservação pessoal. A criação de tabus racionaliza normas pelas quais o pré-juízo se torna a principal ferramenta de defesa das formas dessa interação.

Mas em qual momento a guarda das perspectivas dos sujeitos, a ação de contrabalancear a intrusão as opiniões alheias da sociedade no meio individual se tornam uma *Weltanschauung*, uma percepção de mundo? A confusão produzida na argumentação de Michels se enreda no seguinte paradoxo: a diferenciação de

conservadorismo político e filosófico. O primeiro, despido de “conteúdo filosófico”, significaria a manutenção de qualquer status quo, logo, qualquer partido político que alcance o poder, por querer mantê-lo, prezará pela conservação (MICHELS, 1935, p. 230). Bolcheviques poderiam ser, nesse sentido, tão conservadores quanto czaristas, e até nazistas.

Com isso chega-se no sentido filosófico, no qual o conservadorismo seria uma cosmovisão que implica na paixão pela tradição e autoridade, que deriva de condições psicológicas, efeitos da idade, que aparentam racionalidade; logo, os velhos tenderiam a ser mais conservadores que os jovens (MICHELS, 1935, p. 230). Nesta noção, nazistas poderiam agir (atitude) como conservadores, mas não seriam (sistema filosófico) conservadores, usando respectivamente os dois significados.

Contudo, é possível afirmar estes dois sentidos são contingentes. Michels pode estar querendo afirmar que, em determinado estágio da história, as facções políticas se tornariam conservadoras, entretanto, mesmo essa definição primária colapsa a noção de conservadorismo já que, se significa o impulso para preservar, todos os partidos se constituem conservadores de antemão, pois lutam para a imposição e conservação de determinadas políticas, tenha ela o conteúdo filosófico que for. Os significados parecem se chocar dependendo da perspectiva de análise.

Pode ser dito que o conservadorismo produzido por pensadores, que tentam explicar a sua origem, é contraditório. Isso ocorre porque diferentes sujeitos em diversas épocas, em benefício teórico próprio, se permitiram contar a história que melhor serviu a seus interesses. São, portanto, muitos conservadorismos. Mas o que ganha importância aqui é a legitimação, ou a ascensão, do conservadorismo como uma ideologia política após a interpretação dos escritos modernos de Burke (2003[1790]).

Como sustenta Epstein (1966), para entendermos a questão devemos olhar para os eventos interconectados que impactaram o século dezoito: o Iluminismo, o capitalismo comercial e o crescimento da classe burguesa. Foram estas mudanças dinâmicas na sociedade europeia que formaram a “razão de ser do conservadorismo como um movimento articulado e consciente de oposição aos esforços [opostos] (...) para transformar a sociedade em uma direção secular, igualitária e autogovernada” (EPSTEIN, 1966, p. 5, tradução nossa).

Por essa razão, o conservadorismo exibiria uma morfologia própria, uma ideologia em que predomina a preocupação com o problema da mudança, a crença na origem extra-humana da ordem social e a capacidade de espelhar conceitos antitéticos às noções progressistas (FREEDEN, 1996). Isso ocorre, como diz Freeden,

[...] porque as ideologias progressistas têm núcleos ideativos claros e na medida em que o conservadorismo é uma imagem espelhada dessas ideologias, adquire um conjunto de conceitos ideativos quase por padrão. Isso pode ser difícil de aceitar para analistas acostumados a apresentar, ou expor, conservadorismo como uma ideologia equipada com um conjunto distinto de ideias sobre natureza humana, estrutura social e o papel do político [...] (FREEDEN, 1996, p. 337, tradução nossa).

A concepção de Freeden, em vista disso, se encontra em plena oposição a definição de Michels e muitos outros pensadores conservadores do século XX. O que se observa na literatura internacional são as idealizações discrepantes entre si do que se configura como o pensar ou o agir conservador, que se deu por diferentes figuras que tomamos como referências do conservadorismo; como notou Freeden (1996, p. 320, tradução nossa), “os relatos mais influentes do pensamento conservador emanaram dos

próprios conservadores”⁹. Nesse sentido, é essencial avaliar as contribuições de três relevantes pensadores extensamente citados, a saber: Kirk, Oakeshott e Huntington. São autores centrais para compreendermos um dos principais estágios de canonização contemporânea de Burke, em especial nos Estados Unidos. Todavia, Bourke (2018) nota que estudos mais recentes dos grandes escritos clássicos e modernos revelaram o quão antiquadas eram as interpretações históricas que organizaram pensadores em campos de batalha opostos, considerando Burke a antítese conservadora do liberalismo esposado por Kant ou Locke¹⁰. Assim,

[...] independentemente do caráter da política real de Burke – e apesar da complexidade de suas relações com pensadores contemporâneos – histórias, antologias e polêmicas desde 1950, tendem a repetir a tese básica de que ele deve ser visto por efeito como um ‘arqui-antagonista’ dos direitos humanos e, conseqüentemente, o progenitor do conservadorismo moderno. Clinton Rossiter, Peter Viereck, Hans Barth, Noël O’Sullivan e Corey Robin igualmente, tratam com a ideia de que o conservadorismo ‘deliberado’ teve suas raízes como um movimento autoconsciente na reação a 1789 [...] (BOURKE, 2018, p. 463, tradução nossa).

Por isso, o que torna Burke o arquétipo conservador ou o ‘pai’ da doutrina são as reinterpretações locais de autores contemporâneos à procura da definição particular

⁹ Em adição ao núcleo conceitual do conservadorismo de Freedman (1996), que oferece uma estrutura interpretativa para a compreensão e sua interrelação com outros conceitos políticos, a ideologia política em questão, sendo uma resistência articulada, sistemática e teórica ao problema da mudança, só se permitiria ser articulada por grupos que possuem um alto risco de perda material ou psicológica no sistema sociopolítico – as classes sociais privilegiadas por determinadas instituições (LAYTON-HENRY, 1982; SCHUMANN, 1978).

¹⁰ Este argumento é compartilhado até por filósofos políticos conservadores como Kekes (1997), em seu texto intitulado *What is conservatism*.

de um movimento originário ou uma ideologia distinta com raízes históricas por vários motivos intelectuais. Esse ato de vulgarizar escritos modernos resulta da tentativa de tornar conciso um conjunto contingente de argumentos históricos particulares para fins de mercantilizar determinada ideia que não se harmoniza com os próprios conteúdos internos dos sujeitos históricos. A narrativa burkeana, como exposta anteriormente, possui autores centrais, entretanto, como bem observa Lynch (2017), existem atores específicos envolvidos no forjar do imaginário conservador, em que:

[...] A imagem de Burke como pai de uma ‘ideologia conservadora’ perfeitamente clara e definida seria estabelecida nos Estados Unidos somente no começo da Guerra Fria, quando o movimento neotradicionalista de influência católica (hoje chamado paleoconservador) estava em busca de um ‘patrono’ respeitável em sua luta contra o socialismo e o liberalismo. Seus intelectuais orgânicos, como Russell Kirk, divulgaram então interpretações de Burke que o retratavam mais parecido com aqueles que o invocavam – e, portanto, mais ‘conservador’ do que ele havia sido efetivamente. Foi esse Burke que passou aos manuais de ciência política (por exemplo, Watkins e Kramnick) [...] (LYNCH, 2017, p. 317).

Russell Kirk (1953), famoso historiador e teórico político norte-americano, apresenta, na década de 1960, o seu livro “*The Conservative Mind from Burke to Santayana*”¹¹. Um conservador ousado, nas palavras de Rossiter (1953), e que produziu os mais valiosos ensaios de contribuições da história intelectual. Chegamos a entender que, para Kirk – um historiador das ideias sociais e políticas –, o conservadorismo deveria

¹¹ Anos depois republicado como *The Conservative Mind from Burke to Eliot* (Kirk, 1986).

necessariamente estar atrelado a acepção da natureza moral da sociedade, da defesa da propriedade privada, na preservaço das liberdades locais, da divisào de poderes, sempre abordando a sociedade moderna com um espírito de humildade nacional (ROSSITER, 1953). Com isso, a sua tese central seria afirmar que os problemas sociais da contemporaneidade possuem como causa a reproduço das várias formas de liberalismos¹², pelo qual o conservadorismo se constituiria como o grande remédio (GAY, 1953).

Em uma polêmica obra, Kirk percorre um longo caminho para propor que ideias conservadoras lutariam em direção à ascensào nos Estados Unidos, dedicando à Burke o mais longo capítulo (GAY, 1953). De forma simples, Kirk (1953) entendia Burke como o maior pensador do conservadorismo moderno, como o político de sua época que não teve vergonha de afirmar que a aliança dos homens humildes se dava nas certezas do preconceito e da prescriço. Para Kirk (1953), o conservadorismo consciente não se manifestaria, no sentido moderno, até a publicaçào das Reflexões de Burke. O político anglo-irlandês teria profetizado um mundo destruído pela exaltaço da igualdade e do ódio à tradiço, que engolia as ideias de Rousseau e clamava por mais radicalismos (KIRK, 1953). Por essa razão, afirma o autor, a obra seria também uma crítica ao pensamento conservador, em que Kirk optaria por focar na análise dos pensadores ingleses e norte-americanos, já que, como ele mesmo dizia, foram essas as maiores nações que escaparam da maldiço da revoluço desde 1790.

Segundo o argumento, um conservador bem-informado nunca comprimiria um sistema intelectual em poucas frases pretenciosas; ao contrário, ganhariam de herança o talento de Burke de expressar suas convicções para encaixar no seu tempo (KIRK, 1953). Mesmo assim, afirma Kirk (1953), o conservadorismo seria, em essência, a preservaço das antigas tradições morais da humanidade, bem expressas em seis

¹² Noção semelhante à de Scruton (1984) no seu livro *The Meaning of Conservatism*.

cânones: 1) a crença numa ordem moral universal baseada na religião; 2) a afeição pela variedade e mistério da vida tradicional; 3) a convicção de que a civilização está cercada pela ordem e pelas classes; 4) a crença da inseparabilidade da propriedade e da liberdade; 5) a fé na prescrição de Burke; 6) e o reconhecimento de que a mudança e a reforma não são necessariamente a mesma coisa (KIRK, 1953).

Enquanto ganhou fama e admiração de muitos, Kirk produziu grandes críticos da sua concepção da ideologia conservadora. Kaufman (1955) acredita, por exemplo, que Kirk, ao cometer absurdidades históricas patentes e confrontar argumentos com retórica exacerbada, fez um grande desserviço ao conservadorismo por defini-lo em termos irrelevantes. Esse argumento é, de fato, verossímil, graças ao fato de Kirk defender o recurso da intenção divina como preceito fundamental, na qual a Providência serviria como o único instrumento de mudança social (KAUFMAN, 1955).

Esta tese se embasa, claramente, nas três principais convicções do próprio Kirk: o mistério da vida tradicional, a necessidade de ordem e classes e na propensão da maldade no homem. Até Rossiter (1953), um adepto de Kirk, foi levado a afirmar um defeito central do livro: o pressuposto implícito, sem base empírica, de que todos os descontentamentos humanos estão ligados às forças lascivas, rasas e irreligiosas do liberalismo do Ocidente criados na Revolução Francesa. Entretanto, o maior crítico da influente filosofia conservadora de Kirk continua sendo o cientista político Samuel Huntington.

Para Huntington (1957), os esforços de conservadores como Kirk em esposar a universalidade e transcendência da lei natural seriam concretamente inconsistentes, visto que, ao concordar e dialogar com Mannheim, também entendia que o que distingue o conservadorismo é a exata oposição ao princípio.

Huntington (1957, p. 471) se afasta das palavras de Kirk ao entender que a obra do historiador conterrâneo transbordaria um apego nostálgico, sentimental e antiquado a uma sociedade do passado, nada parecida com a vigorosa democracia constitucional norte-americana. Muitos neoconservadores como Kirk, aponta Huntington (1957), estariam impossibilitados de ultrapassar a vagueza da origem do mal que desejam combater e o que eles querem conservar, confusão de alvos e metas que refletiriam a patente falta de consenso mútuos; enquanto conservadores como Burke lutaram em batalhas políticas reais com inimigos claros, os neoconservadores produziram e avançariam contra ameaças imaginárias e abstratas (HUNTINGTON, 1957).

O conservadorismo para Huntington, entretanto, seria uma outra história. Convencido de que os neoconservadores da sua época se esforçaram para conservar uma tradição intelectual que não existia, eles deveriam, antes de tudo, se preocupar com os ataques feitos as instituições liberais, populares e democráticas existentes¹³ (HUNTINGTON, 1957, p. 472). A complexidade do pensamento de Huntington (1957) é percebida na interpretação das suas três teorias do conservadorismo: a aristocrática, a autônoma e a situacional. Em um único artigo, o autor é capaz de formalizar o que ele acredita serem as três concepções correntes dentro do debate conservador do seu tempo. E para assentar sua posição dentro desta discussão política, Huntington cria e refuta as duas primeiras, sustentando a última. Ao favorecer a teoria do conservadorismo situacional, o autor renuncia a aspectos históricos das outras.

Na definição aristocrática, o conservadorismo seria a ideologia específica historicamente, a reação das classes feudais, agrárias e aristocráticas contra a Revolução Francesa (HUNTINGTON, 1957). A segunda, que Huntington (1957) chama de teoria autônoma, seria um sistema de ideias universalmente válidas sem conexão com interesses particulares – a abstração defendida pelos neoconservadores.

¹³ Os ataques que se refere Huntington devem ser entendidos no seu contexto, o da Guerra Fria, referindo-se, portanto, ao comunismo.

Já a sua concepção, a situacional, entendia o conservadorismo como a ideologia que brota da necessidade de combater os desafios direcionados a quaisquer instituições estabelecidas. Como afirma Layton-Henry (1982, p. 4), a essência do conceito é a afirmação apaixonada do valor das instituições existentes; seria, então, um sistema de ideias empregado para justificar qualquer ordem social no qual e quando quer que ela exista.

Para basear seus argumentos, Huntington (1957) estabelece interessantes relações com as ideias de Burke. Segundo o autor, o político anglo-irlandês foi o arquétipo conservador, no qual os elementos básicos do seu pensamento são, portanto, os elementos do conservadorismo. A ideologia Burkeana (HUNTINGTON, 1957, p. 456) estaria escorada em seis juízos essenciais: 1) a religião do homem funda e legitima a ordem social; 2) a sociedade cresce devagar e organicamente, no que as instituições corporificam a sabedoria geracional; 3) a experiência concreta prevalece sobre os ideais universais, sendo o preconceito e o hábito melhores que a razão e a lógica; 4) a comunidade é superior ao indivíduo e a maldade nasce da natureza humana; 5) homens são desiguais, estão divididos em classes e grupos, logo, a hierarquia e a diferenciação são inevitáveis; 6) melhor um governo que existe do que outro que nunca foi tentado.

De acordo com o autor, os princípios de Burke são úteis porque não indicariam qualquer conteúdo institucional a ser defendido; enquanto “a maior parte das ideologias afirma uma visão de como a sociedade política deve ser organizada”, o conservadorismo seria destituído de um ideal substantivo (HUNTINGTON, 1957, p. 457, tradução nossa). Nessa leitura, a instrumentalização de Burke – a flexibilização das suas ideias – ofereceu os meios para legitimar as instituições liberais existentes sem dá-las qualquer conteúdo particular (BOURKE, 2018). Devido a esse fato, podemos observar como e porque o conceito de conservadorismo como a “política sem ideais”

(*Politik ohne Wunschbilder*)¹⁴ pode ser inevitavelmente contraditório e ingênuo. Primeiro, Huntington rejeita as definições do conservadorismo como a defesa do status quo de Michels e Rossiter, mas ao mesmo tempo afirma que conservadores não nasceriam sem estarem fundamentalmente satisfeitos com a ordem estabelecida, e que, se baseando em Burke, mudanças secundárias seriam necessárias para a preservação dos elementos fundamentais da sociedade (LAYTON-HENRY, 1982, p. 4).

Em segundo lugar, se a ideologia em questão não possuísse validade ideacional e falha ao defender o status quo ela é uma arma cega e uma ideologia absurda (ROTHBARD, 1957). Por afirmar que o conservadorismo não seria uma defesa racional das instituições, e sim uma orientação involuntária e hostil a mudança, Huntington concedeu o monopólio da razão a outras ideologias em luta contra o conservadorismo – já que toda sociedade deve escolher um ponto de vista ideal do futuro (ROTHBARD, 1957). Mas, como assinala Rothbard (1957), se o conservadorismo afirma um papel – o de defender racionalmente instituições contra o caos social – o conceito não consegue ser puramente situacional, visto que a asserção da necessidade de existência seria claramente uma defesa sistemática e de ideias. Por último, se o conservadorismo fosse exclusivamente situacional – sem conexões com interesses particulares – e desejável, instituições existentes, como as do nacional socialismo alemão, deveriam ser defendidas, o que torna o conceito desesperadamente confuso.

Michael Oakeshott, um dos pensadores analisados aqui, possui uma visão filosófica particular do conservadorismo: abdicando cometer violência com os escritos de Burke, ele se junta ao grupo que Muller (2006) chama de conservadores estéticos. São àqueles que estão mais preocupados em proteger a pureza de determinados sentimentos impossibilitando que estes sejam articulados em prescrições direcionadas às instituições ou alguma forma de ação política. Similarmente, Alexander (2013) observa

¹⁴ Expressão citada como exemplo pelo próprio Huntington (1957, p. 457).

que Oakeshott, ao tentar definir o conservadorismo em termos seculares, sinaliza que o conceito não deve ser concebido como um conjunto de ideais ou como reação política. Esses comentários carregam veracidade ao observarmos que, de acordo com Oakeshott (1962, p. 168-9), o conservadorismo seria uma disposição caracterizada, em sentido abstrato, pela propensão de usar e regozijar com o disponível, degustar e estimar o presente pela sua familiaridade, preferir o certo ao incerto, o fato ao mistério, o atual ao possível, em geral, o presente à utopia.

Essa linha de pensamento é clara e afirmada por Cardoso (2018, p. 104), intérprete do filósofo inglês, que aponta que o “conservadorismo não é uma ‘ideologia’ no acervo de concepções de mundo, posto que não é propriamente concebido racionalmente e sistematicamente”. Na visão de Oakeshott, Burke seria compreendido não como o fundador do conservadorismo, mas sim como um herdeiro de uma forma tradicional de pensar, muito mais antiga (ALEXANDER, 2013). Um crítico do terror jacobino, o autor entendia que Burke buscou articular uma crítica tradicional. Uma canonização mais branda de Burke, que, à sombra da Revolução Francesa produziu, nos seus escritos, uma ideologia que serviria de antídoto às ideias de 1789 (BOURKE, 2018, p. 463).

Mais adiante, ao contrário de Kirk, Oakeshott não dá importância para crenças religiosas dentro da concepção do conservadorismo; um individualismo que o aproxima, diz Cardoso (2018), mais a matriz liberal. Afasta-se de Huntington quando carece de um argumento de conservação das instituições, mas ao mesmo tempo se aproxima quando não admite que a disposição conservadora tenha vínculos com classes ou estratos sociais ou que mantenha uma concepção interessada de conservadorismo. Contudo, o aspecto mais marcante da ideia do autor (e de outros conservadores estéticos), como observou Muller (2006), seria a predileção pela passividade política e a reivindicação do privilégio epistêmico, no qual somente os portadores da disposição conservadora – em oposição aos “ignorantes”

(OAKESHOTT, 1962) – seriam capazes de usufruir na literatura e poesia o que se articularia como o conservadorismo.

Olhando para os três pensadores, temos a defesa de diferentes problemáticas. Kirk, interessado em esposar o neoconservadorismo adorna sua ideia com argumentos burkeanos, ao passo em que Huntington pretende agrupar o conservadorismo com a defesa das instituições liberais, enquanto Oakeshott, o conservador estético, tenciona consagrar um conservadorismo anti-ideológico e não articulado (FREEDEN, 1996). Cada um apresenta e disputa os sentidos do que podemos entender como uma percepção de mundo conservadora. Isso representou um “esforço para fabricar um ideal (...) o de rotular para legitimar um sistema de valores particular”, conseqüentemente excluindo significados alternativos e monopolizando a validade conceitual (BOURKE, 2018, p. 457, tradução nossa). São autores centrais, mas não os únicos, a canonizar Burke na história política da ideologia conservadora (EPSTEIN, 1966; BOURKE, 2018). Nesse raciocínio, foram ideólogos que serviram de apoio para outros escritos importantes do tema.

Mais do que isso, os autores conservadores citados compartilham da ideia burkeana, reforçada no argumento de Nisbet (1986), outro conservador contemporâneo, quando afirmam que Burke, a reagir à Revolução Francesa, abriu caminho ideológico para uma visão de mundo que foi além da contraposição ao racionalismo/individualismo iluminista, mas também reforçou a relevância primária das “estruturas históricas” como o conceito de família tradicional acima do papel moralizante do Estado, da organicidade em etapas da comunidade local, das instituições religiosas, da necessidade de governos de imporem a ordem sem se imiscuírem de forma autoritária nas vidas dos grupos e associações sociais com imposições de igualdade e nivelamento. Historicamente, são princípios que advém da crítica de Burke ao terror Jacobino francês e que passa, na reinterpretação dos conservadores contemporâneos

pela comparação por semelhança desse período com os efeitos da Revolução de 1917, em que se via os mesmos perigos do momento histórico anterior.

A partir disso, é possível sustentar que, entre a análise dos pensadores contemporâneos do conservadorismo, não pode ser notada uma concordância na essência do pensamento conservador, mas antes a semelhança de ideias comuns a muitos atores que disputam os sentidos desta ideologia. A ideia central é, neste sentido, apontar para a realidade reafirmada pelos autores da falta de consenso em torno das acepções do conservadorismo sinalizando as questões em disputa em relação a ideologia. São as lutas variadas de autores específicos que, ao agirem para definir o “espírito” do conservadorismo, acabam por expor suas próprias agendas ideológicas.

ELEMENTOS DO PENSAMENTO POLÍTICO CONSERVADOR NO BRASIL

Revedo o pensamento conservador brasileiro o ponto relevante a se considerar é o seu vasto universo (FERREIRA; BOTELHO, 2010). Se os pensadores nacionais representam figuras das tradições do pensamento brasileiro, quais são seus papéis que a literatura de fora desta área tende a ignorar quando o objeto é a onda conservadora na política (ALMEIDA, 2017)? A partir deste questionamento, esta seção busca revelar que a existência de tradições locais do conservadorismo por vezes converge e diverge com a literatura estrangeira, que se subentende como o pensamento conservador “clássico”. Pelo qual também é essencial afirmar que, ao mesmo tempo em que há inspiração do conservadorismo europeu na sua formação, o pensamento conservador brasileiro lidou com continuidades e transições díspares das que deram origem ao modelo original estrangeiro (FERREIRA; BOTELHO, 2010).

Entretanto, se supõe-se que não persiste uma “consciência conservadora” conciliatória, como afirmava Mercadante (1980), ou um partido conservador disputando cadeiras

no congresso que, como o saquarema¹⁵, “dignamente” representou os ideais ingleses (TORRES, 1968), por que se fala em conservadorismo na política ou uma atitude conservadora na população, como afirma Quadros (2015)? Uma primeira resposta a esta questão é a de Kaysel (2015, p. 72), que supõe que “muitos dos discursos – tanto liberais como conservadores – que hoje conformam o imaginário político das direitas brasileiras possuem uma história que data do século XIX”. Chaloub e Perlatto (2015) foram hábeis em apontar, por exemplo, como os intelectuais conservadores brasileiros contemporâneos formalizam um discurso ideológico com traços das ideias do passado nacional. A partir disso, seria estranho indagar se seria possível demonstrar que o discurso parlamentar de direita, influenciado por muitos intelectuais brasileiros e estrangeiros, não possuiria um lastro no passado, nas ideias das mentes conservadoras que pensaram o país anteriormente?

Menos interessado e abrangente que o questionamento de Ricupero (2008), de entender o comportamento das ideias em diferentes contextos sociais e políticos, temos por pensamento político algo que não exige coerência nem dispersão ideológica. Logo, quem estuda o pensamento proposto vasculha o campo da produção intelectual da cultura política nacional (LYNCH, 2013). Esse é o caso especial da história das ideias centrais, em que o estudo do pensamento político, como diz Brandão,

[...] foi capaz de formular ou de discriminar na evolução política e ideológica brasileira a existência de “estilos” determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumam até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades

¹⁵ Termo usado para identificar o Partido Conservador brasileiro do Período Imperial.

que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual [...] (BRANDÃO, 2005, p. 236).

Por isso, buscar o diálogo histórico entre personagens políticos e uma ideologia com preocupações históricas situadas significa compreender a incorporação e muitas vezes a reinterpretação fora de lugar, pois a gênese e o desenvolver de ideias que circulam em lugares e em tempos diferentes terão uma disparidade contextual considerável. Então, se a existência de uma tradição conservadora no hemisfério norte é considerada, no melhor dos casos, uma construção tardia e uma filosofia homogênea do mesmo tipo, uma ideia inadequada nos parâmetros dos estudos das histórias das ideias (BOURKE, 2018), a problemática orbita nas definições concorrentes escolhidas a fim de caracterizar um pensamento político conservador. Mas um estudo que possa afirmar em que circunstâncias isso ocorre será um de recepção das ideias estrangeiras no solo nacional, porque tem a pretensão de capturar alguma estrutura intelectual que se cristaliza na história (BRANDÃO, 2005). Mas o que se cristalizou do pensar conservador atualmente?

No passado, o que se observou dessa composição conservadora, de acordo com os especialistas do pensamento político social brasileiro, pode ser dividida em três dimensões complementares. Teríamos que um conservadorismo “clássico” que foi capaz de plasmar ou moldar o pensamento de algumas figuras nacionais (BRANDÃO, 2005), que se transformou numa combinação variada, caleidoscópica do ser “um conservador” no Brasil em diversos períodos históricos (LYNCH, 2017), mas também foram ideias limitadas – fora de lugar (RICUPERO, 2010). Que, em razão, é o real sentido de como uma teoria ou ideia, que possui um contexto de produção, está indefesa da intenção do público que a consome já que ela sempre será usada como resposta a problemas de outros tempos, e mesmo que seja um conjunto coerente de visões, está aberta a reconstruções que produzem políticas muito discrepantes (BRANDÃO, 2005).

Revisitando estas ideias, a primeira seria que um olhar para as representações de personagens políticos importantes demonstrava que o conservadorismo teria sido capaz de plasmar desde “saquaremas no Império” até o “pensamento autoritário dos anos 1930”, mesmo que o liberalismo tenha saído fortalecido hegemonicamente com traços do estatismo e autoritarismo conservador na atualidade. Isso se torna uma noção absorvida por conservadores que, entendendo a precariedade da consistência de um pensamento político, são conscientes do poder da afirmação do *status quo* e “fazem da continuidade não apenas a constatação de algo empiricamente existente, mas um princípio ideológico que enquadra antecipadamente a pesquisa e norteia posteriormente a ação” (BRANDÃO, 2005, p. 258). Em verdade, esse sentimento ocorre em oposição a ação programática do conservadorismo anterior, que via como contraproducente o transplante do liberalismo estrangeiro à nação, como observa Brandão:

[...] Ora, qualquer tentativa de definir a visão do país e o programa político da corrente conservadora brasileira – que foi responsável no século XIX pela construção do Estado e pela manutenção da unidade territorial, forneceu no século XX a diretriz básica da ação dos grupos políticos e das burocracias dominantes no país (...) reconhecerá que eles se assentam na tese de que não é possível construir um Estado liberal (e democrático) em uma sociedade que não seria liberal. Sua consequência prática é que esta precisa ser tutelada e a centralização política e administrativa afirmada. A imagem do Brasil que emerge do pensamento conservador é a de que esse é um país fragmentado, atomizado, amorfo e inorgânico, uma sociedade desprovida de liames de solidariedade internos e que depende umbilicalmente do Estado para manter-se unida. Nesta terra de barões, onde

“manda quem pode, obedece quem tem juízo”, o homem comum só costuma encontrar alguma garantia de vida, liberdade e relativa dignidade, se estiver a serviço de algum poderoso. Fora disso, estará desprotegido – a não ser que o Estado intervenha. Ao contrário da Europa e dos Estados Unidos, aqui o Estado não deveria ser tomado como a principal ameaça à liberdade civil, mas como sua única garantia [...] (BRANDÃO, 2005, p. 246).

Logo, o programa conservador seria aquele que aplica e legitima a necessidade da autoridade sobre a liberdade devido ao pressuposto de que um Estado forte seria capaz de subordinar interesses conflitantes no seio da política partidária (BRANDÃO, 2005). Ao mesmo tempo, ele teria poder para apaziguar os “efeitos disruptivos” externos da cultura individualista e do mercado em uma sociedade inorgânica e atomizada, com um território extenso e problemático do ponto de vista da autonomia dos estados, no qual a centralização política e administrativa seria a única solução viável para a manutenção da liberdade civil e a unidade entre nação e território, forçando o aparato estatal ao papel autocrático e pedagogo (BRANDÃO, 2005, p. 247). Negando esse conhecimento do “povo como realmente é” e da implantação deste modelo teríamos como produto, na visão de Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil* (1920), os aspectos mais prejudiciais à nação, como a anarquia branca, oligarquias hegemônicas e desintegração nacional (BRANDÃO, 2005).

O pensamento de Oliveira Vianna é um dos bons exemplos dos moldes reconstruídos do pensamento conservador que se demonstra, através um esforçado estudo histórico das aristocracias rurais e suas funções sociais, mais como uma reação do que o autor entendia como visões políticas mais adequadas para a realidade nacional em direta contraposição à cegueira liberal que defendia a ilusão da democracia e das suas instituições. Aí se observa, em objeção ao liberalismo crescente, uma argumentação da imprescindibilidade do resgate do estado centralizador como o imperial, priorizando

a “construção da ordem sobre a liberdade”, dando autonomia judiciária e uma educação política ao povo, já que, como diz Brandão (2005, p. 247), “só depois de conquistada a liberdade civil é que deveríamos nos lançar à construção da política”.

Entretanto, essa adaptação histórica das noções anteriores deitaria raízes na era das independências, no qual a América Ibérica demonstrou dificuldades com a interpretação dos princípios conservadores, já que a independência dos países em vistas de produzir novos estados e nações não encaixava com a conservação do que vinha antes, o regime anterior do qual se libertaram, o que fazia com que os conservadores fossem, assim como os liberais, a favor das instituições representativas (LYNCH, 2008). Nesse sentido, no contexto político em que estavam inseridos, inclusive no Brasil, existiam dilemas particulares da tentativa do equilíbrio entre o resgate da ordem e autoridade pública em vistas do crescimento das liberdades concretas dos direitos sociais (LYNCH, 2008). Lynch chega a afirmar que a principal característica do conservadorismo brasileiro teria sido a de resistir ideologicamente às políticas desmoderadas do liberalismo racionalista “politicamente calcado no jusnaturalismo contratualista, com sua otimista filosofia da história como progresso, que tomava o passado como sinônimo de trevas e propunha uma ruptura com a história pela via da razão.” (LYNCH, 2008, p. 70).

Em geral, o argumento aqui é apresentar o quão complexo foi o processo de recepção das obras de Burke no Brasil em determinadas épocas e como ocorreu o que se entende como a “aclimatação” do conservadorismo “clássico” – esse conjunto de crenças e atitudes políticas compartilhadas – em solo nacional (LYNCH, 2017). Ou seja, personagens políticos assumidos como conservadores na história brasileira que esposaram de formas díspares o pensamento do anglo-irlandês, o que levou Lynch a falar de “conservadorismos”, muita das vezes um aspecto desconsiderado pela literatura da área:

[...] Não há conservadorismo, mas conservadorismos; da mesma forma, eles nem sempre se harmonizam, frequentemente competindo e entrecrocando. Reformismo ilustrado, conservadorismo estatista, conservadorismo culturalista e liberalismo conservador são nuanças que um estudo consequente das ideologias ou linhas de pensamento político brasileiro precisa considerar [...] (LYNCH, 2017, p. 315).

Nesse aspecto, existe este relativo consenso nos trabalhos de pensamento político: que o passado colonial e os movimentos de independência entravariam uma concepção mais clara do conservadorismo latino-americano (RICUPERO, 2010). Ricupero ainda mostra quão raro seria encontrar personagens notórios que valorizam o passado que encaixe no que se entende como a noção central clássica da ideologia europeia, o que o leva a avaliar se o ideal conservador não estava muito distante da realidade brasileira em muitos momentos históricos (RICUPERO, 2010). Por isso, o objetivo teria sido desvendar não as semelhanças, mas as divergências do conservadorismo europeu com o brasileiro, tendo como produto as reinterpretações locais de um conjunto de ideias estrangeiras. Ele ainda nota algo importante para a análise, a saber, que fácil seria entender o porquê da defesa de tais políticas por conservadores, o que não necessariamente nos leva a compreender os “valores que a orientam” (RICUPERO, 2010, p.9).

Mas o cerne do argumento de Ricupero, na sua breve revisão do pensamento conservador, seria apontar os limites das representações do conservadorismo local, investigando as diferenças e semelhanças entre o pensamento de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre (RICUPERO, 2010). Dois atores políticos importantes do seu tempo, Freyre e Oliveira Vianna ressaltaram a importância do latifúndio e do patriarcalismo para pensar o Brasil e divergiram nas vias apropriadas para a unificação nacional, o primeiro defendendo a utilidade do estado centralizado e o segundo abordando os

aspectos positivos do passado nacional (RICUPERO, 2010). Mesmo que, como sugere Ricupero, Oliveira Vianna e outros pensadores tenham tomado posições contra uma “desagregação traumática” tendo o Estado como moderador, isso ainda pode ser visto como uma certa conservação do que existia antes, chave central para entender como Ricupero percebe um dos conceitos concorrentes do conservadorismo “clássico”. (RICUPERO, 2010, p. 16). Na explicação desta definição, ele diz que

[...] Numa referência mais ampla, contra a perda dos antigos vínculos entre os homens, o conservadorismo se volta para o passado, especialmente para o passado feudal. Por conta disso, os conservadores costumam ser caracterizados como “profetas do passado”. Numa certa idealização do período feudal, destacam como corpos constituídos, as corporações, a Igreja, a família, seriam capazes de garantir um lugar para o homem na sociedade, o que contrasta com a posterior atomização social. Não por acaso, conservadores também dão grande importância à história. De certa maneira, se os progressistas enxergam o presente como o início do futuro, os conservadores preferem encará-lo como o estágio mais avançado alcançado pelo passado. Consequentemente, consideram que o passado coexiste com o presente, o que faz que tenham, como destaca Karl Mannheim (1986), uma noção da história mais espacial do que temporal. Nesse sentido, diferente de progressistas, a ideia central para conservadores não é a de sucessão, mas a de coexistência [...] (RICUPERO, 2010, p. 1-2).

Outra particularidade do conservadorismo nacional, já no século XX, foi resultado da organização partidária da esquerda política e a fundação do Partido Comunista do Brasil, que criando uma outra bandeira conservadora: o anticomunismo militante

(KAYSEL, 2015). A expressão disso foi a tentativa de estabelecimento como um partido de massas da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932 encontrando mais tarde a oposição do espectro esquerda/direita com a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento caracterizado como antifascista e anti-imperialista (KAYSEL, 2015). Como diz Kaysel,

[...] Após a proscrição da ANL em 1935, o movimento integralista chegou a ser a principal organização político-partidária do país, com especial apoio nas classes médias urbanas e em setores da Igreja Católica. Tratava-se de uma direita que, em conformidade com suas congêneres europeias e de modo inédito no Brasil, lançava mão da mobilização de massa e de técnicas modernas de agitação e propaganda. São exemplos bem conhecidos nesse sentido os desfiles integralistas, a adoção das ‘camisas verdes’ como uniforme, a letra grega “sigma” como emblema e a saudação com a palavra tupi ‘anauê!’ [...] (KAYSEL, 2015, p. 56).

Mas, como o triunfo das ideias exigem aderência das pessoas e não do sucesso partidário, como bem observa Cruz (2015), uma forte tradição anticomunista se forma no país com diferentes matizes, persistindo em vários períodos da história nacional (MOTTA, 2000). Mais do que isso, temos uma nova associação entre personagens históricos conservadores internos e estrangeiros que adotam a pauta contra a “ameaça comunista” na política local, uma ação de fundiu, principalmente no contexto internacional de Guerra-Fria, as agendas da direita. Como aponta Motta (2000, p. 5), “a força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo”, que, no Brasil, ganhava força – se radicalizava como discurso político – em determinadas conjunturas históricas: entre 1935-37 com a Intentona Comunista; entre 1946 e 1950, com a Guerra Fria; e no golpe

militar de 1964. Ações múltiplas que tiveram em comum a criação de um imaginário legítimo para repressão da esquerda da vida política (MOTTA, 2000).

Em sequência, após o regime militar, dentro da cena partidária, estudos mostraram a relevância do mapeamento de partidos conservadores tendo em vista o crescimento da imposição de uma agenda pró-mercado no país (MAINWARING et al, 2000). Desnudando um provável conjunto de críticas, principalmente marxistas, a pesquisa buscou desnaturalizar a visão predominante que via o conservadorismo político como “[...] relíquias destinadas ao fracasso eleitoral na medida em que o país se moderniza”, com bases sociais específicas dos setores privilegiados (MAINWARING et al, 2000, p. 12). Na verdade, a tese dos autores sustenta primeiramente que, desde o século XIX, os partidos conservadores têm sido um dos pilares da ordem oligárquica, com hegemonia cultural até 1964, parceiros do regime militar e saindo com grande desempenho eleitoral no pós-85 (MAINWARING et al, 2000).

De acordo com os autores, o segundo achado aponta para uma predominância específica de pautas na agenda conservadora atual, a saber: apoio a políticas neoliberais, de segurança pública e de moral e costumes; e ainda mais interessante é a afirmação da hegemonia dentro das camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira (MAINWARING et al, 2000). O elemento autoritário, descrito por posicionamentos contra a crítica do regime militar e ações complementares¹⁶, é acompanhado, no conjunto de posições programáticas dos partidos conservadores, das inclinações da econômica internacional, ao capital estrangeiro e do Estado mínimo, com a adição de pautas religiosas – a agenda moral (MAINWARING et al, 2000).

Essa postura se traduz em problemáticas sociais que, até os dias atuais, balizam a noção de conservadorismo no país. Nesse caso, conservadores tendem a associar

¹⁶ Referente aos “entulhos autoritários” nas pesquisas de Mainwaring et al (2000).

negativamente ações políticas relacionadas ao melhoramento das condições do trabalho assalariado, ao meio ambiente, apoiando reformas liberais na economia e se opondo a questão da reforma agrária ou tudo que tenha a ver com as disputas rurais com os fazendeiros e grandes produtores, mostrando inflexibilidade com questões dos costumes sociais e da segurança pública, temas de moral e autoridade pública (MAINWARING et al, 2000).

Todavia, conservadorismo, nesse caso, tem se afirmado conceitualmente no campo de uma espécie de ideologia do atraso. Isto é, todo posicionamento que signifique um obstáculo não ao progresso, mas para uma sociedade em que exista a garantia de não dominação de grupos e interesses subalternos. Devido a este fato, é complicado que se estabeleça pautas ou, até mesmo, núcleos de sentido, nesse polissêmico conceito do conservadorismo, que não tenha como produto uma maior deterioração da qualidade democrática das diversas instituições nacionais. Esta ideia problematiza a noção predominante que adota o conservador como o mantenedor – ou aquele que deseja manter – o status quo, a conservação das regras do “jogo”.

Isso é afirmado porque, em alguns casos, a existência daquele conjunto de normas aceitas, como uma lei mais punitiva, é vista como legítima – e, nesse caso, quem a defende está se posicionando para esta manutenção do estado das coisas – mas em outros, um consenso estabelecido, como uma portaria executiva de proteção de direitos, pode sofrer com ações de pressão conservadora. E, neste caso, conservadorismo deixa de ser a ideologia única e exclusivamente da conservação, passando a demonstrar uma relação entre manter e modificar, que visam um objetivo mais amplo e ideal.

Para organizar melhor este debate é útil pensar nos eventos históricos marcantes, que servem, como observa Mannheim (1986), como agentes catalisadores da consistência finais do pensamento social. Com isso, autores que pensaram os problemas do seu

tempo estabeleceram posicionamentos e argumentos cujo conteúdo são analisados como parte da continuação de um pensamento específico. E, nesse sentido, algumas semelhanças existirão entre o que foi dito, em qual contexto, com os novos discursos políticos. A questão, porém, é compreender que a complexificação do mundo gera, querendo ou não, uma maior heterogeneidade das pautas. Entretanto, esse leque se amplifica com o tempo e, graças a uma perspectiva mais crítica do conceito, o conservador tende a ser associado com pautas atrasadas. O que não necessariamente diz que este sujeito político seja identificado como alguém nostálgico pelo passado, tensionamento que leva muitos conservadores estéticos a desclassificarem um grupo político como defensor das questões tradicionais.

Como nem tudo é o que aparenta ser, se torna interessante avaliar com cuidado proposições que agrupem tudo de ruim e negativo na política como conservador ou que, no outro extremo, afastem qualquer política como “realmente conservadora”, posição tomada por àqueles que defendem que este ou aquele fato não se aproxima do conservadorismo ideal – que ironicamente é despido de núcleo ideacional. O que temos são um conjunto de problemáticas que já foram acessadas pelas tradições do pensamento conservador e reaparecem hoje e outro conjunto novo de temas mais intrincados que, se olharmos no passado, eram “não-questões”, por estarem a anos luz do que era discutido como político naquele contexto.

A IDEOLOGIA POLÍTICA CONSERVADORA

Agora, uma questão que deve ser claramente respondida: qual a importância do conservadorismo – como ideologia política – para entender a direita brasileira? Ao ver deste estudo, são das ideologias que indivíduos retiram sentido para o mundo social nas sociedades modernas. A compreensão do conservadorismo é relevante para observar como ele se encontra estruturado no discurso político que se concretiza na tomada de decisões, que produzem efeitos na sociedade.

Sabendo das dificuldades de operacionalização do conceito, o que se pretende aqui implica na elucidação de discussões conceituais do que se entende por direita política, do conceito de conservadorismo e dos seus elementos ideológicos constitutivos. Se ocorre instrumentalização de noções como estas, que simplificam disputas políticas pluridimensionais, é indispensável delimitar, em primeiro lugar, que direita é um campo mais amplo, enquanto o conservadorismo é uma postura específica com elementos ideológicos distintos.

Além de validar o argumento de Bobbio, Lukes (2003) contribui na complementação da definição sugerindo que a díade esquerda/direita possui, a primeira, um compromisso com o princípio de retificação, e a segunda, uma oposição, porque uma acredita que as desigualdades são injustificadas, enquanto a outra as considera “sagradas ou invioláveis ou natural ou inevitáveis” (LUKES, 2003, p. 612). Uma conceituação que não existe no vazio e possui implicações, como expõe o autor:

[...] A expansão sócio-política do ideal de igualdade, que baseia o princípio de retificação tem várias implicações: primeiro, que há um padrão de retidão ou um ideal contra factual contra qual desvantagens e desigualdades podem ser vistas como injustificadas ou com necessidade de retificação – uma teoria implícita ou explícita de justiça que incorpora uma visão de igualdade; segundo, que o escopo das preocupações igualitárias abrange essas injustificáveis desvantagens e desigualdades que são sistematicamente ou estruturalmente causadas pelas características do sistema político ou econômico ou social que são consequências aleatórias, idiossincráticas, biologicamente determinados ou não intencionais de processos incontrolláveis; em terceiro lugar, que alguém procura verificar suas causas

através da investigação sistemática e científica; e, quarto, que onde possível, eles devem ser diminuídos, eliminados ou compensados através da intervenção humana resultante da vontade política (LUKES, 2003, p. 616, tradução nossa).

As direitas se dividem em grupos sociais com interesses distintos, por eles perseguidos na política; por isso, se queremos entender o comportamento político em questão devemos explorar a estrutura das ideologias que interpelam estes conjuntos de sujeitos políticos. Se este estudo defende a ideia da existência de um projeto político conservador em pauta, na sua estrutura, se torna viável demonstrar a existência de articulações discursivas que se comportam e são efetivas na criação de um projeto conservador articulado por diferentes interesses sociais e econômicos.

Temos uma direita política expressiva na sociedade e no parlamento, que age aparentemente em conjunto, mas o que não está evidente são as características do discurso comum que permeia o imaginário destes porta-vozes; isto é, a ideologia que articula diferentes elementos com o único propósito de desconstruir o consenso hegemônico da Constituição de 1988. O que fica inteligível, a partir daqui, não seria a ausência da direita política (que sempre se fez presente), mas sim a sua re-emergência a partir da radicalização do discurso polarizando o debate público e gerando novas disputas sobre representações da realidade. A polarização é perceptível e pesquisadores se encontram no seu estudo no meio acadêmico. Mas, se se observa a existência de uma nova direita unida, podemos supor que haja um conjunto de ideias que constituam uma visão de mundo compartilhada.

A par destes argumentos, não é correto ofuscar a ideia do conservadorismo político, que tenta identificar as constantes dentro de um pensamento conservador, produzindo conjecturas que criam uma característica conservadora estrutural. A essencialização de uma atitude política de grupos específicos pode levar, como observa Schumann (1978),

a tentativas de pesquisa que visam produzir análises de comportamento relegando questionamentos das raízes sociais do pensamento conservador, levando, muitas vezes, a afirmação da existência de uma personalidade ou mentalidade conservadora, que reposiciona o conservadorismo como “traços” inerentes dos indivíduos nas sociedades. Por essa linha, é possível notar que nenhum estudo trouxe análises ou respostas significativas para compreender o político no social ou como a sociedade se relaciona com as ideologias, para além de resultados já construídos pelo senso comum (QUADROS, 2015).

Se esses estudos mostram algo de relevante, seria a imprecisão epistemológica e metodológica do significado do conceito. O conservadorismo é sim composto por ideias substantivas e crenças, uma ideologia política central (HEYWOOD, 2017), mas qual seria o seu papel na sociedade? Quando pode ser notório o emprego de termos e ideias políticas nas opiniões individuais é muitas vezes claro que o seu uso impõe dificuldades devido as imprecisões conceituais (HEYWOOD, 2017). Logo, o que é dito não pode ser entendido como uma condenação massiva dos estudos que tentam quantitativamente codificar os conceitos políticos relevantes,

[...], mas apenas da transferência de tais conceitos do nexo de evento histórico e político, para todo e qualquer tipo de quantificação empírica. A intenção é apontar o caminho para como, ao vincular de perto conceitos como “conservadorismo” a configurações factuais, eles podem ser traduzidos de forma útil a partir de conceitos temporais em instrumentos conceituais estruturais dentro de um código analítico. A formalização de tal código, no entanto, para simplificar, pressupõe que sabemos do que estamos falando. O sistema conceitual deve compreender a interconexão com eventos políticos e históricos no sentido da palavra usada, caso contrário, o sistema será heurística e

hermeneuticamente inútil. [...] Adequadamente, o conteúdo semântico do "conservadorismo" não pode ser fixado apenas por referência a expressões de pensamento sobre tais áreas, mas também deve levar em consideração decisões concretas, ação (ou mesmo inação) em relação a eles, em cujo contexto os padrões conservadores de pensamento, então, cumprem uma função ideológica. Esta função torna-se totalmente clara apenas quando é a conexão entre o interesse social e ação institucional que forma a base de definição metodológica e terminológica [...] (SCHUMANN, 1978, p. 810, tradução nossa).

A ideologia conservadora é, antes de tudo, um produto do intenso conflito ideológico e social (HUNTINGTON, 1957), mas também uma filosofia ideacional que nutre uma linguagem política heterogênea. Linguagem que está, portanto, encrustada nos discursos políticos do tempo atual. Discursos estes que estão, majoritariamente, dispersos no debate público e ganham coesão nos períodos catalisadores de crises políticas. Isso não sugere um enredo de narrativa em que a política seria a mesma história que se repete da estabilidade para a crise (e vice-versa), mas sim uma esfera fundamentalmente contingente, com a introdução de novas categorias e elementos dessa complexificação sociopolítica que a torna dependente das relações de força interna ao próprio conflito. Isto quer dizer que não mais pode-se acreditar na existência de forças opostas unitárias em disputa – os que querem o “passado” como projeto político contra a esquerda que deseja o “progresso” –, mas um projeto articulado por diversos elementos que não exigem uma coerência interna, uma consequência da pluralização das identidades políticas da atualidade.

Outra questão não resolvida é qual tipo de ideologia o conservadorismo visa representar. Na visão deste estudo concorrem três visões. A primeira seria a ideologia da conservação, mais especificamente das instituições políticas, no qual não estão

conectados interesses sociais ou raízes históricas, tão relacional (ou situacional como defende Huntington [1957]) que não dá conteúdo prévio do que se defende.

Na segunda ter-se-ia a representação crítica de uma cosmovisão do atraso que, por ser ideacional, pretendendo manter sempre em pauta as velhas formas que naturalizam preconceitos e o bloqueio do avanço social, mas que, caso fosse uma ideação mais ampla, se faria confusa acerca de temas mais complexos¹⁷. A última representa a proposta deste estudo, que considera e não é excludente às duas acepções anteriores. Tem-se um conservadorismo político específico que engloba as ações conscientes e refletidas de grupos sociais com interesse distintos que se unem no contexto político para implantar um projeto específico. Uma conceituação com real valor heurístico, quando entende que o conservadorismo político constitui um conjunto de atos particulares, deliberados e situacionais que miram a proteção das instituições nas quais se alojam as superioridades sociais (SCHUMANN, 1978).

Esta expansão do critério chega perto da definição de Huntington, porém, o cientista político norte-americano deixa de lado as conexões do termo com as classes e estratos sociais. Entretanto, é necessário insistir na existência de quais tipos de interesse estão por trás das ações conservadoras (SCHUMANN, 1978). Isso não quer dizer que os padrões do pensamento conservador encontrados serão em função da ação interessada somente, mas também são capazes de explicar como “afeta a formação da autoconsciência ou auto equívoco daqueles que agem politicamente para salvaguardar seus interesses” (SCHUMANN, 1978, p. 813, tradução nossa). É necessário, portanto, assumir a relevância da análise das estruturas sociais que podem iluminar os pontos de intersecção entre o social, o econômico e o político (SCHUMANN, 1978). Só assim será possível explorar os porquês de as ações de grupos não privilegiados servirem de apoio para o conservadorismo político dos grupos dominantes (SCHUMANN, 1978).

¹⁷ Um exemplo que não é extremo, mas não é a regra, seria o debate ecológico ou questões éticas relativas aos avanços científicos, como o debate entre eugenia e clonagem humana.

Com isso, este estudo tenta expor e explorar as características de três pontos da ideologia conservadora. A primeira seria a função do conservadorismo no cenário atual, as relações entre as interconexões socio estruturais em ligação com as formações dos interesses dos grupos analisados no congresso. Esse entendimento está baseado no pressuposto da ideologia como o emprego com objetivo de solidificar, manter, justificar ou alargar o escopo da ação política e social (SCHUMANN, 1978).

A segunda questão da investigação diz respeito aos protagonistas e o histórico destes no discurso conservador – os parlamentares e as suas bases partidárias. Por último, mas não menos importante, temos uma análise detalhada do conteúdo particular e contextual do conservadorismo contemporâneo, isto é, o conjunto de paradigmas que são encontrados nos discursos em junção com as raízes históricas desses elementos ideológicos.

Fundamentalmente, este estudo explora o pressuposto de Hall (1988) para o caso brasileiro, em que um conservadorismo político específico é construído nas disputas políticas de blocos com interesses determinados espelhando o cenário socioeconômico da sociedade em que se encontra. Grupos que se unem em conjunturas de crise nacional, com todas as suas particularidades, com o objetivo de contestar o modo predominante de administração da esquerda, portanto, um projeto conservador que busca transformar formas de ação do Estado e reestruturar a sociedade revertendo a cultura política – o consenso atual e suas raízes históricas. Isso significa, em outras palavras, a desconstrução do consenso mínimo estabelecido pós-88 acerca de uma visão da sociedade e seus objetivos futuros. A materialidade desta ideologia pode ser identificada na análise dos discursos políticos, em que novas articulações discursivas

são forjadas¹⁸ e no qual a efetividade de tal ação se encontra na habilidade de combinar interesses sociais e econômicos dentro de um projeto político (HALL, 1988).

Esse conservadorismo, portanto, se alimenta do projeto político anterior, que trouxe muitas mudanças socioeconômicas e que não mais reconhece a necessidade de alteração desse projeto, que hoje se mostra esgotado. Ele entende as novas aspirações e problemáticas sociais da população, articula desejos de melhora, para um maior acesso as oportunidades e para a obliteração das desigualdades presentes na realidade nacional. Isso demonstra as formas como o consenso popular pode ser reconstruído, por uma união de grupos buscando hegemonia, que explora como apoio aos descontentamentos populares, neutralizando o projeto político anterior de esquerda, incorporando elementos estratégicos da opinião pública em seu próprio projeto (HALL, 1988). Esse conservadorismo atual pode, sem sombras de dúvidas, falhar na busca das soluções da crise econômica que atinge as massas, mas ter sucesso a longo prazo no mover da balança ideológica para a direita. Nesse caso, este estudo tenta lidar com o questionamento de como diferentes forças políticas que, atuando em conjunto, conseguem ou não criar um terreno de disputa na política.

Por isso, expõe-se nesta pesquisa que o conservadorismo no Brasil recente não se mostra como o apelo ao passado ou a conservação de qualquer instituição, como nos períodos do nosso passado em muitos momentos decisivos da história nacional. Ele se encontra hoje, no aprofundamento dos sentimentos da vida democrática da modernidade, na reformulação do imaginário cultural do que é a política. A vida social, nesse meio de contradições econômicas e o acesso a mais direitos, portanto, um ambiente com mais horizontes de mudanças inserido na condição de nação subdesenvolvida, que impossibilita no mesmo momento em que produz o desejo de

¹⁸ Hall (1988) explica que, ideologicamente, o Thatcherismo teria forjado novas articulações entre discursos liberais do “livre-mercado” e o homem econômico, com temas orgânicos como a tradição, a família e a nação.

mudança da vida, gerando o não reconhecimento, por parte da esquerda, da completa reformulação que politiza várias áreas do social. Hall (1988) traz este ponto quando explica que a ideia dessa nova civilização capitalista prolifera novos centros de antagonismo social, politizando massivamente as subjetividades, a vida cultural, sexual, da família que estão cada vez mais incompletas.

Esse aprofundamento, portanto, também é capaz de romper com os avanços atuais e, a partir disso, dar espaço para uma forma de conservadorismo político que prega a ruptura com a ordem estabelecida através de disputas que podem parecer aquém dos debates relevantes da atualidade. Com isso, dentro da lógica de reprodução do discurso por grupos sociais que exercem poder na manutenção das instituições que protegem os seus interesses de classe, o papel da construção da representação de mundo conservadora serve para frear e retroceder com os avanços do período democrático a fim de preservar o estado social em que os interesses destes se encontram embutidos. Nesse sentido, é uma união contingente de diferentes grupos que projetam a reestruturação dos padrões sociais que garantem essas condições de ação.

Assim como o Thatcherismo, o conservadorismo que este estudo pretende demonstrar contém um núcleo exitoso de ação não pelo conteúdo dos interesses específicos ou pela força dos temas históricos ao pensamento conservador como a “tradição” ou a “propriedade privada”, mas pela capacidade de incorporar questões substanciais do ambiente socioeconômico de instabilidade revestindo o discurso com elementos ideológicos específicos. Exemplificando, em uma recessão econômica, enquanto um governo de esquerda vincula a ofensiva da economia internacional dos países desenvolvidos e seus efeitos nocivos do aumento da disparidade econômica, a oposição de direita aborda a crise como consequência da corrupção moral generalizada de um executivo, em adição a presença da “ideologia comunista” que visa destruir os valores da família brasileira.

Quando isso ocorre, o conservadorismo político se torna um pensamento historicamente condicionado a impor hegemonia com uma estratégia de mobilização ideológica. Segundo Gramsci (1999), hegemonia é a predominância do consenso, de liderança moral e intelectual da sociedade; que ocorre quando um ou mais grupos sociais, ao identificar determinadas condições históricas, protagonizam a produção das demandas sociais na sociedade.

A ideologia conservadora em questão mescla elementos históricos da tradição com defesa situacionais e regionais ao contexto brasileiro de instabilidade e disputa entre os grupos no poder em busca desta hegemonia. Por isso, a exploração da dinâmica das contradições internas entre grupos no poder está atrelada a produção e manutenção de um universo intersubjetivo de crenças e valores que lutam para interpelar o imaginário partilhado pelos indivíduos sociais. Este processo ocorre pela capacidade de interpelação da ideologia na constituição do sujeito social e foi interpretado de maneira semelhante por Laclau quando percebe que

[...] uma classe é hegemônica, não tanto na medida em que é capaz de impor uma concepção uniforme do mundo ao resto da sociedade, mas na medida em que ele pode articular diferentes visões do mundo de tal maneira que seu potencial antagonismo seja neutralizado (LACLAU, 1977, p. 161, tradução nossa).

Como é possível compreender o conservadorismo brasileiro? Entender o que é o conservadorismo, como ele surgiu e quais as suas especificidades históricas são essenciais para a renovação da esquerda brasileira do ponto de vista da estratégia política para o futuro. A ideologia conservadora redesenhou o mapa político e desorganizou as forças da esquerda, que conviveram, desde o impeachment até o fim do governo Bolsonaro, com a direita no poder. É necessário inferir de qual forma a

esquerda é capaz de auferir dessa nova conjuntura, isto é, capturar os ganhos políticos e ideológicos de forma ativa.

Como observado claramente por Hall (1988), é mais relevante deixar de lado a noção da política como unilinear e irreversível e perceber como o Thatcherismo mostrou que a política funciona a partir da lógica da linguagem: reorganizações dos discursos e o esforço para implantá-lo resultam na mudança. Cenários políticos não são determinados por leis da história, mas pela efetividade da intervenção político-ideológica nos teatros da política e concepções populares (HALL, 1988). Eis a importância da análise da ideologia conservadora nacional.

CAPÍTULO 2

APRESENTAÇÃO DO METÓDO E DAS FONTES

INTRODUÇÃO

O melhor aproveitamento dos dados depende das perguntas que o analista faça. Esta ideia independe da extensão ou qualidade deles, visto que, sem aplicar questionamentos adequados, o pesquisador não deve esperar resultados relevantes. Entretanto, pelo caráter relativamente inédito desta pesquisa, dentro da sua configuração de exploração e uso de discursos parlamentares inseridos em um programa qualitativo de uso recente na área, existem outros obstáculos a serem enfrentados.

Ao final da definição do problema de pesquisa é necessária a devida reflexão acerca da inquirição interna da ordem dos dados a serem analisados. Ou seja, quais perguntas guiam o estudo para corroborar as hipóteses. Esse princípio envolve ações anteriores de escolha dos dados, a sua exploração, a sua modelagem e, ao final, a melhor forma de comunicação e exposição dos resultados.

De fato, é um exercício rigoroso de convencimento que todo pesquisador em qualquer estudo científico se dispõe a fazer, mas, neste caso específico, há a condicionante da escassez de modos semelhantes ou correlatos tanto de utilização de discursos parlamentares – já que anteriores privilegiaram aspectos mais quantitativos dos dados – quanto do uso do software Atlas TI 8 para este fim.

Uma pergunta seria: quais pronunciamentos devem estar inseridos no programa? Isso gera um ponto de relevância, criada na leitura flutuante da fonte original dos escritos oficiais da Câmara dos Deputados. Depois disso, ocorre a interrogação da organização desses dados no programa: como eles devem ser explorados? Após a criação do modelo de análise, como ele se encaixa na pesquisa e como é possível validá-lo? No

final desta articulação, os resultados fazem sentido? Qual a melhor maneira de expor as respostas para o leitor?

No início, levando em conta o problema de pesquisa, começa-se pela produção das perguntas aos dados. Devido a abrangência de tópicos discutidos, uma diversidade de pronunciamentos se torna central para o corpo do trabalho. Mesmo assim, a formulação das perguntas de inquirição dos dados não são exercícios construídos na imposição interpretativa.

A suspeita na análise é essencial e limitante ao mesmo tempo: perguntas aos discursos devem ser precisas com o objetivo de maximizar o potencial dos resultados futuros. Porque ao pensar nas três etapas do processo científico, o teste adequado das hipóteses e os resultados são as duas preocupações centrais após a definição da pergunta.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS DEPUTADOS FEDERAIS

Tendo em mente a maneira como as regras internas das casas legislativas estruturam a atividade parlamentar, pode ser observado que políticos se organizam, dentro do Congresso Nacional, para expor ideias das mais variadas temáticas. O tamanho do banco de dados do portal virtual sustenta que parlamentares falam, discursam e debatem substancialmente durante seus mandatos.

O estudo expressivo de Moreira (2016) demonstrou, por exemplo, que parlamentares da Câmara dos Deputados utilizam-se da comunicação parlamentar para reproduzir visões de mundo para além da relação governo/oposição. Os discursos versam sobre o voto e projetos em pauta, mas também de questões relevantes, mas marginais ao processo decisório. É através da fala, da discussão parlamentar, que a política se materializa, em que as regras que regem esse processo são apreendidas e dominadas por sujeitos que intencionam se aproveitar desse espaço.

Os pronunciamentos analisados neste estudo não estão concentrados em plenário ou comissões, mas dispersos nos dois ambientes nas legislaturas. Do ponto de vista do pesquisador, o local da fala é de pouca relevância para a intensão da análise, importando mais o conteúdo do discurso, com o seu contexto e condições de expressão. Logo, o esforço foi explorar dinamicamente os discursos de interesse para a pesquisa. Miguel e Feitosa (2009) afirmavam que o discurso parlamentar tem o objetivo de atingir tanto os corações e mentes de outros deputados quanto do público em geral, desde movimentos de base até os meios de comunicações.

Moreira (2016) fala em “uso estratégico da fala” para afirmar que congressistas dispõem de oportunidade para comentar e emitir opinião situada para temas além daqueles da pauta de agenda. Esta pesquisa observa que essas duas afirmações valem para qualquer espaço, quando se observa que o político é um sujeito que aproveita as oportunidades possíveis para emitir suas ideias, seja em diferentes expedientes de plenário ou para extrapolar a temática das comissões.

Existe, é claro, uma tendência da qualidade dos discursos em cada espaço. Por um lado, nas comissões se espera que sejam discutidos temas específicos em andamento, enquanto no plenário se condiciona o parlamentar a sintetizar muitos tópicos em uma fala. Como observam Miguel e Feitosa (2009):

Uma das características do discurso do parlamentar em plenário – em contraste com as falas feitas nas comissões – é sua tendência a abranger uma multiplicidade de questões em curto espaço de tempo. A variedade ganha primazia sobre a profundidade, talvez porque o número de parlamentares que frequenta a tribuna a cada sessão é restrito e cada um deseja “dar seu recado”

para uma diversidade de públicos [...] (MIGUEL, FEITOSA, 2009, p. 207).

Inserida nessa perspectiva da importância do discurso parlamentar, a ideia desta tese nasceu como uma crescente dúvida da literatura que compôs a pesquisa de dissertação do mestrado do autor. Com interesses semelhantes com os de hoje, o estudo anterior buscou entender os sentidos políticos de um debate legislativo específico: investigou-se a estrutura do discurso de deputados federais na discussão do projeto de lei 7180 de 2014, o conhecido PL do Escola sem Partido (OLIVEIRA, 2019). O objetivo era analisar as falas de todos os envolvidos nas vinte audiências públicas e apreender como se deu o conflito político, os sentidos dos discursos e as narrativas produzidas pelos grupos presentes.

Foi demonstrado da mesma forma como os grupos de interesse religiosos do congresso organizaram o debate. Foi uma pesquisa significativa e interessante acerca de um assunto polêmico no meio acadêmico e na sociedade, já que o Escola sem Partido era um programa de legislação controverso projetado por parlamentares interessados em impor uma visão de mundo específica à educação. Alguns viram como um prelúdio de um processo maior na política brasileira (MIGUEL, 2016; ALMEIDA, 2017), e com isso no horizonte de indagação científica, foi aprofundado o conhecimento da presença crescente de novos discursos de direita no país.

No que concerne a produção legislativa de parlamentares considerados de direita temos que considerar a notoriedade das bancadas informais no congresso nacional pelo conteúdo das teses defendidas. Por votar, produzir e discursar sobre temas ligados à temática religiosa, um número considerável de congressistas forma a bancada evangélica, composta por indivíduos de partidos distintos. Maior que essa, e mais antiga, temos a grande bancada constituída por defensores de uma agenda do meio rural: eles produzem e acompanham leis relativas ao agronegócio, as relações de

trabalho rural, que interagem com o tema do meio ambiente e dos direitos de populações indígenas. E mais recente, a bancada securitária, que trabalha ativamente com os temas de segurança visando alterar as leis de armamento civil no país. Essas três bancadas, pela defesa de assuntos controversos, são informalmente chamadas, em conjunto, de bancada “bbb” (boi, bíblia e bala) e informam à sociedade uma nova orientação ideológica de direita. Mais do que isto, a atuação dessas bancadas pressupõe que, ao longo dos anos de discussões legislativas, políticos vem articulando espaços ideológicos na forma como organizam seus interesses por definições de problemas em comum, para além dos partidos¹⁹ (CORADINI, 2010).

Mesmo assim, as bancadas informais não deixam de ser uma organização interna ao Congresso capaz de pressionar líderes e o Executivo quando determinadas projeções de leis e temáticas adentram o debate público. São grupos que defendem ideias e interesses compostos por diversas frentes parlamentares – grupos nos quais deputados e senadores assinam documentos públicos de comprometimento com determinada causa e se prestam a debatê-la em momentos oportunos. Ponto interessante é dito por Araújo e Silva (2016), que supõem que a força dessas entidades tende a crescer como canais de representação política devido ao aumento do número de partidos e, com isso, crescente dificuldade na construção do consenso. Entretanto, o estudo das bancadas, o papéis desempenhados, a sua atuação e estrutura é escasso devido ao destaque relativamente recente que esses grupos vêm recebendo na arena decisória²⁰ (CASCIONE, ARAÚJO, 2019).

¹⁹ Bancadas suprapartidárias são grupos de pressão que, como mencionado, complementam a atividade legislativa. A noção de existência de algumas bancadas emblemáticas se deu através de pesquisas muito recentes assim como a produção midiática da ideia dessensibilizaram, muito baseada no senso comum, de que certos grupos estariam revelando o lado negativo da política na sua forma de organização informal na busca de favorecimento de interesses setoriais. Coradini (2010), notando essa percepção compartilhada, atenta para o fato de “a característica comum mais geral é que o objeto de qualquer uma dessas frentes parlamentares é sempre um investimento no sentido da formulação e imposição de referenciais de definição da “questão” objeto da mesma, daí o recurso generalizado à expertise” (CORADINI, 2010, p. 246).

²⁰ Nesse ponto, os autores afirmam que: “A literatura sobre o presidencialismo de coalizão atribui aos partidos políticos o papel de organizadores da base parlamentar (Abranches 1988; Figueiredo &

Nesse ponto, autores são levados a crer, pelos dados obtidos, que, pelo baixo grau de institucionalização das frentes e bancadas, o seu poder dentro das legislaturas se observa como meramente informativo e simbólico, gerando decisão em poucas ocasiões da disputa política (CASCIONE, ARAÚJO, 2019). São, portanto, de acordo com a literatura, grupos que complementam o trabalho político “porque permitem um enfoque temático específico”, não dominam o comportamento do voto dos legisladores, mas servem como importante “meio da difusão de ideias” (CASCIONE, ARAÚJO, 2019, 2019, p. 4). Os líderes são atores estratégicos na arena política, nas quais as bancadas desempenham um papel relevante de relacionar a informação entre políticos e suas respectivas bases sociais deixando claro as preferências e promessa de defesa de interesses²¹ (CASCIONE, ARAÚJO, 2019).

Com isso discutido, para a realização deste estudo foi selecionado um pequeno grupo de parlamentares que, na visão do pesquisador, potencialmente representam as três bancadas temáticas. A reflexão fundamental, nesse caso, é discutir a viabilidade ou não de uma seleção de políticos que foram influentes nas legislaturas a partir de uma média diversificada dos dados disponíveis acerca do tema. Como não existem estudos que indiquem um núcleo de parlamentares que gere cada bancada, foi necessária uma

Limongi 1998) e pouco discute o papel das frentes e bancadas temáticas. Isso se deve, em parte, à ascensão relativamente recente das frentes parlamentares como atores de destaque no Legislativo brasileiro. Embora bancadas temáticas se organizassem desde pelo menos os anos 1960, inclusive durante a Constituinte, foi apenas em 2005 que as frentes foram formalmente incorporadas aos regimentos do Legislativo” (CASCIONE, ARAÚJO, 2019, p. 1-2).

²¹ A bancada da bala, ou bancada securitária, por exemplo, é um grupo informal de políticos articulados pela defesa heterogênea de pautas da segurança pública em junção com visões de mundo insensíveis as demandas de direitos humanos. São conhecidos por defenderem discursos específicos acerca da atitude do Estado perante algumas mazelas sociais e “críticos” em relação a ações de determinadas instituições e movimentos sociais. A especificidade histórica brasileira, com elementos como o passado do regime militar e um histórico de séculos de desigualdade social são alguns dos ingredientes que dessensibilizaram parcelas da população em apoiar candidatos estaduais e federais com estes perfis específicos. Existem poucas investigações acerca do fenômeno político desse grupo parlamentar, em que estudos recentes apontam alguns pontos relevantes. É possível observar uma heterogeneidade de pautas tanto nas câmaras estaduais e quanto no âmbito federal assim como uma composição majoritária de ex-profissionais da área da segurança pública (FAGANELLO, 2017; QUADROS, MADEIRA, 2018; SANTOS, 2018; NOVELLO, 2018; MIRANDA, 2019).

pesquisa acerca dos critérios excludentes de seleção – os primários– e os critérios importantes, mas não tão essenciais para a viabilidade deste estudo qualitativo.

Os critérios de seleção são: defensor de legislações ou temas referentes a uma ou mais bancadas; atuantes nas duas legislaturas; quantidade mínima de discursos no plenário e nas comissões temáticas; diversidade de partidos à direita; pluralidade de unidades federativas; listados como “cabeças” do Congresso ou em ascensão listados pelo DIAP com inclusão minoritária de sujeitos fora da lista; e, por fim, a diversidade de profissões externas. Abaixo temos a lista dos deputados selecionados.

TAKAYAMA	PSC	PR
AGUINALDO RIBEIRO	PP	PB
CLEBER VERDE	PRB	MA
LAERCIO OLIVEIRA	PR	SE
SILAS CÂMARA	PSC/PSD	AM
JAIR BOLSONARO	PP	RJ
MARCO FELICIANO	PSC	SP
ONYX LORENZONI	DEM	RS
JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
LINCOLN PORTELA	PR	MG
PASTOR EURICO	PSB	PE
MARCOS ROGÉRIO	PDT	RO
BRUNO ARAÚJO	PSDB	PE
LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
MARCOS MONTES	DEM/PSD	MG
SUBTENENTE GONZAGA	PV/PDT	MG
NILSON LEITÃO	PSDB	MT
LUIZ CARLOS HEINZE	PP	RS
DELEGADO WALDIR	PSDB	GO
OSMAR TERRA	PMDB	RS
RUBENS BUENO	PPS	PR
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
VALDIR COLATTO	PMDB	SC

Tabela 1 - Lista dos deputados selecionados. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

O primeiro critério primário diz respeito a quem compõe cada bancada parlamentar,

em que foram usadas informações do DIAP²² que lança a cada legislatura a Radiografia do Congresso Nacional. Políticos que não fizeram parte desta lista foram excluídos, visto que o reconhecimento desses analistas do pertencimento do parlamentar a cada bancada é o critério mínimo de escolha. O segundo critério primário integrado ao anterior foi o fato de o congressista ter feito parte das duas legislaturas analisadas.

A escolha se baseia no argumento de que são duas legislaturas fundamentais da crise política, de modo que este estudo tenta entender se houve mudanças perceptíveis de visões discursivas entre os mesmos sujeitos entre os dois mandatos. Logo, foi necessário filtrar somente indivíduos que fizeram parte destes dois momentos.

O terceiro filtro complementar aos dois anteriores tentou balancear a realidade desigual da quantidade de discursos que cada parlamentar proferiu em cada legislatura. Esse passo não pode ser confundido com a tentativa de encontrar deputados que possuam uma quantidade aproximada entre discursos de plenário e comissões, mas sim de achar participantes que possuíram uma quantidade mínima de pronunciamentos apropriados, verificação feita pela leitura flutuante dos discursos.

Dos critérios de segunda ordem, a ideia de utilizar a lista mais recente das publicações do DIAP relativo aos cabeças do congresso nacional foi oportuna, uma lista de parlamentares influentes ou em vias de ascensão. Isto é, os “cabeças” são os parlamentares que, de acordo com a pesquisa parlamentar, exerceram protagonismo no processo decisório ao ocupar diversas profissões internas de influência, formular projetos relevantes, debater nos espaços, negociar acordos políticos e articular o processo decisório (DIAP, 2019).

²² A empreitada inicial do trabalho foi a filtragem e armazenamento das falas de 23 deputados federais mais proeminentes de cada uma das três bancadas conservadoras na 54^a e 55^a Legislatura. Uma seleção que privilegia políticos mapeados pelo DIAP que possuem “habilidades para elaborar, interpretar, debater ou dominar regras e normas do processo decisório, bem como para manipular recursos de poder” (DIAP, 2019, p. 8).

Com isso em mente, este estudo optou por apresentar as visões de mundo de parlamentares que foram considerados proficientes em cada papel, com o intuito de oferecer diferentes perspectivas de visão política que possam potencialmente contradizer as hipóteses. Com o mesmo pressuposto em mente, os dois filtros secundários restantes – parlamentares de vários partidos à direita e de diversas regiões do país – foram aplicados na escolha dos participantes.

Com os critérios terciários a pesquisa tentou equilibrar o número de parlamentares das três bancadas levando em consideração a quantidade desproporcional de integrantes de cada grupo. Essa referência se aplicou para a diversidade de profissões internas, de acordo com a lista do DIAP e, por último, com uma pluralidade profissões anteriores dos deputados. Esses últimos filtros ampliam a capacidade de expor as limitações da pesquisa. Os critérios mencionados se encontram resumidos na Figura 2 abaixo.



Ilustração 1 – Critérios de seleção da pesquisa

A ilustração retrata, no topo, três retângulos arredondados, cada retângulo seguido abaixo em coluna por três retângulos arredondados maiores, somando nove retângulos grandes e três menores ao topo de cada coluna. O primeiro retângulo menor contém escrito “critérios primários” seguido na mesma coluna com a sequência de três retângulos maiores, cada um contendo, respectivamente os termos “integrante de uma ou mais bancadas analisadas”, “eleito para a 54ª e 55ª legislaturas” e “números de discursos nas duas legislaturas”. O esquema ilustrativo se repete à direita com uma segunda coluna contendo “critérios secundários” seguido de três retângulos menores, cada um contendo os termos

“diversidade regional”, “diversidade partidária” e “preferências por “cabeças do congresso do DIAP”. Repete-se a ilustração de uma terceira coluna com retângulos menores e maiores. Os últimos três critérios contêm “diversidade de bancadas”, “diversidade de profissões internas” e “diversidade de profissões”. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

EXPLORAÇÃO DOS DISCURSOS

A exploração dos discursos possui a função de separar e armazenar quais falas possuem relevância para a pesquisa. A exploração e sistematização foi a forma pela qual os discursos foram transformados em dados da pesquisa. Tais dados da pesquisa foram alcançados a partir de uma seleção de discursos de deputados federais, coletados através da exploração do Portal virtual da Câmara dos Deputados que disponibiliza uma variedade de informações e serviços relacionadas ao Poder Legislativo. Esta pesquisa fez, na seção de Banco de Discursos, a seleção por nome, data inicial de 1/2/2011 até 31/1/2019 e divisão entre plenário ou comissões.

É possível, através deste portal, acompanhar propostas de lei, o trabalho legislativo de cada deputado na legislatura, notícias do dia a dia na Câmara, acessar publicações de determinadas seções e cursos à distância gratuitos. É preciso pontuar que, sem a existência desta ferramenta, esta pesquisa, que foi realizada sem a presença física no Congresso Nacional, seria mais custosa e trabalhosa.

Ao utilizar o sítio virtual da Câmara dos Deputados, o caminho inicial percorrido para encontrar os discursos parlamentares foi chegar na seção “atividade legislativa”, selecionando a opção “discursos e debates”. Nesta área virtual, o pesquisador encontra uma ferramenta de exploração apurada do “banco de discursos” do sítio da Câmara. Este grande setor é gerido pela unidade do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação (DETAQ), que disponibiliza, nos dias úteis, os pronunciamentos e votações de todos os parlamentares na legislatura nos âmbitos de discussão. É,

portanto, um setor de serviço especializado de alta qualidade, que possibilita a qualquer pesquisador brasileiro (ou que tenha domínio da língua) a consulta pública de toda produção legislativa virtualmente.

Abaixo temos uma imagem com o mecanismo de busca do sítio virtual da Câmara e, apesar dos vários mecanismos de exploração como “assunto”, “texto integral” e “UF”, por exemplo, a busca simplificada por nome e data já é o suficiente para organizar os dados iniciais.

The screenshot shows the search interface on the Câmara dos Deputados website. The page title is "DISCURSOS E DEBATES". The search section is titled "Pesquisa no Banco de Discursos". It features a sidebar with navigation options like "Plenário" and "Comissões". The main search area includes fields for "Orador" (Nome, Partido, UF), "Período" (Data Inicial, Data Final), and search criteria for "Texto Integral" and "Assunto".

Ilustração 2 – Printscren da página de busca da Câmara

Impressão virtual do site câmara dos deputados “www2.camara.leg.br”, especificamente na página “pesquisa no banco de discursos”. A ilustração retrata a impressão virtual (“printscren”) da seção de pesquisa no banco de dados do discurso da câmara dos deputados. A parte central de busca da imagem se divide em procura por “orador”, com três caixas de pesquisa: “nome”, “partido” e “UF”. A parte secundária abaixo contém uma busca por “período”, com duas caixas nominais de data “inicial” e “final”. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Seguindo, após a chegada no banco de dados do sítio, foi possível digitar o nome do parlamentar desejado na seção “nome”, a data inicial e final do possível discurso, indicada na parte chamada “período”, escolhendo nas “opções de pesquisa”, respectivamente, “pesquisar em plenário” e “pesquisar em comissões”. Essa ação gera duas abas adicionais contendo tudo o que foi dito por cada parlamentar a partir

da data selecionada em plenário e comissões, respectivamente.

A nova página de plenário apresenta um conteúdo específico, uma tabela longa com datas do proferimento, o código da sessão (por exemplo, "21; 2018.N), a fase da fala (por exemplo, "ordem do dia" ou "breves comunicações"), um link adicional para o discurso escrito, um sumário da fala – que descreve resumidamente o conteúdo do discurso, a hora do discurso e, por fim, outra ligação acessível para um arquivo de descarregamento do Diário do Congresso Nacional datado. Já a página de comissões apresenta ao usuário uma face semelhante à de plenário, destacando uma diferença que indica a comissão em que o discurso escolhido da lista se encontra.

Dito isso, durante a leitura dinâmica de todos os discursos dos parlamentares participantes deste estudo buscou-se termos, expressões ou ideias que estivessem relacionados com as hipóteses, baseados nas discussões do conservadorismo expoente de conceitos específicos. A partir daí, esses discursos foram pré-selecionados e compilados em documentos já mencionados para a análise com a assistência do programa de dados. Esta atividade específica durou seis meses.

Este estudo, portanto, investigou e selecionou discursos potencialmente capazes de demonstrar visões de mundo das direitas que articulassem temas e valores políticos com o contexto social brasileiro, para que fossem analisados posteriormente à luz dos referenciais teóricos desta pesquisa. Reafirmando o argumento deste estudo, identificou-se o potencial de cada oração pelos elementos (palavras e expressões) que compõem as formações discursivas do conservadorismo político.

Suponhamos que um político possua trezentos discursos de plenário na legislatura: a análise inicial deixará de lado os discursos breves de homenagens ou notas de pesar específicas, de votação nominal sem argumentação etc. Isso é feito porque a

investigação inicial busca falas que possuam citações que argumentem algum ponto ou posicionamento do orador que expresse uma representação ideológica dos seus interesses políticos em contexto e com o mínimo de ideias.

Neste sentido, o que entra em jogo é menos a extensão das citações, e mais o conteúdo do discurso. Porém, alguns temas, por serem importantes para os congressistas em determinada situação, tendem a ser repetidos mais de uma vez em plenário e até em comissões. Dito isso, as orações são incluídas a critério da identificação de citações particulares que adicionam ao conjunto de discursos de cada parlamentar.

SOFTWARE ATLAS TI 8

Após a exploração dos discursos a pesquisa exige apoio do *software* devido ao tamanho do corpo de dados – em uma legislatura, é possível criar um arquivo de dossiê das falas de um parlamentar que ultrapasse noventa páginas. Por isso, importamos esses discursos de plenário e comissão em documentos individualizados por legislatura e autor para o Atlas TI 8, um programa de análise de dados qualitativo adquirido pelo INCT-INEU e usado pelo grupo de pesquisa de Pensamento Político (PEPOL).

Desenvolvido para oferecer orientação qualitativa e servir de suporte para interpretação de texto, o Atlas TI 8 é capaz de lidar com grandes quantidades de documentos, gerenciando conceitos, estruturas complexas e anotações que emergem no processo de interpretação. Em síntese, o Atlas TI 8 oferece ao pesquisador uma ferramenta efetiva para manejar as estruturas de informação, não configurando como um aplicativo de automatização do processo de análise textual.

Como a pesquisa possui um maior interesse na dimensão qualitativa do discurso (mas não desprezando o quantitativo), o *software* utilizado é capaz de esquematizar e tornar

visível uma quantidade extensa de dados de legislaturas que capacite o pesquisador em produzir as relações semânticas entre os códigos. O que, por exemplo, conecta a defesa discursiva de um projeto como o Escola sem Partido com falas de parlamentares acerca da ameaça comunista dentro das escolas brasileiras?

O programa, nessa linha, é capaz de afastar o investigador dos discursos individuais e, com isso, localizar de forma mais ampla em quais outras comissões ou em qual contexto outro parlamentar exprimiu uma fala com características similares às mencionadas. Isto é, proporciona uma base para que o investigador transite, de forma sistemática, das interpretações particulares e factuais para o abstrato.

O passo a passo para o uso do programa é relativamente curto e simples. Após a escolha dos discursos relevantes para a pesquisa, baseados nos critérios de seleção anteriormente mencionados, as falas transcritas são exportadas para arquivos digitais aceitos pelo programa Atlas TI 8. Com isso, são adicionadas ao programa obedecendo a lógica de um arquivo PDF (Formato de Documento Portável) por deputado e legislatura. Este ato sinaliza a criação do banco de dados da pesquisa, no qual o Atlas TI 8 gerencia estes documentos através de um único projeto específico, como vemos na figura abaixo.



Ilustração 3 – Coluna de documentos dos discursos.

A ilustração retrata uma impressão “print screen” parcial da coluna de documentos por nome e legislatura de cada deputado analisado dentro do software atlas ti 8. A coluna começa com o primeiro nome: “aguinaldo ribeiro 54” e termina no discurso do deputado “luiz carlos hauly”. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

As etapas do *software* concernem como ele oferece ao pesquisador uma mesa de trabalho para análises qualitativas capazes de suportar um *corpus* extenso de texto, imagens, áudios e vídeos, uma abordagem sistemática de dados não estruturados. Porém, esta pesquisa somente se utiliza do *corpus* textual encontrados nos discursos escritos e tornados públicos pelo DETAQ. A primeira etapa, a criação do projeto e a adição dos documentos legislativos constituem a criação da Unidade Hermenêutica, que contém todas as entidades significativas para este estudo, em que todos os documentos podem ser acessados por ele.

Após a criação e adição dos documentos, o pesquisador foi capaz de organizar inicialmente os arquivos em grupos com documentos de deputados da 54^a ou 55^a e por pertencimento de bancada. Em sequência, uma nova leitura se apropriou da lista de

palavras chaves para a criação de citações dentro dos discursos, uma espécie de marcação do texto que fica salva no programa. Esta ação enreda no processo de codificação, que identifica a localização exata e a contagem numérica das palavras da lista.

A codificação inicial possibilita a correção e a adição de mais códigos identificados através da comparação entre os pronunciamentos. Existe, entretanto, uma diferença importante entre codificação simples e a complexa, ponto que será abordado adiante. Uma operação prévia à codificação é a divisão dos atributos dos dados, no qual agrupamos os documentos contendo os discursos (o grupo de documentos) entre legislaturas, bancadas, partidos e profissão. A mesma ideia anterior se traduz para o instrumento do “grupo de códigos”, que visa criar uma ideia abstrata por trás de um grupo singular de códigos.

CODIFICAÇÃO E DEMAIS FERRAMENTAS DO ATLAS TI 8

Dentro dos pronunciamentos dos políticos, o segundo passo do estudo codifica os vocábulos e as citações que sugerem um conjunto de ideias sobre a realidade sociopolítica e econômica do país que se relacionam. O conceito do código é o de capturar o sentido do dado, servindo para classificar em diferentes níveis de abstração, criando um conjunto de informações que estão relacionadas no interior dos discursos.

Os termos e conceitos básicos do Atlas TI 8 orbitam, dessa maneira, no aspecto central do programa: o processo de codificação. Ele possui centralidade porque envolve a ação de codificar em categorias as citações e as expressões de interesse na pesquisa (por exemplo: “o esquerdismo do PT” ou “o comunismo da esquerda”). A tarefa, então, envolve a leitura de todos os discursos e a marcação destas expressões e frases relevantes, no qual o pesquisador inscreve sentidos específicos a cada código.

A codificação concede três ferramentas: criar o código a) in vivo; b) prévio à leitura; e c) a codificação automática de palavras, expressões, parágrafos ou textos inteiros. Lembrando que mais de uma expressão, sentença ou parágrafo de diferentes parlamentares podem estar inseridos sob o mesmo código, e estes podem estar agrupados em categorias amplas como é o caso do código “pessoas históricas” mostrado abaixo.

143 citações para pessoas históricas

Pesquisar Citações

ID	Nome	Iniciar	Fim
4:839	Maduro	26:20...	26:20...
4:840	Maduro	51:16...	51:16...
4:841	Maduro	55:17...	55:17...
4:843	Maduro	62:121	62:126
4:844	Maduro	62:165	62:170
4:845	Fidel	51:16...	51:16...
6:1220	Maduro	8:1342	8:1347
6:1221	Maduro	9:2572	9:2577
6:1222	Maduro	103:1...	103:1...
6:1223	Moral...	103:66	103:72
10:452	stalin	12:694	12:699
10:453	Maduro	28:14...	28:14...
10:454	Moral...	41:18...	41:18...
11:12...	stalin	2:608	2:613
11:12...	Stalin	2:1767	2:1772
11:12...	stalin	3:2153	3:2158
11:12...	Lenin	6:2189	6:2193
11:12...	Lenin	9:2096	9:2100
11:12...	lenin	38:389	38:393
11:12...	Lenin	56:13...	56:13...

Ilustração 4 – Printscreen das citações dos códigos para pessoas históricas

A ilustração retrata uma lista “printscreen” parcial da seção de busca das 143 aparições das palavras contidas no código “pessoas históricas”. A imagem contém uma tabela extensa que indica a localização do termo dentro do banco de dados em uma divisão por quatro linhas: “ID”, “NOME”, “INICIAR” e “FIM”. Abaixo do “id” temos uma localização numérica (ex: 6:1220). Abaixo do termo “nome” temos palavras como Maduro, Fidel e Stalin. E abaixo das duas linhas “iniciar” e “fim” tem uma tabela numérica, a primeira em que inicia o discurso e a segunda em que termina (ex: 12:694 – 12:699). Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Ou seja, a ação de codificação diz respeito à transformação de argumentos e expressões presentes nos documentos em dados, que posteriormente serão agrupados em categorias representativas de dois ou mais códigos. O programa Atlas TI 8, neste caso, auxilia na sistematização do procedimento metodológico de forma quantitativa – expondo as frequências e a proximidade dos termos e expressões que dão sentido a iniciativa de representar os diversos interesses sociais e mudar a representação da realidade da opinião pública.

Sendo a produção da base de dados a primeira etapa de desenvolvimento, o passo paralelo à codificação é o de criar memorandos que cristalizam as interpretações iniciais das sentenças. Para que o trabalho de codificação não se reduza a uma mera classificação quantitativa, as notas podem ser classificadas no programa como uma simples anotação, um sumário do discurso ou uma crítica, que depois ficam disponíveis para acesso rápido numa lista de memorandos.

Isto é, enquanto os códigos representam os conceitos criados pela interpretação ligadas as citações, as notas de análise registram ideias do investigador ao longo do processo. Estes dois procedimentos, em conjunto, formam a ação mais longa da construção do banco de dados: ler, interpretar, codificar, comentar e agrupar os discursos em categorias.

Entretanto, a sistematicidade propiciada pelo Atlas TI 8 não proporciona uma análise do conteúdo do discurso, mas amplia o quadro para a identificação, por parte do investigador, desde os sentidos dos argumentos às estruturas do texto (os atributos formais) que podem estar articulados para projetar uma representação específica da realidade. Aqui entra a utilidade da função de criar redes que interligam códigos e outros conceitos do programa em forma de diagrama.

Essa operação ajuda a entender como os elementos ideológicos são encontrados na estrutura do discurso parlamentar, como eles se articulam e como o princípio dessa articulação os unifica. Desse modo, as redes irão representar em imagem as relações entre os códigos, as citações, os memorandos e os grupos conceituais, podendo ser interligadas com outras redes. Isso capacita a pesquisa a expor as conexões entre os conceitos analisados, interpretar esses achados e apresentar os resultados.

Depois da codificação foram feitas as redes do programa, que são visualizações qualitativas dos dados, isto é, representações gráficas das ligações semânticas ou não que o pesquisador estabeleceu entre os conceitos, os códigos e as unidades de sentidos do projeto. As redes produzem uma visão sistematizada para o leitor de como os dados estão relacionados com as perguntas da pesquisa; são, portanto, relações e não frequências numéricas dos dados.

Ao fim da codificação, o Atlas TI 8 permite um conjunto variado de ações para a inquirição adicional dos dados. Elas são 1) a ferramenta de consulta de palavras (*Query Tool*), 2) a ferramenta de co-ocorrência de códigos (*Code Co-occurrence Tools*) e 3) a tabela de códigos por documento analisado (*Codes-Document Table*). Esse sistema funciona com três tipos de operadores que analisam o estado do código.

O primeiro deles retorna a busca por grupos de códigos (*set operators*), por estruturas semânticas das redes de códigos (*semantic operators*) e análise de proximidade espacial entre as relações dos códigos, que envolve distância, incrustação, sobreposição e co-ocorrência (*proximity operators*). O segundo e o terceiro funcionam na seleção entre códigos em si e entre códigos e documentos, ação que sinaliza quais citações ocorrem simultaneamente na pesquisa.

Novamente, codificação, neste estudo, é a ação de transformar citações dos textos – os discursos – em dados do *software*, uma ferramenta de classificação do discurso. Nesta

pesquisa, ela ocorreu após a leitura flutuante dos documentos em duas etapas. A primeira é a produção de códigos simples, baseados em palavras-chave encontradas nas leituras flutuantes dos documentos em junção com o conhecimento bibliográfico das pautas de agenda de cada bancada e tópicos da literatura acerca do conservadorismo e crise política no Brasil.

Simples porque são palavras sem contexto específico que, mesmo sendo visualizada pelo programa, somente captam um sentido mínimo na análise maior da pesquisa. Um código como, por exemplo, “ideologia” existe e agrupa a palavra e suas variações (“ideológico”; “ideologismo”), código que apenas identifica a localização, dentro dos documentos, sem captar um sentido específico; um esforço de mapeamento inicial das palavras e a sua existência em números nos dados.

A segunda etapa é a codificação complexa, que captura um sentido específico daquele dado e abstrai as frases, sentenças ou parágrafos. Ela foi ampliada e possibilitada pelos códigos simples que se agrupam nas imagens dos textos e apontam para sessões potencialmente relevantes dos discursos. Códigos complexos geram um entendimento maior dos dados dando sentido as orações legislativas.

Um código desse tipo pode ser, por exemplo, “visões negativas do MST”, no qual é possível codificar desde o mínimo, que vai de frases específicas, a parágrafos que explicitem como um ou mais políticos expressaram as suas ideias do que constituiu o Movimento Sem Terra brasileiro ou simplesmente versaram sobre o tópico. Apesar da nomenclatura “complexo”, os códigos da pesquisa são simples e sucintos para que a produção das relações entre os códigos seja fácil e rápida.

Isso se dá visto que o programa opera na base de adição de informações aos discursos, os códigos, no qual as citações e outras ferramentas constroem um aparato robusto de resultados e por isso se comportam como pedaços de informações junto aos discursos

parlamentares. A rede, nessa linha, é a forma oferecida pelo *software* para a visualização desse conjunto de coisas, isto é, são as representações do entendimento dos dados ou mapas cognitivos.

O Atlas TI 8 dispõe de dois tipos de redes: ligações nomeadas (*named linkages*), de primeira ordem semântica, e ligações não nomeadas (*unnamed linkages*). Na primeira, as ligações entre códigos, citações etc. são feitas com relações significativas (a citação 1 “faz parte do” [o link] da outra citação 17 ou os códigos 1, 2 e 3 “fazem parte” do código 8) no qual a ligação varia dependendo da interpretação dos dados. A partir disso, cada código específico se torna conectado a outra entidade escolhida até a sua futura alteração.

Nesse sentido, este estudo usa as redes para representar os temas predominantes, os códigos (e seus grupos), assim como as relações entre qualquer informação relevante gerada pelo software. Mais sofisticado que o simples agrupamento de códigos, citações e documentos, as redes possibilitam ao pesquisador criar uma estrutura visual conectando os elementos da análise em um diagrama; é, por isso, uma forma de expressar as relações criadas pela pesquisa, na qual são passíveis de servirem como nó internamente a outras redes mais complexas.

CÓDIGOS COMPLEXOS

Criado em julho de 2020, o banco de dados comporta 113 códigos, no qual 33 deles são códigos complexos que misturam alguns operadores. Os códigos simples foram usados a partir do sistema de auto codificação com o intuito de mapear o corpo de dados extenso através da codificação automática de palavras chaves.

É necessário explicitar que certos códigos simples, que são incolores, podem vir a representar um conjunto de palavras específicas nos dados. Usando como exemplo o

código “bandido”, o programa buscou a palavra e sua variação exata: bandido, bandidos e bandidagem. Outro exemplo diferente já mencionado é o código “pessoas históricas”, que diz respeito a 143 menções de líderes históricos associados ao marxismo ou comunismo no senso comum; esse código envolveu, portanto, nomes como Stalin, Lênin, Marx, Fidel, Guevara, Morales e Maduro.

Os códigos complexos, por outro lado, refletem a necessidade analítica de reler e classificar aspectos de extrema relevância para a pesquisa. São separados em quatro tipos.



Ilustração 5 – *Printscreen* da lista de códigos do ATLAS TI 8.

A ilustração retrata um “printscreen” parcial da tabela virtual de códigos complexos do programa Atlas TI 8. São dezenas de códigos listados e diferenciados por cores: códigos de área estão em amarelo, formação discursiva em vermelho, princípios conservadores em azul e tópicos notórios em verde. Ao lado de cada código temos a numeração da quantidade de códigos codificados ali (ex: A# Agricultura [68-2]). Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Em ordem, temos o primeiro em amarelo, no qual todo discurso, variando em tamanho, é sinalizado acerca das dez *Áreas* (#A) de discussão (agricultura, cultura, defesa, economia, educação, justiça, meio ambiente, saúde, segurança pública e trabalho).

Essa classificação exige uma sinalização do mapeamento anterior que indique, através do sumário da fala ou de códigos simples, as áreas que estiveram em discussão naquele momento. O código complexo cobriu, nesse sentido, todos os códigos simples que foram encontrados naquele local, formando um sistema de agrupamento e co-ocorrência dos códigos.

O segundo grupo de códigos complexos são as *Formações Discursivas* (#FD), que se refere a tentativa de análise mais crítica das orações em questão. O pesquisador, portanto, acredita que a teoria possibilita a criação de arranjos que classifiquem com base na função/origem do discurso, no qual cada oração, em potencial, pode conter uma ou mais formações discursivas, que englobam elementos ideológicos que sugerem uma função específica daquele discurso ou a sua matriz generativa.

As formações são, por esse ângulo, constitutivas condicionais da ideologia conservadora, caso seja evidenciado pela análise. Usando um exemplo, temos a formação discursiva anticomunista, que exemplifica o uso da linguagem para associar ações do governo Dilma às de Stalin na União Soviética, ou acepções da Esquerda ao comunismo internacional. Nesse grupo foram elaborados sete códigos complexos:

(#FD) anticomunista; anti-igualitária, autoritária, desregulamentação, meritocrática e moralidade pública. Estes se encontram elencados abaixo:

1. *Anticomunista*: O anticomunismo se refere à oposição ao comunismo, especialmente ao marxismo-leninismo. O anticomunismo organizado é um tema dominante na guerra política que se desenvolveu em reação ao crescente poder do movimento comunista depois da Revolução Russa de 1917. Essa formação existe para detectar discursos com teor de retorno das discussões deste tema e suas variações históricas, presentes no país em determinados períodos históricos (MOTTA, 2000).

2. *Anti-igualitário*: discursos que se dizem na oposição ou impedimento do igualitarismo; que sejam contrários aos princípios de igualdade e justiça social ou que reflitam qualquer tentativa que seja contra agendas específicas de igualdade como, por exemplo, as de gênero, raça ou classe.

3. *Autoritária*: discursos com gênese no Autoritarismo, que se refere ao princípio da submissão à autoridade, em oposição à liberdade pessoal de pensamento. Essa formação discursiva reflete a exigência de que as pessoas obedeçam completamente ou recusem-se a permitir que ajam como desejarem. Também pode ser caracterizado desde um pluralismo político estreito à negação de direitos fundamentais. Ocorre em alguns casos no favorecimento da estrita obediência à autoridade, especialmente a do governo, em detrimento da liberdade pessoal.

4. *Desregulamentação do estado*: pode ser diferenciada da privatização, em que a privatização pode ser vista como uma transferência dos provedores de serviços estatais para o setor privado. A desregulamentação é tipicamente o processo de remoção ou redução das regulamentações, geralmente na esfera econômica. Mas também é a revogação da regulamentação governamental sobre diversas áreas que impactam interesses de grupos políticos específicos no parlamento.

5. *Meritocrática*: discursos que evidenciem a defesa de um sistema no qual a alocação de poderes sociais, políticos ou econômicos sejam visados para indivíduos com base em suas habilidades e méritos demonstrados. A tentativa do pesquisador é filtrar orações que expressem a importância atribuída ao reconhecimento dos resultados individuais inserido no debate parlamentar.

6. *Moralidade Pública*: discursos que podem ser identificados como a defesa de valores éticos predominantemente judaico-cristãos, padrões de comportamento relacionados com dogmas da Igreja Católica ou denominações evangélicas e argumentos que combinem posições teológicas no debate político.

O terceiro grupo de código complexos compõem o que esta pesquisa entende como Princípios (#P) conservadores, presentes no conteúdo das orações dos deputados federais. Constitutivos do modo clássico do conservadorismo político na literatura e no senso comum, são os cânones usuais do que se percebe como uma argumentação conservadora, que servem de alicerce teórico para a prática política e complementam, neste estudo, as formações discursivas propostas acima.

A ideia por trás dos grupos é um sistema de classificação, reforçado pela necessidade de sobrecodificar as questões mais essenciais das orações parlamentares, podendo sofrer futuras alterações e/ou novas codificações a partir do maior aprofundamento das diversas leituras dos discursos, tendo em mente que o processo de codificação exige um contínuo refinamento. Eles se encontram especificados a seguir:

7. *Absolutismo moral*: preceito identificado como a crença de que existem padrões éticos universais que se aplicam a todas as situações; isto é, é uma visão ética de que todas as ações são intrinsecamente certas ou erradas. Temas e narrativas

compreendidos neste escopo de argumentação são classificadas com este código complexo.

8. *Família*: normas ideais, às vezes chamados de valores familiares, são valores tradicionais ou culturais que dizem respeito à estrutura, função, papéis, crenças, atitudes e ideais da família. Nesse sentido, discursos que lembrem ou reflitam temas com base nesse padrão argumentativo ganham esta classificação.

9. *Governo limitado*: Nesta linha normativa, o governo é subentendido como instituído para proteger os direitos conferidos aos indivíduos pela lei natural, assim como são governos que devem ser limitados em poder. Tendo como exemplo a afirmação de que políticas fiscais devem aumentar a receita mínima e/ou as regulamentações devem ser limitadas.

10. *Lei e ordem*: argumentos definidos e conhecidos que defendam rigidez penal, como linha dura contra o crime e/ou a guerra contra o crime; ou que exige um sistema de justiça criminal rigoroso, especialmente em relação aos delitos violentos e contra a propriedade, por meio de penas criminais mais rígidas.

11. *Patriotismo*: este estudo observa discursos em que o orgulho nacional, que é o sentimento de amor, devoção e senso de apego a uma pátria, estrutura ou faz parte da linha de argumentação. Se explora a ideia do apego, que pode sugerir uma combinação de muitos sentimentos diferentes relativos à própria terra natal, incluindo aspectos étnicos, culturais, políticos ou históricos.

12. *Propriedade privada*: discursos que defendam ou se coloquem tendo como referencial os direitos das pessoas privadas de acumular, deter, delegar, alugar ou vender sua propriedade. Podem ser orações em que o pressuposto por trás é a ideia da propriedade protegida por leis claramente definidas e aplicadas pelo estado. Essas leis,

por definirem a propriedade e quaisquer benefícios associados com a posse da propriedade, podem ser defendidas com a narrativa de sujeitos antagônicos que tentam subtraí-la.

13. *Hierarquia*: norma que entende que os membros da sociedade são estratificados ou em camadas em relação aos outros de maneira legítima. Linha de argumentação que pode ser baseada na classe social e ocupação, ou que expressa uma visão de que a sociedade somente evolui por meio de um contrato conservador. Devido a existência de uma conexão de seres humanos que compõem um todo orgânico, e que possuem um papel a desempenhar, enquanto a maioria se encontra na base, a minoria se vê no topo da hierarquia.

14. *Liberalismo econômico*: este princípio tenta identificar discursos com a defesa de mercados livres e propriedade privada de bens de capital, que esteja organizada em linhas individualistas, no qual as decisões econômicas devem ser tomadas por indivíduos ou famílias, e pelo Estado. A defesa do comércio livre, da desregulamentação da economia, da redução de impostos, da privatização, da flexibilidade do mercado de trabalho, a oposição aos sindicatos e a indiferença em relação à desigualdade econômica são frequentemente marcas do liberalismo econômico.

O último conjunto de códigos complexos se refere à tópicos notórios (#TN) do contexto brasileiro em que ocorreram as duas legislaturas. A ideia por trás da codificação desses momentos específicos da política nacional se deu pelas diversas interrelações entre as formações discursivas e os princípios conservadores com temáticas dos casos políticos históricos do estudo. Inicialmente, temos os códigos de avaliação dos governos Dilma (1 e 2), especialmente no segundo mandato que vivenciou o cenário da crise política e econômica, no qual o país debateu diversas causas através da opinião pública e setores da economia sobre o contexto da instabilidade.

Com a intenção de capturar estas visões políticas, foram criados códigos para entender, em sequência, as bases do impeachment (3), as narrativas da corrupção (4), que fizeram parte desse processo, o que a direita construiu como o projeto político e noções da esquerda (5), os sentidos construídos da dita instabilidade (6), o conteúdo da crise política e econômica (7) e, no por fim, o campo de visão de como a direita entendia as ações do Partido dos Trabalhadores. O conjunto dos códigos complexos podem ser visualizados na figura abaixo, um recorte do programa ATLAS TI 8.

Em resumo, as ações desta pesquisa visam a criação e inserção de documentos por deputado e legislatura dentro do programa de dados. Após esse primeiro passo, a autocodificação e mapeamento das palavras-chaves foi essencial para sinalizar as regiões do discurso no programa. Em sequência, o estudo aplica a codificação manual criadas para englobar as ideias centrais dos parlamentares. Feito o “mapa”, buscou-se produzir redes semânticas para a melhor visualização das articulações discursivas sem deixar de observar também as coocorrências. E compreender, a partir disso, os sentidos produzidos por esses resultados.

A explicação do método e característica das fontes tentou transpor alguns obstáculos para uma análise refinada e atenta dos dados. A ação, que começa pela idealização dos critérios de seleção e termina nas observações dos resultados baseados nos próprios códigos complexos criados. O exercício proposto tem a intenção de construir um modelo de pesquisa sólido, mas que deve ser futuramente aperfeiçoado.

CAPÍTULO 3

CRIMINALIZAÇÃO DA ESQUERDA

A dinâmica parlamentar pode ser concebida, em parte, como uma disputa de narrativas acerca do momento político, seja em períodos de crise ou estabilidade. O nível mais fundamental de discussão política organiza-se na base dos interesses políticos sobre determinados pelo discurso e trajetórias dos indivíduos que se constituem como grupos. Estes atuam com o alicerce dos interesses da sua consciência ou do seu partido político, projetado, muitas vezes, como os interesses próprios dos eleitores da sua base política. O presente estudo sugere que, durante a exploração dos discursos das duas legislaturas analisadas, um dos temas discursivos dominantes construídos e reproduzidos pela elite²³ das três bancadas conservadoras foi a narrativa que criminalizou a esquerda política.

Com isso, este estudo tenta demonstrar que a ideologia conservadora esteve presente no cenário nacional de crise política nos governos Dilma. A sua presença, pela atuação da direita política no parlamento, se constituiu, naquele momento histórico, por pelo menos dois elementos centrais: o anticomunismo e o antipetismo. O que discutimos nesta sessão é a criminalização da esquerda, que se divide nos dados dos discursos parlamentares em códigos que representam o anticomunismo e o antipetismo como fenômenos relevantes. Nesta seção procuramos mergulhar nas evidências que constituem estes atos tentando expor o entrelaçamento dos temas com as questões políticas de cada legislatura. Isso foi feito a partir da separação e análise de dois tipos de códigos²⁴: formações discursivas (#FD) e tópicos notórios (#TN) entre 2011 e 2019 na Câmara dos Deputados.

²³ Visto pelo analista deste estudo como os mais influentes na política da 54^a e 55^a legislaturas.

²⁴ Conforme o capítulo anterior, é importante ressaltar que cada discurso parlamentar analisado nesta seção faz parte do banco de dados dos discursos do Atlas ti. Cada cópia do discurso terá somente o nome do autor ao final, estará entre colchetes e as palavras/termos relevantes estarão em negrito. Esta é a forma que o discurso será sistematizado.

HIPÓTESE 2

Criminalização da esquerda. Este cenário, na sua configuração baseada em elementos ideológicos nos atos discursivos dos parlamentares, assinala uma tentativa criativa de determinados grupos em concatenar uma imagem da esquerda política, de exacerbar um antagonismo, com objetivo de deslegitimar uma gama de projetos políticos em pauta ou futuros. Explora-se a ideia de “criminalização” porque identifica-se um escopo estratégico de destruição do terreno da disputa política e o esforço de pautar determinados grupos adversários como inimigos, criminosos, traidores e fraudadores, com precisão da etimologia da palavra “crime”, que remete ao campo jurídico. Sustenta-se que um dos elementos ideológicos centrais articulado nesse cenário é o discurso anticomunista, presente em certos períodos da história brasileira, e o discurso antipetista.

CRIMINALIZAÇÃO DA ESQUERDA: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Criminalizar no entendimento jurídico significa instituir como crime um tipo de conduta específica. A visão religiosa da palavra crime remete a um ato ou omissão punível por leis, pelo qual a ação em si seria pecaminosa; isto é, uma infração a doutrina de Deus. Criminoso, portanto, é aquele que veio a cometer um ato pecaminoso, punível pelas leis. A união do mesmo entendimento de crime a partir de dois campos distintos advém da concepção de condenação moral. Essas ideias dentro do debate público surgem, majoritariamente, de grupos religiosos²⁵, que já possuem uma linguagem similar no meio social.

O avanço da ideia de “criminalização” está baseado na acusação que formaliza grupos adversários como cometedores de atos imorais, uma forma discursiva generalizante de quais sujeitos são aptos à condenação moral. Culpabilizar por um crime, por outro

²⁵ Suposição baseada, em parte, na tabela de frequência de palavras mais à frente deste estudo.

lado, perpassa a ideia de julgamento por algo feito. Entende-se por “criminalização da esquerda” a condenação de um grupo abstrato de sujeitos por outros – de uma ação criminosa. Isso exporá um cenário que, na configuração dos elementos ideológicos contidos nas falas parlamentares, apontará para a estrutura em que determinada ideia força de condenação é produzida.

Em segundo plano é necessário compreender o que se entende por essa esquerda política. Ao que parece, é, antes de tudo, um projeto de superação e combate às desigualdades humanas. Ou seja, uma cosmovisão relacional que abrange a defesa de pautas coletivas, como a superação da desigualdade de classe, gênero e raça, por exemplo. No contexto brasileiro, para a direita, a esquerda seria representada pelo PT, os sindicatos e movimentos sociais a ele afins e por partidos menores, como o PCdoB e o PSOL. O estudo supõe que são grupos históricos e singulares – os alvos do discurso. Nesta conjuntura, a interpretação dos atos dos governos petistas auxiliará na compreensão da estrutura do discurso destas direitas.

A primeira eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002 representou, para as organizações da esquerda política, uma tentativa de relacionamento contraditório com a política neoliberal dos anos de 1990 no qual o país convivia com o alto desemprego e pobreza das classes baixas (PUZONE, MIGUEL, 2019). Isso se deu na tentativa do partido no poder em conseguir implementar políticas públicas que revertessem as desigualdades redistributivas em um momento de crescimento econômico acelerado, mas também foi um momento histórico em que movimentos sociais de esquerda conseguiram obter um maior diálogo com o Executivo (PUZONE, MIGUEL, 2019). Por isso, os alvos do discurso são, além do partido no executivo, os grupos sociais que se relacionaram e representaram a esquerda neste cenário nacional.

Nesse sentido, a criminalização é a construção do antagonismo que deslegitima a capacidade de agir para implementar projetos pertencentes a este espectro. Segundo

os críticos da própria esquerda, a administração petista até o segundo governo Dilma passou longe da antiga meta de mudança radical da realidade brasileira, acomodando os interesses do capital através de políticas que diminuíram, mas não erradicaram as desigualdades socioeconômicas; o PT, desde sua criação, teria se tornado um partido pragmático e distante das suas raízes (PUZONE, MIGUEL, 2019). Com a crise política e a deposição de Dilma Rousseff em 2016, a perda da capacidade de gerir o Executivo veio acompanhada da demonização dos atores políticos envolvidos.

Com isso, a investigação dos discursos destes atores tem por objetivo determinar como ocorre, neste cenário histórico, a criminalização deste espectro; ou seja, é necessário demonstrar a estrutura das ações discursivas em questão assim como as relações que constroem o sujeito antagônico da esquerda. A concepção da literatura das direitas sugere que o parlamento foi o espaço de reprodução de discursos de direita dominantes que surgem desde o primeiro mandato da ex-presidenta. Porém, não se trata de pressupor o comportamento que salta a vista, aquele pelo qual políticos de lados opostos criticam e denunciam políticas em torno da legislatura. O que se pretende demonstrar são as características da ação que não só deprecia, mas criminaliza um conjunto de práticas e sujeitos na arena política.

É possível demonstrar, dentro do universo deste estudo, uma tendência discursiva a criminalização do partido no governo, o PT, a esquerda como um movimento unitário, os movimentos sociais de esquerda e, por último, mas não menos relevante, as instituições de controle do estado compreendido como administrado por grupos de esquerda. Inicialmente, nas duas legislaturas analisadas, foram identificados os códigos que estiveram presentes nos discursos de vinte dos vinte e três parlamentares, como mostra a tabela abaixo.

Deputado	Bancada
Nilson Leitão	Boi

Osmar Terra	Boi
Alceu Moreira	Boi e bala
Onyx Lorenzoni	Boi, bala e bíblia
Subtenente Gonzaga	Bala
Joao Campos	Bala e bíblia
Jair Bolsonaro	Bala e bíblia
Marco Feliciano	Bíblia
Takayama	Bíblia
Pastor Eurico	Bíblia
Lincoln Portela	Bíblia
Bruno Araújo	Boi
Delegado Waldir	Bala
Luís Carlos Heinze	Boi
Luiz Carlos Hauy	Boi
Marcos Montes	Boi e bala
Marcos Rogério	Boi e bíblia
Rubens Bueno	Boi
Valdir Colatto	Boi

Tabela 2 – Parlamentares por bancada codificados na hipótese da criminalização da esquerda. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Os dados parecem sugerir alguma forma de organização social de diferentes origens no terreno da política que equilibram as suas forças e compartilham temas entrelaçados nos discursos individuais. O discurso que criminaliza a esquerda, por não se concentrar como uma estratégia única de uma bancada analisada pode indicar que diferentes atores de diversas trajetórias já compartilham e reproduzem, de formas dessemelhantes, evidências de um discurso estruturante da narrativa da época disseminada na construção da crise política.

Com isso em mente, este estudo procurou analisar sob quais parâmetros discursivos a esquerda política foi qualificada nos discursos parlamentares. Através da codificação das falas individuais foi possível identificar quais códigos complexos interagem e se complementam na construção da narrativa em questão.

Enquanto a ideia de criminalização da esquerda reproduzida como uma das narrativas dominantes do discurso parlamentar no período analisado é um dos mecanismos interperlatórios centrais da ideologia conservadora historicamente situada na crise brasileira, o anticomunismo²⁶ se torna um dos dois elementos articulatórios desse tipo de discurso das bancadas. Pois, é a partir da forma pela qual o conservadorismo recente interpela os sujeitos em questão – que desconhecem esses mecanismos – que ele é constituído por elementos consagrados da sua época.

Mas antes, é de extremo interesse assentar quais suspeitas existem na base desta inquirição que levariam o analista do discurso a se interessar na linha de argumentação disposta. Para isso, temos o sistema de codificação desenvolvido a partir da análise do banco de dados. Em um momento inicial da pesquisa, a análise preliminar da frequência de palavras em narrativas que envolveram o governo, visto como a “esquerda” e grupos ou atores sociais do mesmo espectro obteve a primeira tabela abaixo: palavras peculiares como “feminismo”, “marxismo” e “comunismo”, dentre outras.

²⁶ Interpreta-se o comunismo como a “síntese marxista-leninista originadora do bolchevismo e do modelo soviético”, como abordou Motta (2000, p. 4), entretanto, nos discursos examinados, o termo adquire uma grande elasticidade semântica que abarca sob o rótulo “comunista” atores, práticas e ideias por vezes muito distante do comunismo histórico.

Código		Bala	Bíblia	Boi	Totais
○ Gr=80	comunismo	14	68	14	96
○ Gr=199	ditadura	87	138	56	281
○ Gr=83	doutrinação	19	78	12	109
○ Gr=204	esquerda	46	184	24	254
○ Gr=41	feminismo	18	39	6	63
○ Gr=575	ideologia	154	364	250	768
○ Gr=81	marxismo	4	80	5	89
○ Gr=40	nazifascismo	15	38	13	66
○ Gr=172	terrorismo	132	152	77	361
	Totais	489	1141	457	2087

Tabela 3 – Frequência dos códigos de interesse por bancada conservadora. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

A tabela expõe, não conexões semânticas, mas um conjunto de palavras de interesse para esta pesquisa. A primeira pergunta a ser posta seria: por que há empresários, fazendeiros, ex-militares e pastores neopentecostais versando, em conjunto, sobre temas como “ideologia”, “comunismo” e “doutrinação” neste momento político específico?

A suspeita inicial da pesquisa reproduzida aqui na exploração de palavras específicas do discurso parlamentar (como “comunismo”, por exemplo) pouco nos diz acerca da história geral das falas dos congressistas. O caminho relevante a ser percorrido se encontra na identificação da forma pela qual estes termos produzem uma determinada narrativa acerca dos fatos. Mais do que demonstrar rótulos individuais dos sujeitos políticos, é necessário captar a compreensão da função e da forma pela qual diferentes formações discursivas ressurgem em cenários de disputa em momentos decisivos da história.

Com este intuito, através da análise dos escritos políticos, optou-se por criar um agrupamento de sobreposição dos códigos. Tomemos como exemplo o discurso de base anticomunista, que gerou o código complexo de formação discursiva (#FD) anticomunista. A investigação classificou partes das falas representativas do que entendemos por argumentações de repulsa ao comunismo. Isso ocorreu de diversas maneiras, mas, primariamente, se deu nos casos em que a fala parlamentar sinalizava o uso de palavras, inicialmente, variantes do termo (código: “comunismo”; “comunista”).

Após esta ação, a análise adicionou palavras associadas ao comunismo, como “socialismo” ou “socialistas”. Em sequência, a exploração nos dados gerou menções a nomes de regimes e líderes vistos como comunistas ou socialistas históricos, como Lenin (Leninismo), Stalin (stalinismo) ou Hugo Chavez (chavismo). Assim por diante, o estudo buscou produzir árvores de associações de palavras e terminologias que se relacionavam para dar alicerce ao discurso anticomunista. Segue abaixo uma imagem de rede inicial das palavras que formam o discurso anticomunista dentro do *software* Atlas TI 8²⁷.

²⁷ Nesta rede temos os suspeitos usuais da formação em questão (não o total de termos da formação). A palavra ‘esquerdismo’ engloba as suas variações, como “esquerdista” ou “esquerdopata” e é o caso para os demais termos. Sustenta-se que são usuais pois foram os códigos mais frequentes e mais óbvios que denunciava uma argumentação com elementos anticomunistas. Outros questionamentos relevantes acerca da tabela anterior devem ser explicados.

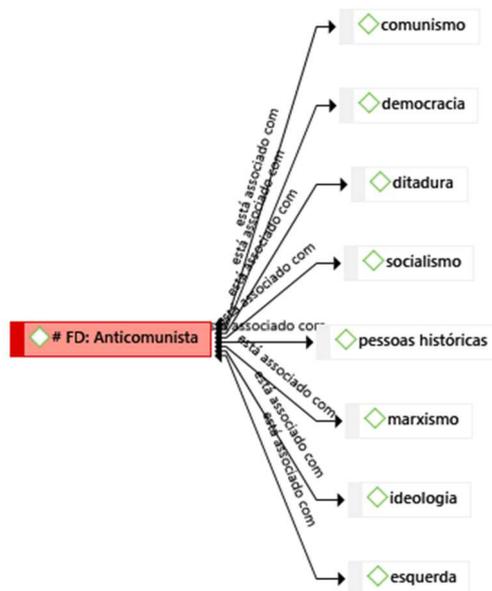


Ilustração 6 – Rede anticomunista e suas associações.

A ilustração retrata uma das redes de ligações do software atlas ti 8, especificamente, a rede da formação discursiva anticomunista e suas palavras associadas. A esquerda da imagem temos uma caixa retangular centralizada e da cor vermelha inscrito “#FD Anticomunista”. Essa caixa retangular dá origem a várias linhas retas de associação com oito códigos de palavras, cada um em caixa pequena retangular, que se encontram a direita da caixa da formação anticomunista. Os códigos são “comunismo”, “democracia”, “ditadura”, “socialismo”, “marxismo”, “ideologia” e “esquerda”. Em cada seta que liga a formação a estes termos se encontra inscrito as palavras “está associado com”. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

DEBATES DA 54ª LEGISLATURA

O começo da legislatura reflete o contexto político e econômico do primeiro mandato da petista Dilma Rousseff a frente do Executivo. Apesar de ser eleita com uma grande margem de votação e aceitação pública, que legitimava a sua gestão de forma considerável, Rousseff enfrentava o desafio econômico da transformação da “marola” lulista em instabilidade econômica consistente. Além disso, a presidenta também assumiu um papel destacado pela imprensa – em um ambiente parlamentar com a discussão do mensalão petista – do tema do combate a corrupção se colocando como a “faxineira ética” da nova gestão²⁸.

²⁸ Fonte disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/dilma-rousseff-de-faxineira-a-andarilha/>
Acesso em: 1/12/2022.

O ponto de interesse aqui é demonstrar que, nesta legislatura inicial, os desafios colocados a gestão do governo são pontos de conexão da discussão parlamentar, que se concentram nos tópicos notórios (#TN) de justiça e, em segundo plano, na questão econômica. Os discursos dos maiores atores das três bancadas refletem as disputas de narrativas que incitam tópicos em que ambos os lados do espectro político estavam debatendo.

Mas em qual momento e por quais motivos o anticomunismo se torna um dos temas do debate entre profissionais políticos? O antagonismo entre o comunismo e o anticomunismo é um elemento central em diversas dinâmicas políticas, o que historicamente constituiu o anticomunismo como motivo político relevante no mundo, como aponta Motta (2000), foi intensificado pela Guerra Fria. A clássica repulsa ao comunismo como ideologia teve sua maior expressão nacional na ditadura militar (1964-1985) no qual serviu de justificativa histórico-ideológica para a sustentação da repressão política pelas forças armadas brasileiras contra a população²⁹.

Pelas violações de direitos humanos perpetradas pelos militares da época, o Executivo, em 2011, instituiu a Comissão Nacional da Verdade, composta por um colegiado apontado pela então presidenta Dilma Rousseff. Foi neste momento político que o banco de dados dos discursos capta o pronunciamento do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que traz elementos da cosmovisão anticomunista relevantes para esta análise cronológica do tema.

[...] Por favor, apontem-me uma só vantagem que o Congresso Nacional, que as Forças Armadas, que a própria Presidente Dilma Rousseff vai ter com a **Comissão da Verdade**. Apontem-

²⁹ Entretanto, como observa Motta (2000), o anticomunismo se consolidou anteriormente no Brasil após a assim chamada “Intentona Comunista em 1935” gerando, a partir dali uma memória e uma tradição; cara em especial aos militares.

me uma coisa favorável. Só vão abrir uma nova frente de batalha. [...] O que vamos ganhar com isso?, eu pergunto aos senhores. Duvido que não tenham um conhecido general, almirante, brigadeiro, coronel, capitão de mar e guerra. Liguem para ele e perguntem qual será a repercussão interna dessa proposta. Ela vai abalar a disciplina. Velhos generais e coroneis não vão aceitar a imposição da Comissão de ter que colaborar. Isso será imposto. Vai haver prisão, vai haver problemas. A troco de quê? Para atender a uma minoria da **esquerda revanchista**, que estudou em **Cuba**, que pegou dinheiro de **Fidel Castro** para financiar a luta armada em nosso País, que não queria a **democracia**? Se esse pessoal lutou por **democracia**, eu quero saber o que fizeram Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. Estavam do lado dos militares então. As duas frentes que lutaram por democracia - na verdade, por votos - eram uma frente aqui dentro e outra com arma na mão, treinada por **Fidel Castro** [...] (Jair Bolsonaro, 21/09/2011)³⁰.

Do ponto de vista técnico, um dos argumentos utilizados contra à criação da Comissão Nacional da Verdade foi a existência da lei de Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979, que teve como objetivo conceder a anistia a todos que cometeram crimes políticos ou eleitorais e àqueles que sofreram restrições em seus direitos políticos em virtude dos Atos Institucionais (AI) e Complementares, entre 2 de setembro de 1961 e

³⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=253.1.54.O&nuQuarto=23&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:06&sgFaseSessao=BC&Data=21/09/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:06&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

15 de agosto de 1979³¹. Já o objetivo da comissão era investigar crimes, como mortes e desaparecimentos, cometidos por agentes representantes do Estado no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, principalmente aqueles ocorridos durante o período da Ditadura Militar, ou seja, garantir o direito a memória e a verdade dos fatos históricos, não julgar militares por crimes não investigados uma vez que a comissão não possuía poder judicial.

Porém, a narrativa criada pelo então deputado Bolsonaro, na qual afirma representar a voz dos militares das Forças Armadas, apela para a construção da suposta ameaça comunista que a nova esquerda no poder representaria. A estrutura do discurso parlamentar em questão se apresenta com associações entre o Executivo e governos socialistas como o governo cubano de Fidel Castro, que estaria em extrema oposição às forças democráticas.

A descoberta do termo “democracia” e suas variações, por exemplo, têm se mostrado de extrema relevância para entender a produção de uma distinção nítida, dentro do discurso. Se observa o uso do termo e suas variações de forma antitética as ações do governo petista, da esquerda e dos termos que compõem o anticomunismo nas discussões parlamentares. Esse discurso tem, em parte, como matriz, segundo Motta (2000), o liberalismo, já que o comunismo ou a esquerda comunista (“revolucionária”) seriam a antítese dos governos liberais e democráticos e dos políticos democratas, respectivamente.

No mesmo ano, mas meses depois desse ocorrido, o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), apresenta a sua tese contra o 4º Congresso Nacional do PT em 2011. Político experiente no congresso e destacado pela mídia como parlamentar atuante em pautas

³¹ A referida lei anistiou os dois lados envolvidos em ações criminosas durante a ditadura, e foi uma tese utilizada pelo ex-ministro da defesa do governo Lula, Nelson Jobim, que ameaçou pedir demissão do cargo.

contra a corrupção e o crime organizado, o deputado Bueno já fez parte consecutivas vezes da lista de atores influentes na Câmara dos Deputados. Líder da sua bancada de 2011 a 2016, o parlamentar se destacou como forte articulador e debatedor nas discussões políticas e integrante de peso na bancada ruralista. Eis aqui a sua opinião sobre as ações do partido dos trabalhadores naquela época:

[...] o 4º Congresso Nacional do **PT** desintegrou qualquer esperança que porventura ainda restava na cabeça de brasileiros de que este Governo poderia promover o avanço do Brasil e levá-lo ao mundo do futuro. Fixado em manter sob o seu domínio a estrutura de poder, cargos públicos, e os esquemas de **corrupção**, o PT, ao insistir na estapafúrdia ideia de controle da mídia, carimbou na ficha de seus filiados, ao lado de sua estrela, o slogan de Partido do atraso. Quando no mundo inteiro se discute a ampliação da liberdade de expressão; quando **regimes ditatoriais** começam a desabar no Oriente Médio com a ajuda das redes sociais; quando a informação e sua propagação está a cada dia mais na mão de qualquer cidadão com acesso a Internet; o que resolve fazer o PT? Controlar a imprensa. Amarrar a mídia é o ponto central de qualquer **regime autoritário**. Assim se deu na **ditadura** militar brasileira, na **União Soviética**, na Alemanha **Nazista**, na Itália de **Mussolini** e ainda persiste hoje em **Cuba**, na **Venezuela**, e em outros cantos escuros do mundo. O que estaria por trás dessa intenção petista? Como se daria essa alegada democratização da informação? Receberiam concessões de TV e rádio somente quem apresentasse a carteirinha do PT. A abertura ou fechamento de jornais estaria sujeita à homologação de quem? De algum companheiro instalado num cargo comissionado do Governo? Trata, claramente, de uma

proposta de um partido comprometido com o atraso [...] (Rubens Bueno, 05/09/2011)³².

É clara a intenção do deputado do PPS em compor uma linha do tempo das ações do executivo petista que começa com diversos casos de corrupção de atores centrais da administração da época no governo Dilma, incluindo o que o deputado chamou anteriormente em plenário de “blindagem” e “fechamento da câmara dos deputados” para abafar a questão de Antonio Palocci. Disso, o argumento se desenvolve novamente, como muitas formações anticomunistas do discurso, para a comparação do governo atual com regimes ‘autoritários’ ou ‘ditatoriais’, no qual observa-se termos como ‘união soviética’ e ‘alemanha nazista’.

Na verdade, o que estava em debate naqueles meses finais de 2011 dizia respeito as notícias da imprensa que vinculavam o documento da Executiva Nacional do PT a um suposto “controle da mídia”³³. O deputado Bueno, ao reproduzir o mesmo quadro de narrativa, constrói uma justificativa de semelhança entre uma ideia de política do governo petista, a regulação dos meios de comunicação, ou como quer que enquadrem essa questão no tempo, com políticas tomadas por regimes de exceção como do partido nazista de Hitler ou da ditadura de 1964 no Brasil. Seria o seguinte raciocínio: regular a mídia equivale a censura dos meios, prática comum de ditaduras de esquerda e de direitas.

³² Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=232.1.54.O&nuQuarto=143&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:44&sgFaseSessao=GE&Data=05/09/2011&txApelido=RUBENS%20BUENO,%20PPS-PR&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:44&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

³³ Fonte disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0209201112.htm> Acesso em: 1/12/2022.

Já no ano de 2012, dentro das comissões de debate, a bancada evangélica investiu em peso na disputa contra ideias e direitos das minorias sociais. O tema gira em torno das questões de gênero e sexualidade, uma ação da bancada parlamentar mais interessada em questionar ações do governo e de movimentos sociais apresentando uma linguagem jurídica, em tese mais técnica e com o intuito de abrir brechas nas normas constitucionais de atuação. No meio de 2012, na Câmara, foi a vez do embate em torno do que muitos apelidaram de “cura gay”: a tentativa dos nomes evangélicos em alguns partidos de abolir a resolução do Conselho de Psicologia que impede, desde 1999, profissionais da área de curar a homossexualidade.

O ator central, nesse caso, é o líder da Frente Parlamentar Evangélica João Campos (PSDB-GO), ex-delegado da polícia civil goiana e pastor da Assembleia de Deus, que foi a peça chave na discussão dentro da Comissão de Seguridade Social e Família. Na ocasião, o político argumenta que impedir cidadãos, sejam eles profissionais da saúde ou pacientes, de expressarem a ‘sua preferência’ quanto ao tratamento do que os políticos mais polêmicos da bancada chamam de homossexualismo [sic] feriria a constituição.

[...] Eu não sei se por ignorância, ou por incapacidade de fazer esse debate, setores da imprensa foram orientados, induzidos por **ativistas**, fundamentalistas do movimento **homossexual**, que são uma **minoria** - e não me refiro aos **homossexuais** do País, eu me refiro aos ativistas, aos fundamentalistas do movimento -, a desvirtuar a abordagem: O Deputado João Campos está propondo a cura **gay**. Isso vem na esteira da intenção desses ativistas, que querem desqualificar aqueles que pensam diferente, desrespeitar os que pensam diferente, que não aceitam aqueles que pensam diferente. E a ausência de argumento os conduz, Sr. Presidente, a dizer que aqueles que

pensam diferente são **homofóbicos**. Desconhecem o texto constitucional da livre manifestação do pensamento. Você pode discordar de todo mundo neste País, mas, se discordar em conceito e concepção dos ativistas do movimento **homossexual**, aí você é **homofóbico**. [...] Isso é uma forma de querer impor o pensamento único no País, próprio dos países **totalitários**, de **ditaduras**, o que não vamos aceitar. Não vamos voltar a esse tempo. Nós vivemos a **democracia**. É preciso que as pessoas respeitem as diferenças e os diferentes. Nós respeitamos. Tanto é que, nos espaços das nossas igrejas, nós os acolhemos com amor [...] (João Campos, 28/06/2012)³⁴.

Após isso, a ideia é, novamente, sustentada pela tese de imposição de um “pensamento único” que estaria ocorrendo. A princípio pode-se indagar se seria um pensamento de “minorias” ou um pensamento homossexual, mas logo a ponte é feita entre a disputa de ideias em torno de direitos humanos, que atravessa debates científicos fora da arena política acerca da não caracterização da homossexualidade como uma patologia, para o campo de regimes políticos totalitários (‘ditaduras’), que muito soa como governos de ideologia comunista. O rótulo de totalitarismo, contudo, é mais denunciativo do que descritivo quando se trata do apelo anticomunista, no qual se reproduz um imaginário orweliano de dominação total sobre os sujeitos (MILIBAND, LIEBMAN, 1984).

³⁴ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=28/06/2012&hrInicio=09:52:00&hrFim=12:01:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0975/12&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:52&sgFaseSessao=&Data=28/06/2012&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=09:52&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Outra peça do quebra-cabeça da justificação do imaginário anticomunista aparece no mesmo ano no mês de outubro no plenário da Câmara. Alceu Moreira (PMDB-RS) é um dos nomes centrais da bancada ruralista e presidente da mesa da CPI da Funai e Incra – comissão que buscou criminalizar, ao indiciar em relatório final membros de instituições de proteção ao direito dos indígenas, incluindo procuradores e antropólogos. Aqui, outra vez, retorna aos alicerces do discurso anticomunista.

[...] Não é possível que se tenha de entrar com decreto legislativo para impedir que o Governo **surrupie terras** das pessoas por quem deveria zelar, das pessoas de quem deveria cuidar e às quais deveria dar direito à justiça, direito ao contraditório, direito à defesa. Não! De maneira unilateral, com a mão grande, o Governo exige do cidadão a contratação de advogado a peso de ouro. [...] Na verdade, trata-se de um fundamentalismo **ideológico**, de credence de uma instituição federal que se arroga no direito de surrupiar a terra de uns para fazer justiça com outros, sem perguntar o tamanho da injustiça que está fazendo. [...] Tenho aqui centenas de documentos comprobatórios, mostrando como acontece; como aconteceu; quem são as ONGs que patrocinam esse processo; como a OIT se posiciona sobre isso; qual é a exigência; qual a necessidade de tirar do Brasil a capacidade competitiva de produzir alimentos, por meio da redução das áreas destinadas à agricultura, por legislação ambiental, por demarcação de terras ou por legislação sanitária, para não deixar o nosso País ser competitivo e retardar ao máximo o seu processo de desenvolvimento. Os que pensam que estão fazendo voltar o **comunismo**, transformando áreas de **quilombolas** ou de **indígenas** em terra comum, estão servindo aos interesses americanos. [...] Até quando vamos ser cobaias de

sistemas, ferindo a nossa sociedade para atender a caprichos **ideológicos** de pessoas que não têm responsabilidade com o mundo real? [...] (Alceu Moreira, 10/10/2012)³⁵.

Para além das associações entre a esquerda e o comunismo, oposição entre regimes malignos e democráticos, a frequência da palavra “ideologia” é patente. A causa primária seria a aparição de uma nova discussão dentro do debate parlamentar acerca da “ideologia de gênero”, base de investigação de algumas pesquisas recentes (MIGUEL, 2016). A terminologia diz respeito a uma tentativa de defesa de um projeto cultural e da identidade religiosa católica (VAGGIONE, 2017) que desaguou na ação política da bancada cristã nacional, inserindo na agenda projetos de lei específicos relacionados, na maioria dos casos, à área da educação e saúde.

A questão secundária, que parece ser o caso aqui, se dá pelo uso extenso entre parlamentares das palavras para compor narrativas acerca do momento de crise. Ideologia tem se tornado uma palavra simbolicamente importante para a produção de representações relacionadas comparativamente entre períodos históricos, como o nazismo, por exemplo, com a atualidade. A alta saturação do código “ideologia” significa o esforço dos profissionais políticos na produção de uma narrativa pejorativa da atuação do governo petista. Além deste fato, o uso é dualista e maniqueísta, que aborda a questão ideológica como a destruição do governo racional econômico, da capacidade de administração estatal inteligente e sem “ideologias” abstratas marxistas, que acabariam agravando as diversas crises internas do país.

³⁵ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=264.2.54.O&nuQuarto=35&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:42&sgFaseSessao=GE&Data=10/10/2012&txApelido=ALCEU%20MOREIRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:42&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Era fevereiro de 2013 quando, na Câmara dos Deputados, políticos brasileiros formalizavam o convite feito a blogueira cubana Yoani Sánchez e o debate acontecia em uma das salas do congresso nacional, que também foi um evento televisionado. A história, em suma, envolvia códigos como ideologia, ditadura, democracia e liberdade de expressão, por isso relevante aqui. A autora do blog *Generación Y*, reconhecida pela mídia internacional como crítica ao regime cubano, recebera autorização do governo natal para visitar países em que o seu trabalho estivesse ali envolvido.

Sentada ao lado de parlamentares como Alceu Moreira (PMDB-RS) Sánchez trouxe à tona sua opinião política acerca da falta de liberdade de expressão dentro do governo dos Castros. O deputado, no entanto, ao lado de outros ávidos críticos da relação próxima entre dois países latino-americanos, um aspecto significativo dentro do imaginário anticomunista, aproveitou a ocasião para denunciar os crimes da ditadura cubana:

[...] Quando vi a blogueira aqui entrando, fiquei perplexo. Porque já vi muitos rostos combatendo a "Redentora" e falando em defesa dos espaços **democráticos**, e, agora, vemos que há gente aqui que é **democrata** por ocasião: só é quando lhe interessa; quando não lhe interessa, não é **democrata**. Eu não quero discutir se a senhora tem bom nome ou mau nome, se tem biografia ou não tem; eu quero saber se o que ela denúncia é verdade ou não é verdade. É isso o que tem de ser dito. Alguém pode fazer a defesa; agora, tentar calar a boca das pessoas com uma afronta, deseducadamente [*sic*], com os pelegos lá gritando com nota de dólar na mão... Temos que saber quantos milhões de reais eles têm para a instituição deles, para poder fazer política de graça e andar por aí. A denúncia é ou não é correta? Eu sou contrário a qualquer ditadura. Eu sou um democrata, e

democrata não tem adjetivo. **Ditadura** é ruim em qualquer sistema, de direita ou de **esquerda**. Agora, só porque é de Cuba é boa? Que conversa é essa? [...] (Alceu Moreira, 20/02/2013)³⁶.

É possível notar que os três códigos simples captados nessa fala parlamentar são “esquerda”, “democracia” (e suas variações) e “ditadura”, no qual o questionamento do participante busca salientar que o grupo político de esquerda transita no apoio a democracia ou a comportamentos democráticos para regimes antidemocráticos – as ditaduras – como o suposto regime de Cuba³⁷, palavras antitéticas que simbolizam o pressuposto implícito no discurso que a esquerda busca suprimir a liberdade de expressão – por serem democratas por conveniência –, estratégia que espelha o caso da jornalista com o seu governo estrangeiro.

Vinda de uma viagem tumultuada pelo país, a autora também defendia o fim do embargo norte americano e da base de Guantánamo, contudo, a narrativa que predominou na sua visita foi a forma como um regime, como o castrista, impossibilitava a expressão dos direitos básicos como o de comunicar e produzir ideias. A luta criada por políticos ali era a de constituir a face ruim dos ditos congressistas de esquerda que defendiam ditadores cubanos. Como opinou Alceu Moreira, quem estava presente em plenário e denunciava a ida da blogueira eram, no fim das contas, democratas de ocasião, que optavam pela supressão da opinião da autora estrangeira.

³⁶ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=010.3.54.O&nuQuarto=22&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:52&sgFaseSessao=BC&Data=20/02/2013&txApelido=ALCEU%20MOREIRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:52&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

³⁷ Para entender melhor como a direita liberal latino-americana ressuscitou o vocabulário anticomunista e sua relação com o governo socialista cubano, conferir o trabalho de Giménez e Kaysel (2021).

Nesse raciocínio apontado, era preciso construir oposição forte para impedir uma política do futuro, que, como ocorre em Cuba, ocorreria no Brasil, a “ditadura da esquerda, uma ditadura falsa, absolutamente desonesta”. Deveríamos, segundo o congressista, trocar a ideologia cubana, que instituiu a ditadura, denunciada pela autora, pela democracia, materializada pela possibilidade do debate livre que ocorria naquela ocasião. O que se dava ali se transformava em um palanque político contra o apoio do governo ao regime cubano em que o discurso contra o comunismo se entrelaçava com posições “antiesquerdistas”.

O deputado Jair Bolsonaro, do PP do Rio de Janeiro à época, inverteu os termos ao abordar o tema sob a visão do golpe militar e a existência da ameaça comunista depois de 1964. A ideia era apresentar o enquadramento de que o partido do governo sempre existiu em apoio mútuo entre Cuba e grupos de esquerda décadas atrás. Os “antidemocratas” de hoje já possuíam ficha de crimes políticos, como atentados terroristas e sequestros no regime militar, com o apoio de Fidel Castro, líder cubano. Tudo, na verdade, servia de prova contundente para explicitar a influência do regime cubano na democracia brasileira atual. Eis aqui o discurso:

[...] o período militar teria acabado no máximo em Costa e Silva, se não fosse o dinheiro de **Fidel Castro** investido em nosso País, nos grupos **terroristas** da **Esquerda**, entre eles a VPR e a VAR-Palmares, entre tantos outros aqui. Então, a participação de **Cuba**, constante, querendo impor-se aqui, com a ajuda desses péssimos, e maus, e **antidemocratas** brasileiros, é patente! [...]
(Jair Bolsonaro, 20/02/2013)³⁸.

³⁸ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=010.3.54.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=19&dtHorarioQuarto=17:06&sgFaseSessao=OD&Data=20/02/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP->

Os termos presentes no discurso do deputado federal carioca evidenciam, nesta trama do caso da blogueira cubana, a necessidade de expor a suposta conexão conspiratória entre o passado “nebuloso” do PT, quando trata do caso dos roubos a banco de Dilma Rousseff e das execuções e atos de tortura protagonizados pelo militar Carlos Lamarca, com o novo suposto avanço de uma “nova ditadura do proletariado” do PT que, como observa o deputado, estaria sendo “implantada” por vias de políticas públicas como o Programa Bolsa Família. Essas informações seriam, neste caso, suficientes para alertar o congresso nacional do perigo de vida que corre a jornalista cubana em solo brasileiro³⁹.

Nessa direção, o caso da visita de Sánchez a Câmara dos Deputados é emblemática e um dos muitos exemplos de como a formação discursiva anticomunista se relaciona com os códigos conjunturais de projetos políticos da esquerda brasileira e visões do PT. A narrativa nuclear se encontra na divisão maniqueísta entre o partido do governo, ao lado de palavras como “militância”, “bandido” e “ditadura”, contrapostas aos códigos de “democracia”, “liberdade” e “sociedade”. O discurso anticomunista velado une a ideia de governos, como o cubano e o petista, como ditaduras que tentariam sublevar preceitos democráticos, como a liberdade de expressão, com um claro contraste de moralidade do bem e do mal, muito comum nos discursos parlamentares.

Outro evento de alto impacto ideológico e uma das páginas centrais da 54ª legislatura conservadora foi a indicação pela bancada do Partido Social Cristão a gestão da Comissão de Direitos Humanos e Minorias do pastor Marco Feliciano (PSC-SP),

[RJ&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:06&txEtapa=](#) Acesso em: 1/12/2021.

³⁹ Nilson Leitão, do PSDB/MT, ao se referir a “moça simples de Cuba” fala em como a oposição estaria dando uma “lição de moral para o atual PT” e mostrando a sua verdadeira identidade.

presidência que durou o ano de 2013. Assim que assumiu a comissão, o deputado sofreu embate de grupos de ativistas de direitos humanos, movimentos LGBTQIA+ e que discutiam a questão de gênero. Em resposta, foi defendido por nomes importantes da bancada evangélica da Câmara.

Um dos exemplos marcantes dessa defesa foi a fala do político João Campos (PSDB-TO), que inseriu nos anais da Câmara um texto cujo autor, José Maria e Silva, comentava acerca de como o pastor paulista estaria sofrendo com uma perseguição política feita pelas “minorias” por ter assumido a presidência da comissão. No trecho abaixo, um recorte do discurso extenso, ocorrem simultaneamente menções a esquerda e ao PT, dando também a entender que grupos de minorias são por natureza ideológicos, de esquerda e financiados pelo governo para perseguir indivíduos religiosos como o pastor deputado em questão. Dado o conteúdo da fala, os códigos identificados e tabulados foram “liberdade”, “gay”, “minorias”, “educação”, “nazifascismo”, “direitos humanos”, “ideologia”, “ditadura” e “esquerda”.

[...] A **liberdade de expressão** no Brasil está com os dias contados. A caçada humana dos ativistas **gays** contra o deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) não coloca em risco apenas a **liberdade religiosa** (o que já seria grave) - ela pode amordaçar a liberdade de expressão no País, inclusive a liberdade da própria imprensa, que, com raras exceções, também hostiliza o pastor da Assembleia de Deus desde que ele foi eleito, em 7 de março, para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). O deputado Marco Feliciano está sendo perseguido implacavelmente sob a acusação de ser **homofóbico, machista e racista** e que, por isso, não poderia presidir a referida comissão. [...] . A guerra deflagrada contra o deputado Marco Feliciano não se justifica por seus defeitos, que

são muitos, mas pela intolerância de seus detratores, inegavelmente **fascistas**. Para eles, os direitos humanos não derivam da humanidade inerente a cada pessoa, mas da **ideologia** dos grupos a que pertencem. Dessa forma, se o indivíduo não se enquadra em uma das minorias santificadas pela universidade, como os **negros**, os **gays** e os **drogados**, ele se vê destituído de sua condição humana e pode até ser acusado dos crimes de que é vítima. É o que tem acontecido com Marco Feliciano, acusado de agir **ditatorialmente** na presidência da comissão, quando ocorre justamente o contrário - ele é que é vítima da truculência de seus adversários, que não o deixam nem mesmo falar, cassando à força, por meio do grito e da baderna, a vontade das 211.855 pessoas que o elegeram. [...] Se a imprensa cumprisse o seu papel e destrinchasse o DNA dos grupelhos que o perseguem, veria que todos eles são mantidos por ONGs, partidos de **esquerda**, universidades e órgãos públicos. Entre esses grupos, prevalece o que chamo de "militância cruzada" - os mesmos indivíduos se entrecruzam na Marcha das Vadias, na Pedalada Pelada, na Marcha da Maconha, na Luta Antimanicomial, nas Paradas Gays, no Mamaço das Mães e nos diversos "coletivos" de **esquerda** que infernizam a vida urbana. [...] (João Campos, 18/04/2013)⁴⁰.

⁴⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=075.3.54.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=PE&Data=18/04/2013&txApelido=JO%C3%83O%20CAMPOS,%20PSDB-GO&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:30&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

O próprio deputado Marco Feliciano teve forte atuação de obstrução e discussão de pautas relevantes para esta sessão que trata do entrelaçamento do discurso anticomunista e antipetista. Dois meses antes de deixar o assento da presidência da CDHM Marco Feliciano (PSC/SP) discursava em audiência pública acerca das manifestações de 2013 dando atenção especial ao “fenômeno *Black Blocs*”.

[...] fico aqui até pensando se esses **black blocs** não são motivados ou se não existe uma força por trás de tudo isso, porque exatamente isso aconteceu quando o nosso Governo, ou a nossa Presidenta, caiu em descrédito diante da população nacional. Será que isso não é mantido por algum partido político, por alguma filosofia **revolucionária** que, pagando esses meninos [...] A imprensa aparelhada... Eu sei o que a imprensa faz, com todo o respeito à grande imprensa. Sei que ela vive de polêmica. Esta Comissão foi alvo e deu muitas pautas para a imprensa nacional, e o que é interessante: é uma imprensa completamente dominada também pelo pensamento **marxista, esquerdista, leninista** e tantos istas mais [...] (Marco Feliciano, 20/10/2013)⁴¹.

A narrativa do congressista é similar em conexões temáticas ao noticiário de jornais como O Globo e a Folha de S. Paulo da época. De acordo com uma das manchetes, a influência dos *black blocs* seria uma estratégia de mobilização de protestos “contra a ordem”⁴², uma tática supostamente anarquista que datava da década de 1980 vinda da

⁴¹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=23/10/2013&hrInicio=14:15:00&hrFim=17:18:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=1763/13&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:15&sgFaseSessao=&Data=23/10/2013&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Permanente&dtHoraQuarto=14:15&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

⁴² Fonte disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conheca-estrategia-black-bloc-que-influencia-protestos-no-brasil.html> Acesso em: 1/12/2021.

Europa e presente nos protestos de 2013 no Brasil. A notícia, ao expor uma breve história da questão abre um subtítulo na coluna virtual em negrito com o termo “Destruição”. Nela o enquadramento proposto seria o da destruição da propriedade privada – aglomeração de indivíduos encapuzados vestidos de preto que destroem não somente estabelecimentos privados, mesmo que este seja o quadro nuclear do discurso –, com preceitos de uma ideologia essencialmente anticapitalista.

A ideologia *black bloc*, de acordo com a Folha⁴³, promoveria o “dano material”, a “violência e depredação”, muitas vezes em confronto com órgãos do Estado. Esta notícia, entretanto, privilegia na coluna fotos de grupos vestidos de preto pichando uma estrutura de concreto na cidade de São Paulo. São, na sua maioria, jovens que se organizariam em grupos com ideais em comum, um discurso midiático que deixa em aberto a suposta conexão entre protestos populares e destruição da ordem pública, ou dos bens públicos e privados, como se o intuito principal destes grupos fosse causar “danos materiais” a sociedade. Não seriam, portanto, cidadãos em manifestações, mas jovens “indivíduos não identificados”, “mascarados” e “de capuz preto” que de alguma forma se inspirariam na moda europeia da “antiglobalização”.

O tom dado pelo início da fala do deputado Feliciano reproduz a aceitação do enquadramento do ativismo em paralelo contraste ilegítimo frente as “grandes manifestações públicas e legítimas” que ocorriam no ano de 2013. Enquanto seria justificável cidadãos preocupados com os rumos do governo participarem de protestos de rua, o grupo de *black blocs*, ou antes a tática, segundo o parlamentar, seriam ações da juventude decadente brasileira que, afastados do antigo “patriotismo” presente nas escolas que cantavam o hino nacional nas aulas de “Educação Moral e Cívica”, agiriam para desmoralizar a política nacional. O autor, nesse sentido, cria uma linha direta entre a juventude, que carece de “princípios e conceitos” de uma sociedade ordeira –

⁴³ Fonte disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml> Acesso em: 1/12/2021.

“os garotos” e “meninos que têm condições de estudo”, “de classe média alta” – com o meio acadêmico, que seria incentivado pelo governo petista.

O deputado em questão, após o uso, em seu discurso, dos termos de educação, ensino moral e patriotismo, expõe o que anteriormente estava latente: a esquerda, ou o governo de esquerda, estaria por trás de um novo ensinamento “revolucionário”. “Quem ensinou o povo a ir às ruas senão a Esquerda?”, afirmou o deputado. Com isso, hoje teríamos “uma juventude completamente dominada pelo pensamento marxista”. O discurso que, no começo, aborda o fenômeno do ativismo *black bloc*, que seria ilegítimo e desmoralizaria a política, conecta o meio acadêmico com a tese da consequência da ideologia marxista supostamente enrustada na educação e termina, escoando no suposto “decálogo de Lênin”⁴⁴, como afirma o autor:

[...] nós estamos num País cujo Governo é de **esquerda**, de uma **Esquerda** que em outro tempo se posicionou muito e se espelhou, Deputado Eurico, em grandes **esquerdistas** do mundo, como **Lenin**, por exemplo, que foi uma das grandes figuras enigmáticas do **comunismo**, que conseguiu fazer uma ordem ou uma desordem na **Rússia** etc. e tal. Ele escreveu, não sei se os senhores sabem, um decálogo, o Decálogo de **Lenin**, que é muito conhecido. Primeiro item: corrompa a juventude e lhe dê liberdade sexual; segundo, infiltre, depois controle todos os veículos de comunicação de massa; terceiro, divida a população em grupos antagônicos, incitando-os a discussões sobre assuntos sociais; quarto, destrua a confiança do povo em seus líderes; quinto, fale sempre sobre democracia e Estado de Direito, mas, tão logo haja oportunidade, assume o poder sem nenhum

⁴⁴ Importante destacar que não existe qualquer registro deste documento nas volumosas obras completas de V. I. Lênin.

escrúpulo e por aí afora. Eu só citei quatro. Qualquer semelhança não é mera coincidência. É o que nós vemos acontecer hoje no nosso País. [...] (Marco Feliciano, 12/06/2013)⁴⁵.

A teoria da conspiração, segundo o parlamentar, também estaria mesclada na ideologia da imprensa nacional, uma instituição já “aparelhada” (por esquerdistas) pelo marxismo, leninismo, esquerdismo e outros ‘ismos’. A formação discursiva anticomunista, nesse caso, opera novamente em outros dois deputados quando o assunto discutido tenha sido “*black blocs*”. Nilson Leitão (PSDB-MT), político da arena ruralista deste estudo, ao criticar o governo Dilma por supostamente incentivar minorias organizadas como o MST – que viveriam em “favelas rurais” no interior do país – que se comportariam “não muito diferente” dos *black blocs*.

Meses depois, outro fato político surge em meio ao julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal que decide, ao final do ano de 2013, determinar o cumprimento da prisão dos réus ex-dirigentes do Partido dos Trabalhadores, incluindo José Dirceu. O então jornalista de direita Reinaldo Azevedo torna pública a coluna da revista Veja da Editora Abril o que foi intitulado como caso de “racismo asqueroso” perpetrados por supostos petistas nas redes sociais⁴⁶. A notícia, manchete nos jornais da semana, era de que o site virtual “pró Dilma” teria associado o então

⁴⁵ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=163.3.54.O&nuQuarto=84&nuOrador=1&nuInsercao=130&dtHorarioQuarto=16:46&sgFaseSessao=OD&Data=12/06/2013&txApelido=PASTOR%20MARCO%20FELICIANO,%20PSC-SP&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:46&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

⁴⁶ Fonte disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/escalada-da-violencia-e-racismo-asqueroso-blog-da-dilma-8221-ataca-joaquim-barbosa-e-associa-imagem-do-presidente-do-supremo-a-de-um-macaco-a-imagem-esta-no-ar-ha-quatros-dias-tanto-o-planalto-como-os/> Acesso em: 1/12/2021.

ministro do STF, Joaquim Barbosa, a um chimpanzé⁴⁷. Aproveitando esta deixa midiática, o tema é comentado pelo deputado Takayama (PSC-PR), pastor e um dos líderes da bancada evangélica na Câmara.

[...]o Blog da Dilma, que se apresenta como "o maior portal de Dilma Rousseff na internet," debochou do Ministro Joaquim Barbosa com uma foto dele com um macaco. [...] Foi um ataque vindo do blog mais importante que apoia Dilma Rousseff. Foi um ataque vindo das entranhas da **Esquerda**. E qual foi a reação? Silêncio. Até mesmo o Movimento Negro, gordamente [*sic*] **esquerdista** e sustentado pelas **esquerdas**, calou-se, para não prejudicar os "companheiros." Por esse ataque direto, de natureza explicitamente racista, os autores do Blog da Dilma, por mais ligações que tenham ou tivessem com Dilma Rousseff, deveriam ser enquadrados no crime de racismo, que é inafiançável. Prisão imediata para eles seria o mínimo da coerência legal. Contudo, Sr. Presidente, não foi o que aconteceu. As mesmas **esquerdas** históricas, inclusive a **Esquerda** evangélica adoradora da Teologia da Missão Integral e o Movimento Negro, souberam controlar sua histeria no caso do racismo nu e cru do Blog da Dilma. Assim são as **esquerdas** - sempre. Quando lhes convêm, usam toda e qualquer coisa para acusar de racismo os que ousam atrapalhar seus planos. Mas quando um esquerdista pratica real racismo, a operação-abafa é automática: nada de acusação nem crime e muito menos prisão inafiançável [...] Para a **Esquerda**, os inimigos não merecem

⁴⁷ Fonte disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1347552-site-pro-dilma-que-associou-barbosa-a-macaco-e-motivo-de-constrangimento-para-planalto.shtml?cmpid=menupe>
Acesso em: 1/12/2021.

piedade. Nesse sentido, qualquer **esquerdista** que atacar um inimigo da revolução **marxista** - que, no caso, significa qualquer pessoa que não satisfizer a todas as suas birras - é digno de misericórdia, por mais racista que seja. Quando Joaquim Barbosa ou outro negro faz as vontades das **esquerdas**, ele é um herói. [...], mas quando Barbosa não quis dar uma mãozinha para os criminosos **petistas** do Mensalão, ele virou "macaco." [...] Há um artigo importante de Walter Williams, um professor universitário negro, desmascarando o racismo de **Karl Marx** [...] A **Esquerda** é hipócrita [...] Fora das câmeras, eles são o que são, seja com relação a gays ou negros, que são apenas usados como arma de poder **ideológico**. Dentro das **esquerdas**, todo racismo será perdoado. Fora delas, tudo poderá ser interpretado como racismo para destruir seus inimigos. [...] Os descendentes de **Karl Marx** são cínicos e diabólicos como seu mestre [...] é uma entrevista muito esclarecedora e que nos ajuda a ver como é tratada no Brasil a batalha colossal daqueles que desejam sustentar valores pró-família na política brasileira, que é dominada por **socialistas** determinados a impor a **cultura da morte no Brasil** [...] (Takayama, 22/10/2013)⁴⁸.

Neste discurso, ocorrem diversas características interessantes do anticomunismo. Em primeiro lugar, a esquerda se constituiria como um grupo, ou um bando, que tem como ações políticas atos criminosos, como o racismo contra a população negra. O

⁴⁸ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=331.3.54.O&nuQuarto=4&nuOrador=1&nuInsercao=141&dtHorarioQuarto=18:16&sgFaseSessao=OD&Data=22/10/2013&txApelido=TAKAYAMA,%20PSC-PR&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:16&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

comentário também é visceral quando o deputado usa os termos “entranhas da esquerda” e “gordamente esquerdista”. Quando a esquerda se torna, neste discurso, um grupo de criminosos, o uso da palavra “petistas” entra em cena – seriam todos petistas esquerdistas a favor da “revolução marxista”. Aqui nos deparamos com Karl Marx, que assim como os petistas, teria sido um racista. Os esquerdistas ideológicos, seriam, então, “descendentes” marxistas, portanto, “cínicos e diabólicos”, grupo este que desde sempre na sociedade ocidental operou contra os valores cristãos da família ao desejar “impor a cultura da morte”.

Motta (2000) mostra, em seu trabalho o que chama de iconografia anticomunista, o discurso do “comunismo diabólico”, detalhe um pouco esquecido nas análises. Esse diabolismo da fala do deputado religioso não é algo novo, mas que ressurge. Não deve ser entendido como uma associação explicitamente advinda apenas do discurso católico ou evangélico, mas também da imprensa da época do estudo do autor (MOTTA, 2000). A única diferença, segundo o autor, seria o uso mais implícito da demonização dos comunistas. Em todo caso, é comum o discurso da união entre o diabo e os comunistas em algumas falas desta pesquisa.

Outro fato mais bem aproveitado pelos políticos influentes do congresso nacional foi a narrativa da corrupção, que se viu entrelaçada muitas vezes com o tema do anticomunismo. A estampa do comunismo sempre se constituiu, pelo menos nos discursos do ocidente, como um vilão e antítese dos governos democráticos. História contada por muitas décadas desde o período da Guerra-Fria advém de várias matrizes de pensamento, de liberais a católicos (MOTTA, 2000).

De acordo com Motta (2000), o anticomunismo no Brasil se dividiria em três matrizes ideológicas principais. Para católicos, a crença comunista foi encarada como uma semente do questionamento à ordem e a hierarquia, uma ameaça perigosa a religião cristã. Já para nacionalistas, que defendiam a ordem e a tradição, os comunistas

suspirariam pela divisão e/ou destruição do corpo nacional a partir da luta de classes e identificação da União Soviética como a pátria internacional do socialismo. E pelos liberais, comunismo foi interpretado como uma ideologia de cerceamento da liberdade e contra a propriedade privada dos meios de produção.

Ao mesmo tempo, o imaginário anticomunista, a outra face da guerra ideológica, sempre remeteu a palavra “comunismo” a ideia de morte, pecado ou sofrimento (MOTTA, 2000), ou seja, o conceito ideológico do comunismo na contemporaneidade desempenha qualquer tipo de ação negativa, uma espécie de arma retórica de uso generalizado dentro do linguajar político e parte do arsenal discursivo das direitas.

Porém, o que há de novo aqui é a forma como a ideia do comunismo se mescla com questões sociais patentes no país e na sua cultura. O episódio de corrupção do mensalão não foi capaz de produzir essas representações por si só; elas necessitaram do imaginário de atores da direita que traduziram a vilanização histórica do governo de esquerda no país. O Brasil, de muitos Joãos, Marias e Josés cidadãos modelos e dignos, sofria mais uma vez com a corrupção com antagonistas claros.

[...] Ver os **Josés do PT** - que nem de longe possuem a dignidade de milhões de outros Josés espalhados por todo o Brasil, que vivem honradamente, por força do seu trabalho, do seu talento, do suor do seu rosto - escondendo-se atrás da velha saudação **comunista**, com o punho **esquerdo** levantado e a mão fechada, chega a ser vergonhoso e patético. Somente comprova o desprezo que essas pessoas têm pelas inteligências alheias. São **revolucionários** do quê? São revolucionários dos maus costumes. [...] (Onyx Lorenzoni, 19/11/2013)⁴⁹.

⁴⁹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=377.3.54.O&nuQua>

Pontual, mas não menos relevante para esta sessão, foi o episódio envolvendo o governo boliviano de Evo Morales. Em sessão deliberativa do fim do ano de 2014, o influente ‘cabeça’ do congresso nacional Luiz Carlos Hauly, economista da bancada ruralista e importante formulador de proposições legislativas desde 1991 na Câmara expõe sua tese nas breves comunicações do plenário: o descaso do governo petista com a suposta falta de controle das drogas no governo boliviano. Porém, o discurso inicia com a afirmação da existência de uma ditadura boliviana governada por Evo Morales disfarçado de regime plurinacional.

[...] Evo Morales adona-se [sic] da produção de coca, que se transforma em oxi [oxidado], crack e cocaína, que abastece a todas as cidades do Brasil. Milhões de brasileiros vivem a mazela do vício e a desestruturação da **família**. E o culpado é o Governo da **Bolívia**, que não proíbe a produção da coca em todas as regiões, pois **Evo Morales** é também presidente da Federação dos *Cocaleros* de Bolívia e Presidente da República. Ou seja, obtém o lucro fácil da **droga** e finge que a combate. Neste momento, Sr. Presidente, incluo neste pronunciamento a Carta Aberta à Bolívia, feita pelos moradores do Departamento de Tarija, região que produz todo o gás natural que é vendido ao Brasil, e que completa 4 anos do golpe de Estado que retirou da governança, eleita democraticamente por seu povo, o Sr. Mario Cossio Cortez, que hoje se encontra exilado em Assunção, no Paraguai. E quero registrar que é o PT do Governo Dilma

Rousseff que permite ao boliviano Evo Morales produzir enorme quantidade de drogas e que, apropriando-se do Poder Executivo, Legislativo e até do Judiciário, decreta a morte de brasileiros pela produção de drogas, como cocaína, oxi e crack [...] (Luiz Carlos Hauly, 16/12/2014)⁵⁰.

O ponto perspicaz do parlamentar paranaense é a sua capacidade de conectar as supostas mazelas de um governo socialista/comunista, que se esconderia sob o pretexto de estado plurinacional indígena que, além de autoritário – como é clássico nos discursos – produziria drogas ilegais que, por sua vez, destruiriam as “famílias” brasileiras. A cereja do bolo seria a conivência do governo Dilma com tamanho absurdo perpetrado por Evo Morales, um dos alvos do discurso aqui. Entretanto, isso não é o aspecto central do anticomunismo nesse caso.

Parte da elite das direitas no país reproduz de forma incondicional o discurso anticomunista norte-americano que norteia interesses estrangeiros deste país aos países progressistas de esquerda da América Latina. E se comprova aqui como esse tipo de narrativa ocorre: através da criminalização dos governos progressistas pela imposição discursiva de um suposto alinhamento ideológico entre Cuba e outros países de esquerda, que se tornaram um eixo do mal de acordo com a política externa norte-americana, que, no governo Bush chegavam até a incluir o Irã. Daí advém a crítica da direita nacional acerca da aproximação do petismo que automaticamente estaria alinhado os governos comunistas do mal.

⁵⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=292.4.54.O&nuQuarto=68&nuOrador=2&nuInsercao=116&dtHorarioQuarto=16:30&sgFaseSessao=OD&Data=16/12/2014&txApelido=LUIZ%20CARLOS%20HAULY,%20PSDB-PR&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:30&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Já é possível observar, em geral, a intenção desta sessão acerca da relação entre antipetismo e anticomunismo. Ela representa a tentativa de expor como integrantes centrais das bancadas informais conservadoras de alguma forma reproduziram discursos que dividem indícios de semelhança pela forma como organizam os “alvos” que se entendem contrários aos seus interesses e cosmovisão. É possível notar, em seu conteúdo, que não ocorre uma concentração deste tipo de estratégia por bancadas específicas, o que pode indicar que diferentes atores com diversas trajetórias compartilham e reproduzem, de formas dessemelhantes, algum discurso que criminaliza a esquerda política.

A 54^a legislatura foi marcada por muitos eventos importantes além dos tópicos colocados aqui. Em geral, foi um momento político peculiar no qual o primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, com uma alta de popularidade e políticas de governo claras foi atravessada pelo começo da recessão econômica, episódios de corrupção e as manifestações de junho de 2013, que marcaram a queda abrupta de popularidade da Presidenta. Porém, o que foi deixado em segundo plano foi um dos discursos centrais que articula as representações da realidade da grande maioria dos atores políticos colocados nesta sessão: o discurso transnacional do marxismo cultural.

O conceito de marxismo cultural possui dois significados. O primeiro diz respeito a forma como os porta-vozes da direita internacional exploram a ideia. Nela, existiriam uma elite intelectual oculta de marxistas ocidentais em vários países que, cansados de operar pela revolução pelo espectro econômico do marxismo de Karl Marx, optariam por revolucionar, ou melhor, desconstruir a cultura ocidental cristã, subvertendo os valores. O segundo significado, o mais simples, é o que os ideólogos da direita que reproduzem esse discurso seriam contrários: marxismo cultural é uma teoria da conspiração proposta por atores específicos de direita das sociedades liberais, como políticos, líderes religiosos, escritores e jornalistas.

Com forte relação ao termo “bolchevismo cultural” da Alemanha nazista contra o movimento modernista da arte, no qual se tornou um dos discursos centrais da direita nacionalista de Hitler, o Brasil já possuía, bem antes do mandato da ex-presidenta, proponentes conhecidos as margens do debate público. O destacado destes é o escritor e astrólogo Olavo de Carvalho, reconhecido por muitos de seus seguidores políticos como o propulsor das ideias do marxismo cultural no país. Com efeito, a ideia aparece com destaque nos discursos da elite política conservadora que este estudo trata, como, por exemplo, a fala do pastor Feliciano na comissão que tratou do Estatuto da Família em 2014:

[...] um pouco de história para que os nossos Parlamentares pudessem entender. Toda a desconstrução da **família** não começa apenas aqui no século XXI. Tudo isso tem a base em **Karl Marx**. Quando eu falo de **Marx**, eu não estou falando aqui do **marxismo** antiquíssimo, do **marxismo** que imperou dentro da Europa, do **marxismo** do proletariado contra a burguesia. Eu falo de outro **marxismo**, do **marxismo** criado só para o nosso Ocidente, o **marxismo cultural**. Quando se estuda **Karl Marx**, nós vamos ver que Marx consegue, depois de tanto usar sua mente, que era brilhantíssima, entender que o problema de toda a **família** começa na opressão, que começa do pai para a mãe, e depois da mãe e do pai para o filho. Então, **Karl Marx** diz que a grande opressão começa dentro de casa. Ele, sendo o pai do liberalismo, quer que todo tipo de opressão caia. Então, a primeira coisa que tem que acontecer é uma ruptura no seio da **família**. O marido não pode ser o cabeça do lar. Então, vêm os grupos **feministas**. Em busca da sua liberdade, acabam extrapolando, quando dizem, por exemplo, que o bebê que está dentro do corpo delas é um órgão delas, e por isso podem

extirpar a qualquer momento. Aí entra a questão do aborto. Então, assuntos como aborto virão à baila dentro desse Estatuto da Família. Também virá à baila a nova estrutura familiar. Nós não podemos fazer vistas grossas a isso, senhores, porque nós vivemos na pós-modernidade, Deputado Filipe. A pós-modernidade é extremamente complexa, principalmente no nosso Ocidente, onde os grandes governos são governos de **esquerda**. E sabemos muito bem qual é o pensamento de todos os governos de **esquerda** [...] (Marco Feliciano, 07/05/2014)⁵¹.

Para o parlamentar religioso uma das características centrais do marxismo cultural seria a de uma ideologia objetivada para a completa desconstrução da estrutura da família cristã ocidental, composta por papéis de gênero – a figura da autoridade paterna, por exemplo – para uma nova e pós-moderna ideia de família, baseada em preceitos marxistas/feministas. Tudo isso, outra vez, estaria sendo articulada por governos de esquerda, que seriam a maioria nos países do ocidente.

A narrativa do marxismo cultural, segundo os estudos de Mussi e Bianchi (2022, p. 22), o “amalgama criado entre as ideias de Gramsci, Lukács e a escola de Frankfurt, a rejeição ao politicamente correto e o ódio às feminazis e ao gayzismo”, proposto por Olavo de Carvalho tem suas origens na circulação de ideias conservadoras de Roger Scruton, autor da literatura inglesa crítica dos movimentos sociais da década de 1960 de esquerda.

⁵¹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=07/05/2014&hrInicio=14:57:00&hrFim=16:33:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=0528/14&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:57&sgFaseSessao=&Data=07/05/2014&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=Especial%20-%20PL&dtHoraQuarto=14:57&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Como afirmam Chaloub e Perlatto (2015), é recente o acesso dentro do debate público de figuras como Olavo de Carvalho, que compõem um grupo de intelectuais brasileiros capazes de introduzir na discussão social a pertinência das agendas de direita no país. Mesmo que não representando um conjunto homogêneo em relação as ideias, os autores travam debates orientados pela crítica da ideologia da esquerda política. Os discursos parlamentares estudados aqui muito ressoam as próprias ideias de Olavo de Carvalho, colocando-o como um intelectual importante para a direita no momento de crise política e guerrilha ideológica.

Os dados parecem sugerir, de forma significativa, uma cadeia semântica desses termos como ideologia, por exemplo. Há, nos discursos, uma oposição clara entre o que se entende como ideologia e como ela se relaciona com outras palavras. Ideologia possui, aqui, um sentido negativo, logo, tudo que é ideológico tende sempre a ser malvisto nos discursos. Como afirmou Eagleton (1991), ideologia é como o mau hálito, algo que geralmente está na posse do outro. A palavra, por consequência, se revela diametralmente oposta ao que se entende como democracia ou democrático e vem associado aos tipos de ideologias “ruins”, como é demonstrado na ilustração abaixo com as relações semânticas do programa Atlas.

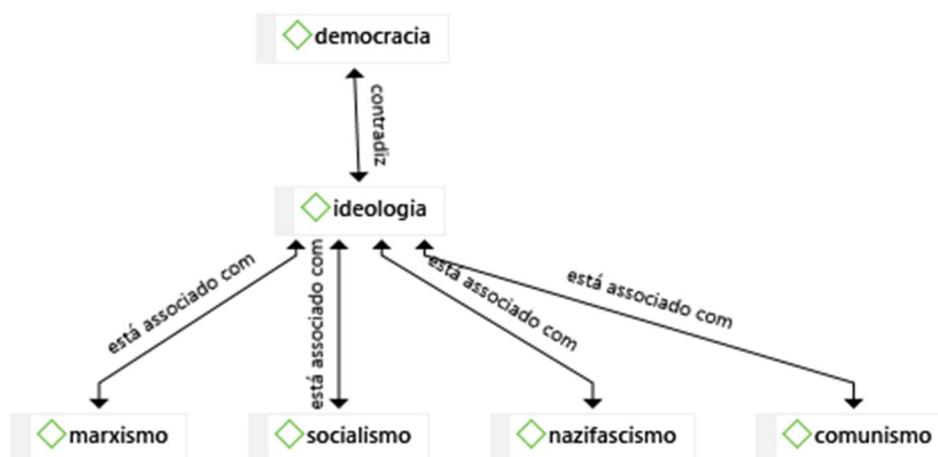


Ilustração 7 – Rede de códigos simples da palavra ideologia.

A ilustração retrata uma das redes do banco de dados do Atlas TI 8 – as associações entre o termo ideologia. Cada termo se encontra dentro de um pequeno retângulo com o código central, ideologia, no meio da imagem. Acima do termo central temos uma linha que sai do termo ideologia até o retângulo contendo a palavra democracia; esta relação se encontra em contradição na imagem. Abaixo da palavra ideologia temos mais quatro códigos novos que estão associados a palavra ideologia, cada um em seu retângulo específico; eles são “marxismo”, “socialismo”, “nazifascismo” e “comunismo”. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

DEBATES DA 55ª LEGISLATURA

Em 2015, no começo do segundo mandato de Dilma Rousseff, o governo já sofria as consequências da crise econômica; com o encolhimento do PIB em mais de 9% o país entrava em recessão. Mesmo fazendo ajuste fiscal e monetário, indicando ao cargo de ministro da fazenda Joaquim Levy economista chefe do Bradesco, maior banco privado do país – com o intuito de manter a burguesia empresarial ao seu lado, o governo não obteve um bom começo e, diante disso, Rousseff ainda foi acusada de estelionato eleitoral pela oposição⁵².

Além disso, o seu partido iniciou o segundo mandato sofrendo acusações de corrupção em uma nova onda, o que sustentou como tema central na 55ª o debate sobre combate a corrupção no parlamento. Tópicos relacionados a Lava-Jato aos poucos substituíam os temas antecedentes do mensalão petista. Enfraquecido pela crise aguda, o Executivo também se desidratou com o questionamento, junto ao TSE, das eleições presidenciais pelo candidato Aécio Neves do PSDB. O reflexo disso foi, além de outros temas, o clima hostil de disputa com o PMDB no Congresso.

No segundo mês do começo da nova legislatura temos o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) ativamente reproduzindo o discurso anticomunista no congresso. Um político nada amador, ativo no congresso e presidente da comissão que discutiu a PEC 215 – a que versa acerca da demarcação dos territórios de conservação indígenas e

⁵² Conferir o texto de “estelionato eleitoral” do The Economist. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2015/03/26/dealing-with-dilma> Acesso em: 1/12/2021.

quilombolas – repudiou a ação de “apoio” do governo ao “regime” de Nicolas Maduro e questionou o “sentimento comunista” da presidenta, que considerou como um ato inaceitável em um país democrático⁵³.

[...] fico preocupado quando vejo o posicionamento do Partido dos Trabalhadores numa tão forte defesa de um governo como o de **Nicolás Maduro**, e realmente se mistura um pouco aí o papel da Presidente da República. A Presidente Dilma Rousseff pode até **ideologicamente** gostar do modelo do Governo da Venezuela, mas o Brasil é país democrático, com as suas definições na Constituinte muito claras. A Presidente não pode impor a sua vontade, o seu gosto pessoal, apesar de ela querer fazer a mesma coisa com o nosso País. É lamentável o **PT** aplaudir o papel de **Maduro**, o que ele tem feito com a **Venezuela**. Eu não posso admitir que esses mesmos que estão defendendo esse posicionamento do Governo **Maduro** gostariam de ver esse mesmo movimento da Presidente Dilma com os brasileiros. Imaginem, daqui a uns dias, a Presidente Dilma mandar prender um prefeito apenas porque é contrário ao partido dela. Até onde estamos chegando? É um absurdo! Será que o PT se veste de vez com esse sentimento **comunista**, de pretender o patrulhamento ou mesmo a forma de **ditadura** que Maduro exerce na Venezuela? Será que quer esse modelo para o Brasil? Isso deve constranger inclusive muitos Deputados do PT

⁵³ Em sequência afirmou o descaso do petismo com a questão da segurança pública ao contar do caso do assassinato do estudante de medicina mato-grossense. Quatro meses depois teve moção de repúdio aprovada pela Câmara contra o governo venezuelano acerca da missão brasileira à Caracas. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/confira-na-integra-a-mocao-de-repudio-aprovada-pela-camara/> Acesso em: 1/12/2021.

que não concordam com esse comportamento. Está, pois, na hora de a Presidente Dilma rever seu comportamento [...] (Nilson Leitão, 26/02/2015)⁵⁴.

Outro parlamentar foi Onyx Lorenzoni, do DEM, que culpava o Partido dos Trabalhadores por se imiscuir com a ideologia marxista. O petismo, que teria “se corrompido” e “corrompido as instituições brasileiras”, se originou de ações e planejamentos ideológicos que ocorreram no Foro de São Paulo, uma organização coordenada por Fidel Castro na década de 1990 que, segundo o parlamentar, teve o propósito de “estender para toda América Latina o comando e o poder de partidos de inspiração marxista”. A prova disso seria a política externa do governo brasileiro na construção de infraestrutura em países ditos comunistas como Cuba – com o programa Mais Médicos e a construção do Porto de Mariel – e a Bolívia – que teria expropriado a usina da Petrobras.

[...] O **Foro de São Paulo** reuniu as esquerdas latino-americanas, sob a coordenação de **Fidel Castro**, e o seu objetivo era claro: estender para toda a América Latina o comando e o poder de partidos de inspiração **marxista**. Daí pode-se compreender que desse projeto de poder continental o PT e o Brasil, lamentavelmente, fazem parte, porque foram transferidos para Fidel Castro milhões e milhões de reais do Programa Mais Médicos. Pode-se compreender o porquê, por exemplo, dos gastos com o Porto de Mariel, em Cuba, que a sociedade

⁵⁴ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=016.1.55.O&nuQuarto=79&nuOrador=2&nuInsercao=48&dtHorarioQuarto=16:36&sgFaseSessao=OD&Data=26/02/2015&txApelido=NILSON%20LEIT%C3%83O,%20PSDB-MT&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:36&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

brasileira só vai descobrir em 2027, graças ao sigilo que o Governo brasileiro colocou sobre aquela obra. E nós podemos compreender a perda daquela usina brasileira da PETROBRAS lá na Bolívia, expropriada por Evo Morales; foram mais de 60 milhões de dólares de investimentos recentes na Bolívia. Nós também podemos lembrar aqui os 967 milhões de dólares investidos no metrô de Caracas. Não temos muitos metrô no Brasil, mas há dinheiro brasileiro para fazer o metrô de Caracas [...] (Onyx Lorenzoni, 08/04/2016)⁵⁵.

A acusação de promiscuidade ideológica do PT com a ideologia comunista/marxista/socialista é marcante no discurso. A associação ocorreria com “flertes” do Brasil nos governos de Lula e Dilma com regimes “corruptos”, “assassinos”, “populistas” e “terroristas” como disse o político Rubens Bueno acerca dos 13 anos do petismo no país. Os países seriam, claro, o eixo do mal do venezuelano Chávez, o cubano dos irmãos Castro, o boliviano de Evo Morales e até o iraniano de Ahmadinejad:

[...] Tudo isso é resultado de 13 anos em que nossa política externa, assim como tudo o mais que foi feito pelo Governo **petista**, foi colocada a reboque de uma **ideologia**, uma **ideologia** que despreza os valores **democráticos**, que tenta comprar o Congresso para que este sirva cegamente aos interesses do Governo; uma **ideologia** que aparelha descaradamente a máquina pública; uma **ideologia** que é contra a **liberdade** de

⁵⁵ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Onyx+Lorenzoni&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txTexto=fidel+castro&txSumario=&basePesq=comissao&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=ASC&btnPesq=Pesquisar> Acesso em: 1/12/2021.

imprensa; uma **ideologia** que trata os adversários e críticos como se fossem **inimigos** do povo; uma **ideologia** que nega os mais elementares avanços civilizatórios; uma **ideologia** que condena as diferenças; uma **ideologia** que tentou capturar o Judiciário; enfim, uma **ideologia** levada a cabo por um governo **corrupto** que tentou utilizar de todos os meios possíveis para se perpetuar no poder. Essa tentativa não foi para alcançar os nobres fins sempre alardeados por essa **Esquerda** caricata [...] (Rubens Bueno, 03/12/2015)⁵⁶.

As elucubrações acerca do Foro de São Paulo têm origem, mais uma vez, nos textos do intelectual de direita Olavo de Carvalho, que desde o começo do primeiro governo Lula vem publicando ideias acerca do tema junto a demais relatos anticomunistas (CHALOUB, PERLATTO, 2015). Em 2007, por exemplo, tornou público em seu *blog* pessoal a coluna no *Diário do Comércio* no qual critica o jornalista d’*O Valor Econômico*, César Felício⁵⁷. Nesse artigo, o autor inicia afirmando que o Foro seria “a mais poderosa entidade política latino-americana”, um fato totalmente ignorado pela grande mídia brasileira e finaliza sustentando que o Foro estaria reivindicando “o poder ditatorial sobre todo o continente”.⁵⁸

A relação entre comunismo e petismo no primeiro ano da segunda legislatura não acaba aqui. O Delegado Waldir, do PSDB goiano, membro da CPI da Petrobras,

⁵⁶ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=378.1.55.O&nuQuarto=142&nuOrador=1&nuInsercao=13&dtHorarioQuarto=18:42&sgFaseSessao=GE&Data=03/12/2015&txApelido=RUBENS%20BUENO,%20PPS-PR&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:42&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

⁵⁷ Fonte disponível em: <https://olavodecarvalho.org/o-foro-de-sao-paulo-versao-anestesia/> Acesso em: 1/12/2021.

⁵⁸ Para matérias midiáticas de jornalistas favoráveis a crença acerca do Foro nos governos Dilma ver a fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/deu-na-folha-conhecer-o-foro-de-sao-paulo-e-o-minimo-para-nao-ser-um-idiota/> Acesso em: 1/12/2021.

conectou o seu argumento de corrupção nos governos petistas, especificamente para a comissão, com a suposta “censura” dos meios de comunicação que optaram por relatar fatos da corrupção na estatal; segundo ele, o país andava paralelo a Venezuela, em que existiria censura da mídia e aparelhamento do Judiciário. Este discurso uniu, como muitos outros, o tema da corrupção com a visão destes parlamentares do governo do PT.

A narrativa anticomunista, que mais se assemelha a uma conspiração internacional, continua nos debates acerca da Petrobras e os motivos da corrupção. O deputado Luiz Carlos Hauly chega a afirmar que a presidenta deveria pedir renúncia pela crise (política e econômica). Isso porque “Karl Marx estaria se remoendo no túmulo” ao ver que o governo petista teria realizado o impossível e totalmente contrário ao comunismo: a socialização do prejuízo com o roubo da estatal⁵⁹. De acordo com o deputado, Lula e Dilma teriam feito “algo inadmissível para a utopia⁶⁰ socialista-comunista” e, devido a isso, a “nação estaria pagando a conta”.

Todo o prejuízo é fruto da incompetência e da corrupção deste Governo que está destruindo o nosso País. Sem dúvida alguma, **Karl Marx** está se remoendo no caixão. Com a publicação do balanço da PETROBRAS, o **PT, Lula e Dilma** conseguiram realizar algo inadmissível para a utopia **socialista-comunista**: em vez de promoverem o bem-estar e o acesso a bens para todos os brasileiros, eles socializaram o prejuízo, fazendo toda a Nação brasileira pagar a conta do que roubaram na PETROBRAS, na ELETROBRAS, na Postalís, no Governo etc. Acabei de encontrar

⁵⁹ E aqui o parlamentar cita outras empresas públicas como a Eletrobras e Postalís.

⁶⁰ Essa ideia é a quarta tese discutida por Terry Eagleton (2011), no livro em que analisa o argumento da utopia marxista como uma crítica padrão as ideias de Marx. Nele, Marx teria escrito uma utopia para uma sociedade perfeita, quando, na verdade, Marx não teria feito referência a futuro algum em suas obras.

um funcionário aposentado dos Correios pelo fundo de previdência Postalís. Ele disse: "Deputado, a partir do mês que vem, vou ter que pagar 35% do meu salário para cobrir o prejuízo da Postalís" [...] O País vai de mal a pior! A economia vem decrescendo por 2 anos seguidos; a inflação voltou; as contas externas estão negativas; a conta do Governo está negativa; as estradas, os portos e os aeroportos estão sucateados; o SUS está sucateado! O que é que tem de bom este Governo? Só tem um "mérito": **socializar** o prejuízo, fruto da incompetência e da corrupção na PETROBRAS [...] (Luiz Carlos Hauly, 23/04/2015)⁶¹.

No terceiro mês de 2015, em um novo discurso, as coisas começam a ficar claras. O argumento do parlamentar Nilson Leitão, por exemplo, era a narrativa de “falência” governamental – o governo teria falhado no seu papel de gerir o país. As teses desta ideia são uma ótima forma de demonstrar como o discurso anticomunista se molda com o antipetismo e engloba outros temas que geraram instabilidade política nos governos Dilma Rousseff, como aumento de preços, o tema da corrupção e piora das áreas da saúde e educação. Observem como certas palavras do discurso interagem:

[...] O real hoje está desvalorizado para a compra do tomate, da cebolinha, do arroz, do feijão, do carro popular, da motocicleta, da bicicleta, do aluguel, do imóvel. A Presidente Dilma não está destruindo o Brasil apenas **moral** e **eticamente**, mas também no plano **econômico**. Ela está invadindo, cada vez mais, a casa do

⁶¹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=079.1.55.O&nuQuarto=67&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:12&sgFaseSessao=BC&Data=23/04/2015&txApelido=LUIZ%20CARLOS%20HAULY,%20PSDB-PR&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:12&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

brasileiro. Eu não tenho dúvida de que o **PT** tentou retirar debates e projetos como esses, porque está preocupado em saber como vai continuar a negociação, em como vai honrar a sua palavra com a União Europeia, com a NASA, e tudo mais. [...] Como será o Brasil amanhã de manhã na organização da Presidenta Dilma? Não tem nenhuma programação. A programação é apenas com o seu marqueteiro. Diz: "Vamos anunciar agora um programa **anticorrupção**." Esse é o terceiro ou é o quarto. **Corrupção**?! Ou você a pratica ou não a pratica. Ora, você não precisa ter programa porque a **corrupção** está no Governo. A **corrupção** está na caneta da Presidenta da República, está na sua omissão, está no seu jeito de governar, está na sua gestão. [...] [O Brasil que existe é o de uma **economia** falindo; o Brasil que existe é o de uma sociedade empobrecendo; o Brasil que existe é o de estradas ruins, da **saúde** piorando e da **educação** descendo no ranking mundial, cedendo lugar para países pobres ou mais empobrecidos que o Brasil.[...] (Nilson Leitão, 19/03/2015)⁶².

Como afirmou corretamente Singer (2018), o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff constituiu-se a partir de uma manobra constitucional através da distorção da Lei de Responsabilidade Fiscal sob qual as ações do governo petista foram interpretadas. O impeachment ao mesmo tempo tem se tornado um substituto dos antigos golpes militares – “um novo tipo de instabilidade”, principalmente nos países

⁶² Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.1.55.O&nuQuarto=67&nuOrador=2&nuInsercao=56&dtHorarioQuarto=16:12&sgFaseSessao=OD&Data=19/03/2015&txApelido=NILSON%20LEIT%C3%83O,%20PSDB-MT&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:12&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

latino-americanos (SINGER, 2018, p. 9). Logo, o que podemos demonstrar nos discursos está relacionado com as justificativas político-ideológicas que produziram o quadro geral desta narrativa⁶³.

A visão dos congressistas de direita como Osmar Terra (PMDB-RS), membro da comissão especial do impeachment, foi a narrativa predominante de que a presidenta e seu governo teriam cometido “um crime gravíssimo contra o equilíbrio fiscal” tendo feito “às costas do Parlamento brasileiro”. Esse crime teria, segundo o deputado, reflexo em toda a economia do país, que estaria “desabando [...] numa velocidade incrível, nunca vista na história da República”. O político é assertivo e rápido ao conectar as ações do governo como causas das mazelas sociais que ele aponta.

[...] A perda de postos de emprego é diária, milhares de postos de emprego desaparecem todos os dias. O custo de vida sobe. Os imóveis estão perdendo valor e existe uma bolha imobiliária. O Governo fez investimentos e estimulou o crédito, criando uma bolha de crédito. A população hoje está endividada e não consegue mais pagar suas contas. Os comércios estão vazios. A economia como um todo está desabando [...] (Osmar Terra, 07/04/2016)⁶⁴.

Ao que parece no discurso dos membros destas bancadas, cada mazela social específica e diretamente ligada aos interesses da sua própria bancada informal teve

⁶³ Processo que, sob esta acusação, foi extinto pela 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região sem a resolução do mérito. Fonte: <https://www.conjur.com.br/2022-mar-27/trf-extingue-acao-dilma-rousseff-pedaladas-fiscais>. Acesso em: 1/12/2021.

⁶⁴ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=073.2.55.O&nuQuarto=89&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:24&sgFaseSessao=CP&Data=07/04/2016&txApelido=OSMAR%20TERRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:24&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

como causa o crime da adesão ideológica do petismo ao socialismo em alguma das suas variantes. O deputado Valdir Colatto (PMDC-SC), ruralista e autor do projeto de lei do Código Florestal no parlamento, justificou a sua crítica ao governo no setor agrícola, as vésperas do impeachment, a implantação e tentativa de mudança de regime, do governo petista, da democracia ao “socialismo bolivariano”⁶⁵, que tem como atores grupos de indígenas, quilombolas e do movimento sem-terra que não mais respeitariam a propriedade privada:

[...] além da crise política, ética e moral pela qual o Brasil está passando, uma situação que me preocupa muito é a questão **ideológica** que se está querendo implantar no Brasil para uma mudança de regime: da democracia para o **socialismo bolivariano**, como se fala por aí [...] A agricultura brasileira vem sofrendo com essa **ideologia** que nós não conseguimos entender aonde quer chegar, que traz preocupações e dificuldades enormes para o setor agropecuário brasileiro, por exemplo, com a taxação de produtos agrícolas exportados, sob a alegação de que a agricultura não arrecada o suficiente para pagar os seus aposentados - o pagamento é de apenas um salário mínimo, Sr. Presidente. A questão trabalhista no campo também é tratada como se fosse a de uma cidade, de uma fábrica, mas a agricultura é uma indústria sem cobertura. Na área fundiária, Sr. Presidente, as questões **indígena e quilombola e o MST** não respeitam o direito de propriedade. A segurança jurídica não existe mais no

⁶⁵ Marcos Montes (PSD-MG) leu em discurso sobre o impeachment a nota da Frente Parlamentar da Agropecuária que, junto com a Confederação da Agricultura e Pecuária, defenderam o processo de impedimento devido aos “prejuízos causados ao setor”.

Brasil. Essa é uma **ideologia** que nós não podemos aceitar [...] (Valdir Colatto, 22/03/2016)⁶⁶.

O deputado Marcos Rogério (DEM-RO), membro de comissões importantes na 55ª legislatura e presidente da comissão que discutiu o projeto Escola sem Partido (2016) no ano seguinte, atuante em quatro mandatos (atualmente senador) e é uma forte influência da bancada evangélica. Formado em jornalismo e membro da Assembleia de Deus, o parlamentar discutiu a forma pela qual o agravamento das diversas crises que o país sofria era justificção suficiente para a legitimidade do processo de impedimento.

O governo Dilma teria, segundo o orador, cometido diversos crimes contra o país, entre eles os “crimes de responsabilidade, estelionato e improbidade eleitoral”, além de violar princípios constitucionais. A narrativa construída seria: na busca incessante pela manutenção do poder, o governo petista teria se corrompido pelo dinheiro de campanhas financiadas por empresas privadas, as quais recebiam benefícios do próprio governo. O mais interessante seria a origem ideológica dessas ações: ideais comunistas/marxistas. De acordo com o parlamentar, o PT teria seguido as “diretrizes do marxismo cultural”:

[...] Se há uma coisa que não falta neste processo todo é crime. Sobram crimes: crimes eleitorais e crimes na gestão. E a sociedade é quem padece, pagando um preço alto, muito alto. O **Governo Dilma e o PT**, ancorados nas diretrizes do **foro de São**

⁶⁶ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=050.2.55.O&nuQuarto=34&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:00&sgFaseSessao=BC&Data=22/03/2016&txApelido=VALDIR%20COLATTO,%20PMDB-SC&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:00&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Paulo, no **marxismo cultural**, na **democracia radical**, colocam o Brasil como País menor, apequenando-o e a seus cidadãos, pelos escândalos, pelas fraudes e pela lamentável argumentação de quem é mais **corrupto**. Não negam que o são, mas querem passar para os brasileiros que não são os únicos, como se isso fosse justificativa para a vergonha que temos no Brasil. Querem provar quem roubou mais [...] (Marcos Rogério, 08/04/2016)⁶⁷.

Pastor Eurico, outro parlamentar da bancada religiosa, também reproduziu a época o mesmo quadro da narrativa dos crimes da esquerda na gestão da nação brasileira. O político pernambucano foi polêmico em seus discursos quando atuava na CCJC e, como os demais integrantes da sua bancada, é contra a descriminalização do aborto. De acordo com o orador, a corrupção teria como causa uma administração do estado de lastro comunista e esquerdista. Como a queda do Império Romano, o “império do Lula” no país, em sequência governado por uma seguidora de ordens – a presidenta Dilma – estaria desmoronando; comunistas petistas teriam transformado a riqueza do país em sucata:

[...] É incrível. Nunca se viu em um Governo tanta **corrupção**, desenfreada, como se viu ou se está vendo no Brasil. É claro que um dia essa coisa viria à tona. É claro que um dia a casa cairia. Chegou o momento. O Brasil não suporta mais. Sr. **Lula**, todo o seu império está desmoronando, e, por incrível que pareça, eu tenho, como diz o nordestino, o pernambucano, peninha da

⁶⁷ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=074.2.55.O&nuQuarto=50&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:05&sgFaseSessao=CP&Data=08/04/2016&txApelido=MARCOS%20ROG%C3%89RIO,%20DEM-RO&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:05&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Presidente **Dilma**, coitada, que está sendo levada, levada, levada nessa avalanche de podridão que esse grupo administrativo **esquerdista, comunista** barato, introduziu no nosso País. Querem sorratear, sucatear o nosso País. Nós não podemos permitir isso [...] (Pastor Eurico, 16/04/2016)⁶⁸.

Porém, podemos afirmar que após a análise do processo de impedimento outro deputado federal se tornou autor do discurso de votação que entraria para a história nas manchetes dos jornais brasileiros. O discurso de Jair Bolsonaro é relevante pois isola elementos centrais e reafirma as bases do anticomunismo que este estudo se propõe a demonstrar. Os componentes do discurso do parlamentar, fortemente ligado ao imaginário da ditadura militar de 1964, que foi visto por muitos críticos como uma fala execrável dentro do drama político de 2016, une anticomunismo, a defesa de valores morais da família tradicional cristã, o patriotismo militar e a criminalização do Partido dos Trabalhadores.

[...] Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela **família** e pela inocência das crianças em sala de aula, que o **PT** nunca teve. Contra o **comunismo**, pela nossa **liberdade**, contra o **Foro de São Paulo**, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de **Dilma** Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por **Deus** acima de todos, o meu voto é sim [...] (Jair Bolsonaro, 17/04/2016)⁶⁹.

⁶⁸ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=086.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=21&dtHorarioQuarto=05:04&sgFaseSessao=OD&Data=16/04/2016&txApelido=PASTOR%20EURICO,%20PHS-PE&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=05:04&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

⁶⁹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=091.2.55.O&nuQuarto=3&nuOrador=1&nuInsercao=359&dtHorarioQuarto=14:04&sgFaseSessao=OD&Data=17/04/2016&t>

A proteção da inocência, como disse o deputado, é uma atribuição valorativa do certo contra o errado, do bem e do mal no qual o foco se encontra no sujeito que pratica o mal, o PT e os comunistas. Em todo caso é importante não subestimar a extensão pela qual os parlamentares enquadraram a crise política do governo com as questões sociais.

Outro problema social bastante utilizado no discurso é o argumento de que o avanço da criminalidade na sociedade brasileira está associado com a falência moral e da política securitária do governo. Adeptos de primeira hora desta linha de argumentação se encontram na bancada da bala, que também estabeleceram conexões entre crime e crise política do petismo. É revelador observar como Alceu Moreira (PMDB-RS), deputado ruralista e forte nome da bancada de segurança, mobiliza fortemente essa interpelação do discurso conservador. Observe como este ator conecta as variações da palavra “crime” com investimento em segurança e socialismo:

[...] A insegurança bate às portas. Enterramos os nossos filhos, em todos os lugares do País. Há mortandade pela **criminalidade**, e o **crime** aumenta, por causa de um Estado que não funciona, pelo grau de necessidade, pela negligência social. O **crime** avassala o País. Portanto, é hora de o Governo Federal perceber que tem que mudar de rumo. É preciso deixar de querer desenhar para o Brasil um **socialismo bolivariano**, e tratar o uso do capital com responsabilidade social. Nós não queremos a “vagabundização” remunerada. Nós queremos trabalho,

produção e um país rico, que possa dar aos seus filhos o direito à dignidade [...] (Alceu Moreira, 04/02/2016)⁷⁰.

Tomado com um todo, entretanto, a questão do impeachment não permitiu divergências entre bancadas: todos os parlamentares analisados foram a favor do processo. O que mudou foram as orações anedóticas, porém interessantes, do voto favorável ao impeachment. Enquanto alguns votaram pela “família” ou “pelo povo de Uberaba”⁷¹, outros aproveitaram para homenagear outras figuras: Jair Bolsonaro, nesse quesito, citou o coronel Ustra, torturador da ditadura militar. Contudo, ocorre que determinada ideia, base do processo todo, foi universal: era necessária uma limpeza ética na política.

Luis Carlos Heinze (PP-RS), parlamentar influente da bancada ruralista, falou em seu discurso a favor da instalação de comissão de impedimento da necessidade de ouvir o clamor do povo que se manifestava pela limpeza e moralização da política brasileira. O resumo do discurso no terceiro mês de 2016 nas notas taquigráficas da câmara foi “em prol da moralização”, em defesa do “Ministério Público Federal, do Juiz Sergio Moro” e da Polícia Federal. Após a batalha discursiva do impeachment a base da criminalização da esquerda estava formada. Pelos corredores do congresso nacional corriam novos argumentos que constituíram, a partir dali a realidade política que tenta, sempre, se universalizar.

O que podemos inferir deste processo? A produção desta representação surtiu efeito em pelo menos uma área relevante de política pública: a educação. Como demonstrado

⁷⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=004.2.55.O&nuQuarto=16&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:45&sgFaseSessao=PE&Data=04/02/2016&txApelido=ALCEU%20MOREIRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:45&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

⁷¹ Discurso de outro parlamentar Marcos Montes analisado na data 17/04/2016.

na imagem das relações semânticas, a ideologia se torna um termo central nesta discussão. Com a nova realidade produzida pelos parlamentares, que entendem o termo como o grande mal a ser combatido no país, surge, ao final da 55ª o projeto de lei chamado “Escola sem Partido”.

O projeto do qual se fala é o de número 7.180 proposto em 2014, que contou com uma comissão especial para a sua discussão legislativa. A mobilização em torno do “Escola sem Partido”, evento notório nos anos 2017 e 2018, pode ser considerada o ápice do embate parlamentar contra a ideologia. A lógica simplificada da questão era: a ideologia de esquerda, mesmo após a saída do governo petista do poder, teria contaminado a área da educação. A melhor vacina para o vírus da ideologia esquerdista no ensino seria uma lei que vetaria tal fantasma do espaço educativo.

O motivo da inserção do tema nesta seção diz respeito ao estudo de Miguel e Oliveira (2020), que demonstrou a presença do discurso anticomunista nos debates parlamentares da comissão especial do Escola sem Partido, que durou dois anos na Câmara dos Deputados. A proposição de lei exemplifica uma forma concreta pela qual a representação conservadora (que é: “a esquerda e comunista; comunismo é um mal a ser combatido”) tenta hegemonizar a visão geral da população da função da educação no país. É a instrumentalização do elemento anticomunista com o intuito de implementação de um novo projeto de educação, fato aparente após a saída do PT do comando dos ministérios.

Toda a dinâmica por trás da ideia de criminalização da esquerda é a de demonstrar o conteúdo da ação que é forjado por diferentes grupos políticos no congresso que visaram conquistar os corações e mentes da sociedade civil. A criminalização é o processo pelo qual articula-se uma tentativa de consenso *público* em torno dos atores de esquerda, dos que ocupam o governo, dos movimentos de esquerda, do espectro

como um todo; ou seja, é a nomeação dos sujeitos que praticam o que representado como o mal moral contra o país.

Para o sucesso desta ação, que tem como função a concretização de diferentes interesses na sociedade brasileira, desde interesses dos latifundiários até projetos de educação, a articulação da cultura popular é crucial. A junção da história política, dos embates de ideologias, até as mazelas sociais do dia a dia – o preço do pão, o desemprego, a inflação – é um aspecto central, mas negligenciado por outros analistas políticos por serem consideradas “cortinas de fumaça”.

E aqui a ideia do que é público é indispensável para compreendermos as facetas do anticomunismo. O inimigo é sempre o inimigo público. A sentença ganha sentido quando se considera primeiro que, como afirmaram Miliband e Liebman (1984), o comunismo sempre estará estruturado em termos morais, com claras conotações religiosas. O comunismo representaria, primariamente, o mal supremo, uma conotação histórica essencial, nesse aspecto (MILIBAND, LIEBMAN, 1984). A partir daí, o mal sempre denota um dos dois lados extremos da equação contrastado com a ideia de bem, daí origina-se a luta do bem contra o mal, em termos religiosos que significa a batalha de Deus contra o diabo etc.

Uma abstração mais secularizada da doutrina teológica mencionada é a distinção amigo/inimigo schmittiana, apresentada em seu livro *“O conceito do político”* (SCHMITT, 2014). Advindo da tradição clássica⁷² que considerava o sujeito como animal político, e que entendia que a política versa acerca do poder da soberania, a representação do comunismo (agentes ou movimentos) como o inimigo muitas vezes estrangeiro se torna uma ferramenta analítica relevante para entender a estrutura do discurso parlamentar em questão.

⁷² Localizar Schmitt na “tradição clássica” não é necessariamente incorreto, mas deve-se especificá-lo como pensador conservador de formação católica.

Após a saída de cena da União Soviética do debate geopolítico como uma potência inimiga e uma ameaça à existência dos países liberais ditos “livres”, o coro internacional anticomunista tendia a desaparecer (MILIBAND, LIEBMAN, 1984). Isso releva um aspecto da distinção schmittiana no qual o inimigo seria, em primeira instância, a força (ou ideia-força), a comunidade ou as pessoas que ameaçassem a integridade da soberania do estado.

CONCLUSÃO

Ao final existem alguns apontamentos relevantes. De acordo com os dados temáticos extraídos do ATLAS conforme o código “áreas de discussão” (#A), observa-se uma predominância do debate econômico a partir da segunda legislatura. Comparativamente, a primeira legislatura analisada possuía os temas centrais de justiça e economia, com temas secundários bem divididos. Já na segunda, ocorre quase o dobro de discussões enquadradas na área econômica e uma diminuição do debate sobre Justiça, como ocorre na tabela abaixo. Esse predomínio vai decorrer da conjuntura política daquele momento que, como demonstrado acima, foi hegemonizada pela crise econômica, pela recessão e pelas medidas de austeridade escolhidas pela ex-presidenta como o melhor remédio.

	54 ^a	55 ^a	
	Legislatura	Legislatura	
	Gr=14984;	Gr=17908;	
	GS=22	GS=23	Totais
● # A: Agricultura Gr=68	44	24	68
● # A: Cultura Gr=53	17	36	53
● # A: Defesa Gr=2	0	2	2

● # A: Economia	48	85	133
Gr=133			
● # A: Educação	28	44	72
Gr=72			
● # A: Justiça	70	40	110
Gr=110			
● # A: Meio ambiente	30	8	38
Gr=38			
● # A: Saúde	33	28	61
Gr=61			
● # A: Segurança pública	35	49	84
Gr=84			
● # A: Trabalho	11	39	50
Gr=50			
Totais	316	355	671

Tabela 4 – Frequência de códigos complexos #AD (Area de Discussão) por legislatura analisada.
 Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Outro dado relevante é a mobilização de um discurso de crise, de corrupção e de reforço do antipetismo. Se observarmos comparativamente as duas legislaturas, utilizando como base o código “tópicos notórios” (#TN), há um aumento exponencial do discurso sobre crise, uma duplicação do tema da corrupção e um aumento do discurso antipetista. Um aspecto deste dado é o surgimento, na 55^a, do discurso do impeachment. É necessário questionar em que medida a mobilização inicial dos diversos códigos serviu como base final para o discurso do impedimento, como aparece na tabela abaixo:

	54 ^a	55 ^a	
	Legislatura	Legislatura	
	Gr=14984;	Gr=17908;	
	GS=22	GS=23	Totais
● * Bases do			
Impeachment	0	52	52
Gr=52			

● * Narrativas da corrupção	25	65	90
Gr=90			
● * Projeto político e acepções da Esquerda	21	47	68
Gr=68			
● * Sentidos da instabilidade	4	10	14
Gr=14			
● * Teor da crise	8	56	64
Gr=64			
● * Visões do PT	66	105	171
Gr=171			
Totais	124	335	459

Tabela 5 – Frequência de códigos complexos #TN (Tópicos Notórios) por legislatura analisada. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Até aqui foi possível expor, em uma análise da estrutura do discurso das bancadas, como os elementos do discurso – o anticomunismo e o antipetismo – se encontram interligados em uma progressão histórica dos fatos políticos ocorridos nas duas legislaturas. No cenário de grupos heterogêneos reproduzindo elementos que articulam um discurso comum, que seria a criminalização das ações da esquerda, consegue, a partir disso, ocorre a formalização de um inimigo comum. A melhor maneira de compreender estes discursos é conceber a existência de uma imbricação entre a instrumentalização (e a sua função) e a convicção dos sujeitos políticos em análise.

CAPÍTULO 4
MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA
HIPÓTESE 3

Moralização da política. São elementos discursivos identificados nas orações legislativas que qualificam a disputa política unicamente pela incompatibilidade moral, de valores principalmente religiosos. Ser moralmente antagônico se torna uma forma de estratégia política na disputa pela produção e reprodução da realidade legítima dentro do parlamento, espaço hierarquizado pelos profissionais que reitera comportamentos e papéis sociais encontrados na sociedade brasileira. A construção da política nunca ser concebida como amoral, o que se tenta demonstrar é a inflexibilidade do discurso que sempre circunscreve ações políticas ao campo moral religioso e atravessa várias temáticas sociais importantes.

Para Bourdieu (2011) o mundo político pode ser compreendido como um microcosmo contendo ações, relações e processos semelhantes ao do mundo social, porém revestidos por particularidades que o autonomizam. Aos agentes que desigualmente conquistam acesso a esse meio em que ocorre a luta pela conservação e transformação do mundo social, os discursos políticos se encontram em oferta de mercado como bens. O que se observa no congresso nacional é o uso cada vez maior da linguagem moral para a produção e defesa de políticas de direita, um produto acessível a grupos com interesses díspares.

Um segundo aspecto perceptivo do autor francês que não deve ser descartado é o processo de legitimação dos discursos no campo político, isto é, a forma como o poder é consagrado na disputa política. Levando em consideração que todo discurso respeita as necessidades internas e externas na/da arena política, o que torna determinada ideologia dominante e legítima dentro do campo depende não do seu conteúdo, mas da sua capacidade de obter seguidores.

MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA: A DESMORALIZAÇÃO É O OBJETIVO?

Moral, costume, maneiras da disposição de um sujeito ou de muitos concerne a ideia de um conjunto de condutas consideradas boas em uma sociedade. Moralidade, o que quer que ela signifique, existe com a função de governar o comportamento dos membros de um determinado grupo na esperança em que esse grupo não se autodestrua.

Da concepção de comportamento correto de um indivíduo advém a variante do termo “moralizar”, que no senso comum se entende como o ato de fazer reflexões morais acerca de um tema. Isso é sustentado no intuito de explicar a hipótese de moralização, que se encontra próxima da noção de moral, mas significa, aqui, algo mais extremo, isto é, uma ação de refletir de forma intransigente moralmente relativa a uma questão política.

Além disso, o contexto político no qual as decisões são tomadas devem ser analisadas em termos de mudanças de longo prazo e conjuntura. Pelo fato de a política não ser um mero reflexo das mudanças sociais, não existe uma conexão necessária entre a tomada de decisão política e uma mutação moral (WEEKS, 1981).

Entretanto, a moralização da política é a conjuntura social ao mesmo tempo em que é o abuso ideológico visado para a transmutação das leis, das políticas, ou seja, das representações de mundo em disputa no jogo político. Isto é, toda condição moral da sociedade deve ser entendida como limitada, porém o seu impacto na arena política não pode ser ignorado.

Moralização da política retrata a moralização do discurso político, que tem como um dos seus âmbitos, as discussões parlamentares. Ela representa uma outra face da

estrutura do discurso conservador, da ideologia, que não se encontra distante, mas entrelaçado com a hipótese da criminalização da esquerda.

Na tabela abaixo temos a coocorrência do código da formação discursiva (# FD) anticomunista em linha com os códigos da formação discursiva (#FD) moralidade pública e, ao lado, o código do princípio conservador (#P) absolutismo moral. A ideia é mostrar a sobreposição dos códigos, ou seja, em 94 discursos codificados como (#FD) anticomunista e 136 discursos da (#FD) moralidade pública, 23 discursos coocorrem com os dois códigos. Isso também é dito para o código anticomunismo e o princípio conservador de absolutismo moral, no qual 30 discursos se encontram sobrepostos.

	● # FD: Moralidade Pública Gr=136		● # P: Absolutismo moral Gr=147	
	count	coefficient	count	coefficient
● # FD: Anticomunista Gr=94	23	0,11	30	0,14

Tabela 6 – Coocorrência entre a #FD Anticomunista e #FD Moralidade e #P Absolutismo. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Quando falamos desta imbricação de formações tentamos corroborar a presença do conservadorismo como ideologia atuante no ambiente político nacional nas duas legislaturas analisadas. Atestando a ideia de que o discurso conservador criminaliza a esquerda política, embarcamos na análise da formação anticomunista e o fenômeno atual do antipetismo.

Neste capítulo, contudo, tentamos afirmar outra faceta do discurso conservador em evidência: a moralização do discurso político. Para tanto, usamos uma interpretação analítica dos dois códigos centrais para esta parte, a formação discursiva (#FD) moralidade pública e o princípio (#P) absolutismo moral.

O propósito da criação do código de moralidade pública surgiu com a identificação de orações com conteúdo relativo à qualificação de temas e tópicos a partir de valores morais judaico-cristãos, assim como os paradigmas de comportamentos ligados aos dogmas católicos e evangélicos presentes no debate público nacional. Já a concepção de absolutismo moral versa acerca do conceito como regra de conduta, da suposição básica da ideologia conservadora.

Isto é, a crença da universalização de padrões éticos em narrativas que relacionam o bem e o mal, o certo e o errado, que é, em verdade, a naturalização de aspectos histórico-sociais da cultura dominante. A diferença entre os dois códigos é interpretada, a primeira, como discursos em que os agentes políticos classificam como temas morais, e o segundo, como discursos que versam sobre valores religiosos.

Ressalta-se que nem a esquerda ou a direita faz política evadindo-se da moral. O que deve ser feito para combater as injustiças contra os pobres, os negros, e as mulheres? Solidariedade social, economia benéfica para os desprivilegiados, industrialização ecologicamente sustentável, luta contra o racismo. Estas respostas requerem o envolvimento moral, que é a ideia de que a luta contra as desigualdades requer a capacidade de moralizar o debate político para a mudança social. A diferença seria apenas que, quando se moraliza a política no terreno de disputa a vantagem recai sobre os conservadores, que necessitam apenas da retidão dos privilegiados.

Se moralizar é uma tendência é também verificável que parte dos agentes políticos de direita possuem conhecimento desta ferramenta de transformação. Por outro lado, também afirmariam que a aderência da linguagem moral na política, que se constitui a partir de regras de conduta, seria uma forma ineficiente de maximização de ganhos pelos políticos. Logo, as táticas seriam meras cortinas de fumaça. Porém, seria palpável afirmar que grupos obtêm ganhos políticos com a moralização do debate, basta atentar para como a oposição ao governo Dilma lidou com o chamado “kit gay”, um balão de

ensaio importante na conjuntura social, ou até mesmo o tema central do impeachment – o discurso da corrupção.

Quando a moralização da política ganha relevância é necessário, nesse sentido, examinar as consequências políticas de tal tendência. A moralização do discurso político pela direita acabou levando à oposição de cidadãos acerca dos antigos compromissos políticos da constituição de 1988. É um fenômeno pertinente pois são padrões que emergem em questões econômicas e não-econômicas, qualitativamente verificável neste estudo. As votações do congresso resultam da produção do consenso temático entre partidos e parlamentares, no qual o discurso cumpre uma função que não pode ser desprezada.

É ingênuo desconsiderar a temática da moral como fator a parte dos processos econômicos. Basta olharmos para o caso do Thatcherismo e a desindustrialização da economia britânica. A escolha do caminho econômico a perseguir e o evento do desemprego são consequências, sobretudo, das crenças econômicas adotadas pelo governo naquela época (TOMLINSON, 2021).

Economia moral, termo adotado por Tomlinson, é essencial para entender o momento thatcherista quando foi adotado um conjunto de crenças morais acerca da economia. O autor utiliza essa denominação para evitar a imposição do rótulo do neoliberalismo, que ainda é muito amplo para compreender a questão chave de como Thatcher concebia a ideia do estado forte como ameaça a moral, encorajando, assim, a crença da autonomia individual na economia e desencorajando a assistência do estado.

Tal como análises do Thatcherismo, o cenário de crise brasileiro possui importantes dimensões morais e religiosas, presentes nos discursos políticos, não somente no quesito do produto destas representações na política, mas também do que elas representam conjuntamente. Por mais que poucas políticas públicas tivessem sido

afetadas pelo discurso moral de determinados grupos no governo Dilma, não significa que a questão moral é um aspecto sem importância na própria ideologia daqueles atores.

Assim como sugere Hall (1988) no caso do Thatcherismo, é necessário explorar os discursos morais presentes neste momento de crise nacional brasileira sem ignorar a potencialidade da produção de novas identidades conservadoras por parte da população a partir de uma linguagem moral simplificada e acessível aos cidadãos.

Aqui é pertinente destacar a ideia de pânico moral associados as origens e funções do discurso da direita brasileira. Sendo o principal artefato das campanhas de moralidade social, que muitos chamam de cruzada moral, a noção de pânico moral na mão da direita política tem sido útil para acender ansiedades sociais específicas daquela sociedade que ainda não trabalhou corretamente a obliteração dos preconceitos advindo dos costumes culturais (WEEKS, 1981).

A construção do antagonismo deve ser interpretada de forma literal: constroem-se discursos que interpelam diversos grupos na sociedade. O pânico moral é a faísca que por si só não cria sentido nos discursos políticos, já que o conteúdo se encontra na cultura dos sujeitos que são interpelados pela mensagem dos políticos, se reconhecendo no discurso.

A acusação de que o governo petista seja comunista, por exemplo, é um investimento que entra em conflito com o discurso dominante de um governo dos trabalhadores de esquerda que tenta ocupar o mesmo espaço. A realização e reconhecimento do discurso pelos indivíduos que consomem esse produto – a ideia de um estado comunista no século XXI – é construída pelo senso comum e a insatisfação social de determinados segmento da sociedade, que aponta o Estado como culpado.

Como apontado no capítulo anterior, os dados são sugestivos quanto a distribuição das bases das bancadas conservadoras informais relativo à estratégia de moralização da política, se tornando ao longo das legislaturas uma narrativa cada vez mais dominante e reproduzida por agentes das três bancadas analisadas, como mostra a tabela.

Deputado	Bancada
Nilson Leitão	Boi
Osmar Terra	Boi
Alceu Moreira	Boi e bala
Onyx Lorenzoni	Boi, bala e bíblia
Joao Campos	Bala e bíblia
Jair Bolsonaro	Bala e bíblia
Marco Feliciano	Bíblia
Takayama	Bíblia
Pastor Eurico	Bíblia
Lincoln Portela	Bíblia
Bruno Araújo	Boi
Delegado Waldir	Bala
Luiz Carlos Hauly	Boi
Marcos Montes	Boi e bala
Marcos Rogério	Boi e bíblia
Rubens Bueno	Boi
Silas Câmara	Bíblia

Tabela 7 – Parlamentares por bancada codificados na hipótese da moralização da política. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

O objetivo é, então, desenhar uma estrutura discursiva do pressuposto com o intuito de sinalizar como a linguagem moral se imiscui com os aspectos históricos da conjuntura no cenário político, questionando se as contradições da realidade nacional se relacionam com elementos morais da ideologia conservadora.

A suposição inicial da presença do discurso moral nas orações da câmara dos deputados foi introduzida na exploração inicial dos termos chave e suas frequências ao longo do recorte temporal. As duas formações discursivas que capturam essa

tendência foram constituídas pela estrutura dos discursos que a todo tempo procuram representar visões da política. As formações capturam os códigos simples que repetidamente apareceram nas falas parlamentares, palavras evocadas como “nação”, “deus”, “povo”. Nas discussões também foram utilizadas noções de “família”, “cultura” e “sexo”, como mostra a rede de códigos abaixo.

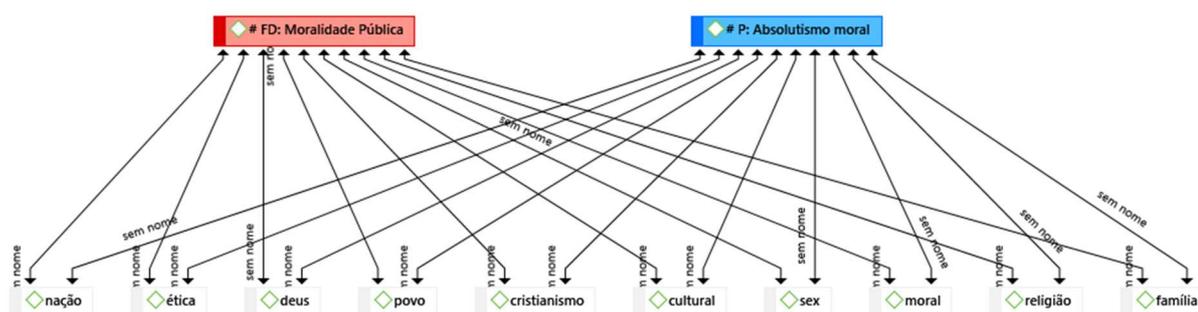


Ilustração 8 – Rede de associações da #FD moralidade pública e do #P absolutismo moral.

A ilustração retrata duas redes intercaladas do banco de dados do Atlas TI 8 (moralidade pública e absolutismo moral). As duas redes estão interpostas com os códigos simples em comum abaixo dos dois códigos complexos. Cada termo (moralidade e absolutismo) se encontram dentro de um grande retângulo (um vermelho e outro azul, respectivamente), centralizado um ao lado do outro. Abaixo dos dois termos centrais temos uma sequência de termos em retângulos menores. Eles são: “nação”, “ética”, “deus”, “povo”, “cristianismo”, “cultural”, “sexo”, “moral”, “religião” e “família”. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Os elementos moralizantes que compõem a campanha parlamentar destes grupos atravessam um espectro que vai desde concepções religiosas de nação até ansiedades sexuais, sendo ambos temas contemporâneos do debate público. Porém, são mecanismos de interpelação que, mesmo ocorrendo em correspondência com o discurso anticomunista, por exemplo, são distintos. A seguir podemos ver duas falas do mesmo orador em comparação, o deputado Jair Bolsonaro, no qual os termos são elementos que constituem formações discursivas diferentes.

Discurso 1 – Autor: Jair Bolsonaro – Data: 23/5/2012

Códigos complexos identificados: #A: Educação; #FD Anticomunista; #P: Propriedade privada.

“**Lênin** pregava o seguinte: "Comprarei da **burguesia** a corda para enforcá-la". A história nós sabemos: milhões de mortes, torturados, desaparecidos. Lá, sim, pobres coitados e alguns até presos políticos. Este Governo que está aí, do **PT**, claramente **marxista-leninista**, está comprando do Congresso Nacional os votos para fechá-lo. Podem ter certeza disso. No dia de ontem eles compraram a revogação da garantia do instituto da **propriedade privada**. Uma grande mentira a palavra **trabalho escravo**. Um povo que tem educação jamais será escravizado pelo seu próprio povo. Mas um povo sem **educação**, como o nosso, com toda certeza, será escravizado por **ideologias** como essas que estão aí. Lamentavelmente, o **PT** está avançando nessa direção, Sr. Presidente.”

Discurso 2 – Autor: Jair Bolsonaro – Data: 5/7/2012

Códigos complexos identificados:#FD: Anti-igualitária; #FD: Moralidade Pública; #P: Absolutismo Moral; #P: Família.

Assunto: Repúdio ao Código Penal elaborado pela comissão do Senado.

“Acredito que esse material não deveria nem ser analisado, e se o fosse que fizessem por partes. Por exemplo, legalizam os **prostíbulos**. A que ponto chegamos legalizando casas de **prostituição** e dando carteira de trabalho para **prostituta**, com o argumento de evitar o preconceito e dar-lhe dignidade? Legalizam as **drogas**, quando em pesquisa no Brasil, hoje, mais de 50% da população já aceita até a **pena de morte** e mais de 90% aceita punir os menores de 18 anos, ou seja, diminuindo a **maioridade penal**, e no Senado vem essa proposta desses juristas - que não foram escolhidos ao acaso, com toda certeza há o dedo deste Governo -, legalizando as **drogas**. Mais ainda, pega o PL 122, o tal que criminaliza a **homofobia**, e coloca todo ele dentro do Código Penal. Chegará a um ponto que se eu não vender o meu relógio para uma pessoa, porque sei que ela não vai pagar, mas depois se descobre que ela é **homossexual**, e eu vendi para outra que vai pagar e mais barato, eu começo com 3 anos de detenção também. É mais um absurdo! Outro absurdo: legaliza o **terrorismo** para o **MST**. Ou seja, se nós dois, Presidente, cometermos um ato de **vandalismo** lá fora, começamos com 8 anos de cadeia. Se for o pessoal do **MST** não há punição. Assim sendo, faço esse apelo aos meus colegas, para que prestem atenção a esta proposta de reforma do Código Penal, que é absurdo dos absurdos. Inclusive, atenta contra a **família**, os **bons costumes** e a **religiosidade**.”

No primeiro discurso podemos observar a narrativa dominante anticomunista, com menções a ‘Lenin’, ‘burguesia’, ‘marxismo’, ‘ideologias’, no qual o comunismo teria esqueletos atrás do armário. Mais que isso, o discurso afirma que o governo de esquerda, por sua própria ideologia, representaria uma ameaça ao Congresso e a direitos fundamentais, como à propriedade privada.

Já o segundo discurso, embora possuindo o mesmo alvo (o governo petista), utiliza os elementos que interpelam os indivíduos a partir de problemas sociais específicos,

como a realidade social relativa as drogas, a prostituição e ao crime violento. Contudo, se observa um questionamento moral profundo acerca da legalização da prostituição, por exemplo, ou a necessidade de leis mais punitivas, como a redução da maioria penal. São construções morais, por isso a identificação como uma formação discursiva de moralidade pública.

A ideia é demonstrar como códigos específicos, como o recurso da palavra “povo”, usado por políticos para enunciar interesses universais, ou termos como “família” e “valores”, são estratégias de moralização da temática para que, no futuro, se consolide como um problema político moral. Nesse sentido, este estudo pretende expor discussões parlamentares em que esses códigos foram captados sobre o tema, na tentativa de entender como cada evento, como os argumentos contra o PL 122, que criminaliza a homofobia, ou as teses da discussão acerca do Estatuto da Família, se tornaram o ponto de partida da moralização até o final da 55ª legislatura.

Não podemos deixar de mencionar que a moralização é um método com origens, pelo menos na primeira legislatura analisada, da bancada religiosa, ou melhor: é uma linguagem moral que se apresenta especialmente nas falas de atores religiosos, sejam católicos ou evangélicos. Porém, o estudo tenta mostrar como essa forma de fazer política se espalha para temáticas da crise por outros atores fora dessa bancada. Com as tabelas abaixo, podemos sugerir que elas se espalham a partir da bancada religiosa e se ampliam da primeira para a segunda legislatura, sugerindo talvez uma maior aderência dessa linguagem para o tratamento de temas nacionais.

Bancada da Bala	Bancada da Bíblia	Bancada do Boi	
Gr=9208;	Gr=17849;	Gr=18067;	
GS=13	GS=24	GS=22	Totais

● # FD: Moralidade				
Pública	24	108	36	168
Gr=136				
● # P: Absolutismo				
moral	33	126	33	192
Gr=147				
Totais	57	234	69	360

Tabela 8 - Concorrência entre a #FD Moralidade junto ao #P Absolutismo por bancada informal.
Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

	54 ^a Legislatura Gr=14984; GS=22	55 ^a Legislatura Gr=17908; GS=23	Totais
● # FD: Moralidade			
Pública	38	98	136
Gr=136			
● # P: Absolutismo			
moral	52	95	147
Gr=147			
Totais	90	193	283

Tabela 9 - Concorrência entre a #FD Moralidade junto ao #P Absolutismo por legislatura. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

LINGUAGEM MORAL NAS PAUTAS IGUALITÁRIAS E DE GÊNERO: “KIT-GAY”, PLC 122 E ABORTO

Enquanto a maior parte da sociedade considera válido o mito da escola como uma instituição que possui a força para liberar as mentes dos indivíduos, muitos estudos acerca do sistema de ensino já apontavam que a educação, mesmo como aparelho autônomo do estado, cumpria a importante função ideológica de legitimação das estruturas da sociedade de classes (Bourdieu, Passeron, 1992). Mesmo assim, ou talvez por isso mesmo, o governo brasileiro, em conjunto com outras instituições internacionais, julgou necessário, em 2004, implantar várias políticas públicas, sendo uma delas o programa Escola sem Homofobia.

A esquerda no comando do executivo nos governos do PT junto a demais organizações não governamentais adotara uma estratégia chamada Brasil sem Homofobia, que era vetor principal para empreender novos conhecimentos entre o corpo docente na tentativa de combater a homofobia nas salas de aula⁷³. A ideia, então, foi produzir um “kit” composto por cadernos, cartas e vídeos para a formação de gestores e professores. Havia ali um consenso prévio que estabelecia como dever do estado lidar com o problema das desigualdades no país, nesse caso, dando atenção ao tópico da homofobia nas escolas. Em 2011, a partir das vozes do congresso nacional, este consenso foi contestado.

A questão se torna um fato político quando o então deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), falando na condição de candidato a presidente da Câmara, cita, no meio de um discurso longo, que era necessária atenção para o caso de que escolas públicas no país estariam distribuindo “um kit gay de estímulo ao homossexualismo e à promiscuidade”. Dias depois do ocorrido, o parlamentar discursa em plenário pedindo a convocação do Ministro da Educação, Fernando Haddad, para explicações.

[...] vamos convocar o Ministro da Educação para vir a esta Casa explicar o **kit gay**, que começa a ser distribuído nas escolas de primeiro grau a partir de março. Eu quero que ele entregue um kit desses para cada Deputado desta Casa, inclusive com os filmetes Encontrando Bianca, Boneca na Mochila e Beijo Lésbico. Isso é uma **imoralidade** que o Ministério da Educação está fazendo, juntamente com grupos **LGBT**, que não têm nada a oferecer no tocante a currículo, a **bons costumes, ética e moral** para a garotada do primeiro grau. Duvido, depois de distribuído

⁷³ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011> Acesso em: 1/12/2021.

esse kit gay a todos Deputados, que esse trabalho continuará sendo feito nas escolas públicas de primeiro grau. É inadmissível que a garotada de 6, 7, 8, 9, 10 anos receba esse material de combate à homofobia. Na verdade, esse material promove o **homossexualismo e a promiscuidade** [...] (Jair Bolsonaro, 10/02/2011)⁷⁴.

Após a convocação do então ministro a controvérsia evoluiu para uma ação conjunta das duas frentes parlamentares religiosas (Evangélica e Defesa da Família) mais a bancada católica para a obstrução das votações no plenário. O deputado João Campos afirmava que Haddad havia mentido acerca do proposto kit e, por isso, pedia a sua demissão para a presidenta Dilma. Também nessa linha, assumiu a proposição de requerimento para uma comissão de inquérito do Ministério da Educação para investigar “fraudes e desvios” e a “produção de um material financiado com dinheiro público para induzir os nossos filhos, utilizando a rede pública de ensino, a serem homossexuais”.

O argumento em si era de que os materiais a serem distribuídos ofenderiam a “família e os bons valores” e que a reação parlamentar estaria dando voz a família brasileira, que seria claramente contrária a tal ensino. É evidente que o “kit gay”, ao virar um problema político legítimo, dentro desta produção de representações de mundo na arena política, reverbera nas mentes dos demais políticos que se consideram defensores da família ou da moral. Ainda no primeiro semestre do ano de 2011, o

⁷⁴ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=006.1.54.O&nuQuarto=14&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:26&sgFaseSessao=BC&Data=10/02/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:26&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

deputado Lincoln Portela já manifestava congratulações a presidenta Rousseff pela suspensão da distribuição do material.

O processo de estimular a preocupação social para determinado assunto, que define o conceito de pânico moral, pode ser utilizado na temática do “kit gay”, mas também como estratégia específica de parlamentares religiosos, em que o objetivo é exagerar fatos políticos para que se apresentem a sociedade como comportamentos que desafiarão as normas sociais existentes. A criação do pânico moral recebe combustível da mídia como aparelho que reverbera para a população para se tornar um produtor de medo e ansiedade social generalizada. Compreendido dentro do seu momento histórico da Guerra Fria, a “ameaça comunista” pode ser vista nestes termos morais.

Entretanto, não podemos deixar de analisar como esses sentidos são construídos a partir de uma cosmovisão peculiar com estratégias discursivas diferentes. Nos primeiros discursos se percebe uma abordagem direta e menos sofisticada: o material é ruim porque é imoral. Entretanto, poucos na sociedade civil acreditam que o político seja um defensor da moral. A sociedade já realizou o entendimento de que nem todo político segue as leis, portanto, demonstram o potencial de possuírem comportamentos imorais. Mas, além disso, ainda é complexo ecoar um discurso de moralidade dentro de sociedades secularizadas.

Outros políticos da bancada religiosa assumem uma abordagem diferente. O deputado Takayama, por exemplo, traz a tese de que determinados ensinamentos podem ser perniciosos dentro do ambiente escolar quando não são debatidos pela família, pelo cidadão comum, uma espécie de crivo familiar e selo social. E sendo o congresso o espelho da sociedade, como ele afirma, esta instituição não pode ser deixada de fora desta discussão. Além disso, ele aponta para a exclusão dos “cristãos” do debate acerca

o “kit gay”. Como ele afirma, cristãos “que se prezem”, não são homofóbicos assim como não praticam “os três mil e poucos casos de assassinatos gays”.

Ora, meus amigos, kits gay estão sendo distribuídos. Pergunto: os professores foram orientados para ensinar as crianças? Será que realmente é um ensino? Será que não é um retrocesso, como a distribuição de preservativos para as crianças? Entendo que as crianças farão a seguinte leitura: faça que o Governo garante. O caminho não é esse. Há falta de informação, de debate, assim como imposição. Às pessoas que têm parecer contrário a essa posição, os cristãos e os familiares, não foi dado nenhum direito de debater o assunto. Os pais não estão sendo orientados, não há discussão sobre o assunto, simplesmente está sendo empurrado goela abaixo um kit que dizem que é para combater a homofobia. Aliás, nenhum cristão que se preze é homofóbico. [...] Acho que isso está errado. A sociedade tem que participar. Se o espelho da sociedade, que é este Congresso, não pode participar desse debate, então que se feche esta Casa de leis [...] (Takayama, 19/04/2011)⁷⁵.

O recurso aprimorado que se usa pelo parlamentar acima não mais apela para a questão pura da imoralidade, que muito se assemelha a argumentos religiosos mais teológicos como, por exemplo, “é errado porque a bíblia diz”, mas para, primeiro, a importância de políticas de inclusão e de combate ao preconceito, mas ao mesmo

⁷⁵ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=078.1.54.O&nuQuarto=9&nuOrador=2&nuInsercao=63&dtHorarioQuarto=18:24&sgFaseSessao=OD&Data=19/04/2011&txApelido=TAKAYAMA,%20PSC-PR&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:24&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

tempo, em segunda instância, questionando qual núcleo deve ter a autoridade para aplicar essas ações. Começa-se a perceber que a linha de raciocínio está centrada em uma disputa se é do estado ou a família a instituição legítima para ensinar “crianças”, como afirma o parlamentar.

Em 2015 foi arquivado o PL 122, conhecido como a proposta de criminalização da homofobia no Congresso Nacional⁷⁶. A ação veio após duas tramitações seguidas sem aprovação, requerindo um número de 27 senadores para a sua reapresentação – que não ocorreu. O projeto é relevante pois fez parte da cartilha de políticas que a bancada religiosa advogava contra, e, de fato, são captados discursos de parlamentares desta bancada no banco de dados.

A discussão não ocorreu em comissão específica, mas em torno do projeto ao longo da 54^a legislatura, no qual argumentos contrários foram apresentados por estes agentes. O projeto original da ex-deputada Iara Bernardi (PT-SP), muito estigmatizado, se tornou polêmico ao tentar construir uma equiparação com a Lei 7716/89⁷⁷ entre crimes motivados por preconceito de gênero e orientação sexual, uma adição que criminalizava a homofobia.

O núcleo da posição contrária dos parlamentares analisados aqui seria que a inclusão na lei geraria conflito com direitos fundamentais, mais especificamente, feriria a liberdade de expressão de cidadãos contrários ao “homossexualismo” (sic). Os deputados, porém, adicionaram várias linhas de argumentação. O deputado Laercio Oliveira, que em 2011 participou da Marcha pela Família em frente ao Congresso, e defendia a não aprovação do PLC 122, relatou que recebeu um grupo de pastores e comentou o caso, no qual a sua visão pedia para a inconstitucionalidade do projeto.

⁷⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/07/projeto-que-criminaliza-homofobia-sera-arquivado> Acesso em: 1/12/2021.

⁷⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm Acesso em: 1/12/2021.

[...] A complexidade do projeto de lei traz tópicos polêmicos como, por exemplo, punições para quem impedir manifestações de afetividade entre pessoas homossexuais em locais públicos; quem recusar ou sobretaxar a compra ou a locação de imóveis em razão de preconceitos; ou quem, pelo mesmo motivo, prejudicar recrutamento, promoção profissional ou seleção educacional. O projeto anti-homofobia pretende também alterar a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, proibindo a adoção de práticas discriminatórias e limitativas no acesso e manutenção do emprego. Ou seja, se o empregador demitir ou deixar de admitir e ser acusado de homofobia, poderá ser preso. Haverá punições também para quem expressar ou publicar texto afirmando que homossexualidade é pecado. Nós da bancada evangélica acreditamos que se trata de um projeto "inconstitucional". Estamos em defesa das famílias, das questões religiosas e da liberdade de expressão. (Laercio Oliveira, 02/06/2011)⁷⁸.

O parlamentar apresenta duas conclusões específicas: 1) crime por homofobia iria contra a liberdade de sujeitos serem homofóbicos ou serem punidos com o agravante de homicídio por questões de orientação sexual; e 2) seria uma lei que entraria em conflito com as leis trabalhistas. É notório o sentimento punitivista dos agentes conservadores, ou seja, a ideia de que o estado repressor não age de forma suficiente

⁷⁸ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=138.1.54.O&nuQuarto=61&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:00&sgFaseSessao=CP&Data=02/06/2011&txApelido=LAERCIO%20OLIVEIRA,%20PR-SE&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:00&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

contra os crimes que se consideram bárbaros. Mas é também perceptível que a justificativa de punição tem mais a ver com um tópico moral, no qual devem ser punidos os grupos que vão de encontro às regras de comportamento, inclusive sexual.

Lincoln Portela (PR-MG), outro parlamentar que comenta sobre o caso, discute a ideia relacionando-a a ação da Ordem dos Advogados do Brasil que, em setembro de 2011 aprovou uma proposta de lei acerca da diversidade sexual⁷⁹. Segundo o congressista, o projeto seria um “PLC 122 piorado”, já que teria por objetivo amordaçar aqueles que usarem o “contraditório em relação a esses posicionamentos”. No discurso é possível observar a tentativa de aproximar a questão de gênero (que o autor intitula de “coisas de gênero”) com temas da pedofilia e outras informações fora de contexto.

[...] Um anteprojeto que, inclusive, deixa bem claro que carteiras de identidade terão que ser mudadas; que escolas que promovam festas, aniversários e atividades em que temos figuras antigas de Branca de Neve, de Mickey e coisas do gênero, simbolizando, às vezes, coisas como papai e mamãe, não poderão fazê-lo, se não houver também a figura de um casal homossexual juntos. Esse anteprojeto, esse projeto de emenda à Constituição, diz que, a partir dos 14 anos, os adolescentes já começam a ser preparados, com dinheiro público, para fazerem operações transexuais quando se tornarem maiores de idade. Fala também contra crimes de pedofilia. E diz que esses crimes de pedofilia têm que correr em segredo de justiça. Pasmem os senhores! Isso, vindo da OAB, assusta-me, preocupa-me. [...] aqui diz, inclusive que, numa emissora de rádio, por exemplo, você não pode trazer, para os meios de comunicação, um parecer

⁷⁹ Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/22689/oab-aprova-proposta-sobre-diversidade-sexual-e-destaca-luta-contra-intolerancia> Acesso em: 1/12/2021.

seu contrário a um posicionamento homossexual. Caso contrário, se isso acontecer, quem o fizer poderá pegar de 2 a 5 anos de prisão. Esse anteprojeto é absurdo! [...] (Lincoln Portela, 27/09/2011)⁸⁰.

A estratégia da desinformação acerca das novas políticas de diversidade sexual tentam, mas não escondem os axiomas e dogmas religiosos. Isso ocorre quando a análise se aproxima de termos específicos no discurso que anunciam uma formação discursiva do absolutismo moral, pelo qual tudo é inerentemente certo ou errado e que nenhum contexto ou resultado histórico é capaz de mudar. Essas verdades são colhidas da ideia de natureza humana universalizada pela religião. Quando falamos de absolutismo moral não se deve confundir com a deontologia kantiana que encontra a verdade moral na racionalidade em oposição a autoridade divina (KANT, 2011[1785]).

Os discursos do Pastor Eurico, deputado influente nessas legislaturas analisadas, são exemplificações claras dessa formação absolutista, um dos elementos centrais do conservadorismo. Quando o autor discutiu a inclusão do PLC 122 na reforma do Código Penal, os dados foram capazes de mostrar evidências relevantes, como, por exemplo, o momento em que afirma defender que “o ser humano nasce com sua identidade de gênero definida, macho ou fêmea”. Esse argumento seria verdadeiro e correto pois nenhuma família desejaria em público “querer ter um filho homossexual; ao contrário, o sonho dos pais é verem seus filhos constituírem uma família heterossexual”. O seu argumento continua afirmando que essa necessidade de

⁸⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=261.1.54.O&nuQuarto=108&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:34&sgFaseSessao=GE&Data=27/09/2011&txApelido=LINCOLN%20PORTELA,%20PR-MG&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:34&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

“legislação especial” para homossexuais teria um função a mais: calar os evangélicos e a Igreja.

[...] Após essas considerações, faço a seguinte análise da proposta de criminalizar qualquer forma de opinião contra os homossexuais. A proposta, em seu art. 239, estabelece: "Art. 239. Causar terror na população mediante as condutas descritas nos parágrafos deste artigo, quando: III - forem motivadas por preconceito de raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, sexo, identidade ou orientação sexual, ou por razões políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas." Pergunto: qual o conceito de terror? Isso é muito genérico! A norma tem que estabelecer um princípio, um conceito, para fechar o tipo penal. Da forma como está, o homossexual poderá acusar os evangélicos de terroristas quando um pastor pregar contra o homossexualismo e suas práticas perante a Bíblia Sagrada. Da forma como está, não mais se poderá pregar a palavra de Deus. Querem criminalizar a homofobia ou calar a Igreja? Onde fica a liberdade religiosa? Onde fica a liberdade de expressão? [...] (Pastor Eurico, 06/02/2013)⁸¹.

Ainda segundo o Pastor Eurico, seria necessário “preservar o direito de expressarmos se concordamos ou não com as práticas homossexuais sem a pecha, a rotulação de homofobia”. São vários argumentos que constituem essa ideia. O primeiro seria o

⁸¹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=002.3.54.O&nuQuarto=43&nuOrador=4&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:06&sgFaseSessao=GE&Data=06/02/2013&txApelido=PASTOR%20EURICO,%20PSB-PE&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:06&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

impedimento de pastores “pregarem contra o homossexualismo”; na visão do autor, “até cientistas seriam enquadrados” na lei caso fizessem estudos para provar que o comportamento homossexual seria uma doença. E aqui ele cita a suposta caça as bruxas do Conselho Federal de Psicologia aos profissionais que poderiam tratar o “homossexualismo” de pacientes.

Nessa lógica, uma lei como o PLC 122 estaria criando precedentes para mais “práticas homossexuais” na sociedade. Seriam ações de uma ideologia de ativistas que desejariam “transformar nossas crianças em homossexuais ao alegar que as crianças devem ter experiências homossexuais para depois decidirem se vão ser homossexuais ou heterossexuais”. Logo, ser contrário a medida seria também uma ação de preservação da “integridade da criança” e do núcleo familiar. A acusação de ideologia advém do mesmo modo das falas do deputado Takayama, que acusa o governo junto a organizações como a ONU de impor a “doutrinação homossexual nas escolas” e da “ideologia gay” à população.

[...] Certamente, o governo de Dilma recebe de braços abertos a pressão para fazer exatamente o que já vem querendo fazer há longo tempo: impor a agenda gay na maioria dos brasileiros que insiste em ver a homossexualidade como uma anormalidade. Nesse panorama sombrio e obscurantista, Sr. Presidente, que tem trazido nuvens escuras sobre o Brasil desde 2006, temos de ficar em alerta constante. Em uma grande demonstração de resistência a esse Projeto de Lei, a população brasileira, que historicamente tem rejeitado qualquer tipo de doutrinação homossexual nas escolas e a imposição da ideologia gay em sua sociedade, e graças à luta de muitos Deputados e Senadores, sobretudo de integrantes de meu Partido, o PSC, vamos continuar unindo forças, buscando esclarecer a sociedade a

respeito da verdadeira face da agenda gay e procurar sepultar de vez esse PL 122, de 2006, que os movimentos gayzistas tanto defendem como prioritário [...] (Takayama, 13/03/2013)⁸².

Como apontam Mariano e Biroli (2017), em estudos recentes sobre aborto nos discursos de mulheres parlamentares, os políticos religiosos são os maiores opositores a descriminalização do aborto já que possuem como parte da sua agenda a defesa de valores religiosos de “defesa da família”. Em tese, as transformações de ações políticas em torno da ampliação dos direitos das mulheres obteve como reação uma maior atuação de políticos da bancada religiosa que constroem as suas carreiras políticas levando como bandeira esses temas.

É o caso de alguns congressistas da 54^a analisados neste estudo. A questão de atores homens contrários à descriminalização dos variados temas, que são ramificações do tópico aborto, deve ser considerada como aspectos da moralização da política. Seria redundante apresentar os argumentos deste atores em defesa dos dogmas religiosos, mas não podemos deixar de destacar que o que eles chamam de “promoção do aborto” por ativistas seriam estes também responsáveis por temas como da homossexualidade.

Nesse quesito analisamos o discurso do deputado João Campos acerca do seu posicionamento “contrário à legalização do aborto; da união civil entre pessoas do mesmo sexo; da esterilização humana, da regulamentação da prostituição como profissão e dos jogos de bingos” no ano de 2011.

⁸² Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=030.3.54.O&nuQuarto=100&nuOrador=1&nuInsercao=115&dtHorarioQuarto=17:18&sgFaseSessao=OD&Data=13/03/2013&txApelido=TAKAYAMA,%20PSC-PR&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:18&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

[...] Alguns movimentos **feministas** pró-aborto insistem em afirmar que é para o bem da mulher, o que não é correto. Ao contrário, os danos psicológicos e físicos decorrentes do aborto trazem consequências para toda a vida da mulher. Muitas sofrem de síndrome pós-aborto, precisando de apoio psicológico, pois muitas não conseguem recuperar-se do trauma do aborto provocado. A nova tática que se usa nesse intuito, na campanha incompreensível que busca a legalização do aborto, é a de fornecer números que não são claros e algumas vezes não condizem com a realidade [...] No Brasil, mais de 90% da população é contrária ao aborto. Não podemos permitir que uma minoria radical **feminista**, financiada por grandes interesses internacionais, consiga apregoar suas tendências abortistas e de interesses de controle demográfico, porque repudiamos todas as ideologias que enquadrem o aborto como sendo a mãe versus seu filho; defendemos ambos: somos pró-mulher e pró-filho [...] (João Campos, 28/03/2011)⁸³.

Como mostra a figura abaixo, o código aborto aparece, pelo menos na 54^a legislatura, nas falas de seis parlamentares e estão sobrepostos com três formações discursivas: moralidade pública, anticomunista e anti-igualitária. É válido considerar o entrelaçamento do aborto como um termo que aparece em três formações discursivas importantes.

⁸³ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=053.1.54.O&nuQuarto=27&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:45&sgFaseSessao=GE&Data=28/03/2011&txApelido=JO%C3%83O%20CAMPOS,%20PSDB-GO&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:45&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

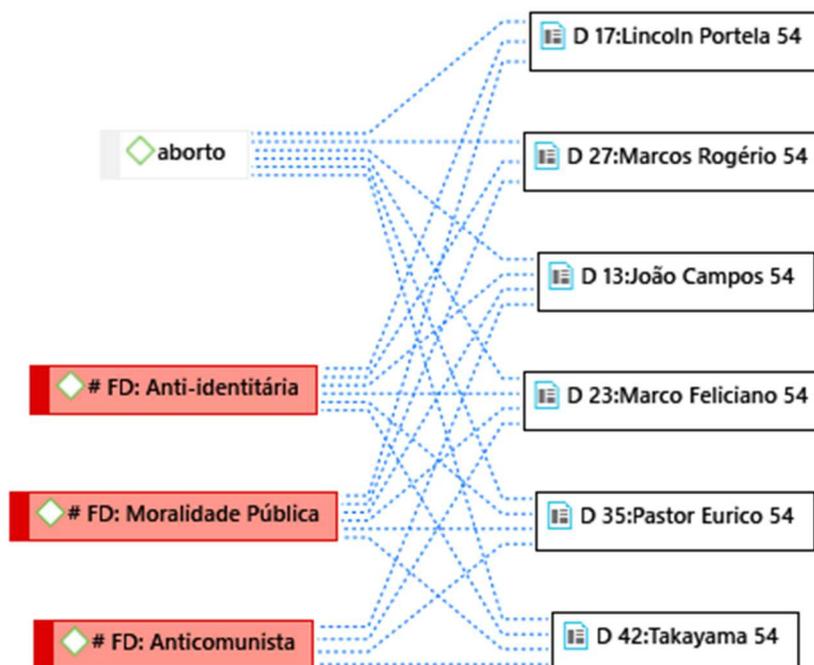


Ilustração 9 – Rede de ocorrência do código #aborto entre congressistas e formações discursivas. Na ilustração o código aborto está ligado a seis documentos da 54ª legislatura e três formações discursivas (anti-igualitária, moralidade pública e anticomunista). Os documentos são: Lincoln Portela, Marco Feliciano, Pastor Eurico e Takayama. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

A gama de discursos que sucedem os eventos analisados na primeira parte deste texto incluem um conjunto relevante, porém redundante em termos de resultados dos elementos já demonstrados até aqui. É possível analisar o debate moral acerca da blogueira cubana Yoani Sanchez, a discussão do estatuto da família, a “perseguição” do deputado Marco Feliciano na CCJC, além de discursos acerca de uma futura CPI do aborto, temas que envolvem a questão LGBT com a educação e até as falas em defesa das igrejas evangélicas relativas ao pagamento de impostos. Porém, tal ação apenas repetiria as ideias já demonstradas por outros tópicos.

Temos, então, um leque de temas que a bancada defendeu na primeira legislatura. Não buscou-se a análise extensa de todos os temas presentes nos discursos por motivos que envolvem o escopo da pesquisa, que trata da ideologia das três bancadas em conjunto e não somente da bancada da bíblia. O que tenta-se dizer é que, para o melhor entendimento dos temas gerais, será necessário elencar o que os parlamentares

influentes das outras duas bancadas estavam discutindo. Atráves da exploração desses discursos que é viável um olhar mais atento aos interesses envolvidos.

Os nomes da bancada agro, por exemplo, discutem diversos temas importantes na primeira legislatura acerca da desapropriação de terras, a questão da demarcação indígena, os conflitos com os órgãos como a FUNAI e o INCRA. Em geral, os ruralistas estão ali performando com vista a defesa dos interesses dos donos de terra, agropecuaristas e agricultores. Portanto, a formação discursiva com maior presença é a da desregulamentação, a defesa da propriedade privada e o liberalismo econômico, esses dois últimos sendo os princípios conservadores.

Algo semelhante ocorre com a então pequena bancada armamentista, que na primeira legislatura abordam temas como o desarmamento, a maioria penal e o suposto aumento de crimes no país (e a impunidade). Além de dividirem alguns argumentos que articulam a desregulamentação, estão mais presentes ali a formação autoritária e a defesa do princípio de lei e ordem. Ou seja, são atores securitários que privilegiaram a defesa das suas agendas e interesses de base.

Esse comportamento das duas bancadas difere bastante da atuação temática dos religiosos no primeiro mandato, primeiro fato a ser reconhecido. Isto é, a análise não classifica os discursos dos ruralistas e dos securitários como formação de moralização da política. As coisas se alteram, entretanto, quando ocorre a mudança para a 55ª legislatura, como veremos a seguir.

A MORALIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO

O deputado Bruno Araújo, pesedebista pernambucano, um dos nomes da bancada ruralista do congresso, foi rotulado como debatedor influente na Câmara pelo DIAP,. Em 2012 discutiu em plenário o atraso do governo do PT em privatizar os aeroportos,

“seja bem-vindo o Partido dos Trabalhadores à era das privatizações”, o partido teria assumido o que “renegou a vida inteira, algo que criou como mal, como um demônio que fazia mal à sociedade”, comentou o deputado. Era uma crítica ao governo por ceder tardiamente as privatizações dos aeroportos. Na primeira legislatura, o político recebeu códigos relativos a defesa da desregulamentação, sempre crítico ao PT.

[...] Aqui, o tempo é o senhor da razão. O tempo confirma a coerência do PSDB. Assim foi quando os sonhos do PT se acabaram dentro dos seus próprios Governos, quando o sonho do **socialismo** se acabou com a carta aos brasileiros e no Governo teve-se que seguir a política de Malan e do Banco Central, tucano. O sonho do tamanho do Estado brasileiro vai embora com as privatizações. O sonho que o PT sonhou certo, este, sim, ele abandonou: a formação da política com ética, com o não aparelhamento do Estado público, com a não confirmação de que até a Casa da Moeda é quota política [...] (Bruno Araújo, 08/02/2012)⁸⁴.

Em 2015, o mesmo deputado comentou as razões para o painel contra o governo de Dilma Rousseff. Mostrando a panela com tampa, o congressista comentava que o governo teria jogado as contas da crise econômica no bolso do brasileiro, criticou a ingerência do partido em empresas como ELETROBRAS, PETROBRAS e a desvalorização do Bolsa Família. O painel ocorria por uma simples razão: corrupção.

⁸⁴ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=005.2.54.O&nuQuarto=146&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:50&sgFaseSessao=CP&Data=08/02/2012&txApelido=BRUNO%20ARA%20C3%9AJA,%20PSDB-PE&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:50&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

[...] O Governo usou o dinheiro da sociedade para fazer política e vencer as eleições. Dilma admitiu finalmente, disse sobre o ajuste: "São medidas para sanear as nossas contas e, assim, dar continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda, de modo mais seguro, mais rápido e mais sustentável". O Brasil inteiro lembra que, no dia 1º de outubro, a poucos dias da eleição, ela dizia: "temos tido um desempenho na área fiscal inquestionável". E sabem o que aconteceu quando terminou o segundo turno? Ela enviou um projeto de lei pedindo anistia ao Congresso Nacional para não ser processada por responsabilidade fiscal. Sabem por que a população brasileira bate no seu panelaço, utiliza esse utensílio? [...] O povo brasileiro bate e faz o panelaço por uma razão muito simples: porque Dilma deu um tapa na cara do bom senso do povo brasileiro [...] (Bruno Araújo, 10/03/2015)⁸⁵.

O deputado, dias depois comentou que "se a corrupção é uma senhora idosa, os seus filhos traquinas são do PT". O que se observou foi a mudança do discurso e das articulações para o tema da corrupção. A narrativa dominante das falas do político eram ou passaram a ser: acerca da incompetência administrativa – o governo teria quebrado o país e piorado as desigualdades – e a corrupção, assim como estelionato eleitoral na reeleição de Dilma Rousseff.

⁸⁵ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=026.1.55.O&nuQuarto=108&nuOrador=1&nuInsercao=26&dtHorarioQuarto=17:34&sgFaseSessao=OD&Data=10/03/2015&txApelido=BRUNO%20ARA%C3%9AJO,%20PSDB-PE&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:34&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Certamente, o discurso da corrupção no governo Dilma pagou dividendos à oposição reforçando cada vez mais a agenda política das bancadas analisadas. Entretanto, o discurso da corrupção merece uma atenção crítica maior devido ao seu papel ideológico na fala destes agentes políticos. É necessária a observação acerca da capacidade hegemônica a partir da manipulação ahistórica do conceito de corrupção com as preocupações sociais do contexto brasileiro. Ou seja, compreender a construção do consenso popular a partir de uma narrativa específica da corrupção.

Outro parlamentar importante do mesmo partido é Luiz Carlos Hauly, deputado federal desde 1991 na Câmara. Seus discursos na 54ª abordam basicamente a questão econômica nos governos petistas. Economista e especialista em sistema tributário, o político é um influente formulador de leis na casa. Falando de desindustrialização como uma das mazelas da crise econômica do governo Dilma, comentou em 2014, antes das eleições, que a disputa eleitoral terminasse entre Aécio Neves e Marina Silva.

[...] as graves crises econômica, financeira e moral que se abatem sobre o Brasil, levam-nos a um processo histórico dos últimos 50 anos em que, em 1985, grandes líderes foram chamados a dar suas contribuições com a abertura política, entre eles Tancredo Neves, Franco Montoro, Dr. Ulysses Guimarães, José Richa, Álvaro Dias e tantos outros. Em 1994, novamente com a crise econômica, depois de dois governos da abertura política, ao se combater a inflação, veio o Plano Real. E agora é necessário nova liderança no País para um novo momento de crise econômica, de crise **moral**, de crise **ética**, de falta de tudo no Brasil. Esse é o momento mais dramático da história do Brasil, porque, depois de 30 anos de abertura política, não conseguimos ter governos de continuidade, de progresso, de desenvolvimento, da busca da

riqueza, da conquista do Primeiro Mundo [...] (Luiz Carlos Hauly, 02/09/2014)⁸⁶.

É de interesse da pesquisa a ideia de crise moral e ética, que se encontra misturado com a narrativa da má administração petista e os casos de corrupção nas estatais. Em discursos na segunda legislatura a favor do impeachment, o deputado afirmou que a presidente Dilma teria “destruído o Brasil” pela volta da inflação e do desemprego, nesse sentido, o governo já seria um “titanic afundado” alertando outros deputados que apoiavam o governo. A construção geral aqui é a culpabilização do governo pela crise moral – casos de corrupção – e a crise econômica.

[...] 77% dos brasileiros avaliam como ruim e péssimo o Governo. Não é o Deputado opositorista, do PSDB, Luiz Carlos Hauly, que está dizendo isso; é o povo. O povo se fartou. Ele não suporta, não tolera mais o desgoverno do PT e da Dilma; a influência negativa e nefasta do ex-Presidente Lula - uma eminência parda num governo pardo; um governo que está levando o Brasil à maior bancarrota da sua história. É, sem dúvida, motivo de piada no mundo ver um país com tantas riquezas naturais, com tantas potencialidades, ser tão mal administrado e, ainda por cima, tomado pela incompetência sistêmica e endêmica e pela corrupção sistêmica e endêmica - as principais lideranças oficiais do seu partido estão presas, e o

⁸⁶ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=217.4.54.O&nuQuarto=45&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=20:00&sgFaseSessao=BC&Data=02/09/2014&txApelido=LUIZ%20CARLOS%20HAULY,%20PSDB-PR&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=20:00&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

processo não para na Justiça [...] (Luiz Carlos Hauly, 12/11/2015)⁸⁷.

Outro ponto sintomático do crescimento dessa narrativa advém dos comentários em plenário do ruralista Marcos Montes (PSD-MG), então presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. Em discussão com o líder do PSD, Rogério Rosso, e demais deputados, se acordou que o país passava por um momento “desastroso” do ponto de vista econômico, ético, legal e político. Ao mesmo tempo o parlamentar anuncia e lê o manifesto assinado por ele e o deputado Nilson Leitão, vice-presidente da frente da agropecuária, chamado “Manifesto pela Paz do Brasil e dos Brasileiros”.

[...] A Frente Parlamentar da Agropecuária vem manifestar o seu repúdio aos fatos que vêm ocorrendo nos últimos meses, em que autoridades que deviam zelar pelo bem-estar dos brasileiros estão trabalhando de maneira grosseira e perniciosa contra o setor produtivo brasileiro, que é o responsável em colocar comida na mesa de nossa sofrida população [...] Os desmandos articulados por Lula e seus apaniguados, por certo, irão dificultar ainda mais a vida de nossos irmãos brasileiros, independentemente do nível social em que se encontrem, porque as irresponsáveis providências por ele apregoadas atingirão os principais setores da economia. A sequência de erros cometidos pela Dilma, alçada à Presidência pelo próprio Lula, foi desencadeada em todo País uma crise sem precedentes,

⁸⁷ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=351.1.55.O&nuQuarto=21&nuOrador=1&nuInsercao=43&dtHorarioQuarto=11:50&sgFaseSessao=OD&Data=12/11/2015&txApelido=LUIZ%20CARLOS%20HAULY,%20PSDB-PR&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:50&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

haja vista que já no início de seu Governo não pode sequer sair às ruas, porque será vaiada [...] (Marcos Montes, 11/03/2015)⁸⁸.

A perspectiva moralista da corrupção muito presente nos discursos das elites políticas é capturada nas discussões parlamentares de membros relevantes da bancada ruralista e armamentista. Osmar Terra (PMDB-RS), um quadro político influente na área de saúde pública, dá a sua posição quanto a defesa do processo de impeachment da presidenta. A ação, segundo ele, seria o “último cartucho” a ser usado diante da paralisia governamental, já que o país não teria um sistema parlamentarista – que “seria o ideal”.

[...] eu queria falar sobre uma questão nacional. Não podemos fugir do debate que está ocorrendo atualmente no Brasil. Hoje, estamos com um processo de impeachment em andamento. Há uma série de denúncias graves do ponto de vista ético e moral. Estamos tendo quase que uma ingovernabilidade. O País está se paralisando. Todas as políticas públicas estão se desmanchando. A situação da economia está se agravando e a cada dia fica pior [...] (Osmar Terra, 23/03/2016)⁸⁹.

⁸⁸ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=005.1.55.N&nuQuarto=27&nuOrador=3&nuInsercao=60&dtHorarioQuarto=12:20&sgFaseSessao=OD&Data=11/03/2015&txApelido=MARCOS%20MONTES,%20PSD-MG&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CN&dtHoraQuarto=12:20&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

⁸⁹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=054.2.55.O&nuQuarto=36&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:45&sgFaseSessao=GE&Data=23/03/2016&txApelido=OSMAR%20TERRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:45&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Outro político defensor da adoção do parlamentarismo é Rubens Bueno (PPS-PR). Em 2011, durante as discussões, comentou sobre a conjuntura política em face aos escândalos de corrupção. O sumário das notas taquigráficas da Câmara resumem um dos temas do discurso como “agressões do governo petista à democracia, à moral e à ética”.

[...] A conjuntura política indica que estamos vivendo algo que poderia ser tachado de "herança maldita". Outro indica que estamos vivendo um momento de faxina, em que a Presidenta eleita e empossada resolve agir nos focos de corrupção do Governo, que são do mesmo Governo [...] Ocorre que, desde que assumiu, e nós estamos vivendo isto a cada momento, e eu até tenho dito e repetido, os escândalos do Governo Dilma e do Governo anterior, que é o mesmo, parecem um saco de caranguejo - ao se puxar um caranguejo, vem dezenas de caranguejos pendurados -, tal o volume de denúncias que a mídia, a Polícia Federal, o Ministério Público, este Plenário, enfim, a sociedade brasileira estão acompanhando no dia a dia [...] (Rubens Bueno, 18/08/2011)⁹⁰.

Juntamente, o autor protestou pela criação de CPI para investigar os casos e devolver o dinheiro aos cofres públicos; segundo o parlamentar, o PT estaria “levando e consolidando no consciente e no inconsciente brasileiro: a ideia de que a política é coisa que não presta”. De forma semelhante na 55ª legislatura, o discurso de corrupção do

⁹⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=210.1.54.O&nuQuarto=67&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:18&sgFaseSessao=CP&Data=18/08/2011&txApelido=RUBENS%20BUENO,%20PPS-PR&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:18&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

governo toma mais centralidade, no qual em sessão em 2016 o político clamava pelo ida do povo brasileiro as ruas para a reconstrução dos “destroços” em que o petismo teria deixado o país.

[...] nós estamos às vésperas de um grande evento que vai mobilizar milhões de brasileiros e, melhor ainda, de forma pacífica, como já aconteceu outras vezes. As pessoas irão às ruas, com a sua esposa, com o seu marido, com os seus filhos, com o seu sogro, com a sua sogra, com a família, para cobrar o impeachment da Presidente Dilma. E por que essa cobrança? Porque ela não tem mais nenhuma condição de continuar governando. Primeiro, que está governando sob uma mentira, um estelionato praticado em 2014, quando disse que a economia caminhava bem, que não ia aumentar juros, energia, não ia aumentar combustível, não haveria mais inflação, o emprego seria mantido e consolidado. Tudo isso aconteceu ao contrário. [...] O momento sublime da cidadania é a mobilização a favor do País, contra um Governo que destruiu a economia, as finanças públicas, para se reeleger em 2014, contra um Governo que tomou conta da corrupção, que assumiu a corrupção como um papel tão importante que até o ex-Presidente Lula agora quer ser Ministro da Presidente Dilma [...] (Rubens Bueno, 10/03/2016)⁹¹.

⁹¹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=034.2.55.O&nuQuarto=44&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:09&sgFaseSessao=GE&Data=10/03/2016&txApelido=RUBENS%20BUENO,%20PPS-PR&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:09&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Para o parlamentar, o governo petista teria cometido dois erros pelos quais a população estaria cobrando o processo de impedimento. O primeiro é a ideia de má gestão da economia e das finanças, que aponta para uma questão implícita da suposta intervenção estatal no mercado. A segunda conclusão do político seria que o governo teria se tornado imoral com as inúmeras ações supostamente corruptas do executivo.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim desta sessão a análise dos discursos demonstrou duas conclusões importantes. A primeira delas é que existe uma diferença entre discussões morais que envolvem religiosos, ou seja, fundamentos morais acerca de minorias e grupos igualitários da política, que a pesquisa nota serem produções da voz e da cosmovisão religiosa, que usam desta linguagem moral. Por outro lado, temos a questão da moralização da política no quesito da corrupção. A diferenciação aqui seria da construção do sujeito corrupto, do que significa a política com ética, isto é, governar para o povo e não para ganhos próprios.

Entretanto, a moralização da política nestes dois cenários distintos possui a mesma função ideológica, que é a função pouco visível a partir destas diferenças colocadas. Quando este estudo aponta para o argumento da mesma função ideológica, isso deve ser compreendido como um atributo de diferenciação e constituição das identidades; constituição das identidades dos indivíduos que seriam corruptos, imorais, sem ética. É relevante se afastar da ideia de parlamentares trabalhando na defesa do bem como oposição, comportamento que seria neutro já que estaria ali para produzir reflexões morais acerca da política.

A moralização da política não deve ser traduzida como a ação de fazer reflexões morais, mas sim a tentativa de produção das identidades entre grupos, isto é, da

categorização de grupos. O governo, a esquerda, o petismo, as minorias “esquerdistas” seriam os antagonistas neste cenário, enquanto ocorre a formação da identidade conservadora, que no seu discurso moraliza de forma extrema, assim se constituindo como os sujeitos morais, éticos. Ou seja, a estratégia se encontra para além da defesa de interesses específicos de cada bancada, na criação de identificações ideológicas.

A lógica desse discurso conservador apontaria que a identidade propriamente conservadora seria claramente majoritária – em oposição as “minorias” – e representaria as noções de “povo” e “nação” autênticos. Por isso, como aparece na ilustração 8, temos uma rede de códigos associados no qual palavras como “nação” e “povo” ocorrem em grupos mais complexos desses exemplos de discursos morais junto aos termo “família” e outros.

Isso reforça a semelhança da ideia de economia moral da era Thatcher. O núcleo dessa noção expressa no thatcherismo sustenta que, nas sociedades, questões morais superam as necessidades materiais dos indivíduos. Segundo esse argumento, quanto maior o poder do estado, mais ineficiente é a máquina pública e mais a moralidade é ameaçada (TOMLINSON, 2021). Para os parlamentares religiosos, ao que parece, a intervenção do estado em questões como educação, por exemplo, demonstra o perigo da destruição ou mudança dos valores dominantes. Já para os adeptos do discurso da moralização da corrupção, se cria uma narrativa no qual um estado quando intervém nas questões sociais ou econômicas se torna ineficiente e corrupto devido a imoralidade dos seus agentes.

CAPÍTULO 5

DESCONSTRUÇÃO DE IDEAIS DEMOCRÁTICOS

INTRODUÇÃO

A constituinte de 1988 foi o elemento normativo central no processo de redemocratização do país após o regime militar. Localizava-se na carta um consenso mínimo de quais processos políticos formariam a base para a construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, a nova constituição formulou deveres do estado brasileiro em diversas áreas de um estado de bem-estar social, como a área da saúde, educação e meio ambiente. Advocou-se a respeito da garantia no papel de proteção dos direitos fundamentais e do ideal de promoção de políticas capazes de diminuir as diversas desigualdades sociais.

Ulysses Guimarães, em discurso histórico, falava em mudar o “homem em cidadão” e seria cidadão “quem ganha justo e suficiente, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa”⁹². Era esse sistema de garantia de direitos e de democracia que defendia o autor em sua fala. Entretanto, antes de completar 30 anos, esse consenso começa a cindir, primeiro com a ruptura institucional do golpe de 2016 e, segundo, com o ataque a constituição que a emenda do teto de gastos representou.

Desconsiderando interpretações inadequadas que afirmam uma suposta neutralidade do aparato estatal, tentamos demonstrar a hipótese de desarticulação desse consenso, através da codificação de discursos que possuem como núcleo a desregulamentação do Estado e sua capacidade autoritária. Isto é, nesta parte do trabalho, sustentamos que é possível aferir, nos discursos parlamentares, a tentativa de desconstrução de um conjunto de ideais democráticos a partir de estratégias que restringem concepções democráticas, dando centralidade ao discurso autoritário e desregulamentador.

⁹² Fonte disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/29/em-discurso-historico-ulysses-guimaraes-comemora-a-promulgacao-da-carta-de-1988> Acesso em: 1/12/2021.

HIPÓTESE 4

Desconstrução de ideais democráticos. Por desconstruir, indica-se o esforço em reconfigurar o horizonte filosófico das questões políticas do país. Por excelência uma operação ideológica do conservadorismo político emergente, este movimento representa o dismantelamento do consenso democrático mínimo da Constituinte de 1988. A articulação histórica de preceitos para reger o período pós-autoritário reconhecia a promoção dos direitos humanos, o problema político das desigualdades socioeconômicas e tinha como horizonte a erradicação das injustiças sociais. No Brasil, isso envolve questões históricas que vão desde o direito à terra, passando pelo combate à miséria, a extirpação do estado repressivo, até a proteção de direitos das minorias sociais, que estão evidentemente conectados com os respectivos interesses das bancadas de direita analisadas.

Na Ciência Política observou-se o crescimento da importância política de solucionar a questão das desigualdades sociais. O objetivo é a produção científica de como ocorrem as formas de exclusão de determinados grupos com base na raça, no gênero, na classe e origem étnica – são desigualdades que persistem no momento de relacionamento do Estado e um sistema econômico específico – o de acumulação capitalista. O poder de decisão do Estado que ao mesmo tempo depende e sustenta o processo de acumulação do capital (OFFE, 1975).

Erradicar as desigualdades e os mecanismos de dominação presentes na sociedade civil e no Estado fazem parte da proposta de democratização destes meios e estruturas. Entretanto, o conceito de democracia e suas derivações no debate público são variados e o uso da terminologia é extensa. Uma política pode ser rotulada como democrática sem muitas explicações, como, por exemplo, um decreto executivo que suspenda ou impeça o aumento das despesas da administração. Assim como um regime político

pode se dizer democrático sem realmente ser de fato, como é o caso da República Popular Democrática da Coreia.

A ideia de democracia, quando esvaziada de materialidade, pode ser usada amplamente já que carrega conotações benéficas, como a clássica oposição ética entre democracia e autoritarismo. No discurso político, a palavra é operada muitas vezes como o termo ideologia, porém com uma valoração oposta. Afirmar que uma ação é “ideológica” ganha um sentido negativo, enquanto colocá-la como “democrática” se supõe algo positivo, fato já elucidado anteriormente. Muito comum é a argumentação de congressistas de direita quando denunciam uma política como “ideologismo” ao mesmo tempo em que se mostram a favor de processos “mais democráticos”.

Outro aspecto imprescindível é distinguir a ideologia conservadora e colocá-la no campo oposto da democratização das estruturas desiguais. Se olharmos para a definição da esquerda como a defesa de uma sociedade mais igualitária e, portanto, a direita como mais inigualitária, o conservadorismo ganha características de uma filosofia política que busca naturalizar as desigualdades presentes por dois motivos. Por um, o conservadorismo considera a desigualdade como um fato essencial das sociedades e aspecto que não deve ser diminuído ou combatido. Por outro, é uma ideologia que naturaliza as desigualdades, logo, obstruindo a crítica de que elas são sistematicamente e estruturalmente causadas por características específicas dos sistemas político e econômico.

Articulada a partir do conjunto específico de princípios conservadores, a desconstrução dos ideais democráticos pode ser demonstrada a partir da investigação de duas formações discursivas que se complementam e se diferenciam das estratégias anteriores (da criminalização da esquerda e da moralização da política). As formações discursivas acerca da desregulação e autoritarismo atuam, a primeira, de forma passiva, e a segunda, de forma ativa do ponto de vista de ação do Estado.

A primeira formação diz respeito ao discurso presente de desregulamentação do aparelho estatal, que é o processo de remover ou reduzir regulações, tipicamente da esfera econômica. A segunda, o discurso do autoritarismo, atesta um intuito ativo de reforçar medidas repressivas do aparelho estatal ao promover um aumento da política de Lei e Ordem em razão da politização da criminalidade, por exemplo. É um discurso autoritário pelo qual os problemas sociais persistiriam pela falta de autoridade dos órgãos estatais.

O aspecto da desregulação é uma ação do capital contra a regulação da economia, no qual porta-vozes destes interesses apontam para os perigos do “intervencionismo do estado” nas questões de acumulação, que supostamente feririam os ganhos dos consumidores e diminuiria o bem-estar econômico. No Brasil esta campanha se inicia, no período aqui abarcado, entre 2011 e 2012 diante das políticas da presidenta Dilma, como o uso dos bancos públicos para baixar a taxa de juros (SINGER, 2018). A codificação destas visões no parlamento, por sua vez, se mostra conectada com princípios conservadores relevantes, como a defesa do governo limitado, da propriedade privada e do liberalismo econômico. São como metáforas de acusação aos agentes do Estado em crises econômicas.

O tema da criminalidade, é possível evidenciar, aparece nos discursos metaforicamente como sinal de desordem social em um momento de ruptura política. A concepção crítica seria o destaque para um avanço do discurso autoritário, apoiado na memória da ditadura militar do país. Já os princípios conservadores que sustentam essa cosmovisão se encontram nos códigos de lei e ordem, patriotismo e propriedade privada, como vemos na rede de códigos abaixo.



Ilustração 10 – Rede entre a #FD Autoritária em junção com a #FD Desregulamentação entre seis princípios conservadores (patriotismo, lei e ordem, governo limitado, propriedade privada e liberalismo econômico). Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

A escolha das duas formações para a justificação de uma suposta desconstrução se observa pela complementariedade dos discursos contidos nela, que abrangem vinte dos vinte e três deputados analisados (menos Cleber Verde, Takayama e Marco Feliciano). As formações podem parecer agendas opostas – a desregulamentação como uma exigência de menos interferência do estado, enquanto o autoritário como uma demanda de um aparato mais repressivo contra grupos singulares da sociedade.

Contudo, a defesa das duas temáticas é construída no discurso político como necessárias para uma democracia “saudável”, pelo qual ocorre a desconstrução de ideais – como a defesa dos direitos humanos, por exemplo – como aspecto indispensável de um ambiente mais democrático. Se trata, portanto, como os termos como “democracia” ou “economia” são articulados no campo de disputa destas agendas.

Antes de falarmos da relação mais profunda entre desregulamentação e autoritarismo, devemos apontar como foi feita a escolha de análise comparativa entre os princípios conservadores que estariam fornecendo o alicerce das formações discursivas. Para tanto, optamos por estabelecer a taxa quantitativa de coocorrência entre as formações e os princípios, ou seja, identificar que tipo de ideia conservadora está mais presente nas formações discursivas diante do conjunto inteiro. O que se destaca são lei e ordem, patriotismo e propriedade privada para a formação autoritária e governo limitado, liberalismo econômico e propriedade privada para a ideia de desregulamentação, como vemos na tabela abaixo.

	● # FD: Autoritária Gr=82		● # FD: Desregulamentação Gr=181	
	count	coefficient	count	coefficient
● # P: Absolutismo moral Gr=147	5	0,02	2	0,01
● # P: Família Gr=80	3	0,02	3	0,01
● # P: Governo limitado Gr=95	0	0,00	67	0,32
● # P: Hierarquia Gr=1	0	0,00	0	0,00
● # P: Lei e ordem Gr=99	66	0,57	13	0,05
● # P: Liberalismo Econômico Gr=115	2	0,01	76	0,35
● # P: Patriotismo Gr=46	11	0,09	6	0,03
● # P: Propriedade privada Gr=96	11	0,07	53	0,24

Tabela 10 – Coocorrência entre princípios conservadores e duas formações discursivas (autoritária e desregulamentação). Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Antes de mais nada, é preciso afirmar quais características estamos postulando como a ideia de um discurso que visa desregulamentar. Em 2013 o deputado Alceu Moreira, ruralista pemedebista tentou promover o debate acerca do “chamado Estado necessário”. As manifestações de rua, segundo o riograndense, demonstraram que o Estado seria incapaz de prover aos cidadãos por cobrar altos impostos e não investir corretamente nas áreas de saúde, educação e segurança pública. O Estado constrói um edifício do Ministério da Justiça com “espelhos e mármore” enquanto os hospitais se encontram abandonados, logo, discutir se o aparato devia ser “máximo ou mínimo” seria uma questão “ideológica”.

[...] Será que não era a hora de nós discutirmos o Estado necessário? Qual é o Estado adequado para o País do nosso tempo? De que tipo de serviço à sociedade precisa? Quem tem que prestar esse serviço? Como? Que custo deve ter? Este debate

está no meio de nós. Bilhões de reais são sorvidos, em um sorvedouro sem fim, em uma máquina gigante, inoperante, inadequada [...] esta é uma questão de Estado; não é ideológica! O Estado necessário é o Estado necessário para servir à população. Ele tem que ser moderno, eficiente, qualificado, transparente, competente. Há um laboratório que pode fazer a discussão desse desenho de Estado: esta Casa. Ela tem que fazer a discussão do Estado necessário e levá-la para as ruas, porque os recursos para a escola que falta; a educação que falta; a saúde que falta para os nossos parentes que morrem nos corredores dos hospitais, muitos deles, ficam perdidos em um departamento qualquer e se justificam apenas pelo direito adquirido. Dessa forma, por um instrumento que foi bom para uma solução coletiva, em um tempo, e hoje não serve para nada, continuamos pagando, como se nada tivesse acontecido [...] tenho certeza de que nossos Parlamentares, com visões distintas, terão a capacidade, a grandeza e a sabedoria de dar ao povo brasileiro um presente: um Governo que funcione como política de Estado, acima das crendices ideológicas [...] (Alceu Moreira, 17/07/2013)⁹³.

De forma específica, estamos aqui interessados nas funções concretas deste tipo de discurso do estado como uma “máquina gigante, inoperante e inadequada”. Usualmente, se rotula o aparato, que devia suprir demandas do povo, como ineficiente

⁹³ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=215.3.54.O&nuQuarto=89&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=18:24&sgFaseSessao=CP&Data=17/07/2013&txApelido=ALCEU%20MOREIRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=18:24&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

a partir de uma visão ahistórica que isenta a relação com o sistema privado de mercado. No lugar desta discussão, o discurso constrói a narrativa de que o Estado ideal-típico não deve ser elaborado com base em “crendices ideológicas”, que cobraria demasiados impostos e regula ineficientemente as suas funções⁹⁴.

Ao explorarmos os códigos terminológicos simples que mais se destacam numericamente em cada formação podemos apontar semelhanças e diferenças propícias. Quando selecionamos os seis principais termos inseridos na formação autoritária observamos uma interessante oposição igual de palavras. De um lado temos as palavras “crime” com cento e trinta aparições, a palavra “armas” logo atrás com cento e vinte e cinco e o termo “bandido”, com noventa. Do outro lado, temos três termos muito similares: “povo” (147), “família” (51) e “cidadão” (39). Como dito anteriormente, os congressistas sempre falam em nome do povo, da família e da população, que sugerem, talvez, termos antagônicos específicos, como arma, bandido e crime, termos muito próximos na temática da segurança pública.

A FORMAÇÃO AUTORITÁRIA

As discussões acerca do desarmamento civil dispõem de elementos essenciais para começarmos a entender a formação do discurso autoritário da direita política. Na base de dados é possível encontrar quase dez defensores do acesso a armas de fogo pela população. Em 2011, o político José Sarney, presidente do senado na época, afirmou em entrevista a necessidade de um novo plebiscito para estabelecer o fim do comércio civil de armas e munições no Brasil⁹⁵. O referendo anterior aconteceu em 2005, no

⁹⁴ O deputado usou a mesma estrutura do argumento de formas diferentes de 2011 até 2015. A sentença “nossos parentes que morrem nos corredores de hospitais” aparece seis vezes nos discursos de plenário em anos diferentes e para a defesa de outros tópicos não relacionados ao da oração em análise.

⁹⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/04/13/sarney-defende-consulta-popular-sobre-desarmamento>. Acesso em: 1/12/2021.

governo Lula, recebendo uma votação popular contrária ao artigo 35 do Estatuto do Desarmamento.

Em resposta às ações de Sarney e outros líderes que iniciaram a tramitação da proposta na CCJC, o deputado Onyx Lorenzoni comentou que armas não seriam a razão da criminalidade já que a retirada de meio milhão de armas da população anos antes não teria diminuído o número de crimes – seriam, por isso, “leis restritivas e elitistas”.

[...] venho à tribuna para trazer o meu protesto e repúdio à posição absolutamente oportunista, demagógica e antipatriota do Senador José Sarney. O Senador José Sarney, que, em 1985, foi a uma reunião do PDS, velha ARENA, com um revólver na cintura, agora quer obrigar o País a gastar 700 ou 800 milhões de reais para fazer um plebiscito. A sociedade brasileira já fez um referendo há pouco mais de 4 anos e, de maneira majoritária - 64% da população -, disse que o **direito à legítima defesa** deve ser mantido no País. O Brasil deveria inverter prioridades. No Governo da Presidenta Dilma está previsto, assim como estava no Governo Lula, gastar mais dinheiro com publicidade e propaganda das administrações direta e indireta do que com segurança no Brasil. Isso explica por que o Governo não consegue controlar as fronteiras, os portos e aeroportos, que são antros de corrupção, de tráfico de armas e de drogas. E, para esconder a incompetência governamental, culpa um objeto inanimado que deve estar nas mãos das **pessoas de bem** para proteger-lhes a dignidade, a vida e o patrimônio [...] (Onyx Lorenzoni, 13/04/2011)⁹⁶.

⁹⁶ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=067.1.54.O&nuQua>

Inicialmente, percebe-se o ataque ao senador Sarney, que seria um “antipatriota” e oportunista, já que teria, em 1984, entrado na reunião do Partido Democrático Social, do qual era presidente, com uma arma de fogo na cintura⁹⁷. Em segundo lugar, o discurso apela para o argumento da privação ao cidadão de bem de uma ferramenta de defesa da dignidade e da propriedade privada, ponto expressivo do discurso conservador.

Uma semana após esse pronunciamento, o deputado reafirmou na Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado que a discussão política estaria confundindo acesso às armas de fogo com o tema da criminalidade, visão esta contrária aos estudos estatísticos que apontam o desarmamento da população uma ação eficaz contra o crime (SANTOS, KASSOUF, 2012). Não se sabe corretamente o porquê do entusiasmo pelas armas nas mãos de “pessoas de bem” do parlamentar, mas é fato, para o Tribunal Superior Eleitoral, que o deputado foi o campeão de recursos recebidos da indústria armamentista⁹⁸.

As empresas armamentistas no Brasil transferem doações a outros parlamentares notórios da cena política. O Deputado Alceu Moreira, autor da fala do “estado necessário”, integrante da bancada securitária e ávido debatedor é um deles. Segundo o parlamentar, a polêmica em torno dele acerca da defesa das armas e contra as demarcações de terras seriam inverdades, pois existiriam na sociedade “bandidos matando de fuzil” e “laudos fraudulentos” das terras improdutivas.

[rto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=11:24&sgFaseSessao=BC&Data=13/04/2011&txApelido=ONYX%20LORENZONI,%20DEM-RS&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=11:24&txEtapa=](https://www12.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0311201014.htm) Acesso em: 1/12/2021.

⁹⁷ Para entender melhor a história contada, ver a matéria de José Sarney disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/artigos/a-democracia-partidaria-por-jose-sarney> Acesso em: 1/12/2021.

⁹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0311201014.htm>. Acesso em: 1/12/2021.

[...] Eu não quero fazer polêmica sobre isso. Mas não há nenhum Parlamentar desta Casa que tenha autoridade moral ou política para dizer que quando eu vou discutir a questão do desarmamento eu esteja fazendo por interesse da indústria das armas. Não cabe a ninguém esse julgamento. Com fronteiras abertas, meninos morrendo por culpa da droga, bandidos matando de fuzil, a solução está no Estatuto? Certamente, não. Não cabe a ninguém dizer, no meu caso, que, quando defendo as propriedades que estão sendo tiradas pela mão grande do Governo, por um Governo ladrão, na demarcação de terra, com laudos fraudulentos, eu estou defendendo o latifúndio, defendendo a terra improdutiva ou qualquer outra coisa. Ninguém tem mais respeito pela população indígena do que nós, ninguém! Vá ao meu Rio Grande do Sul e aproveite para ver a história, quem fez inclusão indígena. Agora vem aqui alguém fabricado em laboratório de apartamentos fazer discurso bonito com relação a isso. Eu não aceito a ofensa! Repilo de pronto qualquer uma delas, porque não cabem a meu respeito. Ninguém tem o direito de fazer qualquer tipo de acusação dessa forma à minha performance política [...] (Alceu Moreira, 17/12/2014)⁹⁹.

⁹⁹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=295.4.54.O&nuQuarto=5&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:44&sgFaseSessao=BC&Data=17/12/2014&txApelido=ALCEU%20MOREIRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:44&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Quando se sustenta a produção parlamentar do discurso autoritário se expressa a intenção da punição e da violência, e não as características do regime autoritário demonstrada pela literatura de Linz (1964). Punição e violência são aspectos essenciais, dentro do discurso, para a afirmação da necessidade da ordem. Para a propaganda política do “aumento de crime” a receita seria mais punição – leis mais severas – mais violência estatal com grupos específicos.

O que temos, portanto, é uma divisão da ideia de lei e ordem em duas arenas: são necessárias mais vigilância e punição no campo e nas cidades do país. A lógica se encontra de forma específica na oposição entre os que querem a lei e ordem, a paz social, e aqueles que querem a desordem, o caos, e a anarquia. No meio rural, os objetos alvos destes discursos são integrantes de movimentos sociais de reforma agrária, da população indígena e dos quilombolas. Nas cidades a narrativa construída tem como alvos as populações sem acesso as instituições de bem-estar social do Estado. Observe a diegese do deputado Lincoln Portela acerca da defesa da maioria penal¹⁰⁰.

[...] De uma coisa ninguém tem dúvida: a realidade, da forma como se apresenta nas ruas das cidades brasileiras, não pode continuar intocável. A droga e a violência tomaram conta dos espaços públicos, gerando insegurança e medo. O modelo socioeducativo e jurídico-penal que aqui está e que aí está faliu. E, se faliu, precisa mudar. Sem, absolutamente, perder de vista o respeito aos direitos humanos e às demais prerrogativas da cidadania, precisamos "descredenciar" os tabus em torno do adolescente que rouba, estupra e mata. A delinquência há muito

¹⁰⁰ Criada há quase trinta anos, a PEC 171/1993 teve como autor o deputado Benedito Domingos (PP-DF). Fonte disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>. Acesso em: 1/12/2021.

pôs a nu a idealização romântica do jovem puro, inocente, que não sabe o que faz.[...] (Lincoln Portela, 06/06/2013)¹⁰¹.

A ideia de “falência do estado” pode ser entendida também como a falta de poder para exercer uma maior autoridade diante da “realidade violenta”. A segunda ideia está na tentativa de informar que a situação atual de violência “nas ruas” é “intocável” e um “tabu”, o que sugere a existência de uma proibição prática dentro das instituições para o combate ao crime. O correto, segundo o deputado, seria retirar o título ou credencial em torno do jovem infrator.

O discurso do deputado também faz uma espécie de *mea culpa* pelo qual os jovens em situação de risco na sociedade não recebem ações do estado (a falha do estado) para a sua reabilitação e reinserção social. Além disso expõe um conceito generalizante das “grandes desigualdades”. Contudo, segundo o congressista, seria necessária “ousadia para mudar”. E o primeiro passo estaria em não “passar a mão na cabeça” do infrator.

[...] Isso, porém, não significa, do meu ponto de vista, “passar a mão na cabeça”. O rapaz ou a moça que transgrede as normas sociais deve ser apenado pelos instrumentos da lei. E a lei deve ser mais severa e efetiva. A lei deve ser revista. [...] Fomos impávidos, por um lado, diante dos dramas sociais; por outro lado, diante das ameaças de perversão do comportamento de uma juventude malformada, do ponto de vista dos valores morais e éticos. E então os dramas sociais se agravaram a tal

¹⁰¹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=156.3.54.O&nuQuarto=75&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:42&sgFaseSessao=CP&Data=06/06/2013&txApelido=LINCOLN%20PORTELA,%20PR-MG&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:42&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

ponto que saltaram dos guetos e chegaram a toda a sociedade. [...] Essa vertente do problema carece de outra abordagem, que passa, obviamente, pela educação e até pela saúde, no caso, por exemplo, dos jovens dependentes de drogas, que muitas vezes cometem toda espécie de crime para sustentar o vício. Mas uma abordagem que, inevitavelmente, tem que passar pela repressão. Nessas situações, não se pode subestimar a importância da mão severa da lei. Eis, portanto, que se chega ao fulcro da discussão da redução da maioria penal [...] (Lincoln Portela, 06/06/2013)¹⁰².

A partir da prerrogativa do parlamentar como um agente que ouve o povo, a narrativa para a justificação de mais punição aos jovens perpassa o mito de que adolescentes brasileiros são os responsáveis pelo aumento da criminalidade, o que sugeriria uma percepção comum da população que, logo, estaria a favor da política mais severa. Outra inverdade também exposta no discurso é que a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente seria a causa para esse aumento da criminalidade e que instituições criadas pela lei não teriam efetividade.

[...] Ao contrário do que muitos podem pensar, não é um marco aleatório. Ele se baseia em estatísticas dos sistemas de segurança pública, que apontam um número crescente de crimes cometidos por jovens na faixa etária de 16 a 18 anos. É claro que muitos dos que cometem esses crimes têm menos de 16 anos. Para esses, não

¹⁰² Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=156.3.54.O&nuQuarto=75&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:42&sgFaseSessao=CP&Data=06/06/2013&txApelido=LINCOLN%20PORTELA,%20PR-MG&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:42&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

poderia ser diferente, vislumbro, aí, sim, com toda energia, a solução de casas-lar, espaços de acolhimento, abrigo, proteção, educação, tratamento e ressocialização. Para cumprirem integralmente esse papel, é requisito que os Governos forneçam os recursos físicos e humanos indispensáveis, a fim de que não se tornem essas casas novas escolas do crime, novas FEBENS, com os terríveis resultados que conhecemos. É claro que temos um sistema prisional ridículo, hediondo, que precisa ser mudado. Finalizando, muitos afirmam que a redução da maioria penal não vai resolver o problema do crime. Por si, não vai, realmente não. Trata-se, porém, de uma adequação aos tempos, medida de coerência, acima de tudo. O adolescente de hoje, que vota, dirige, procria e eventualmente comete crimes, é tão responsável quanto qualquer adulto que vota, dirige, procria e eventualmente comete crimes. Não há por que distingui-lo, sob pena de o encorajarmos a cometer cada vez mais crimes, como os que acontecem no Brasil, e o Brasil continuar sendo o sexto país, quiçá o quinto, o quarto ou terceiro mais violento do mundo [...] (Lincoln Portela, 06/06/2013)¹⁰³.

Por evidência, a existência da bancada da bala conforma uma minoria política que agrava discursivamente a agenda da segurança pública. Parte da história é inegavelmente construída a partir do resultado da “falência” do estado na ação de vigiar e punir. A consequência disso seria o tema principal: o conflito social aberto

¹⁰³ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=156.3.54.O&nuQuarto=75&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:42&sgFaseSessao=CP&Data=06/06/2013&txApelido=LINCOLN%20PORTELA,%20PR-MG&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:42&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

entre cidadãos e criminosos. Por conseguinte, o discurso ganha características a partir de casos relatados por políticos da “prova” do sucesso da criminalidade e notícias de crimes bárbaros que aparecem nos meios de comunicação. Isso é aparente quando analisamos o discurso do influente deputado mineiro, Marcos Montes (PSD-MG).

[...] Há um conflito na sociedade, há uma batalha na sociedade entre os poderes constituídos e os marginais. Lamentavelmente, nós estamos perdendo a batalha da segurança pública. Nós estamos à beira de uma catástrofe, vivendo exclusivamente à mercê dos marginais que tomaram conta deste País, marginais esses que fazem dos seus redutos o seu próprio país, dentro de um grande país, que é o Brasil. Marginais que têm se deslocado muitas vezes daqueles lugares mais policiados para o interior. Para o interior, onde eu vivo, lá na minha cidade de Uberaba, lá no meu Triângulo Mineiro. O interior hoje que não pode ir às ruas. No interior hoje, na plena democracia em que vivemos, nós estamos vivendo reclusos. Com toda essa democracia conquistada a duras penas, nós estamos vivendo presos em nossas casas. E nem nas nossas casas, dentro das nossas casas, nós estamos tendo segurança, o que seria um direito de cada um de nós. [...] O Brasil hoje vive um momento de terror, terror este que, com certeza absoluta, tem a participação e a culpa de muitos, inclusive nós Parlamentares, porque somos nós que devemos, sim, legislar; somos nós que precisamos fazer da legislação um instrumento que possa proibir, que possa diminuir, pelo menos, as questões criminais que este País vive [...] (Marcos Montes, 01/04/2014)¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=071.4.54.O&nuQua>

Outro aspecto eficaz da bancada securitária é o apelo popular do discurso da impunidade, que acessa a consciência de que o aparato estatal é ineficiente em punir determinados grupos e garantir a segurança pessoal e propriedade privada do povo. Nos discursos analisados, os códigos “crime” e “impunidade” aparecem quase sempre juntos. Daí o conflito também se coloca entre as instituições “defensoras” do criminoso, portanto, os que promulgam a entropia do caos social, como o termo “direitos humanos”.

[...] O Senador se debruçou sobre o tema, estudou o tema, colocou-o em debate e, lamentavelmente, o projeto do Senador Aloysio Nunes, no Senado, foi derrotado. Derrotado, talvez, por uma pressão daqueles que defendem injustamente os **direitos humanos**, que defendem injustamente a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente. E nós temos que defender, sim, nós temos que trabalhar, sim, mas esse Estatuto, essa defesa não pode permitir que esses "jovens" - entre aspas - possam ser usados ou mesmo já preparados para fazer da criminalidade um instrumento do seu futuro de vida, sendo amparados por uma legislação que os impede de ter suas punições [...] [...] (Marcos Montes, 01/04/2014)¹⁰⁵.

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=071.4.54.O&nuQuarto=48&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:34&sgFaseSessao=GE&Data=01/04/2014&txApelido=MARCOS%20MONTES,%20PSD-MG&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:34&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

¹⁰⁵ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=071.4.54.O&nuQuarto=48&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:34&sgFaseSessao=GE&Data=01/04/2014&txApelido=MARCOS%20MONTES,%20PSD-MG&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:34&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

O princípio conservador de lei e ordem que baseia estes discursos possui a função de justificar e banalizar a violência de uma forma que bloqueia o debate acerca das estatísticas nacionais de mortes violentas de crianças e adolescentes. Ou seja, se reforça uma tendência, um enquadramento que privilegia o conflito, através da propagação de casos trágicos do cenário brasileiro, ao mesmo tempo em que se abstém de outros temas considerados irrelevantes, como a morte por intervenção policial¹⁰⁶, o perfil social das mortes da violência urbana e a violência sexual, muitas vezes no meio privado.

É importante indicar a estratégia da reprodução de crimes notórios que ocorrem no país como justificativa para orações de defesa da agenda securitária. Se o crime bárbaro for cometido pelos jovens, haverá políticos clamando pela maioridade penal. Se for um crime perpetrado por um adulto, haverá também a justificação ideológica do porte de armas entre cidadãos. Em ambos os casos, tem-se a frente um discurso de falência do Estado como órgão protetor, porém a resolução desta problemática passa tanto pela defesa da ação individual do porte de armas quanto pelo anseio de um aparato policial mais repressor, já que não se encontra nos discursos questões envolvendo medidas antiviolência. Temos como exemplo o discurso do deputado Marcos Rogério, um dos integrantes da bancada.

[...] A violência praticada por adolescentes vem aumentando assustadoramente nos últimos dias no Brasil. Por outro lado, esses adolescentes não têm sido **punidos** adequadamente. Infelizmente, há duas semanas, mais dois trágicos crimes praticados por menores reforçam justamente a constatação que faço desta tribuna. Na terça-feira, dia 9, um jovem, prestes a completar 18 anos, matou o estudante paulista Victor Hugo, de

¹⁰⁶ Além disso, é notório a veiculação de gravações expondo intervenções policiais no país em programas de televisão e canais de internet.

19, quando ele entrava no portão do prédio onde morava, no Bairro Belém, na zona leste de São Paulo. Matou para roubar um aparelho celular. Já no sábado, dia 13, o estudante universitário Itamar Ferreira Souza, de 27 anos, foi morto em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, por um adolescente de 17 anos. Em ambos os casos, os menores eram reincidentes e já tinham cumprido penas socioeducativas. Os dois assassinos cometeram os crimes poucos dias antes de completarem 18 anos; portanto, ainda acobertados pela proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Código Penal e pela Constituição Federal, que define a maioridade penal aos 18 anos e estabelece o regime diferenciado de punição. Sob a proteção do ECA, eles deverão pegar, no máximo, 3 anos de reclusão no regime socioeducativo. Esta é a legislação vigente no Brasil hoje. Não há como cobrar do Judiciário; não há como cobrar uma punição mais severa, porque esta é a legislação atual, esta é a legislação aplicável ao caso concreto. Sra. Presidente, hoje, mais do que nunca, esses jovens e adolescentes possuem informações suficientes para discernir entre o certo e o errado, entre o que se deve fazer e o que não se deve fazer, entre aquilo que é crime e aquilo que não é crime, bem como têm maturidade biológica, psicológica e social para fazerem suas escolhas. Negar isso é negar a evidência da evolução desses jovens e adolescentes. Entretanto, para que esses crimes não fiquem impunes e para que a impunidade não estimule a violência entre os adolescentes - lamentavelmente, é o que também se constata nos últimos anos - é que defendo a redução da maioridade penal para 16 anos e, mais do que isso,

mudanças no nosso Estatuto da Criança e do Adolescente [...] (Marcos Rogério, 22/04/2013)¹⁰⁷.

O léxico dos deputados de direita em relação ao problema da segurança pública é peculiar e conhecido dentro do debate público. Os termos como “bandido”, “malandro” foram importantes como códigos de exploração dos discursos e identificação destes agrupamentos em cada documento de autoria dos deputados. Esta terminologia é de interesse para o estudo pois assinala como os parlamentares criam e reproduzem o antagonismo “nós contra eles”.

Além disso, há aqui uma narrativa que interpreta o criminoso como um agente ingenioso que se aproveita das brechas da lei e da penalidade. Em 2011, por exemplo, o deputado Delegado Waldir comentou acerca do encaminhamento da votação do projeto de lei 7.824 de 2010 (Altera as Leis 7.210 de 1984 - Lei de Execução Penal, e 11.096 de 2005, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo e por trabalho). Em sua avaliação “crítica” da matéria, o delegado afirma que criminosos já possuem muitas benesses e ironiza o conteúdo da proposta.

[...] Enquanto temos milhões de brasileiros fora da escola, vamos permitir que se faça a remissão da pena de malandro? Quero que amanhã V.Exas. falem para os seus eleitores: "Olhem, eu vou dar remissão para pena de malandro, de criminoso". Senhores, temos liberdade provisória, condicional, indulto, anistia e tantos benefícios para malandro, para criminoso. E para a sociedade, o

¹⁰⁷ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=079.3.54.O&nuQuarto=57&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:48&sgFaseSessao=CP&Data=22/04/2013&txApelido=MARCOS%20ROG%C3%89RIO,%20PDT-RO&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:48&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

que temos? É covardia dar mais um benefício para malandro. Quando ele está na rua, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, V.Exas. acham que ele quer estudar? E agora esta Casa quer dar uma professorinha bonita, quer dar videoconferência para malandro. Não temos nem cela para colocar preso. E vamos dar videoconferência? Mas que coisa linda, que coisa maravilhosa, Srs. Deputados! Aprovevem isso e, amanhã, a sociedade cobrará dos senhores. Os eleitores de V.Exas. são as vítimas desses criminosos. Não se esqueçam de que temos dados direitos demais para esses criminosos. Não é à toa que a impunidade está aí. Nos presídios, temos presos pobres, temos de tudo, mas cada um escolhe o seu destino [...] (Delegado Waldir, 23/03/2011)¹⁰⁸.

Assim, o discurso do deputado produz a seguinte oposição: enquanto o cidadão é vítima e vive sem a assistência do estado, o criminoso se torna uma “categoria” privilegiada. O deputado continua no próximo discurso a afirmar que o que estaria sendo votado seria uma “bolsa-presos” e vale a pena observar como está estruturada a oposição “família do preso”, de um lado e “família brasileira”, do outro.

[...] O sistema prisional nacional está quebrado, está falido. Com a aprovação deste PL, nós queremos colocar nas ruas mais criminosos. É uma vergonha nacional querermos aqui aprovar uma "bolsa-presos". Isso é uma vergonha! A Previdência Social já paga mais de 800 reais à família do preso. E o salário-mínimo está

¹⁰⁸ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=047.1.54.O&nuQuarto=1&nuOrador=2&nuInsercao=40&dtHorarioQuarto=17:00&sgFaseSessao=OD&Data=23/03/2011&txApelido=DELEGADO%20WALDIR,%20PSDB-GO&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:00&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

em quinhentos e poucos reais. Então, nós devemos pensar. A nossa Lei de Execução Penal é ressocializadora. O que a sociedade quer é que o preso seja punido. Se os índices de violência têm aumentado no Brasil e afetado a família brasileira e muitos Parlamentares, qual é o motivo? É porque a cada dia nós temos dado mais benefícios àqueles que cometem crimes. Qual é o benefício que esta Casa tem dado às vítimas, às testemunhas? Nenhum. Então, nós temos de pensar muito bem antes de aprovar mais uma medida que colocará na rua criminosos que mataram, que roubaram, que violaram a família brasileira? [...] (Delegado Waldir, 23/03/2011)¹⁰⁹.

A polarização entre “família do preso” e “família brasileira” muito se assemelha aos termos “bandido” e “pessoas de bem” (ou cidadãos). A visão da família brasileira é entendida como uma coisa boa e a do preso como algo ruim, o que sinaliza a necessidade do estado de punir não somente o preso, mas também a família. O discurso quer apontar que não seria correto dar benefícios a criminosos que matam, roubam e violam a família brasileira.

Outro sentido considerável do discurso autoritário está presente nas falas parlamentares que fazem o que chamo de “grande elogio” ao regime militar e suas instituições repressivas. Nestes discursos, alguns já explorados nas formações anticomunistas, por exemplo, demonstram que se encontra presente na cosmovisão de

¹⁰⁹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=047.1.54.O&nuQuarto=1&nuOrador=2&nuInsercao=23&dtHorarioQuarto=17:00&sgFaseSessao=OD&Data=23/03/2011&txApelido=DELEGADO%20WALDIR,%20PSDB-GO&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:00&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

políticos considerados conservadores a estratégia do proselitismo da ditadura brasileira.

Os dados sugerem a reprodução do discurso de “patriotismo castrense” observado por Neto (2019), a manipulação de um suposto sentimento nacional. Neste momento entra em cena a relação entre os princípios de lei e ordem e patriotismo. E sendo nesse cruzamento que o código/palavra “nação” ganha importância na base de dados dos discursos, já que sinaliza ali uma tendência de abordagem nacionalista e, portanto, se destacando como patriotismo. Daremos dois exemplos interessantes de discursos.

Em 2015 uma das falas do deputado Pastor Eurico remeteu ao aniversário de 367 anos do Exército Brasileiro. Nele o deputado destacou o papel de fortalecimento da democracia através dos serviços prestados à nação (nas áreas de infraestrutura e saúde) e comentou o caráter antipatriota dos parlamentares que desrespeitam as Forças Armadas.

[...] Acabamos de ouvir aqui companheiros deste Congresso Nacional, principalmente da bancada da segurança. Inclusive agora nos deram um novo nome: BBB - e não é Big Brother Brasil, não. É "Bancada da Bala, da Bíblia e do Boi". Já pensou que coisa! É uma falta de respeito com aqueles que defendem a segurança! Dentre os Deputados que fazem parte da bancada da segurança, temos militares, muitos deles que tiveram a honra de passar pelo Exército Brasileiro. São pessoas que sabem o que estão fazendo, sabem o que dizem e sabem o quanto o Exército representa para o nosso Brasil! Nesses 367 anos, ninguém tem o que dizer contra o nosso Exército, mesmo no momento que alguns apelidam de ditadura - eu não aceito esse tipo de tratamento; o governo militar foi necessário para que o Brasil tivesse ordem e hoje

tivesse a democracia. Se não fossem os militares, nós seríamos hoje uma Cuba piorada no planeta Terra! [...] Eu fiquei até preocupado porque dias atrás, em uma das nossas Comissões aqui, um Deputado resolveu até citar que deveríamos tirar da Constituição essa prerrogativa da garantia da lei e da ordem pelas Forças Armadas. Afinal de contas, o que é que esse povo quer? Quer bagunça? Quer baderna no Brasil? Quer transformar o Brasil em quê, em Cuba? É isso o que esses que aí estão querem, desrespeito às Forças Armadas? E querem fazer o quê, uma anarquia no Brasil? Mas ainda bem que temos as Forças Armadas para garantir a verdadeira democracia em nosso Brasil! [...] (Pastor Eurico, 27/04/2015)¹¹⁰.

Anos antes a narrativa patriótica – da relevância das Forças Armadas para o melhoramento democrático junto ao apelo à criação de obras em várias áreas do estado – já estava presente nos discursos do deputado Jair Bolsonaro. Na época das manifestações de 2013, o deputado comentou as principais diferenças entre os governos militares e civis. É importante destacar que a ideia de manutenção da ordem está implícita nestes discursos sem desconsiderar algo mais relevante: que o apelo patriótico impõe a ideia da superioridade moral intrínseca do militar sobre o político civil¹¹¹.

¹¹⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=084.1.55.O&nuQuarto=115&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:52&sgFaseSessao=CP&Data=27/04/2015&txApelido=PASTOR%20EURICO,%20PSB-PE&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:52&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

¹¹¹ A suposição de superioridade é, conforme explica Neto (2019), a pedra de toque do imaginário castrense presente desde a República.

[...] Sobre os movimentos de rua, de junho agora, Sr. Presidente, e os dos anos de 1968/1970, naquela época em que os militares eram Presidente da República, o povo ia às ruas e não pedia "abaixo a corrupção", não pedia saúde de qualidade, não pedia educação de qualidade e não pedia segurança. Se eles estavam na rua, é porque tinham liberdade, senão, levariam pancada. Mas eles queriam votar, porque não se votava para presidente, nem para governador, nem para prefeitos de capitais. Hoje em dia - aquela massa manipulada por uma minoria que hoje está no Poder - vota-se para tudo. E não temos saúde, nem educação, nem segurança, e temos, de sobra, a corrupção. Então, olhem a diferença de um país administrado por pessoas probas, honestas e competentes. E mais: nenhum Presidente ficou rico. Até o filho do Lula está milionário hoje em dia. Então, era diferente, era respeito com a coisa pública. Inclusive, nós passamos da 49ª para a 8ª economia do mundo. E até lançamos o programa Brasil, ame-o ou deixe-o. Assim sendo, Sr. Presidente, há uma grande diferença entre os governos militares e os governos civis. E abençoados são os militares que levaram o País a esta situação de prosperidade que ainda temos hoje em dia [...] (Jair Bolsonaro, 10/07/2013)¹¹².

Há lógica na proposta de compreensão da formação autoritária como uma “ideologia securitária-autoritária” (FAGANELLO, 2015) se estamos a par de discursos que

¹¹² Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=203.3.54.O&nuQuarto=7&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:42&sgFaseSessao=BC&Data=10/07/2013&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=09:42&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

reproduzem a necessidade de processos repressivos arbitrários contra àqueles que ameaçam a concepção autocrática de “ordem”. Entretanto, podemos demonstrar, com excesso de evidências, que o discurso autoritário perpassa a ideia de segurança assim como ativa agentes de outras bancadas, para além da securitária.

É possível afirmar que ao se construir um cenário de “guerra” contra a desordem, no qual os cidadãos se encontram opostos a bandidos e ao crime organizado, também ocorre um processo de rotulação de quais grupos cometem crimes e podem ser considerados bandidos, ou agentes contra a ordem “democrática”. Isso pode ser demonstrado quando analisamos os discursos de quatro parlamentares da bancada ruralista.

[...] O nosso Ministro da Justiça simplesmente falou, em mídia nacional, que multaria esses caminhoneiros - e multou vários deles - por estarem fazendo interdição nas nossas rodovias. Eu quero saber se o Ministro José Eduardo Cardozo vai ter o mesmo comportamento com o **MST**, que está também obstruindo as nossas rodovias, que invadiu agências do Banco do Brasil, que invadiu a sede do Ministério da Agricultura no Rio Grande do Sul, que invadiu o **INCRA** em vários Estados. Eu quero saber se ele é Ministro da Justiça do Brasil ou Ministro da Justiça do PT. O que ele vai fazer? Eu quero saber se o comportamento dele vai ser diferente. Aliás, o **MST**, diga-se de passagem, é uma quadrilha bem montada. Acabaram de quebrar um centro de pesquisas, como já fizeram outrora. Deveriam estar presos, pelo vandalismo e pela bandidagem [...] (Nilson Leitão, 10/03/2015)¹¹³.

¹¹³ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=026.1.55.O&nuQuarto=108&nuOrador=1&nuInsercao=71&dtHorarioQuarto=17:34&sgFaseSessao=OD&Data=10/03/2015&>

Ao explorarmos o código “MST” (mencionado 165 vezes), que diz respeito as menções ao Movimento sem Terra, fica claro que uma imagem vem sendo produzida no congresso. Em 2011, por exemplo, o deputado Jair Bolsonaro suplicou que a casa legislativa deveria “tomar uma medida contra o MST, o maior câncer da agricultura”. Após muitas outras menções, o parlamentar voltou a afirmar na época do impeachment, em 2016, que o agronegócio sofria com “ações criminosas” do movimento social em questão.

[...] O setor do agronegócio continua com problemas dentro e fora da cerca, em especial dentro da cerca, tendo em vista as ações criminosas desses marginais do MST - hoje nós temos acesso a tudo que acontece no Brasil pela Internet, mas infelizmente nossa grande mídia pouco toca nesse assunto -, o que faz com que cada vez mais o produtor rural deixe de produzir [...] (Jair Bolsonaro, 10/03/2016)¹¹⁴.

Em 2012, no pronunciamento intitulado “repúdio à invasão de fazendas produtivas por militantes do MST”, o deputado ruralista Luis Carlos Heinze comentou sobre a infelicidade dos atos cometidos por “bárbaros” e “vândalos” do MST. Em 2015, em debate com outros ruralistas como o deputado Valdir Colatto e Luiz Carlos Hauly, voltou a afirmar a “ameaça” do movimento sem-terra ao país, que tinha como líder o ex-presidente Lula.

[txApelido=NILSON%20LEIT%C3%83O,%20PSDB-MT&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:34&txEtapa=](#) Acesso em: 1/12/2021.

¹¹⁴ Fonte disponível em:

[...] Então, a baderna que o MST fez na semana passada lá em Itapetininga e também aqui na frente do Ministério da Ciência e Tecnologia está sendo programada para tantos outros lugares, para invadir prédios públicos. Portanto, nós precisamos que a sociedade brasileira intérprete isso. O que eles querem? Amedrontar as famílias de bem, as pessoas de bem? Estão atendendo à ordem do Presidente Lula, que disse alguns dias atrás que botaria nas ruas o exército do MST. Isso é um verdadeiro absurdo! O Brasil não pode compactuar com esses atos de vandalismo e barbárie. Digo mais: há dinheiro público! Eles só se locomovem porque são pagos com dinheiro da Nação brasileira. Que a sociedade, que está nos ouvindo neste momento, saiba que é o seu imposto que está financiando essa baderna que está sendo executada hoje pelo MST, orquestrada a partir de um pedido, um chamamento de um ex-Presidente da República [...] (Luis Carlos Heinze, 11/03/2015)¹¹⁵.

A eficiência do programa Atlas ti 8 se observa na detecção de um aglomerado de códigos previamente inseridos. Na fala do deputado Heinze podemos listar três menções associadas ao “MST”, termos como “vandalismo” e “invasão”, palavras antagônicas como “povo” e “família”, que seriam a categoria ameaçada, mais termos como “lula” e “nação”. Quando atentamos para a defesa dos interesses da agropecuária e agricultura dentro dos discursos dos ruralistas, se torna pertinente

¹¹⁵ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=005.1.55.N&nuQuarto=27&nuOrador=3&nuInsercao=56&dtHorarioQuarto=12:20&sgFaseSessao=OD&Data=11/03/2015&txApelido=LUIS%20CARLOS%20HEINZE,%20PP-RS&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CN&dtHoraQuarto=12:20&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

apontar que os rótulos criados incluem não somente o MST, mas ações de “grupos indígenas e quilombolas” como agentes que ameaçam o meio rural.

Entretanto, a narrativa geral beira ainda mais a uma forma de teoria da conspiração, no qual os governos do PT teriam criado exércitos do MST e, a partir das instituições como o Incra e a Funai, estariam financiando o caos no setor através de expropriações de terra a partir de “laudos antropológicos fraudulentos”. Segundo o deputado Luiz Carlos Hauly, o país até o impeachment vivia um drama econômico criado pelos governos do PT, como podemos ver nos discursos.

[...] Esta é a maior derrama da história do Brasil, é a maior crise econômica da história do Brasil, é a maior crise social da história do Brasil, com quase 10 milhões de pessoas desempregadas. Lula, Dilma e o PT afundaram o Brasil na maior crise econômica, social e política de toda a sua história. Nunca antes na história do Brasil vimos um grupo que se autodenominou político, com um braço sindical, que é a CUT, com um braço de invasores de terra, que é o MST, levar o País a ficar pior do que a Venezuela. É incrível! É uma "venezuelização" do Brasil. Pode o ex-Presidente Lula, Ministro, fugir da Justiça Federal, do Juiz Sérgio Moro? Pode ele resolver a crise? Não! Não sou profeta nem vidente [...]
(Luiz Carlos Hauly, 16/03/2016)¹¹⁶.

¹¹⁶ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=040.2.55.O&nuQuarto=76&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:02&sgFaseSessao=BC&Data=16/03/2016&txApelido=LUIZ%20CARLOS%20HAULY,%20PSDB-PR&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:02&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

A inserção das discussões e imagens produzidas pelos parlamentares acerca dos movimentos sociais elencados formam o ideário geral do discurso autoritário quando perpassa o motivo econômico – no qual os grupos comprometeriam o desenvolvimento do país ao ameaçar a “ordem” no setor agrícola. A saída da “crise” vivida nos governos de esquerda caminharia em conjunto com o restabelecimento da lei e da ordem no campo com a repressão do Estado a estes movimentos, como apontou o deputado Marcos Montes em 2015.

[...] Uma coisa é o MST; outra coisa são os assentados, que nós apoiamos na reforma agrária e procuramos dar a eles condições necessárias para uma sobrevivência digna com as suas famílias. Acredito que o Brasil inteiro apoia e estimula os assentados, mas, infelizmente, até a política da reforma agrária hoje está bastante aquém daquilo que foi feito até em outros governos. E, infelizmente, num governo tão populista como este, essa reforma não tem sido feita. Então, essa é uma diferença que precisa ser colocada, porque, quando se fala em assentado, todos nós concordamos. No entanto, esta CPI é importante, Sr. Presidente, porque ela traz aqui evidências. Um Deputado chamou o Presidente do MST, porque foram eles - e estão aqui as evidências - que fizeram essa matança. E é claro que nós queremos saber os motivos disso, o porquê disso. É tanta violência! Queremos saber o motivo, por exemplo, da invasão de fazendas que fazem pesquisas experimentais tão importantes para o País, mesmo que alguns não concordem com o fato de que o Brasil é um grande produtor. Mas, infelizmente, o MST tem sido uma pedra no sapato de todos os brasileiros que pensam em

ordem e em desenvolvimento [...] (Marcos Montes, 16/12/2015)¹¹⁷.

Com isso, a força do discurso autoritário, face relevante da ideologia conservadora, está na capacidade de manipulação do medo da violência, presente no imaginário social, sejam de “invasões de terra” ou “assaltos urbanos” ou jovens no limite dos dezoito que se aproveitariam da lei. O primeiro passo é apontar os sujeitos rotulados como agentes capazes de produzir a violência – aí advém as caricaturas do bandido e do malandro – em oposição ao cidadão “de bem” e do trabalhador. A sociedade, por medo da violência presente na vida social, está mais propensa a absorver um discurso conservador que prega a seguinte ideia: para termos mais lei e ordem e menos violência, é necessária uma postura mais violenta do Estado e dos cidadãos¹¹⁸.

DISCURSO DESREGULAMENTADOR

O sucesso hegemônico do projeto de esquerda se cristalizou através da legitimação política e autoridade social construída pelos partidos em uma fase econômica favorável e com o discurso das forças organizadas da oposição contido. Nesse sentido, a desconstrução dos ideais democráticos se apresenta em uma conjuntura em que as condições do breve consenso dos governos de esquerda se desfaz. Quando as

¹¹⁷ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&tpReuniaoEvento=AP%20c/%20Convidado&dtReuniao=16/12/2015&hrInicio=14:55:00&hrFim=17:33:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2761/15&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:55&sgFaseSessao=&Data=16/12/2015&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=CPI&dtHoraQuarto=14:55&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

¹¹⁸ Para tal avaliação é possível observar o ditado estereotipado atual – “bandido bom é bandido morto” – e o forte apoio deste discurso na população brasileira. Ver “Bandido bom é bandido morto”, dizem 60% dos brasileiros” disponível em: <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/401711699/bandido-bom-e-bandido-morto-dizem-60-dos-brasileiros> Acesso em: 1/12/2021.

formações conservadoras se tornam a linguagem dominante na política, elas destroem, descredenciando o discurso democrático anteriormente estabelecido.

Ao observarmos um aspecto significativo da análise de Singer (2018, p. 8), acerca do Lulismo em crise, destacam-se as ações do governo Temer após o processo de impeachment. Com a maioria das cadeiras no parlamento brasileiro, o presidente tratou de revogar as políticas dos governos do Partido dos Trabalhadores e “salgar a terra na qual ela havia crescido: a constituição de 1988”. Isto é, tornar infértil e paralisar a maior parte dos processos democráticos aplicados nos governos anteriores visando a concretização de um estado de bem-estar.

Em outras palavras, a crise de legitimidade das instituições e da autoridade dos governos do PT promoveram de forma espontânea a força para que os novos agentes no poder produzissem um discurso coerente, dentro de um estado liberal capitalista, que neutralizou, destruiu e incorporou o consenso anterior. A ideia consensual que formula a carta constitucional pós-regime militar – que é possível combater as desigualdades e se desenvolver economicamente – se desfaz a partir de um dos discursos centrais da crise política: o da desregulamentação do estado para o crescimento.

A primeira lição da pesquisa das legislaturas tendo como foco a produção e estrutura do discurso conservador é que momentos de crise apresentam oportunidades e problemas. Tendo definido, assim, as formações discursivas anteriores (anticomunista, da moralização e autoritária), as informações dos analistas do momento político estudado demonstram a centralidade da lógica da linguagem para entender a política. O sucesso da estratégia política se encontra na forma como estes discursos são estruturados e posicionados em junção com o esforço suficiente para que eles ganhem espaço no debate político.

Em um país que sofreu com a ditadura militar, com a repressão de um estado autoritário, com qual facilidade o anticomunismo consegue se reestruturar e servir como uma ferramenta na disputa política? E o que dizer do discurso autoritário? Em um ambiente globalizado e cada vez mais secular, quão fácil é a estratégia de revitalizar o discurso moral religioso e empregá-lo com certo êxito dentro do parlamento? Não é sobre a suposta lógica unilinear da política, mas da linguagem, que atesta a importância da reformulação do discurso e a forma como ele está colocado e é eficientemente empregado.

Entrando na formação discursiva da desregulamentação, o inquérito identificou a terminologia mais econômica do discurso. Enquanto os dois primeiros termos são “economia” e “emprego”, temos quatro palavras muito específicas da agenda ruralista: “ambientalismo”, “agricultura”, “floresta” e “rural”. Como dito, questões primárias podem ser avaliadas inicialmente através da tabela de termos abaixo.

● # FD: Desregulamentação Gr=181		
	count	coefficient
○ agricultura Gr=758	101	0,12
○ ambientalismo Gr=425	114	0,23
○ armas Gr=595	48	0,07
○ cidadão Gr=493	42	0,07
○ crise Gr=485	42	0,07
○ economia Gr=1109	130	0,11
○ emprego Gr=679	121	0,16
○ floresta Gr=285	73	0,19
○ rural Gr=715	67	0,08

Tabela 11 – Número de ocorrência de seis códigos simples pela #FD Desregulamentação. Fonte: banco de dados da pesquisa. Elaboração própria.

Se compararmos estes códigos com as principais áreas em que a formação da desregulamentação aparece teremos uma correspondência similar entre a tabela anterior na qual temos quatro áreas centrais: economia, agricultura, trabalho e meio ambiente. Como observado nas seções introdutórias, existe uma diferença entre a desregulamentação do estado e a defesa da privatização, pelo qual desregulamentar significa reduzir ou remover a capacidade das instituições de intermediar a questão econômica, que envolve o trabalho, conservação ambiental e as áreas de produção nacional.

Contudo, não seria incomum grupos políticos que defendem a desregulamentação e a privatização com base no impacto dessa mudança nos seus interesses de classe. Podemos demonstrar com um exemplo se analisarmos o discurso do deputado Bruno Araújo. Em sessão em 2012, o pessedebista condenou a entrada tardia do governo federal nas discussões das privatizações.

[...] Mais do que nunca, queremos o debate público no qual possamos convidar aqueles que nós acreditamos que enxergam, para determinadas situações, que a participação da iniciativa privada junto com o Estado brasileiro é benéfica para a população, como queremos ouvir aqueles que disseram que isso nunca prestou, que satanizaram a participação da iniciativa privada como também uma importante colaboradora, prestadora de serviço à população brasileira. Portanto, nós já tínhamos trazido essa proposta, vamos formalizá-la. Ficamos contentes de saber que o PT quer participar desse debate. De uma vez por todas, as grandes estruturações, as grandes reformas que se deram neste País e que se apararam a partir de 2002, vêm em 2003 com uma discreta reforma da Previdência. E com 10 anos de atraso, após 10 anos de sucessivas mentiras por parte do

Partido dos Trabalhadores, em relação ao eleitor brasileiro, fica o maior dano, que não é só a mentira eleitoral, ou utilizar isso na eleição, é o dano de não termos entregue à população brasileira instrumentos de infraestrutura modernos e capazes de poder promover uma melhor qualidade de serviço, atendendo a quem interessa: a população como um todo [...] (Bruno Araújo, 01/03/2012)¹¹⁹.

As falas “bem-vindo a era das privatizações” e adeus ao “sonho do socialismo” dão o tom dos argumentos do deputado e outros nomes do PSDB. Ao associarmos a oração do deputado Aguinaldo Ribeiro, no mesmo ano, vemos que a fala anterior versa acerca das visões que a oposição tem do PT, enquanto o discurso do parlamentar do PP situa as devidas ações do estado brasileiro tendo em vista a instabilidade econômica. Temos um argumento de menos impostos em junção com a ação de “modernizar” o aparelho estatal.

[...], mas é importante também ressaltar que o Partido Progressista mantém a clara visão de que não podemos criar mais impostos no nosso País. Nós devemos, sim, tratar das outras reformas necessárias para modernizar o aparelho do Estado brasileiro. Nós precisamos, sim, tratar de uma reforma tributária que seja condizente com a nova realidade do Brasil, um Estado que superou a instabilidade econômica, que chegou à maturidade e à estabilidade monetária, mas que ainda mantém

¹¹⁹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=024.2.54.O&nuQuarto=60&nuOrador=2&nuInsercao=39&dtHorarioQuarto=10:58&sgFaseSessao=OD&Data=01/03/2012&txApelido=BRUNO%20ARA%20C3%9AJA%20PSDB-PE&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:58&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

um sistema tributário caótico, um sistema que não é adequado ao momento econômico social que o nosso País vive. Por essa razão, Sr. Presidente, é que também nós entendemos, de forma muito clara, que a preocupação da Presidente Dilma vai além da questão da Emenda 29, que apenas define esses recursos. A Presidente Dilma tem a preocupação de destinar os recursos necessários para que possamos ter saúde democratizada e de qualidade para todos os brasileiros. Isso efetivamente faz-se com duas coisas: com gestão bem-feita e com recursos apropriados [...] (Aguinaldo Ribeiro, 21/09/2011)¹²⁰.

O ano de 2012 foi importante para o embate entre a bancada ruralista e defensores do meio ambiente em torno do Código Florestal, que acabou sendo aprovado no mesmo ano com 274 votos na Câmara. O código trata da regulação do uso (exploração) das florestas, sendo um esforço dos ruralistas em rediscutir as leis criadas em 1965 e atualizadas na constituição de 1988 (FILHO; et al, 2015). Audiências públicas nos anos anteriores levaram a criação, em 1999, do projeto, que ganhou uma comissão para discussão em 2009.

Batalha ganha pela bancada, os discursos dentro e fora da comissão reforçaram a defesa “necessária” de uma lei que em todo caso desregulamenta, assim aliviando punições de terceiros, das ações nas florestas. O deputado Valdir Colatto, por exemplo, foi um dos defensores da perda de prerrogativas exclusivas do Estado para conceder

¹²⁰ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=254.1.54.O&nuQuarto=87&nuOrador=1&nuInsercao=25&dtHorarioQuarto=16:22&sgFaseSessao=OD&Data=21/09/2011&txApelido=AGUINALDO%20RIBEIRO,%20PP-PB&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:22&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

licenças ambientais. Segundo o parlamentar, a nova discussão do código é importante pois tenta “resolver a questão ambiental”.

[...] Estamos buscando um modo de trabalhar a legislação ambiental e florestal do Brasil. Tenho certeza, Sr. Presidente, de que esta legislatura tem imensa responsabilidade quanto a se resolver essa questão ambiental. Hoje, qualquer licença para atividade econômica, seja agrícola, seja urbana, precisa de licença ambiental. É a regra do jogo. Criou-se um cartório ambiental no Brasil. Todas as atividades têm que ser licenciadas, caso contrário, Deputado Luis Carlos Heinze, Deputado Paulo Cesar Quartiero, demais colegas, não se consegue fazer empreendimento algum [...] (Valdir Colatto, 21/11/2011)¹²¹.

A tese também aplica o argumento de que, quanto mais regulação houver nas licenças de exploração, maior será a “conta” para “pequenos produtores”, fator peculiar já que os deputados ruralistas possuem alinhamentos de interesses na questão do agronegócio a partir de grandes empresas da área, que de certa forma querem lucrar ainda mais com a nova legislação. De toda forma, ou o estado resolvia a matéria, ou o país quebraria em poucas décadas.

[...] Há dados do Ministério da Agricultura sobre ocupação de Área de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal. Deputado Beto Faro, são 85 milhões de hectares: 43 milhões

¹²¹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=328.1.54.O&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:27&sgFaseSessao=PE&Data=21/11/2011&txApelido=VALDIR%20COLATTO,%20PMDB-SC&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:27&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

relativos a APP e 42 milhões referentes a Reserva Legal. O Brasil não resiste a isso. Vai quebrar. Nós precisamos, então, achar uma solução para que nessas áreas consolidadas se continue produzindo, na pecuária, na agricultura, para que num prazo, talvez, de 10, 15, 20 anos, possamos resolver essa questão. Não há como fazer diferente. O impacto será grande. Não podemos mandar essa conta, principalmente, para os pequenos produtores. Para se fazer o cadastro, é preciso se medir a área, realizar todo o trabalho topográfico, de coordenadas geográficas, levantamento ambiental de cada propriedade - são 5 milhões e 200 mil propriedades - e apresentar isso então ao órgão fiscalizador. Não há como fazer [...] (Valdir Colatto, 21/11/2011)¹²².

A ideia relativa ao “sofrimento” do pequeno produtor rural ganha mais contornos nos discursos dos ruralistas já que se trata de produzir uma cosmovisão, ou mesmo uma teoria da conspiração, acerca da relação do Estado “que regulamenta demais” as questões produtivas e fiscaliza produtores. Essa ideia é usada pelo deputado Alceu Moreira, que relatou em diversas falas o que ele chama de “criminalização do colono” e roubo de terras produtivas. A função da tese do “colono”, que simboliza o pequeno produtor gaúcho, é a tentativa discursiva de universalização dos interesses dos grandes produtores rurais.

¹²² Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=328.1.54.O&nuQuarto=30&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=15:27&sgFaseSessao=PE&Data=21/11/2011&txApelido=VALDIR%20COLATTO,%20PMDB-SC&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=15:27&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

[...] Lá no meu litoral norte, é preso quem tirar uma vara para fazer cabo de enxada. Se tirar uma vara vai para a prisão. Em certos lugares, o Governo Federal roubou terra das pessoas na mão grande: foi lá; estabeleceu que a área era de preservação ambiental, não indenizou ninguém; e ainda deu tiros no colono que transitou pela própria terra. Isso foi feito sem nunca haver sido pago 1 centavo. Ainda há pessoas que têm de pagar imposto pela terra sem poder utilizá-la. Parece impossível que um País como o nosso, que tem 60% do PIB calcado na agricultura e seus reflexos, não tenha consideração exatamente por quem foi capaz de suportar os sucessivos erros e desmandos da política econômica. Agora parece que o nosso cidadão, o colono, tem de ser cristianizado porque, cada vez que eles querem punir alguém, dizem: "Vamos punir um colono". Ele é criminalizado por produzir fumo, ele é criminalizado por produzir cana [...] (Alceu Moreira, 17/03/2011)¹²³.

Junto ao discurso do pequeno produtor, que busca neutralizar qualquer antagonismo entre grandes e pequenos produtores, temos o argumento anterior do estado regulamentador. Não seria supor demasiadamente que o novo código, que deve a sua existência à necessidade ambiental de regulação do uso da terra e propriedades rurais, seja construído com discursos conspiratórios que no fim representam uma função de permitir anistia de desmatamentos e intervenções em áreas preservadas, além de, claro, flexibilizar as regras ambientais. De acordo com as falas do deputado Silas

¹²³ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=039.1.54.O&nuQuarto=49&nuOrador=2&nuInsercao=41&dtHorarioQuarto=10:36&sgFaseSessao=OD&Data=17/03/2011&txApelido=ALCEU%20MOREIRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:36&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Câmara em 2011, é possível aferir que a estratégia se trata de afirmar que o estado brasileiro fiscaliza por demais, através de órgãos como o IBAMA, o produtor e de menos os movimentos do campo.

[...] momento em que a Nação brasileira para, a fim de ver essa mobilização fantástica que o Brasil, através dos produtores, está fazendo pela aprovação do Código Florestal, quero trazer uma denúncia. Lá no sul do Amazonas, na região de Boca do Acre, também está se preparando uma ação do IBAMA, no próximo dia 7, para fazer uma arbitrariedade: colocar produtores rurais para fora das suas propriedades, prender seu gado, aquilo que produziram com tanto sacrifício para alimentar suas famílias. Enquanto o Código Florestal está sendo discutido, é hora de a Presidenta Dilma e os Ministérios que têm a ver com isso pararem de agredir produtor neste País. É bom que se tome conta de movimentos como o MST, que invadem, sim, e destroem propriedades em toda a Nação brasileira [...] (Silas Câmara, 05/04/2011)¹²⁴.

Se torna, nesse sentido, comum o discurso entre a bancada rural de que haveria um excesso de controle por parte das instituições, no qual o roubo da terra e a suposta criminalização dos pequenos proprietários teria como origem o conluio do estado petista com as organizações internacionais, que teriam interesses contrários ao setor

¹²⁴ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=058.1.54.O&nuQuarto=4&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=20:08&sgFaseSessao=BC&Data=05/04/2011&txApelido=SILAS%20C%3%82MARA,%20PSC-AM&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=20:08&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

produtivo. Teríamos, nesse caso, o aparecimento de uma “ideologia ambientalista” estrangeira¹²⁵, como afirmou o deputado Alceu Moreira.

[...] No Brasil, há uma onda de ambientalismo. O peso específico do cidadão que fala sobre meio ambiente vale por 200 ou 300 colonos. O ambientalismo chegou a tal ponto que, no lugar aonde o Estado não chegou com a estrada, não chegou com a escola, não chegou com o posto de saúde, chega com helicóptero do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. A porteira chega com uma camionete nova, com tudo novo, pago pelo meio ambiente, para colocar algemas no produtor. A criminalização do produtor primário é paga pelo Estado. Parece mentira! Eu estou agora nesta Casa, em primeiro mandato, discutindo o óbvio! Estamos fazendo um esforço enorme rumo à criminalização de quem produz alimentos. E o pior: quando alguém de fora do País chega aqui e dá um sopro, todo mundo fica ouriçado. Eu realmente não compreendo. Tomara que o debate de hoje tenha realmente a ver com o interesse nacional e não com o interesse externo, de acordo com o qual o Brasil não é concorrente na produção de alimentos [...] (Alceu Moreira, 04/05/2011)¹²⁶.

¹²⁵ Essa tese que estaríamos lidando com uma ideologia estrangeira contrária ao interesse nacional possuía forte apoio do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) relator e peça-chave da aprovação do Novo Código Florestal.

¹²⁶ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=094.1.54.O&nuQuarto=7&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=13:12&sgFaseSessao=BC&Data=04/05/2011&txAplido=ALCEU%20MOREIRA,%20PMDB-RS&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:12&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Quando se debate acerca da propriedade privada os dados detectam diversas pressões dos parlamentares da bancada ruralista, a tese é de que a propriedade que o Estado quer tomar, a bancada quer salvaguardar. O tema se imiscui com a discussão na casa do trabalho escravo, debatido amplamente pela CPI do Trabalho Escravo em 2012. O argumento do deputado Heinze seria que a regulamentação das situações análogas à escravidão no campo geraria “aplicações maldosas” prejudicando os produtores rurais.

[...] Ontem, Deputado Oziel, discutimos na Comissão de Agricultura o trabalho escravo e a pressão sobre o setor que hoje faz o Ministério do Trabalho, por meio de mais de duzentas instruções normativas. A grande maioria dos produtores rurais brasileiros está irregular, devido à aplicação maldosa dessas instruções normativas por muitos fiscais. Nós temos hoje pressão por conta de questões indígenas, que precisam ser resolvidas; nós temos pressão por conta dos quilombolas. Hoje, há centenas de ações contra os produtores rurais: são os índios por um lado, quilombolas por outro lado, além de questões trabalhistas, do MST e dos movimentos sociais [...] Vejam: os produtores estão enfrentando hoje problemas de todos os lados, e alguém pressionando aqueles que dão sustentação a este País. Por isso, a nossa preocupação com o produtor e representante legítimo desse setor. O pequeno, o médio e o grande, não interessa o tamanho do produtor, têm que ser respeitados. E a Nação brasileira tem que fazer o que a Europa, os países desenvolvidos fazem, prestigiando e privilegiando os seus produtores. Aqui

não há subsídio nenhum, e eles carregam praticamente este País nas costas [...] (Luis Carlos Heinze, 28/09/2011)¹²⁷.

Segundo o deputado Valdir Colatto, as 525 exigências do Ministério do Trabalho inviabilizariam “o setor agropecuário, levando praticamente todas as propriedades brasileiras para a ilegalidade e trazendo um caos para o setor produtivo”. A problemática do trabalho escravo perpassa diversos parlamentares da bancada. Um terceiro discurso importante foi o do deputado Onyx Lorenzoni, no qual fez aceno ao adiamento da votação da PEC 438/2001, que inclui a perda de gleba e reversão para assentamento nos locais que ocorressem trabalho escravo. Segundo ele, a fiscalização teria gerado casos absurdos.

[...] Esses agricultores foram multados, autuados, difamados, dizendo que lá havia trabalho escravo. Nós trouxemos aqui os produtores rurais, os fotografamos, os filmamos, e a Comissão de Agricultura trouxe o Ministério do Trabalho, mas a que nós assistimos? Prepotência, arrogância, do alto do direito de fiscalizar, sem responsabilidade social. Sabem quanto possuía o maior produtor rural? Vinte hectares, Sr. Presidente. E eles coletavam lado a lado, junto aos trabalhadores. Os Deputados da bancada da agricultura do PT puderam acompanhar. Eu estou citando um exemplo verdadeiro, porque depois que o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho vieram aqui, na Comissão de Agricultura, recuaram de todas as autuações. [...]

¹²⁷ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=263.1.54.O&nuQuarto=162&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=19:22&sgFaseSessao=CP&Data=28/09/2011&txApelido=LUIS%20CARLOS%20HEINZE,%20PP-RS&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=19:22&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

Todos nós repudiamos o trabalho escravo, mas o risco está na pessoa que, discricionariamente, vai atribuir exploração de trabalho escravo a um terceiro. E mais: não se pode expropriar propriedade no Brasil, a não ser que haja um processo legal adequado e se comprove, com amplo direito de defesa, que a pessoa errou. Se for cometido um genocídio em uma propriedade, urbana ou rural, coloca-se na cadeia quem o cometeu, mas não se expropria a propriedade, porque uma propriedade não é de uma pessoa, é de uma família: há mulher, há filhos, há descendentes [...] (Onyx Lorenzoni, 09/05/2012)¹²⁸.

Resumindo, o que é saliente no discurso anti-regulamentação dos ruralistas é o uso da expressão “insegurança jurídica”. Aparecendo oitenta e três vezes na base de dados do Atlas ti 8, o termo conjuga a linguagem ruralista construída em torno das ações dos governos petistas e até do judiciário ao tratar de decisões de legalidade relacionadas ao campo e ao meio ambiente. O termo é amplamente usado pelos parlamentares quando necessitam rotular leis ou ações supostamente contrárias ao desenvolvimento do agronegócio no país. Eis um exemplo do deputado Colatto, que comentou a inconformidade da decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2017, acerca da constitucionalidade da cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

[...] o mundo rural está perplexo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, por 6 votos a 5, pela constitucionalidade do FUNRURAL. O curioso é que em 2010, por 10 votos a zero, ele

¹²⁸ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=115.2.54.O&nuQuarto=20&nuOrador=3&nuInsercao=18&dtHorarioQuarto=20:54&sgFaseSessao=OD&Data=09/05/2012&txApelido=ONYX%20LORENZONI,%20DEM-RS&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=20:54&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

considerou inconstitucional essa cobrança por ser bitributação - os produtores têm que pagar 2,3% sobre seu faturamento e aqueles que são contratadores de mão de obra têm que pagar ainda os encargos sociais na folha de pagamento. Nós ficamos perplexos com o STF porque, 5 anos atrás, tomou essa decisão. E muitos agricultores, cooperativas e empresas, baseados nela, entraram com mandado de segurança e obtiveram liminar suspendendo o pagamento do FUNRURAL de 2,3%. Uns depositaram em juízo, outros não pagaram, outros postergaram o pagamento, outros tiveram a decisão transitada em julgado de que eles estavam corretos. Agora o Supremo tomou essa decisão pela constitucionalidade e criou um caos na agricultura, por um passivo que não sei onde vai parar. Nós entendemos que a última instância da Justiça teria que ter coerência. O mesmo Supremo Tribunal Federal não pode tomar uma decisão por 10 votos a zero e agora, 7 anos depois, repito, tomar outra por 6 votos a 5. Isso traz insegurança jurídica ao campo e muito prejuízo, além das dificuldades que o campo está vivendo [...] (Valdir Colatto, 11/04/2017)¹²⁹.

CONCLUSÃO

A carta de 1988, que é esse conjunto normativo de regras carente de materialidade, postula deveres do Estado brasileiro em várias áreas de bem-estar social e defende

¹²⁹ Fonte disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=072.3.55.O&nuQuarto=1&nuOrador=4&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=16:56&sgFaseSessao=BC&Data=11/04/2017&txApelido=VALDIR%20COLATTO,%20PMDB-SC&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=16:56&txEtapa=> Acesso em: 1/12/2021.

garantias de direitos fundamentais. Esse consenso democrático que está em questão neste capítulo. A pesquisa demonstrou uma hipótese da desarticulação desse consenso dentro da cosmovisão conservadora dos deputados federais. Isso foi feito através da codificação dos discursos parlamentares e identificação, a partir dos dados, de duas ideias essenciais do discurso das direitas no parlamento. Ou seja, demonstrou-se que as orações apontam para a ação de desunir a defesa dos direitos fundamentais e o ideal de promoção de políticas capazes de reduzir as diversas desigualdades sociais.

A tentativa discursiva de desconstruir um conjunto de ideais democráticos a partir de estratégias que restringem as concepções democráticas deram centralidade a duas formas de novos elementos, que a pesquisa compreende como o discurso autoritário e discurso desregulador. Isto é, a análise aponta que tentou-se desconstruir a definição que engloba a erradicação das desigualdades e do controle da dominação presentes na nossa sociedade civil e no Estado, propostas centrais para a democratização desses meios e estruturas.

Entretanto, é imprescindível a compreensão da dinâmica dos grupos armamentistas, ruralistas e religiosos analisados em solo brasileiro. A construção de um fundo ideológico comum que serve a diversos interesses em questão só é possível, em grande parte, devido a representação desproporcional destes grupos que chamamos de bancadas no congresso. Estes interesses, que vão de encontro a democratização das estruturas sociais que oprimem grupos historicamente minoritários e subalternos, se encontram articulados e legitimados, não podemos esquecer, a partir da sub-representação de parlamentares que representam minorias sociais.

Young (1990) colocou em evidência um aspecto ainda em pauta nas sociedades capitalistas: grupos historicamente desprivilegiados, pela própria sub-representação, são incapazes de organizar e articular seus interesses com a mesma facilidade de outros grandes grupos. Nessa realidade, concepções conservadoras de sociedades são

hábeis em articular e reproduzir o discurso autoritário e o discurso econômico da desregulamentação por advirem de grupos dominantes que possuem mais recursos socioeconômicos e capacidade técnica de advogar por interesses específicos. Além de evidenciar esse aspecto na arena política descrito pela autora retornamos à efetividade de um duplo discurso – de autoritarismo e desregulamentação – que contribui fortemente para a fragilização da democracia brasileira nesta conjuntura analisada ao por em cheque o pacto social que a fundou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, ao analisar um conjunto de discursos parlamentares das legislaturas 54^o e 55^o demonstrou o fortalecimento considerável da cosmovisão conservadora na Câmara dos Deputados. Ao especificar os atores como nomes influentes da assim chamada bancada “bbb” foi possível delinear as agendas de sujeitos que possuem interesses distintos, mas compartilham a mesma visão de mundo naquele período analisado. Expressando opiniões que estão presentes nas mentes de milhões de cidadãos.

As bancadas informais são grupos suprapartidários que disputam poder com os partidos políticos, apesar de possuírem poderes limitados. Por isso, ignorar o fato da força e atuação destes grupos parlamentares em termos de pesquisa é desconsiderar a relevância das agendas que são mobilizadas por estes grupos. O estudo, com isso, demonstrou uma conexão clara entre a turbulência política, a polarização e a presença da direita em foco dentro do parlamento brasileiro.

A presença da direita na política se apresenta por seu discurso radicalizado, mesmo considerando o fato de setores da política e seus interesses não serem novos. Um discurso que, por sua força, produz ações políticas conservadoras. Entretanto, por mais que seja expressivo o estudo das direitas, é raro apontar pesquisas que analisem o fenômeno no congresso nacional, isto é, como esse discurso se estrutura.

O processo da presença do discurso de extrema-direita na sociedade mobilizou esforços anteriores de pesquisadores que buscaram analisar outros padrões de comportamento destes grupos. O presente trabalho, ao priorizar a exploração do conteúdo discursivo de políticos brasileiros, iniciou um caminho metodológico novo.

Esse método tentou entender como a política nacional foi estruturada em um período que se entende como central na crise política brasileira.

É importante destacar que a verificação das ideias reproduzidas pela direita é um instrumento relevante para compreender a mudança da dinâmica de poder assim como a legitimação do governo de extrema-direita seguinte. Nesse sentido, a pesquisa prezou por uma análise crítica do crescimento exponencial de discursos no debate público e postulou questionamentos essenciais para pesquisas futuras no quesito da potencialidade discursiva de disputa de consensos democráticos presentes na arena política.

Outro ponto indiscutível é que o crescimento exponencial de discursos de direita ameaça e desconstrói o consenso democrático das sociedades liberais. Ela possui um claro caráter internacional, como abordam as pesquisas passadas e estão ganhando força na arena política. Seu poder está, em parte, na capacidade de santificação das desigualdades, mesmo que o espectro da direita, em si, simplifique diversas disputas políticas pluridimensionais.

A primeira problemática enfrentada no estudo está inscrita na circulação internacional das ideias. O conservadorismo ganhou muitas leituras descontextualizadas de autores modernos e, por isso buscou-se operar uma leitura mais crítica das noções modernas do que se entende como discurso conservador. Investigamos brevemente as bases conceituais da palavra introduzindo o argumento da existência da disputa por sentidos diferentes do conservadorismo. Apontamos, para acrescentar, a produção da literatura de pensamento político nacional, muitas vezes esquecida nas pesquisas empíricas sobre a direita contemporânea. E por fim, foi necessário preservar uma postura heurísticamente relevante da ideologia conservadora: a que entende como uma cosmovisão que busca legitimar interesses de grupos historicamente privilegiados na sociedade civil.

A partir desta leitura, a pesquisa buscou construir um aparato metodológico, com o auxílio do programa de gerenciamento de dados Altas TI 8, de critérios de seleção e categorias conceituais essenciais para capturar o discurso da extrema-direita no parlamento. O que chamamos de processo de codificação manual foi imprescindível para a análise real do conservadorismo e a identificação dos eixos centrais que articulam essa ideologia no cenário político brasileiro. O resultado dessas ações levou a pesquisa a um novo patamar de análise dos discursos políticos.

A existência do conservadorismo estaria articulado em três estratégias centrais no cenário político brasileiro. A primeira delas é a ação de criminalização da esquerda, uma narrativa única que une elementos de discursos anticomunistas da nossa história e do discurso antipetista. O governo petista, segundo o núcleo deste argumento, teria cometido crimes pela forma como o partido operou a máquina do estado. O delito, nesse sentido, teria sido a produção de uma crise política e econômica como consequência da ideologia comunista/esquerdista impregnada na mente dos grupos de esquerda no governo. As aglomerações de códigos específicos foram capazes de demonstrar que a estrutura do discurso anticomunista construiu uma narrativa que envolveu questões de justiça e economia. A primeira problemática mobilizou a crise econômica, enquanto a segunda trouxe para o debate o tema da corrupção do governo do PT. Os elementos do anticomunismo e antipetismo, portanto, foram centrais dentro da estrutura discursiva das bancadas em conjunto, interligando-se em uma progressão de fatos políticos, mas representando interesses heterogêneos.

A segunda estratégia discursiva identificada neste estudo se baseia na centralidade do discurso moral e valorativo. Os dados parecem sugerir a presença da linguagem moral nos discursos parlamentares que esteve articulada com o argumento da limpeza ética e moral da política, que se encontrava em crise e com uma administração alvo de investigações de corrupção. Central para a batalha discursiva do processo de

impeachment em 2016, a moralização da política ampliou seu alcance para além da pauta da corrupção. Uma delas foi o ensino e educação nacionais, que foram alvos de ações que visavam moralizar o debate de produção de políticas educativas. A problemática, no entanto, se mostrou como uma forma discursiva de reflexão moralista intransigente da realidade nacional. A moralização da política é uma segunda face essencial da ideologia conservadora.

Por fim, a terceira face dessa ideologia conservadora é constituída por interpelações de legitimação e naturalização das desigualdades sociais. Para o conservadorismo atual, desigualdades sistemáticas e estruturalmente constituídas pela forma de operação do sistema econômico capitalista e apoio do sistema político são não somente naturais, mas essenciais para a manutenção da sociedade civil. Com isso, a análise foi capaz de evidenciar que o princípio articulatório da desconstrução dos ideais democráticos, que visam reverter as disparidades sociais, possui duas formações discursivas indispensáveis: os discursos desregulamentadores e autoritários. Duas formações discursivas complementares, a defesa da desregulamentação se constitui no período analisado como a alegação da necessidade de remoção ou redução de regulações estatais que barravam interesses econômicos destes grupos. Também pode ser entendido pela lente de ações do capital contra a regulação da economia, reproduzida por estas bancadas específicas. Já o discurso autoritário organiza a narrativa a indispensabilidade do uso do aparelho repressivo através de políticas mais duras para a manutenção da ordem pública.

Ao mesmo tempo, é notório que a reprodução do discurso conservador não só possui a potência de angariar ideologicamente grupos sociais como o de elevar as carreiras políticas dos parlamentares analisados neste estudo. Começamos com o ator central: o deputado Jair Bolsonaro. Primeiro, ganhou a eleição de 2018 para presidente da República com 55% dos votos válidos contra o candidato petista Fernando Haddad. Segundo, tentou a reeleição para presidência em 2022 sem sucesso, mas com 43% dos

votos no primeiro turno e 49,1%, no segundo. Ou seja, mesmo derrotado, temos um discurso que ainda possui forte apelo na sociedade brasileira. O governo do ex-presidente conservador foi marcado pela narrativa discursiva que reproduziu no parlamento. Se aliou com políticos das três bancadas conservadoras e ajudou na ascensão política de diversos nomes da extrema-direita no governo e no Legislativo. Além disso, manteve fortes laços com as Forças Armadas ao injetar um conjunto expressivo de militares no Executivo.

Àqueles que ainda acreditam que o discurso não termina por gerar movimentos ideológicos de extrema-direita só é necessário acompanhar o noticiário. Observando os eventos políticos nacionais em que os dados desta pesquisa se envolvem, o mês de janeiro de 2023 vivenciou a invasão e depredação dos prédios públicos dos três poderes em Brasília. Como mencionou o jornal G1, “bolsonaristas” causaram o que a imprensa chamou de “invasão do capitólio brasileiro”¹³⁰. Convencidos da falta de lisura do processo eleitoral que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), milhares de pessoas saquearam os prédios públicos do congresso nacional, do supremo tribunal federal e do palácio do planalto criando além de desordem generalizada, uma intervenção federal na capital e uma investigação nacional.

Analisando as carreiras políticas nos anos seguintes é possível observar que houve uma evolução positiva dos parlamentares desta pesquisa. Dividindo os sujeitos pelas suas antigas profissões políticas criadas pelo DIAP, podemos citar, primeiramente, o progresso dos políticos considerados articuladores dentro da Câmara. Importante nome da bancada ruralista, o deputado Marcos Montes ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no governo Bolsonaro. Os outros três articuladores, Lincoln Portela, João Campos e Laercio Oliveira, foram reeleitos para o

¹³⁰ Fonte disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2023/01/10/opinion/bolsonaro-brasil-lula.html>
Acesso em 11/01/2023.

parlamento, o primeiro tornando-se vice-presidente da Câmara, o segundo, mudando para o PRB e o terceiro eleito senador pelo PP.

Na lista dos negociadores, os deputados Alceu Moreira, Rubens Bueno e Aguinaldo Ribeiro foram reeleitos para o congresso, no qual o segundo, participando da CCJC, se posicionou publicamente contra o governo Bolsonaro. Entre os quatro profissionais debatedores, Onyx Lorenzoni foi o que colheu os melhores frutos ao se aliar ao Executivo e ocupar quatro ministérios durante o governo Bolsonaro. Outro nome foi o deputado Delegado Waldir, que foi reeleito deputado e escolhido líder do PSL na Câmara dos Deputados pelo ex-presidente. Os últimos, Bruno Araújo e Nilson Leitão, ambos perderam a eleição para o Senado Federal, o primeiro tornando-se presidente do PSDB. Em meio aos dois formuladores, o deputado Marcos Rogério se aliou ao governo Bolsonaro ao sair senador (2019-2022) (depois perdendo a eleição para o governo de Rondônia) e o deputado Hauly, que perdeu a reeleição na Câmara. Na lista dos três nomes considerados políticos em ascensão, o deputado Osmar Terra foi ministro do Desenvolvimento Social do governo Temer e ministro da Cidadania no governo Bolsonaro. O segundo, o deputado Heinze, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e fez parte da CPI da Covid (assim como Marcos Rogério). Já o último, Valdir Colatto, ganhou o cargo de diretor do Serviço Florestal Brasileiro. Na lista dos seis políticos não catalogados pelo DIAP como profissionais específicos observamos, da mesma forma, uma evolução positiva da carreira política. Os deputados Subtenente Gonzaga, os pastores Eurico e Feliciano junto com Silas Câmara e Cleber Verde, foram reeleitos deputados. Em último lugar, o pastor Takayama perdeu a eleição sendo a única exceção nesta lista.

Estudar o discurso conservador deve ser entendido como o processo de desnaturalização da aura de agendas que defendem um estado menos presente e sem regulações essenciais para a garantia mínima dos direitos dos cidadãos. Se denominar conservador simboliza que estes agentes reproduzem uma cosmovisão específica, de

caráter antidemocrático, que tenta purificar a manutenção de instituições nas quais se alojam superioridades sociais. Em um momento em que os estudos dos discursos políticos possuem um corpo extraordinariamente rico e fértil para futuras pesquisas, este discernimento do caráter do conservadorismo é uma advertência fundamental.

Para além da ideologia conservadora, o estudo do discurso político começa a ser empregado na tentativa de análise das crises das democracias contemporâneas. Além de se valer como uma crítica hermenêutica ao naturalismo nas ciências sociais, o estudo do discurso está preocupado em entender e interpretar sentidos socialmente produzidos (HOWARTH, 1998). Abordagens como esta, que tem como um dos principais objetivos delinear as regras e convenções históricas que estruturam essas produções de significados nos contextos históricos, são fundamentais para uma compreensão nova e ampla das sociedades democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S.; et alii. **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil de Hoje**. Companhia das Letras, pp. 11-34, 2019.

ALEXANDER, J. The Contradictions of Conservatism. **Government and Opposition**, vol. 48, n. 4, pp. 594-615, out. 2013.

ALLEN, D. Modern Conservatism: The Problem of Definition. **The Review of Politics**, vol. 43, n. 4, pp. 582-603, out. 1981.

ALMEIDA, R. A Onda Quebrada: Evangélicos e Conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, pp. 1-27, 2017.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ARAÚJO, S. M. V. G.; SILVA, R. S. Frentes e Bancadas Parlamentares: uma proposta Teórico metodológica e de agenda de pesquisa. **10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política**, pp. 1-29, 2016.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BARON, L. Tão próximos e tão distantes: a articulação discursiva dos movimentos próimpeachment a partir da teoria do discurso de Ernesto Laclau. 2018. 214 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2018. Disponível em:
<<https://wp.ufpel.edu.br/ppgcienciapolitica/files/2018/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Let%C3%ADcia-Baron.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília, janeiro julho de 2011, pp. 193-216.

_____ **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alvez, 1992.

BOURKE, R. What is conservatism? History, ideology, and party. **European Journal of Political Theory**, vol. 17, n. 4, pp. 449-475, 2018.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. **DADOS**, Vol. 48, n.2, pp. 231-269, 2005.

CARAM, R. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. **ESTADÃO**, São Paulo, 6 out 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap/>

CARDOSO, F. Entre a Liberdade e a virtude: pensamento social e político de Michael Oakeshott. 2018. 338 f. **Tese** (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós- Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10230>>. Acesso em 10 set. 2019.

CASCIONE, S.; ARAÚJO, S. M. V. G. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 27, n. 72, e005, 2019.

CECIL, H. **Conservatism**. London: Williams and Norgate, 1912.

CEPEDA, V. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 23 nº. 2, p. 75-122, mai. - ago. 2018.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. **39 Encontro Anual da ANPOCS GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia**, pp. 1–29, 2015.

CODATO, A. et al. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, S. V.; et al (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CONNOLLY, W. **Political Science & Ideology**. London e New York: Routledge, 1967.

CORADINI, O. L. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 241–256, 2010.

COWLING, M (Org.). **Conservative Essays**. London: Cassell, 1978.

CRUZ, S. V.; et al (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DIAP. **Os “cabeças” do Congresso Nacional (2019): uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes**. 26 ed., Brasília: Diap, 2019.

EAGLETON, T. **Ideology: an introduction**. London & New York: Verso, 1991.

EAGLETON, T. **Why Marx Was Right**. Yale University Press: New Haven & London, 2011.

EPSTEIN, K. **The Genesis of German Conservatism**. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

FAGANELLO, M. A. O voto na bancada da bala: estudo de geografia eleitoral na cidade de São Paulo. 2017. 105f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, SP. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325563> > Acesso em: 5 nov. 2020.

FERNANDES, L. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Dados**, vol. 38, n. 1, pp. 107-144, 1995.

FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, pp. 76-94, 2010.

FREEDEN, M. **Ideologies and Political Theory**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

GAY, P. Review: KIRK, R. The Conservative Mind from Burke to Santayana. **Political Science Quarterly**, vol. 68, n. 4, pp. 586-88, dez. 1953.

GERRING, J. Ideology: A definitional analysis. **Political Research Quarterly**, vol. 50, n. 4, pp. 957-994, dez., 1997.

GIMÉNEZ, M. J. ; KAYSEL, A. ¿Nuevos problemas, viejas palabras? La traducción del discurso anticomunista en América Latina: el caso del V Foro Atlántico de la Fundación Internacional para la Libertad (2008). **Les Cahiers de Framespa**, v. 36, p. 1-2, 2021.

GONÇALVES, R. B. O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003- 2014). 2016. 262f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio

de Janeiro,RJ, 2016. Disponível em:
 <http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Rafael-Bruno-Gon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em 23nov. 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Antonio Gramsci: introdução ao estudo da filosofia.** A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Vol 1 Caderno 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HALL, S. **The hard road to renewal: Thatcherism and the crisis of the Left.** Londone New York: Verso, 1988.

HAMILTON, A. Conservatism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy.** Online, 2016. Disponível em:

<<https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/conservatism/>>. Acesso em: 10set. 2019.

HAYEK, F. **The Constitution of Liberty.** London: Routledge and Kegan Paul, 1960. HEYWOOD, A. **Political Ideologies: an introduction.** 6 ed., London: Palgrave, 2017. HONDERICH, T. **Conservatism.** Harmondsworth: Penguin, 1991.

HOWARTH, D. Discourse Theory and Political Analysis. In: SCARBROUGH, E; TANENBAUM, E (Orgs.). **Research Strategies in Social Sciences: A Guide to NewApproaches.** Oxford: Oxford University Press, 1998.

HUNTINGTON, S. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**, v. 51, n. 2, pp. 454–473, 1957.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Tradução: Paulo Quintela, Pedro Galvão. Lisboa: Edições 70, 2011.

KAUFMAN, A. Review: KIRK, R. The Conservative Mind from Burke to Santayana. **The Journal of Philosophy**, vol. 52, n. 18, pp. 493-99, set. 1955.

KAYSEL, A. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, S. V.; et al (Org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

KEDOURIE, E. **The Crossman Confessions and Other Essays**. London: Mansell, 1984.

KEKES, J. What Is Conservatism? **Philosophy**, vol. 72, n. 281, Jul., pp. 351-374, 1997.

KIRK, R. **The conservative mind from Burke to Santayana**. Washington, DC: Regnery Publishing, 1953.

LACLAU, E. **Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism**. London: NLB, 1977.

_____ The death and resurrection of the theory of ideology. **MLN**, Vol. 112, No.3, 1997.

LAYTON-HENRY, Z. (Org.). **Conservative Politics in Western Europe**. London e Basingstoke: The MacMillan Press, 1982.

LINZ, J. J. "An Authoritarian Regime: Spain,". In: Erik Allardt and Yrjö Littunen (eds.), **Cleavages, Ideologies and Party System. Contributions to Comparative Political Sociology**. Helsinki: Westermarck Society, 1964, pp. 291-34.

LUKES, S. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, T.; BELLAMY, R. (orgs.). **The Cambridge history of twentieth-century political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LYNCH, C. E. C. O Pensamento Conservadora Ibero-americano na era das independências (1808-1850). **Lua Nova**, 74: 59-92, 2008.

_____. O conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. **Lua Nova**. n. 100, pp. 313-362, 2017.

MAINWARING, S.; et al. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: Quaição, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARIANO, R.; BIROLI, F. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. **Cadernos Pagu**, 50, e175013, 2017.

MERCADANTE, P. **A consciência conservadora**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 32, n. 3, set/dez 2017.

MICHELS, R. Conservatism. In: SELIGMAN, E.; JOHNSON, A (Orgs.). **Encyclopaedia of the Social Sciences**. 15 vols., III. New York: Macmillan, 1935.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 15, 2016.

MIGUEL, L. F.; FEITOSA, F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, vol. 52, n. 1, pp. 201–221, 2009.

_____; OLIVEIRA, M. B. Pânico Moral e Ódio à Diferença: a estratégia discursiva do “Escola Sem Partido”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 6, n. 2, 261-278, 2020.

MILIBAND, R.; LIEBMAN, M. Reflections on Anti-Communism. **The Socialist Register**, pp.1-22, 1984.

MIRANDA, J. V. S. Composição e atuação da "Bancada da Bala" na Câmara dos Deputados. 2019. 271f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, MG. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30892> Acesso em: 5 nov. 2020.

MOREIRA, D. Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiros. 2016. 204f. **Tese** (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde04112016124733/publico/2016_Da_viCordeiroMoreira_VOrig.pdf> Acesso em: 5 ago. 2020.

MOTTA, L. E.; SERRA, C. H. A. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 22, n. 50, p. 125-147, jun. 2014.

MOTTA, R. P. S. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no brasil (1917-1964). 2000. 368 f. **Tese** (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, SP, 2000. Disponível em:

https://www.academia.edu/12851483/EM_GUARDA_CONTRA_O_PERIGO_VE_RME_LHO_O_ANTICOMUNISMO_NO_BRASIL_1917-1964. Acesso em: 18 jun. 2020.

MOTTA, R. P. S. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. In: BOHOSLAVSKY, E.; MOTTA, R. P. S.; BOISARD, S. **Pensar as direitas na América**

Latina. Ed. Alameda, 2019.

MULLER, J-W. Comprehending conservatism: A new framework for analysis. **Journal of Political Ideologies**, vol. 11, pp. 359-365, out. 2006.

MUSSI, D.; BIANCHI, A. Antigramscismo na América Latina: circulação e tradução de ideias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 37, p. 1-29, 2022,

NETO, M. D. Sobre o patriotismo castrense. *Revista Perseu Abramo*, nº 18. Ano 2013, pp. 1-35, 2019. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/314/256> Acesso em: 5 nov. 2022.

NISBET, R. **Conservatism: Dream and Reality**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.

NOVELLO, R. H. Bancada da Bala: Discursos e práticas sobre punição, crime e insegurança na Assembleia Legislativa de São Paulo. 2018. 165f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, SP. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-27022019-150004/pt-br.php>> Acesso em: 5 nov. 2020.

OAKESHOTT, M. **Rationalism in Politics and Other Essays**. London: Methuen & CO LTD, 1962.

OFFE, C. The Capitalist State and the Problem of Policy Formation. In: Leon Linbberg (ed), **Stress and Contradiction in Contemporary Capitalism**. D.C.: Heath, 1975, pp. 125-144.

OLIVEIRA, M. O imaginário conservador na educação: uma análise dos discursos das audiências do Escola sem Partido (PL n. 7.180/14). 2019. 130f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35051/1/2019_MichelBaltazardeOliveiraFilho.pdf Acesso em: 5 ago. 2020.

ORTELLADO, P.; SOLLANO, E. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **História, memória e política**, vol. 11, pp. 169-181, 2016.

O'SULLIVAN, N. **Conservatism**. London: J. M. Dent, 1976.

PIERUCCI, A. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 19, pp. 26-45, 1987.

POWER, T. J. **The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, institutions, and democratization**. University Park: Pennsylvania State University, 2000. pp. 297-321, 1997.

PUZONE, V.; MIGUEL, L. F. **The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and Conciliation in Peripheral Capitalism**. Switzerland: Palgrave MacMillan, 2019.

QUADROS, M. P. R. Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade. 2015. 273f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/7554>> Acesso em: 5 ago. 2020.

QUADROS, M. P. R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., p.486-522, 2018.

QUINTON, A. **The Politics of Imperfection**. London: Faber and Faber, 1978.

RANCIÈRE, J. **Althusser's Lesson**. London & New York: Continuum, 1974.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. O conservadorismo difícil. In: FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (Org.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, pp. 76-94, 2010.

ROCHA, Camila. 'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. **Tese** (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426. Acesso em: 2022-10-10.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: USP, 2002.

ROSSITER, C. **Conservatism in America**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

_____. In: SILLS, D. **International Encyclopedia of the Social Sciences**. Vol. 3 New York: The Macmillan Company & The Free Press, 1986.

SANTOS, E. R. A bancada da bala na Câmara: quem são e o que propõem esses deputados. 2018. 230f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, DF. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33773> > Acesso em: 5 nov. 2020.

SANTOS, M. J.; KASSOUF, A. L. Avaliação de Impacto do Estatuto do Desarmamento na Criminalidade: Uma abordagem de séries temporais aplicada à cidade de São Paulo. *EALR*, V. 3, nº 2, p. 307-322, Jul-Dez, 2012.

SCHMITT, C. *El Concepto de Lo Político*. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

SCHUMANN, H-G. The Problem of Conservatism: Some Notes on Methodology. *Journal of Contemporary History*, vol. 13, pp. 803-17, 1978.

SCRUTON, R. *The Meaning of Conservatism*. 2. Ed. London: Macmillan, 1984.

SINGER, A. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma*. (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STOVE, D. Why you Should Be Conservative. In: IRVINE, A. (Org.). *On Enlightenment*. London: Transaction Publishers, 2003.

TAROUCO, G. D. S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45, pp. 149–165, 2013.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. *CorruPTos: um ensaio sobre os protestos à direita no Brasil*. Campinas: Necap, 2015. Disponível em:

<www.pdpp2015.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic> Acesso em: 10 de jul. 2018.

TOMLINSON, J. Deindustrialisation and ‘Thatcherism’: moral economy and unintended consequences. *Contemporary British History*, 35:4, 620-642, 2021.

TORRES, J. C. O. *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

VAGGIONE, J. M. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa*. *Dossiê: Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência*, v. 50, n. 50, 2017.

VIERHAUS, R. Conservatism. In: **Dictionary of the History of ideas**. New York: Charles Scribner's Sons, 1973.

WEEKS, Jeffrey. **Sex, politics, and society: the regulation of sexuality since 1800**. New York: Routledge, 1981.

YOUNG, I. M. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ZIZEK, S. (Org.). **Mapping Ideology**. London, Verso, 1994.